

Cristiano Gurgel Bickel

**A construção civil na economia social:
proposições à cultura produtiva autogestionária**

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2013

Cristiano Gurgel Bickel

**A construção civil na economia social:
proposições à cultura produtiva autogestionária**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.
Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Orientadora: Profa. Dra. Silke Kapp

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2013

B583c

Bickel, Cristiano Gurgel.

A construção civil na economia social [manuscrito] : proposições à cultura produtiva autogestionária / Cristiano Gurgel Bickel. - 2013.

260f.: il.

Orientadora: Silke Kapp

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Construção civil 2. Autogestão na construção civil 3. Economia-Sociedade. I. Kapp, Silke. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

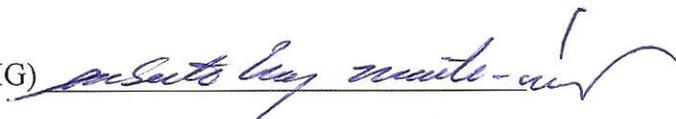
690.028

Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo-NPGAU da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 10 de abril de 2013 pela Comissão Examinadora, a saber:

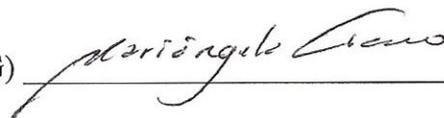
Profa. Dra. Silke Kapp (Orientadora - EA-UFMG)



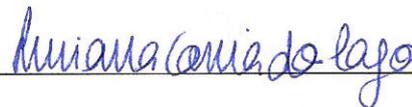
Prof. Dr. Roberto Luis Monte-Mór (FACE-UFMG)



Profa. Dra. Mariângela Andrade Paraizo (FALE-UFMG)



Profa. Dra. Luciana Correa Lago (IPPUR-UFRJ)



Profa. Dra. Ema Julia Massera (FCS- UDELAR)



Para Ana Maria, Lellis, Claudiane e Fernanda

AGRADECIMENTOS

À Ana Maria Gurgel Bickel, Lellis Bickel, Claudiane Gurgel Bickel e Fernanda Cardoso de Albuquerque, pelas atenções cotidianas e incentivos constantes.

À Profa. Dra. Silke Kapp, pela orientação acadêmica e, sobretudo, pela autonomia na elaboração deste trabalho.

Aos professores e funcionários da Escola de Arquitetura da UFMG, em especial, à Profa. Dra. Fernanda de Moraes, Coordenadora do NPGAU; Renata Araújo, Secretária do NPGAU e Andreia Soares Viana, Bibliotecária, pelo apoio acadêmico e administrativo.

À Profa. Dra. Ema Julia Massera, FCS/UDELAR, pelo precioso apoio nas investigações exploratórias no Uruguai e Argentina, sob o marco do Programa Escala Docente, pela convergência nos ideais de emancipação social, além de suas contribuições na avaliação crítica desta tese.

Ao Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór, CEDEPLAR/UFMG, pelo apoio aos estudos em economia política e sociologia urbana, pela participação no PDDI/RMBH e oportunidade de problematizar a economia social na produção do espaço metropolitano de Belo Horizonte, além de suas contribuições na avaliação crítica desta tese.

À Profa. Dra. Luciana Corrêa do Lago, IPPUR/UFRJ, pelas ampliações teórico-práticas compartilhadas na avaliação crítica desta tese e, sobretudo, por seu empenho em tornar as proposições acadêmicas em instrumentos de autogestão territorial aplicáveis à realidade no cotidiano das entidades e movimentos sociais.

À Profa. Dra. Mariângela de Andrade Paraizo, FALE/UFMG, pela percepção da poética socioespacial na vida cotidiana das cidades, além de suas sinceras contribuições na avaliação crítica desta tese.

Ao Prof. Dr. Cândido Guerra Ferreira, CEDEPLAR/ UFMG, pelo apoio aos estudos marxianos em economia política e ao Prof. Dr. Antônio Augusto Gomes Batista, FAE/UFMG, pelo apoio aos estudos sociológicos em educação e trabalho.

Às Profa Dra. Carmen Aroztegui Massera, Profa Dra. Rogata Soares Del Gáudio, Profa Me. Laura Cançado Ribeiro e Profa. Me. Maria Elisa Mendes Miranda, pelo apoio e experiências acadêmicas compartilhadas.

À Câmara do Departamento de Artes Plásticas da EBA/UFMG, pela concessão da licença para capacitação docente no semestre de conclusão do curso de Doutorado; e, em especial, ao Prof. Dr. Fabrício Fernandino e ao Prof. Dr. Lindsley Daibert, que assumiram os respectivos encargos didáticos nesse período de afastamento.

À AUGM e ao DRI/UFMG, pelo apoio institucional no Programa de Mobilidade Acadêmica Escala Docente; e aos companheiros uruguaios e argentinos, pela gentileza do apoio acadêmico, institucional e pessoal na pesquisa de campo, compartilhando experiências, realidades e ideais sociais, em especial, à Casa de la Universidad Tacuarembó; Casa Diocesana e Asociación Arcoiris de Solidaridad - Sonia Gonzalez; Centro Cooperativista Uruguayo – Juan A. Camma e Maria Calone; Confederación Nacional de Cooperativas de Trabajo del Argentina - Fernando Serrano, Patrícia Paredes, André Quintana, Jayme; Coviforta - Adalberto Guex; FARQ/UDELAR – Unidad Permanente de Vivienda, Raúl Valles, Jack Couriel, Walter Kruk; Fecootraun Florencio Varela– Albornoz, Espinoza, Lopreto, Ramírez, Sigales; Fecootrar Rosario – Raúl Garofalo; Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay – Daniel Arbuló; FUCVAM - Benjamín Nahoum; Industria Florestal de la Madera- Jorge Cárion; Instituto Nacional del Cooperativismo – Diego Moreno; Intendencia de Tacuarembó – Walter Mederos Silveira; Ministerio de Industria – Sebastian Torres; MVOTMA – Roberto Bettini; PIT/CNT – Arq. Pablo Antonaz, Eduardo Burgos Medina; Proyecto La Isla – Arq. Alvaro Ribeiro Gonnet; SUNCA – Cláudio Iturra e Iván Häfliger; e Unidad Estudios Cooperativos del Udelar – Diego Barrios.

À Amanda e Pedro Arthur, pelo compartilhamento das experiências autogestionárias uruguaias; e a todos os amigos do Grupo MOM, Ana Baltazar, Ana Maciel, Ana Paula, Débora, Felipe, Fernando, Hélio, Jane, Leo, Leta, Lígia, Luis, Mara, Matheus, Núria, Pedro, Priscilla, Ró, Rod, Tamíris, Thaís e Viviane, pela convivência de grande crescimento acadêmico.

Ao Marcelo Terça Nada! e Marília Nogueira, pelas contribuições iniciais à tese, compartilhando suas vivências e perspectivas sociais.

Ao Roberto Viana de Almeida, pela colaboração no tratamento de dados estatísticos.

Aos autores em referência, pesquisas e estudos, que tanto contribuíram para a construção deste trabalho acadêmico.

A todas as pessoas que, anônima e solidariamente, contribuíram para a elaboração desta tese de doutorado.

Poder-se-ia dizer que essa exposição é “interdisciplinar”, no sentido de uma crítica de disciplinas parcelares. Ela evita o empirismo descritivo, mas não comporta conceito operacional. Ao contrário tentará mostrar como determinado conceito operatório coloca questões: “por quê? para quem? no interesse de quem?”

(LEFEBVRE, 2008, p.36)

RESUMO

A investigação proposta por esta tese acadêmica visa ampliar noções críticas acerca dos modos de organização socioprodutiva da construção civil no conjunto da economia social. Nesse sentido, o presente trabalho elabora proposições teórico-práticas à produção associada autogestionária na construção civil como estratégia para a integração do sistema da economia social na autogestão territorial. Para tanto, a cultura produtiva da construção civil é problematizada, na atualidade, em seus encaminhamentos socioprodutivos heterogestionários e autogestionários e respectivos resultados na economia, vida social e produção do espaço. No desdobramento dessa análise crítica, prospecto modelos socioprodutivos brasileiros e sul-americanos relacionados ao associativismo e ao cooperativismo, com o objetivo de evidenciar formas de produção associada autogestionária na construção civil, orientadas ao desenvolvimento sócio-econômico-espacial, de maneira sustentável e responsável. Além disso, considerando a construção civil como um lugar teórico-prático de transformação socioeconômica para a superação das práticas capitalistas na produção social do espaço, formulo proposições à cultura produtiva autogestionária, como instrumentos para a autonomia e emancipação social, estabelecendo premissas teórico-práticas para a reprodução sociopolítica das práticas autogestionárias, com a noção de canteiro-escola, e para a reprodução socioeconômica da economia social, com a noção de redes de construção autogestionária. Assim, proponho um sistema socioprodutivo em economia social para a produção associada autogestionária na construção civil e seu respectivo mercado não concorrencial e solidário. Esse sistema é caracterizado fundamentalmente por cooperativas de trabalho, produção e consumo, atuando nos segmentos imobiliário, infraestrutura e serviços de construção em autogestão no território. Em última análise, as presentes proposições teórico-práticas desta tese acadêmica, concebidas para a integração e desenvolvimento sócio-econômico-espacial do sistema da economia social brasileira e sul-americana, apontam fundamentalmente para desafios acerca das reais possibilidades de encaminhamentos socioprodutivos para a superação das práticas capitalistas dominantes, por meio da reordenação da cultura produtiva autogestionária na construção civil para o desenvolvimento sócio-econômico-espacial, sustentável e responsável, pela produção autogestionária do espaço.

Palavras-chave: Autogestão. Construção Civil. Cultura Produtiva. Economia Social. Produção do Espaço.

RESUMEN

La investigación crítica propuesta en esta tesis académica busca ampliar nociones críticas acerca de los modos de organización socioproductiva de la construcción civil en la economía social. A este respecto, este trabajo desarrolla postulados teóricos y prácticos relacionados con la producción asociada autogestionaria en la construcción, como una estrategia para la integración del sistema de la economía social en autogestión territorial. De este modo, actualmente es problematizada la cultura productiva en encaminamientos socioproductivos heterogestionarios y autogestionarios y sus respectivos efectos en la economía, la vida social y la producción del espacio. En el desdoblamiento de esa análisis crítica, prospecto modelos socioproductivos brasileños y sudamericanos relacionados al asociativismo y al cooperativismo, con el objetivo de destacar las formas de producción asociada autogestionaria en la construcción civil, orientadas al desarrollo socio-económico-espacial, de manera sustentable y responsable. Además, considerando la construcción civil como un lugar teórico-práctico de transformación social para la superación de las prácticas capitalistas en la producción social del espacio, formulo propuestas a la cultura productiva autogestionaria, como una estrategia a la autonomía y emancipación social, estableciendo presupuestos teórico-prácticos a la reproducción sociopolítica de las prácticas de autogestión, con la noción de obra-escuela; y a la reproducción socioeconómica de la economía social, con la noción de redes de construcción autogestionaria. En consecuencia, propongo un sistema socioproductivo en economía social a la producción asociada autogestionaria en la construcción y su respectivo mercado no competitivo y solidario. Ese sistema se caracteriza, sobre todo, por cooperativas de trabajo, producción y consumo, actuando en los segmentos inmobiliario, infraestructura y servicios de construcción en autogestión en el territorio. En síntesis, esas proposiciones teórico-prácticas de esta tesis académica, diseñadas para integrar y desarrollar el sistema socio-económico-espacial de la economía social brasileña y sudamericana, apuntan principalmente a los retos acerca de las reales posibilidades de encaminamientos socioproductivos a la superación de las prácticas capitalistas dominantes, por medio de la reorganización de la cultura productiva autogestionaria de la construcción civil al desarrollo socio-económico-espacial, sustentable y responsable, a través de la producción autogestionaria del espacio.

Palabras clave: Autogestión. Construcción Civil. Cultura Productiva. Economía Social. Producción del Espacio.

ABSTRACT

The investigation proposed in this academic thesis aims to expand critical notions about the ways of socioproductive organization of civil construction in social economy. In doing so, this paper elaborates the theoretical and practical propositions to the autogestionary associated production in civil construction as a strategy for the integration of social economy system in territorial autogestion. Therefore, nowadays, it is problematized the productive culture of the civil construction in its heterogestionary and autogestionary socioproductive ways and its effects in economy, social life and space production. Developing this critical analyze, I prospect brazilian and south-american socioproductive models related to the associationism and cooperativism. It is done in order to highlight ways of autogestionary associated production in civil construction, that are oriented to socio-economic-spatial development in a sustainable and responsible manner. Moreover, considering the civil construction as a theoretical and practical location of socio-economic transformation to overcome the capitalist practices in the social production of space, I formulate propositions for autogestionary productive culture. I do so as a strategy for autonomy and social emancipation, establishing theoretical and practical assumptions for the sociopolitical reproduction of the autogestionary practices, by the notion of construction site-school; and for socioeconomic reproduction of the social economy, by the notion of autogestionary construction networks. Consequently, I propose a socioproductive system to the autogestionary associated production in civil construction and its respective non-competitive and solidary market. This system is essentially characterized by work, production and consumption cooperatives, acting upon real estate, infrastructure and construction services segments in autogestion in the territory. Finally, these theoretical and practical propositions in this academic thesis are designed to the integration and socio-economic-spatial development of brazilian and south american social economy system. They mainly point to challenges about the real possibilities of socioproductive ways to overcome the dominant capitalist practices, through the autogestionary productive culture reorganization in civil construction aiming the socio-economic, spatial, sustainable and responsible development. All of this is effectuated by autogestionary production of space.

Keywords: Autogestion. Civil Construction. Productive Culture. Social Economy. Production of Space.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUGM	<i>Asociación de Universidades Grupo Montevideo</i>
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CBIC	Câmara Brasileira da indústria da Construção
CCU	<i>Centro Cooperativista Uruguayo</i>
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG
CEF	Caixa Econômica Federal
CETP/UTU	<i>Consejo de Educación Técnico Profesional de la Universidad del Trabajo del Uruguay</i>
CMCC	Cooperativa de Moradia e Construção Comunitária
CMOA	Cooperativa de Mão de Obra Alternativa
CNCT	<i>Confederación Nacional de Cooperativas de Trabajo del Argentina</i>
COVIFORTA	<i>Cooperativa de Viviendas Florestal Tacuarembó</i>
CUDECOOP	<i>Confederación Uruguayaya de Entidades Cooperativas</i>
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNI	<i>Dirección Nacional de Industrias del Ministerio de Industria Energía y Minería</i>
EA	Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FACE	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FARQ	<i>Facultad de Arquitectura de la Universidad de la República Uruguay</i>
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCPU	<i>Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay</i>
FCS	<i>Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República Uruguay</i>
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FECOOTRAUN	<i>Federación de Cooperativas de Trabajo Unidas de Florencio Varela</i>
FECOOTRAR	<i>Federación de Cooperativas de Trabajo de Rosario</i>
FGHAB	Fundo Garantidor da Habitação Popular
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FINAME	Financiamento de Máquinas e Equipamentos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FIPE ZAP	Índices de Preços de Imóveis anunciados
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FOMCOOP	<i>Fondo de Promoción y Educación</i>
FRECOOP	<i>Fondo Rotatorio Especial</i>
FUCVAM	<i>Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
INACOOOP	<i>Instituto Nacional del Cooperativismo de Uruguay</i>
INAES	<i>Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social</i>
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
LCI	Letras de Crédito Imobiliário
LH	Letras Hipotecárias
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MIEM	<i>Ministerio de Industria Energía y Minería</i>
MOM	Morar de Outras Maneiras Grupo de Pesquisa da EA/UFMG
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MVOTMA	<i>Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente</i>
NSE	Nova Sociologia Econômica
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PDDI/RMBH	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
PIB	Produto Interno Bruto
PIT/CNT	<i>Plenario Intersindical de Trabajadores / Convención Nacional Trabajadores</i>
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
PROCOAS	<i>Processos Cooperativos e Associativos</i>
PROGEX	Programa de Apoio à Exportação
RCS	Rede Central de Serviços
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SCEAM	<i>Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio</i>
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção Civil
SNH	Sistema Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SUNCA	<i>Sindicato Único de la Construcción y Anexos</i>
TACE	Teoria Austríaca do Ciclo Econômico
TIB	Tecnologia Industrial Básica
UDELAR	<i>Universidad de la República Uruguay</i>
UEC	<i>Unidad de Estudios Cooperativos del Udelar</i>
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPV	<i>Unidad Permanente de Vivienda - FARQ/UDELAR</i>
ZAP	ZAP Imóveis

LISTA DE TABELAS

- 1 - Comparativo FIPE ZAP (índice de preços de imóveis anunciados), IGP-M (índice geral de preços do mercado) e IPCA (índice nacional de preços ao consumidor amplo): Valores consolidados para o Brasil 93

- 2 - Comparativo FIPE ZAP (índice de preços de imóveis anunciados), IGP-M (índice geral de preços do mercado) e IPCA (índice de preços ao consumidor): Valores consolidados para metrópoles brasileiras 93

- 3 - Inferência do quantitativo discreto no conjunto da economia social brasileira, segmentado por categorias de empreendimentos econômicos solidários 118

- 4 - Sistema cooperativista brasileiro organizado por ramos de atividades econômicas da OCB. Dados disponíveis da série histórica de 2006 a 2011 136

- 5 - Análise quantitativa média das cooperativas, associados e empregados, por ramos de atividades econômicas do sistema cooperativista brasileiro organizado pela OCB. Dados disponíveis da série histórica de 2006 a 2011 138

- 6 - Associações e Cooperativas habitacionais, base de dados IBGE/FASFIL (2008) 144

- 7 - Panorama das ações de construção civil autogestionária relacionadas ao Censo do Cooperativismo Uruguaio, realizado pelo INACOOOP 184

LISTA DE QUADROS

1	- Instrumentos Existentes na Política de Desenvolvimento do Setor da Construção Civil. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (2007/2010).	84
2	- Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil: Área de atuação principal: Assessoria Técnica	149
3	- Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil: Área de atuação principal: Consumo coletivo	149
4	- Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil: Área de atuação principal: Produção de Infraestrutura	150
5	- Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil: Área de atuação principal: Produção de Insumos	150
6	- Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil: Área de atuação principal: Produção Habitacional	151
7	- Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil: Área de atuação principal: Prestação de Serviços de Construção	153
8	- Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil: Áreas de atuação principal: Redes solidárias	156
9	- Visitas técnicas a iniciativas de produção associada autogestionária no Uruguai e na Argentina	172
10	- Visitas técnicas e observações de entidades de representação política, pesquisa, assessoria técnica, fomento e órgãos de governo	173
11	- Entrevistas com ênfase na produção associada autogestionária habitacional no Uruguai	174
12	- Entrevistas com ênfase na produção associada autogestionária de trabalho, produção e consumo no Uruguai e Argentina	177

LISTA DE GRÁFICOS

1	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Brasil	94
2	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Brasil	94
3	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Rio de Janeiro	95
4	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Rio de Janeiro	95
5	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: São Paulo	96
6	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: São Paulo	96
7	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Belo Horizonte	97
8	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Belo Horizonte	97
9	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Recife	98
10	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Recife	98
11	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Fortaleza	99
12	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Fortaleza	99
13	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Brasília	100
14	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Brasília	100
15	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Salvador	101
16	- Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Salvador	101
17	- Categorias da economia social por macrorregiões do Brasil	118

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1	-	Mapa 1 – Espacialização dos dados da amostragem dos empreendimentos econômicos solidários (2007), nos municípios brasileiros por macrorregião	121
2	-	Mapa 2 – Espacialização da densidade econômica brasileira (2006), produto interno bruto municipal por área dos municípios brasileiros	122
3	-	Mapa 3 – Espacialização dos empreendimentos econômicos solidários, relacionados às atividades de construção civil no Brasil	158
4	-	Mapa 4 – Espacialização dos empreendimentos econômicos solidários de construção civil, superpostos ao mapeamento da economia social brasileira	159
5	-	Mapa 5 – Espacialização dos empreendimentos econômicos solidários de construção civil, superpostos ao mapeamento da densidade econômica brasileira	160
6	-	Fotografia 1 – Comuna Urbana Dom Helder Câmara: primeiro assentamento urbano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Financiamento: Prefeitura Municipal de Jandira, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal. Jandira/SP.	162
7	-	Fotografia 2 – Comuna Urbana Dom Helder Câmara: projeto contendo 128 moradias, espaços de convívio, produção e trabalho autogestionário. Jandira/SP	162
8	-	Fotografia 3 – Cooperativa de Mão de Obra Alternativa: panorama do canteiro de obras do Condomínio Florestan Fernandes. Camboriú/SC	163
9	-	Fotografia 4 – Cooperativa de Mão de Obra Alternativa: cooperados no canteiro do Condomínio Social Florestan Fernandes, Camboriú/SC	163
10	-	Fotografia 5 – Cooperativa de Moradia e Construção Comunitária: produção de tijolos cinza-cal. Rio Grande/RS	164
11	-	Fotografia 6 – Cooperativa de Moradia e Construção Comunitária: construção de habitação com tijolos cinza-cal. Rio Grande/RS	164
12	-	Fotografia 7 – Cooperativa Constrói Fácil: prestação de serviços de construção. Jacarepaguá/RJ	165
13	-	Fotografia 8 – Cooperativa Constrói Fácil: cooperados. Jacarepaguá/RJ	165
14	-	Fotografia 9 – Implantação urbana típica das cooperativas pioneiras habitacionais de usuários por <i>ayuda mutua</i> – Montevidéu / Uruguai	196
15	-	Fotografia 10 – Contexto urbano atual no interior dos conjuntos de cooperativas pioneiras habitacionais – Montevidéu / Uruguai	196

16	-	Fotografia 11 – Espaço público no interior dos conjuntos de cooperativas pioneiras habitacionais de usuários por <i>ayuda mutua</i> – Montevideú / Uruguai	197
17	-	Fotografia 12 – Uso misto habitacional e comercial nos conjuntos de cooperativas pioneiras habitacionais de usuários por <i>ayuda mutua</i> – Montevideú / Uruguai	197
18	-	Fotografia 13 – Perspectiva do conjunto de cooperativas pioneiras habitacionais de usuários por <i>ayuda mutua</i> – Montevideú / Uruguai	198
19	-	Fotografia 14 – Fachada. Modularização dos conjuntos de cooperativas pioneiras habitacionais de usuários por <i>ayuda mutua</i> – Montevideú / Uruguai	198
20	-	Fotografia 15 – Canteiro de obras de cooperativas contemporâneas habitacionais de usuários por <i>ayuda mutua</i> – Montevideú / Uruguai	199
21	-	Fotografia 16 – Detalhe da modulação de casas. Canteiro de obras de cooperativas contemporâneas habitacionais de usuários por <i>ayuda mutua</i> – Montevideú / Uruguai	199
22	-	Fotografia 17 – Estrutura em concreto pré-fabricado na construção de uma cooperativa habitacional de proprietários por <i>ahorro previo</i> – Montevideú / Uruguai	200
23	-	Fotografia 18 – Entorno da construção de uma cooperativa habitacional de proprietário por <i>ahorro previo</i> – Montevideú / Uruguai	200
24	-	Fotografia 19 – Canteiro de obras de cooperativas de autoconstrução em um <i>realojo</i> (reassentamento). Programa Habitacional <i>La Isla</i> – Tacuarembó / Uruguai	201
25	-	Fotografia 20 – Vista do canteiro de obras da vila em processo de remoção pelo Projeto <i>La Isla</i> – Tacuarembó / Uruguai	201
26	-	Fotografia 21 – Família de cooperados em autoconstrução no canteiro de obras do Projeto <i>La Isla</i> – Tacuarembó / Uruguai	202
27	-	Fotografia 22 – Casas Modulares sendo erguidas por meio de cooperativas de autoconstrução. Canteiro de obras do Projeto <i>La Isla</i> – Tacuarembó / Uruguai	202
28	-	Fotografia 23 – Sistema internacional de arquitetura industrializada UMISSA / NOX, para o atendimento de interesse social. Canteiro de obras em Maracaibo / Venezuela	212
29	-	Fotografia 24 – Produção do sistema internacional de arquitetura industrializada Umissa / NOX. Fábrica em Canelones / Uruguai	212
30	-	Fotografia 25 – Vista dos bosques de eucaliptos na região do Tacuarembó / Uruguai	214

31	-	Fotografia 26 – Pilaretes de madeira em aplicação convencional nos canteiros de obras de construção civil – Tacuarembó / Uruguai	214
32	-	Fotografia 27 – Edifício abandonado e lacrado na <i>Ciudad Vieja</i> . Centro histórico, região do Porto. Montevideu / Uruguai	216
33	-	Fotografia 28 – Edifício residencial reciclado por cooperativa habitacional na <i>Ciudad Vieja</i> . Centro histórico, região do Porto. Montevideu / Uruguai	216
34	-	Fotografia 29 – FECOOTRAUN: moradias e infraestrutura urbana construída por cooperativas de trabalho associadas. Florencio Varela / Argentina	218
35	-	Fotografia 30 – FECOOTRAUN: Parque Ezeiza Albergue 4. Edificação em construção por cooperativas de trabalho associadas. Florencio Varela / Argentina	218
36	-	Figura 1 – Diagrama das ações de construção civil autogestionária relacionadas ao Programa de desenvolvimento socioeconômico <i>Argentina Trabaja</i>	188
37	-	Figura 2 – Panorama das ações de construção civil autogestionária relacionadas ao Programa de desenvolvimento socioeconômico <i>Argentina Trabaja</i>	189
38	-	Figura 3 – Panorama das ações de construção civil autogestionária relacionadas ao Programa de desenvolvimento socioeconômico <i>Argentina Trabaja</i>	190

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	21
2. TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO MUNDO DO TRABALHO.....	27
3. CAPITAL E TRABALHO: SUPERAR OU CONCILIAR?.....	33
3.1 Fundamentos para superação do capital	34
3.2 Fundamentos para conciliação com o capital	45
3.3 Considerações aos fundamentos para superação e conciliação do capital.....	53
4. CRÍTICA DA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO.....	55
4.1 Autonomia como princípio de justiça social.....	63
4.2 Autogestão para produção social do espaço	65
4.3 Reprodução cultural das práticas socioprodutivas	68
5. CULTURA PRODUTIVA HETEROGESTIONÁRIA.....	72
5.1 Dinâmica socioprodutiva do setor formal da construção civil brasileira	76
5.2 O setor formal da construção civil no contexto de aceleração do crescimento brasileiro ...	81
5.3 Considerações à cultura produtiva heterogestionária na produção do espaço.....	104
6. CULTURA PRODUTIVA AUTOGESTIONÁRIA.....	107
6.1 Outra economia e sociedade	108
6.2 Economia social na atualidade brasileira	116
6.3 Categorias socioeconômicas da produção associada autogestionária brasileira	123
6.3.1 Cooperativismo como categoria econômica da economia social	126
6.3.2 Cooperativismo habitacional no contexto socioeconômico da produção associada autogestionária brasileira.....	141
6.4 Produção associada autogestionária na construção civil brasileira.....	146
6.5 Considerações à produção associada autogestionária no desenvolvimento sócio-econômico-espacial	167

7. PESQUISA DE CAMPO EXPLORATÓRIA.....	169
7.1 Procedimentos para a coleta de dados sociais	170
7.2 Problematização do campo social investigado.....	179
7.3 Análise e interpretação crítica dos dados sócio-político-econômicos	181
7.4 Análise e interpretação crítica dos dados sócio-cultural-produtivos	192
7.4.1 Modelos socioprodutivos consolidados.....	193
7.4.2 Modelos socioprodutivos alternativos	209
7.5 Apontamentos críticos ao campo social investigado	220
8. PROPOSIÇÕES À PRODUÇÃO ASSOCIADA AUTOGESTIONÁRIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	223
8.1 Canteiro-escola para autogestão: reprodução sociopolítica das práticas autogestionárias do trabalho associado na construção civil.....	226
8.2 Redes de construção autogestionária: reprodução socioeconômica do sistema da economia social em autogestão territorial.....	234
8.3 Desenvolvimento sócio-econômico-espacial autogestionário.....	243
9. CONCLUSÃO	246
REFERÊNCIAS	252

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise crítica do contexto socioprodutivo atual da construção civil brasileira. Para tanto, analiso tanto a cultura produtiva heterogestionária dominante no contexto da economia capitalista quanto a alternativa da cultura produtiva autogestionária no contexto da economia social. Por sua vez, prospecto um cenário socioprodutivo na construção civil no sistema da economia social brasileira e sul-americana, como possível superação das práticas capitalistas no desenvolvimento sócio-econômico-espacial contemporâneo. Além disso, apresento uma proposição de autogestão na construção civil como instrumento teórico-prático de economia social para a autogestão territorial, o que representa uma alternativa à relação de exploração do trabalho pelo capital, à organização da produção e consumo no conjunto da economia, sociedade e desenvolvimento socioespacial, de maneira que estabelecer-se-ia uma socioeconomia autogestionária territorializada, sustentável e responsável, mediante a conjugação trabalho-produção-consumo autogestionários.

A problemática inicial da presente tese acadêmica relacionava-se à exploração capitalista do trabalho nos canteiros de obras da construção civil brasileira. Sucintamente, a intenção inicial desta pesquisa referia-se à crítica da noção de trabalho livre de Ferro (2006) dirigida aos canteiros de obras da construção civil, identificando-se, nas práticas da produção da arquitetura e urbanismo, a submissão da produção e do trabalho construtivo ao capital. Essa discussão inicial conduziu a pesquisa teórica aos campos da sociologia do trabalho e da economia política, para o devido aprofundamento crítico da problematização da produção e do trabalho capitalista na construção civil. Por sua vez, isso levou, não apenas às críticas da produção capitalista, mas também à crítica socioespacial e à investigação das alternativas de superação da relação capital-trabalho, pelos princípios socioprodutivos da economia social. Com isso, surge a investigação da cultura produtiva autogestionária, em um trabalho de prospecção teórica, acerca da superação das práticas capitalistas na produção e no trabalho da construção civil, mediante a ordenação sistêmica das atividades da construção civil, no conjunto da economia social brasileira, e, por extensão, sul-americana.

Para a delimitação do presente problema de pesquisa e constituição do seu arcabouço teórico, ressalto as importantes contribuições acadêmicas das discussões teóricas do Grupo de Pesquisa Morar de Outras Maneiras, sediado na Escola de Arquitetura da UFMG e coordenado pela Profa. Dra. Silke Kapp, líder desse grupo de pesquisa e orientadora desta tese acadêmica.

Ressalto também a minha participação na equipe de pesquisa do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI/RMBH, sob a coordenação geral do Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór, CEDEPLAR/UFMG e coordenação de área de Márcio Carneiro dos Reis, FEAD-MINAS/ SECTES-MG e Sibelle Cornélio Diniz, CEDEPLAR/UFMG, para a elaboração do Programa de Apoio à Regulamentação e Instalação de Empreendimentos Individuais, Empreendimentos Solidários, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte¹. Nessa oportunidade, tornou-se evidente a necessidade de outras conformações socioproductivas para uma proposta de desenvolvimento territorial que contemple formas sustentáveis e responsáveis de desenvolvimento social e econômico. Como também pude desenvolver os primeiros apontamentos teóricos para arranjos produtivos não-capitalistas na construção civil, como parte integrante das proposições desse plano diretor de base territorial metropolitana.

Dessa forma, a partir do contato com essa investigação acerca da conjugação de arranjos produtivos locais, articulados à problematização do desenvolvimento territorial sustentável e com responsabilidade social na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ocorreu o delineamento do recorte teórico definitivo desta tese acadêmica, atentando-se para os mecanismos socioeconômicos capazes de promover, no curto prazo, autonomia socioproductiva, como também, no longo prazo, alterações estruturais direcionadas para uma outra lógica produtiva de natureza social e econômica, relacionada às atividades da construção civil no desenvolvimento territorial com justiça social.

Nesse sentido, configuro a presente discussão teórica, a partir da problematização da realidade territorial imediata, que é conduzida ao horizonte amplo das relações socioeconômicas, sociopolíticas e socieaciais, numa perspectiva crítica da produção capitalista do espaço, que se desdobra em proposições de autogestão relacionadas à educação, trabalho, produção e consumo. Constituem-se, então, como questões centrais da pesquisa teórica: as relações sociais de produção e trabalho no funcionamento do capital produtivo; o papel da construção civil no desenvolvimento socioeconômico geral; as implicações da autogestão na vida social e no desenvolvimento socioespacial; e a produção associada em redes autogestionárias de colaboração solidária como alternativa à produção capitalista do espaço.

¹ Ver Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários. Volume 3, Maio de 2011. Seção 4.2.5.3 Programa de Apoio à Regulamentação e Instalação de Empreendimentos Individuais, Empreendimentos Solidários, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, p.735-757. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=130&Itemid=30>. Acesso em: mai. 2011.

Com relação à metodologia de pesquisa aplicada a esta tese acadêmica, adoto as definições metodológicas de Gil (2008) para as pesquisas sociais. Nesse sentido, quanto à finalidade, na concepção de Gil (2008, p.43), o presente trabalho pode ser considerado uma pesquisa social aplicada, tendo como interesse fundamental buscar consequências práticas do conhecimento gerado com as investigações científicas. Dessa forma, como procedimentos específicos, dentro dessa metodologia de pesquisa social, para fins de “esclarecimento e delimitação” do tema, procedo a uma revisão da literatura acerca de fundamentos econômicos, sociológicos e espaciais relacionados ao tema em estudo, sob o pressuposto de que arquitetura e urbanismo é campo de conhecimento das ciências sociais aplicadas.

Além disso, como meu interesse principal se refere ao aprofundamento da compreensão do funcionamento socioprodutivo da construção civil na economia social, e, como no Brasil há uma baixa incidência de empreendimentos dessa natureza e a sua ocorrência encontra-se em uma grande dispersão territorial, optei, como procedimento empírico, pela pesquisa de campo exploratória no Uruguai e na Argentina, países onde há uma tradição mais sólida da produção associada autogestionária pelas formas associativistas e cooperativistas relacionadas à construção civil e demais setores socioeconômicos.

Por sua vez, a pesquisa de campo exploratória no exterior contou com o apoio da Profa Dra. Ema Julia Massera, Professora Adjunta da *Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la Republica Uruguay (UDELAR)* e Professora de Pós-graduação na *Maestría en Arquitectura y Construcción de la Facultad de Arquitectura da UDELAR*, no âmbito do Programa de Mobilidade Acadêmica Escala Docente 2012. Esse programa foi promovido pela *Asociación de Universidades del Grupo Montevideo (AUGM)* com a finalidade de apoiar o intercâmbio de pesquisas de docentes do quadro efetivo, professores em formação continuada e professores seniores, entre as respectivas Universidades filiadas à AUGM.²

Com o objetivo do melhor aproveitamento do tempo e dos recursos disponíveis, um trabalho preparatório de um ano precedeu aos trabalhos da pesquisa de campo. Nesse momento, foi delineado o problema central da pesquisa exploratória, elencando-se as suas categorias de análise e organizando-se a logística para visitas técnicas e entrevistas, a fim de conseguir cobrir um amplo espectro da atuação do cooperativismo, em suas diversidades e especificidades socioeconômicas, políticas, culturais e regionais. O trabalho efetivo de

² Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM) é uma rede de Universidades públicas e autônomas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai para a cooperação acadêmica internacional. Informações disponíveis em: <http://www.grupomontevideo.edu.uy>

campo foi realizado na quinzena de 25 de junho a 10 julho de 2012, intervalo de tempo condicionado pelo respectivo programa de fomento e pela alocação de recursos prevista para essa pesquisa acadêmica. Por sua vez, para percorrer a base territorial em Montevideu, contei com o apoio institucional e logístico da *Unidad Permanente de Vivienda de la UDELAR*, representada pelo Prof. Dr. Raul Valles. No Tacuarembó, tive o apoio institucional e logístico do *Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente de Uruguay*, representado pelo Acessor Ministerial, Dr. Roberto Bettini. Em Buenos Aires, contei com o apoio institucional e logístico da *Confederación Nacional de Cooperativas de Trabajo*, representado pelo Secretário Fernando Serrano e intermediação da *Unidad de Estudios del Cooperativismo de la UDELAR*, através do Prof. Dr. Diego Barrios.

Assim, em meio a essa multiplicidade de contextos teórico-práticos, elaboro os respectivos posicionamentos críticos, conceituais e proposições desta tese acadêmica, que se sistematiza em nove capítulos, iniciando-se por este capítulo introdutório.

No segundo capítulo, intitulado “Transformações contemporâneas do mundo do trabalho”, discuto o contexto atual da acumulação flexível do capital no cerne das transformações contemporâneas do mundo do trabalho. Nessa revisão de conceitos relativos às relações sociais de produção e trabalho, fundamento-me na crítica de base marxiana de Antunes, Gorz e Harvey.

No terceiro e quarto capítulos, respectivamente, os fundamentos econômicos, sociológicos e espaciais são discutidos, a fim de constituírem-se os subsídios conceituais referentes a esses campos teóricos, que são fundamentais para a elaboração crítica desta tese acadêmica.

Assim, no terceiro capítulo, intitulado “Capital e trabalho: superar ou conciliar?”, apresento os principais fundamentos econômicos e sociológicos em discussão neste trabalho, dispostos em duas partes. Na primeira parte, discuto os fundamentos teóricos para a superação do capital, que tomam por base a teoria marxiana e as críticas da produção capitalista, cuja base crítica se refere e se pauta nos próprios textos de Marx, como também em textos de Rubin, Napoleoni, Miglioli, Lukács e Gorz. Nessa perspectiva, reflito sobre as noções teóricas referentes ao capital-trabalho, circunscritas na teoria do valor, divisão do trabalho e alienação social, para estabelecer o entendimento do funcionamento do sistema econômico, submetido à produção capitalista, e alienando a sociedade numa espécie de mercantilização das relações sociais. Na segunda parte, discuto os fundamentos teóricos para a conciliação do capital, que se baseiam na teoria weberiana, mediante a noção de

uma socioeconomia política que considera o papel do indivíduo na ação econômica, e esta relação como uma construção social. Evidencio as noções teóricas referentes à sociologia econômica weberiana, situando o papel dos interesses, da racionalidade e dos comportamentos econômicos imersos nas estruturas sociais, influenciando a dinâmica socioeconômica. Apresento também a releitura atual da sociologia econômica weberiana, realizada pela sociologia econômica contemporânea, mediante os estudos de Swedberg, Lévesque e Granovetter, amplamente difundidos na atualidade da teoria social brasileira.

No quarto capítulo, intitulado “Crítica da produção social do espaço”, apresento fundamentos da teoria socioespacial contemporânea, enfocando a noção lefebvriana de produção do espaço, o direito à cidade, autonomia e autogestão, com base nas discussões críticas de base teórica marxiana de Lefebvre, Harvey, Kapp e Souza. Além disso, baseando-me na noção de cultura de Bosi e de reprodução cultural e social de Bourdieu, proponho a noção de cultura produtiva como um instrumento crítico de análise das formas sociais de reprodução das relações de produção, que participam da formulação da produção social do espaço.

No quinto e sexto capítulos, respectivamente, aplico a noção de cultura produtiva ao contexto socioprodutivo da construção civil brasileira em duas vertentes excludentes: a heterogestionária e a autogestionária, a fim de contrapor os elementos críticos que norteiam a produção capitalista *versus* a produção associada autogestionária.

No quinto capítulo, intitulado “Cultura produtiva heterogestionária”, o contexto socioeconômico dominante na construção civil brasileira é abordado, discutindo-se o papel central da construção civil no desenvolvimento econômico contemporâneo e no contexto atual de aceleração do crescimento econômico brasileiro, movido por políticas e programas governamentais, mantendo-se a precarização do trabalho nos canteiros, conforme propõe a discussão crítica de Farrah e Ferro.

No sexto capítulo, intitulado “Cultura produtiva autogestionária”, enfoco as noções de autogestão, economia social e produção associada como conceitos alternativos para a implementação de outra lógica econômica na vida social brasileira. Nessa perspectiva de redefinição de relações entre a economia e a sociedade, a partir dos princípios da economia social, comparecem as abordagens teóricas de Bucci, Coraggio, Rios, Singer e Tiriba.

No sétimo capítulo, intitulado “Pesquisa de campo exploratória”, relato uma pesquisa de campo exploratória, realizada no Uruguai e na Argentina, evidenciando-se a amplitude da

produção associada autogestionária relacionada à construção civil nesses países e práticas alternativas de economia social em atividade na atualidade, como possíveis matrizes de referência socioeconômica para aplicação no contexto socioprodutivo da produção autogestionária na construção civil brasileira e sul-americana.

No oitavo capítulo, intitulado “Proposições à produção associada autogestionária na construção civil”, evidencio a discussão mais operacional das vias alternativas à produção capitalista pela lógica da economia social, mediante a proposta de constituição de um sistema socioprodutivo de construção autogestionária em economia social. Para tanto, fundamento as proposições teórico-práticas, a partir das noções de “pedagogia da produção associada”, de Tiriba e “redes de colaboração solidária”, de Mance. Esses conceitos, respectivamente, embasam a formulação do conceito de canteiro-escola para a autogestão e de redes de construção autogestionária, como alternativas à produção associada autogestionária na construção civil na economia social. Dessa forma, proponho com o canteiro-escola o enfoque na formação profissional autogestionária nos próprios contextos socioprodutivos e, no desdobramento dessas ações, a constituição de uma base sociopolítica de reprodução ampliada do trabalho associado autogestionário. Por sua vez, com a noção de redes de construção autogestionária, proponho a formação de cadeias socioprodutivas autogestionárias e a configuração de um mercado não concorrencial e solidário, constituindo-se uma base socioeconômica de reprodução das relações de produção autogestionárias no desenvolvimento sócio-econômico-espacial. Essas proposições teórico-práticas voltam-se para uma possível implementação de um sistema socioprodutivo de construção civil baseado na economia social no Brasil e no Cone Sul, a partir das atividades socioprodutivas de construção civil integradas a um sistema socioeconômico de autogestão territorial com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico-espacial, de maneira sustentável e responsável.

Por fim, no nono e último capítulo, nas considerações finais, reitero os pressupostos críticos que situam as proposições teórico-práticas da produção associada autogestionária na construção civil, como condição necessária para articular uma abordagem socioprodutiva autogestionária no sistema da economia social brasileira e sul-americana, numa perspectiva de superação das práticas capitalistas na produção autogestionária do espaço.

2. TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO MUNDO DO TRABALHO

Na tentativa de problematizar as transformações contemporâneas do mundo do trabalho e fornecer subsídios teóricos à presente reflexão desta tese acadêmica, especialmente no que concerne às práticas da construção civil na produção concreta da arquitetura e urbanismo, passo a um breve delineamento da história recente da relação capital e trabalho. Para tanto, apoio a presente revisão da literatura na sistematização crítica proposta por Antunes (2002). Nessa reflexão teórica, o autor elabora um histórico conciso sobre as mudanças que o mundo do trabalho experimenta no contexto da contemporaneidade, especificamente com relação a seu impacto atual na classe trabalhadora, chamada pelo autor de “classe-que-vive-do-trabalho”. Especialmente essa compreensão crítica das condições do trabalho e da classe trabalhadora na contemporaneidade interessa à presente investigação crítica desta tese acadêmica, pois, fundamentalmente, na construção civil, como será debatido adiante, é o trabalho humano intensivo que move a produção nos canteiros de obras. Essencialmente a força motriz da construção civil são as habilidades dos ofícios construtivos e os trabalhos manuais, organizados em um regime híbrido, o qual mecaniza, em parte, processos produtivos semi-industriais, mas sem perder a essência manufatureira com o controle do trabalho parcelado e alienado pelo capital.³

Antunes (2002) situa quatro elementos fundamentais da complexa processualidade do trabalho contemporâneo: a reestruturação produtiva do capital; o fim do socialismo; a social-democratização da esquerda; e a expansão do neoliberalismo.

Primeiramente, no início da década de 1970, começa a revelar-se a intensidade da crise estrutural do capital. A intensidade dessa crise é de tal profundidade, que leva o capital a acentuar os seus traços destrutivos, ocorrendo um amplo processo de transição no interior do processo de acumulação, que implementa a chamada “reestruturação do capital” ou “reestruturação produtiva”, a fim de se recuperar o ciclo de reprodução do capital.

O segundo elemento surge mediante a queda da União Soviética e do Leste Europeu. Esse fato histórico gerou, no interior do mundo do trabalho, a idéia do “fim do socialismo”. Com isso, importantes contingentes da classe trabalhadora e do movimento operário aceitaram a tese do “fim do socialismo” e, em seguida, do “fim do marxismo” e das “utopias

³ Ver aprofundamento teórico dessa discussão, neste trabalho, no Capítulo 3- “Capital e trabalho: superar ou conciliar?”, na Seção 3.1- “Fundamentos para superação do capital”, p.34 e no Capítulo 5- “Cultura produtiva heterogestionária”, p.72.

revolucionárias” de transformação social para a superação do capital. Com o fim do “bloco socialista”, observa-se um forte rebaixamento dos direitos e conquistas do trabalho por parte dos países capitalistas centrais, na medida em que não há mais a “ameaça socialista”.

O terceiro elemento diz respeito à social-democracia, que emerge da ruína da esquerda tradicional. A esquerda sofreu um processo político e ideológico de social-democratização e, com isso, passa a atuar sob os mandos, e “desmandos”, do capital, em uma postura reformista, anti-revolucionária, que age em favor de uma conciliação apaziguadora com o capitalismo. Nas palavras de Marx,

O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia. Só que não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa a impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições especiais para sua emancipação são as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes (MARX, 1971, p.18).

Por fim, o quarto elemento se refere à expansão global do neoliberalismo a partir dos fins da década de 1970. Com isso, o Estado de bem-estar social entra em crise, ocorrendo um processo de declínio da própria social-democracia, que passa a atuar de forma semelhante à neoliberal. A reestruturação produtiva, a privatização acelerada, a noção de Estado enxuto e gerencial, as políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional, são as principais características do neoliberalismo. E os países capitalistas centrais são os primeiros a implementar os programas de ações neoliberais, seguidos dos países de economia periférica.

Segundo Esping-Andersen (1994), a viabilidade do Estado de bem-estar social (*welfare state*) é abalada, decretando-se o fim da era de ouro do capitalismo pós-guerra. Além de promover políticas sociais no universo industrial desenvolvido, o bem-estar social representa um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, abandona-se a pura lógica do mercado, em favor da exigência da extensão da segurança de emprego e dos ganhos trabalhistas como direitos de cidadania. Moralmente, prevalece a defesa das noções de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, é parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o fascismo e o bolchevismo.

Nesse contexto, para Antunes (2002), numa perspectiva teórica marxiana, o papel social fundamental da classe trabalhadora, que é de transformar a ordem capitalista, é desmontado pela flexibilização dos direitos sociais dos trabalhadores, no combate ao sindicalismo classista e disseminação de um subjetivismo e de um individualismo acirrados. Dessa forma, as mudanças econômicas e políticas neoliberais vêm alterando profundamente o mundo do trabalho, principalmente pela desarticulação e fragmentação dos trabalhadores na estrutura “flexível” produtiva e de acumulação, em suas incursões desestabilizadoras das formas políticas de representação sindical, o que reduz o embate das transformações do trabalho a reivindicações de melhorias salariais, por exemplo. Assim, as mudanças do capitalismo contemporâneo afetam violentamente o mundo do trabalho, reestruturando-se as práticas sociais e as concepções da racionalização produtiva, de origem fordista e taylorista, muito difundidas pela racionalidade técnico-produtiva do capitalismo até a década de 1970. Conforme esclarece Antunes (2002, p.181), nessa breve contextualização histórica, cumpre ressaltar que essas práticas fordistas e tayloristas, surgidas no início da década de 1910, potencializaram o desenvolvimento do capitalismo no século XX e avançaram no cotidiano da vida social no século XXI.

Em linhas gerais, do fordismo, extraio a “linha de montagem” e suas estratégias de “automatização” para a maximização da produção pela padronização e redução do tempo por meio de inovações técnicas e organizacionais, tendo em vista, de um lado a produção em massa e, do outro, o consumo em massa. Já, do taylorismo ressalto a lógica da “idiotização” pelo cumprimento funcional de “tarefas”, mediante as concepções “científicas” funcionalistas e reducionistas, que instituíram nesse modelo administrativo a “racionalização produtiva” com o incremento da “eficiência” operacional pela “administração de tarefas”, tanto na fábrica quanto na escola.⁴ Por sua vez, do toyotismo importa a “flexibilização” do trabalho da produção, por meio das “metas” orientadas aos interesses do capital para o “pronto atendimento” das demandas de consumo dirigido. Importa também as práticas organizacionais que vêm expandindo-se pelo ocidente capitalista desde 1980, em contraposição aos modelos anteriores, fordista e taylorista, adotando características socioprodutivas próprias à lógica da produção vinculada à demanda com oferta de produtos variados e bastante heterogêneos, envolvendo trabalho operário com multivariabilidade de funções em equipe; adoção do princípio do *just in time* para o menor tempo de produção e entrega do produto e fluxo contínuo de peças e reposição mínima de estoque para a redução global do tempo de produção e de circulação da mercadoria.

⁴ Ver aprofundamento dessa discussão, neste trabalho, no Capítulo 8, na Seção 8.1- “Canteiro-escola para autogestão: reprodução sociopolítica das práticas autogestionárias do trabalho associado na construção civil”, p.226.

Essa forma flexibilizada de acumulação capitalista, que se baseia nas noções de “reengenharia” e de “empresa enxuta”, gera efeitos graves no mundo do trabalho e da produção. Na fábrica cujo sistema produtivo era fordista/ taylorista, aproximadamente 75% era produzido no seu interior, já na toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. A fábrica toyotista horizontaliza o processo produtivo essencial (menor parte) e terceiriza o restante (maior parte). Além disso, segundo Antunes (2002, p.183), há uma crescente diminuição do proletariado fabril estável, desenvolvido na vigência do binômio taylorismo/ fordismo, e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo. Conseqüentemente, há um acentuado crescimento do novo proletariado, de subproletariado fabril e de serviços do mundialmente conhecido trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em inúmeras partes do mundo. Inicialmente, esses postos de trabalho foram preenchidos pelos imigrantes, como os latinos nos Estados Unidos da América. Porém, atualmente, sua difusão atinge os trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista em todo o mundo. Nesse contexto, há um aumento significativo do trabalho feminino, que chega a ser mais de 40% da força de trabalho nos países centrais, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado. Há uma exclusão dos jovens e de pessoas com mais de 40 anos do mercado de trabalho dos países centrais. Há uma inclusão criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subalterna, como nos países asiáticos e latinoamericanos. Por outro lado, há um incremento dos assalariados médios e da prestação de serviços no contexto da expansão do trabalho social combinado no nível global, em que trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção.

Portanto, na contemporaneidade, conforme ressalta Antunes (2002, p.184), não há uma diminuição da classe trabalhadora, mas, contrariamente, um aumento da diversidade dos níveis de exploração da força do trabalho, transpostos à flexibilização dos espaços de produção e intensificação do trabalho fora do ambiente fabril. No cenário contemporâneo, pós-moderno e pós-industrial, a classe trabalhadora sofre uma intensa diversificação em suas formas de trabalho socioprodutivo, fragmentando-se, heterogeneizando-se e complexificando-se ainda mais as formas de exploração do trabalho pelo capital. A “classe-que-vive-do-trabalho” tornou-se mais qualificada em alguns ramos, mas também desqualificou-se e precarizou-se em diversos setores. De um lado, em escala minoritária, surge o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era da informação, que é capaz de operar máquinas sofisticadas e, às vezes, exercitar sua dimensão intelectual no emprego. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, desqualificados, que está

submetida às formas de emprego temporário, parcial, ou o desemprego. Segundo, Gorz (2003, p.71), são as alterações da base técnica que produzem a “segmentação” e a “desintegração” da classe trabalhadora. Nesse contexto, “uma elite é ganha, em nome da ética do trabalho, à colaboração com o capital; a massa é precarizada ou marginalizada e serve de exército de reserva a uma indústria que deseja poder rapidamente ajustar o número de empregados às variações da demanda”.

Com as mudanças ocorridas nos anos 1980, devido ao avanço tecnológico, à automação, à robótica e à microeletrônica, que invadiram o universo fabril, buscam-se novos padrões “flexíveis” de produtividade, ou seja, novas formas de se adequar a produção à lógica das relações concorrenciais do mercado. Assim, as práticas organizacionais fordistas e tayloristas mesclam-se, ou até mesmo são substituídas, pelos processos socioprodutivos toyotistas. Apesar de Harvey (1992, p.155) reconhecer que o fordismo poderia adotar as tecnologias e processos de trabalho emergentes, admite que a competição e a disputa pelo controle da força de trabalho levaram a formas industriais totalmente novas ou a uma integração do fordismo a uma rede completa de subcontratação e terceirização a fim de fornecer uma maior flexibilidade em face da competição acirrada e dos riscos econômicos aumentados. Esse é o cenário contemporâneo da “acumulação flexível” sintetizado por Harvey na seguinte passagem:

Flexible accumulation, as I shall tentatively call it, is marked by a direct confrontation with the rigidities of Fordism. It rests on flexibility with respect to labour processes, labour markets, products, and patterns of consumption. It is characterized by the emergence of entirely new sectors of production, new ways of providing financial services, new markets, and, above all, greatly intensified rates of commercial, technological, and organizational innovation. It has entrained rapid shifts in the patterning of uneven development, both between sectors and between geographical regions, giving rise, for example, to a vast surge in so-called 'service-sector' employment as well as to entirely new industrial ensembles in hitherto underdeveloped regions (HARVEY, 1992, p.147).⁵

Além disso, Harvey (1992, p.187) afirma que a “acumulação flexível”, por ser uma forma própria do capitalismo, mantém três características fundamentais desse modo de produção: *crescimento do capital; exploração do trabalho humano; e dinâmica tecnológica e organizacional para reprodução do capital*. A primeira característica é que o capitalismo é

⁵ Acumulação flexível, na tentativa de nomeá-la assim por mim, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade referente aos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível abrange rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto aumento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Tradução do autor).

voltado para o crescimento da base econômica. A segunda característica diz respeito ao fato de o crescimento em valores reais apoiar-se na exploração do trabalho vivo no universo da produção. Desse modo, há a viabilidade de estratégias de extração de mais-valia, pois o desenvolvimento tecnológico gera excedentes da força de trabalho. As práticas de trabalho envolvem desde o trabalho em casa até o setor informal. Em condições de acumulação flexível, existem sistemas de trabalho alternativos, permitindo aos empreendedores capitalistas uma gama facilitada de escolha entre eles. Conforme evidencia Harvey (1992, p. 187), *“the same shirt designs can be produced by large-scale factories in India, co-operative production in the 'Third Italy,' sweat-shops in New York and London, or family labour systems in Hong Kong”*.⁶ Quanto à terceira característica, o capitalismo apresenta uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional para permitir operar a sua reprodução social, mediante a conjugação da base econômica com a exploração do trabalho produtivo.

Em suma, a crise estrutural do capital está na paradoxal combinação de uma imensa capacidade produtiva para satisfazer demandas da sociedade e uma absoluta incapacidade para distribuir as riquezas geradas com o próprio trabalho humano. Para Swedberg (2005, p. 165), abundância e escassez articulam-se na produção capitalista, mediante sua própria lógica socioprodutiva que “não apenas produz avanços para alguns como também empecilhos e dificuldades para outros”.

Nas últimas décadas, em resposta à crise estrutural do capital, complexifica-se a processualidade das relações de produção, precarizando-se o mundo do trabalho, o que afeta fortemente a classe trabalhadora. Além disso, as relações produtivas contemporâneas, constituídas sob a lógica da acumulação flexível, impuseram, no nível planetário, um altíssimo ritmo de destruição dos recursos naturais. As contradições estruturais relacionadas ao capitalismo acirraram-se tanto que noções como qualidade de vida, preservação ambiental ou identidade cultural adquiriram novos significados na opinião pública, resumidas no *slogan* do “desenvolvimento sustentável” e da “responsabilidade social”.

Contudo, poderão essas novas noções “sustentáveis” e “sociais” promover transformações substanciais na economia, na sociedade e, principalmente, na relação capital-trabalho, capazes de superar o atual quadro da acumulação flexível do capital?

⁶ O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da “Terceira Itália”, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong (Tradução do autor).

3. CAPITAL E TRABALHO: SUPERAR OU CONCILIAR?

O atual contexto da premência do desenvolvimento sustentável oportuniza ações sociais em uma outra lógica econômica, na qual é evidente a necessidade de vinculação do desenvolvimento social ao econômico no desenvolvimento territorial. Isso configura um amplo debate para repensar quais relações entre economia, sociedade e espaço poderiam, verdadeiramente, estabelecer a sustentabilidade e a responsabilidade social. As mudanças em curso na contemporaneidade impulsionam, de um lado, posições revolucionárias, que, de fato, formulam a superação do capitalismo e repensam o desenvolvimento socioespacial, mediante práticas autogestionárias não-capitalistas, em uma economia social, redistributiva e democrática. Por outro lado, também ocorrem inúmeras ações reformadoras, destinadas a responder a reivindicações sociais e ambientais, porém mediante a abertura de novos mercados socioeconômicos, que se utilizam das citadas práticas “sociais”, sem abalar as estruturas “econômicas” de reprodução do capitalismo.

Nesse sentido, Mészáros (2009, p.79) analisando encaminhamentos para a superação do capital, a partir da perspectiva teórica marxiana, evidencia que, diante do aprofundamento da atual crise estrutural do capital, tornam-se necessárias mudanças institucionais que não apenas barrem o avanço do capital sobre a sociedade, mas que transformem toda a dinâmica política, social e econômica. Dessa forma, Mészáros (2009, p.88), afirma que em “tempos de crise econômica abrem sempre uma brecha razoável na ordem estabelecida”. Portanto, um momento de crise econômica global, como o que vivemos hoje, pode ser compreendido como uma oportunidade para empreender mudanças rumo ao desenvolvimento realmente social e sustentável.

Por outro lado, afirmando a conciliação com o capital, a partir da perspectiva teórica weberiana, Lévesque (2007, p.108) também compreende a condição paradoxal contemporânea como um momento de “grande transformação”, comparável à época dos “clássicos” da sociologia, referindo-se a Weber, Durkheim e Simel. Nesse sentido, Lévesque (2007, p.109) compreende que, na atualidade, “tudo se passa como se o neoliberalismo sem querer tivesse contribuído para a reabilitação da sociedade civil, sem eliminar, no entanto, a necessidade de instâncias governamentais de regulação”. Ou seja, no contexto contemporâneo, as políticas públicas neoliberais em favor do livre mercado têm transformado o papel formal do Estado, de agente para regulador dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, telecomunicação, energia e transporte.

Nesse debate, *grosso modo*, estão confrontadas as referidas bases teóricas marxiana e weberiana, sendo que a abordagem de Marx serve de base teórica para estudos críticos que se orientam para a primeira dessas possibilidades, a superação do capital, enquanto a abordagem de Max Weber é a base para a segunda a conciliação com o capital. Dessa forma, não se pretende uma análise detalhada das diferenças teóricas entre tais abordagens ou sua classificação ortodoxa entre revolucionária e reformista. Interessa ao presente trabalho como elas definem direcionamentos opostos, sintetizados pela confrontação dos argumentos para a superação ou para a conciliação com o capital, respectivamente, e seus desdobramentos teóricos na teoria social contemporânea.

Em outras palavras, poderemos superar a relação capital-trabalho ou devemos tentar conciliá-la, apenas tentando reduzir ao mínimo os resultados negativos para a sociedade, a economia e o meio ambiente?

3.1 Fundamentos para superação do capital

A teoria marxiana elucidada, sobremaneira, o funcionamento do capital produtivo, a relação exploratória entre capital e trabalho e a reprodução das práticas econômicas na vida social. Assim, a crítica marxiana da produção capitalista permite compreender elementos chave da crise estrutural do capital e também perceber os entraves para a sua superação. Dessa forma, sintetizo a seguir os elementos teóricos marxianos para a compreensão global do funcionamento do capitalismo e, particularmente, da relação capital-trabalho.

Para a teoria marxiana, a relação capital-trabalho é, necessariamente, uma relação social de produção, em que o trabalho é submetido ao controle e à lógica do capital, com a finalidade de extração lucrativa de valor. Rubin (1987, p. 106) observa que, na teoria marxiana, “todos os conceitos básicos do sistema econômico parecem variações lógicas do conceito de valor. O dinheiro é um valor que serve como equivalente geral. O capital é um valor que cria a mais-valia. Os salários são o valor da força de trabalho. Lucro, juro e renda são partes da mais-valia”.

Nesse sentido, o sistema econômico, numa perspectiva marxiana, representa a própria dinâmica de constituição do valor econômico na vida social. Na definição de Viceconti e Neves (2010, p.6-7), “sistema econômico é a forma como a sociedade está organizada para desenvolver as atividades econômicas, que são as atividades de produção, circulação,

distribuição e consumo de bens e serviços”. Problematizando essa definição, Viceconti e Neves apresentam os três problemas sociais básicos do sistema econômico: *o que produzir, como produzir, para quem produzir*. O primeiro problema, o que produzir, diz respeito às escolhas de produção. Isso envolve a decisão por determinados produtos e suas respectivas quantidades. Já o segundo problema, como produzir, relaciona-se aos fatores de produção disponíveis, recursos materiais, humanos e tecnológicos. Por sua vez, o terceiro problema, para quem produzir, refere-se ao modo como os membros da sociedade participam dos resultados da produção; em suma, como ocorre a distribuição das riquezas produzidas com o trabalho, e quais são as formas de participação dos benefícios gerados.

Observo que, nesses problemas essenciais do sistema econômico, não está formulada, pelos autores, uma questão primordial, por que produzir. Entretanto, essa questão relaciona-se com a própria definição de Viceconti e Neves (2010, p.1) para Economia: “a ciência social que estuda a produção, a circulação e o consumo dos bens e serviços que são utilizados para satisfazer as necessidades humanas”. Assim, a resposta à pergunta pelo porquê da produção é a satisfação das necessidades humanas. Dessa forma, pode-se inferir a premissa de que o estabelecimento de um sistema econômico, por meio da organização da sociedade em produtores e consumidores, viabiliza trocas econômicas para a satisfação das necessidades humanas.

Por sua vez, Marx propõe que, no capitalismo, a satisfação das necessidades humanas ocorre por meio da produção de mercadorias. Por sua vez, as mercadorias podem satisfazer necessidades humanas, conforme define Marx (2011a, p.57), “diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção”, uma vez que “a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”.

Mas se, por um lado, a forma mercadoria é eficaz para satisfazer necessidades humanas em larga escala mediante a produção em contínua reprodução; por outro lado, configura um modo de produção que se organiza com a finalidade da acumulação de riquezas pela reconversão do trabalho em valor acumulável e reproduzível pela circulação da forma mercadoria. Assim, a mercadoria, pela perspectiva das necessidades humanas, tem um valor de uso, mas, pela perspectiva da acumulação de riquezas, é suporte para um valor de troca. Essa é a condição essencial das mercadorias no mercado, que têm a função de resgatar o valor que foi constituído com o trabalho durante o processo produtivo. Ou seja, para resgatar o valor-trabalho, as mercadorias são inseridas no mercado, que é o lugar

essencial para as trocas econômicas. Dessa forma, no capitalismo, baseado em produção e consumo em larga escala, são os mercados que possibilitam o escoamento dos produtos e a renovação produtiva das atividades econômicas.

No mercado, o dinheiro participa das trocas econômicas como uma forma equivalente e abstrata para a reconversão da forma mercadoria em objeto de troca econômica. Mas o dinheiro não é apenas uma forma equivalente para as trocas econômicas e, sim, o próprio meio para a circulação das mercadorias, conforme afirma Marx (2011a, p.141): “em suas funções de intermediário da circulação de mercadorias, assume o dinheiro o papel de meio de circulação”. Por sua vez, Marx (2011a, p.517) sintetiza conceitualmente essa transformação do dinheiro em condições de produção, por quatro fases de rotação do capital, que ocorrem sucessivamente com a criação do mais-valor do produto pelo trabalho; seguida da colocação do produto no mercado; estabelecimento da circulação ordinária da mercadoria com a circulação monetária; e, por fim, a reconversão do capital em novas condições de produção, o que permite a renovação do processo produtivo e a produção de um volume maior de capital.

Assim, o trabalho produtivo convertido na forma mercadoria é reconvertido para a forma dinheiro, com a circulação das mercadorias no mercado. Isso garante a continuidade do trabalho produtivo com a possibilidade do reinvestimento na produção. Por essa configuração, Marx (2011b, p.338) propõe que “a taxa de lucro é a força propulsora da produção capitalista, e só se produz o que se pode e quando se pode produzir com lucro” Consequentemente, todas as demandas sociais não-lucrativas não participam dos interesses que movem o sistema econômico. E o sistema econômico, por sua vez, embora necessite da criação contínua de novas demandas, atende apenas àquelas que são lucrativas. Dessa forma, o trabalho produtivo tem a função social de gerar lucro, mantendo a continuidade da produção, o que permite tanto a acumulação de capital quanto a reprodução sistêmica desse modo de produção.

Por outro lado, a força de trabalho é o único bem de produção que pode gerar valor. Lafargue (2005, p.14) sintetiza as noções marxianas de que “as mercadorias só são consideradas valores porque contêm trabalho humano”. Nas palavras de Marx (2011a, p.511), “o tempo de trabalho ou o *quantum* de trabalho é a medida dos valores. Duas coisas só são comensuráveis pela mesma medida quando são de mesma natureza. Os produtos só podem ser medidos com a medida do trabalho – o tempo de trabalho – porque, por sua natureza, são trabalho. São trabalho objetivado”. Dessa forma, é o valor-trabalho, e apenas ele, que acrescenta valor ao sistema de produção-circulação das mercadorias. Por

consequente, Marx (2011a, p.134), afirma que “o preço da mercadoria é apenas a denominação em dinheiro da quantidade de trabalho social nela incorporado”.

Na conceituação marxiana, capitalistas e trabalhadores são entendidos como “agentes econômicos autônomos”. Entretanto, Rubin (1987, p.106) questiona esse posicionamento teórico, em que “as relações de produção da sociedade capitalista, expressas nos conceitos mencionados (capital, salários, lucro, juro, renda, etc.), aparecem sob a forma de relações entre produtores mercantis independentes, de relações que se expressam através do conceito de valor”. Dessa forma, apresenta a crítica de Oppenheimer e Liefmann a Marx com relação a essa premissa do funcionamento econômico independentemente dos produtores mercantis em suas trocas econômicas. Por sua vez, essa crítica dirige-se ao caráter abstrato da teoria marxiana para as relações sociais de compra e venda ordenadas pelo capital, que, na realidade, são relações desiguais de exploração da compra de força social média do trabalho pelo capitalista e da sujeição a essa venda praticada pelo trabalhador.

Esse posicionamento crítico à teoria marxiana busca evitar distorções idealizadoras da abstração teórica para as relações econômicas reais. Assim, a autonomia do trabalhador para vender livremente sua força de trabalho como mercadoria é apenas um pressuposto teórico que serve à compreensão abstrata da relação econômica. Entretanto, afasta a noção de sujeição dessa venda forçada de força de trabalho pela condição de sobrevivência. O suposto “livre comércio” da força de trabalho é anulado pelo valor social médio da sua força produtiva, numa relação social desigual entre capitalistas e trabalhadores. Com efeito, o trabalhador não vende seu trabalho como produto, mas vende sua força produtiva a um preço regido socialmente pela forma assalariada de sua remuneração. O caráter social médio do trabalho produtivo conduz a mercadoria força de trabalho a relações socioprodutivas num mercado concorrencial que precifica a força produtiva pelos fatores de produção dominantes.

Em outras palavras, o trabalhador não vale pela sua habilidade individual, mas pela quantidade média de trabalho produtivo socialmente necessário para produzir mercadorias, nas condições sociais e tecnológicas vigentes, para as necessidades sociais do mercado e com as possibilidades do meio de circulação monetária. A força de trabalho é tratada como uma força social média dos homens que atuam na produção de um determinado tipo de mercadoria, não como a força de trabalho específica de um homem que trabalha numa mercadoria singular. Assim, importa o rendimento médio dos trabalhadores que empilham tijolos, não a capacidade ou a qualidade específica de um pedreiro. Essa medida simples e

uniforme baliza o sistema de produção mercantil capitalista nas transformações do trabalho em valor, para a produção de lucro. Nesse sentido, a grande massa do trabalho social realizado é reduzida ao trabalho simples, parcelado e contabilizado no menor tempo de sua execução, enquanto o trabalho complexo adquire seu valor mercadológico a partir desse trabalho simples, socialmente normalizado.

Nessa dinâmica de exploração do trabalho vivo, submetendo-se as atividades produtivas à ordenação do capital, o capitalista adquire direito sobre a aquisição da lucratividade, adquirida pela objetivação do trabalho produtivo, na qualidade de proprietário do conjunto das forças produtivas ativadas pela organização da produção. Dessa forma, a condição proprietária permite ao capitalista apropriar-se da força de trabalho como uma mercadoria, um bem de produção como outro qualquer, e não como o próprio bem que gera valor na produção. Ao fim do processo produtivo, isso lhe permite apropriar-se da diferença entre o valor concretizado com o trabalho produtivo e o valor não pago à remuneração da força de trabalho, sob a condição de seu assalariamento. Isso corresponde à noção marxiana de “mais-valia” estabelecida, fundamentalmente como aquisição do sobrevalor pela relação capital-trabalho, estabelecida com o trabalho assalariado e a concentração dos meios de produção. O objetivo da produção capitalista é, então, definido na teoria marxiana como a transformação do capital em produção de “mais-valia”, para fins de extração de valor-trabalho.⁷

Condição que ocorre de maneira “absoluta”, pela intensificação do ritmo de trabalho, ou seja, como “mais valia absoluta”, correspondendo ao valor-trabalho não pago ao trabalhador assalariado, explorando-se a intensificação do trabalho pelo aumento do ritmo da produção ou pela extensão da jornada de trabalho. Como também ocorre de maneira “relativa”, ou seja, como “mais-valia relativa”, correspondendo à competitividade, mediante a inovação constante da base produtiva. Dessa forma, transformando-se continuamente a base tecnológica produtiva, pela inovação das técnicas e processos, reduzem-se os tempos médios de produção e extraem-se, nos mercados concorrenciais, vantagens competitivas, que são ganhos efetivos de capital. Além disso, para Marx:

O valor das mercadorias varia na razão inversa da produtividade do trabalho. Comporta-se do mesmo modo o valor da força de trabalho, por ser determinado pelos valores das mercadorias. Em contraposição, a mais-valia relativa varia na razão direta da produtividade do trabalho. Eleva-se ou cai com a ascensão ou queda da produtividade do trabalho. [...] O valor absoluto da mercadoria não interessa, por si mesmo, ao capitalista que a produz. Só lhe interessa a mais-valia nela inserida e realizável através da venda (MARX, 2011a, p.370).

⁷ Rever citação anterior de Rubin (1987, p. 106), neste capítulo, p.34.

Enfatizo que para Marx (2011a, p.307), a produção de “mais valia”, em sentido amplo, ocorre, fundamentalmente, pela divisão social do trabalho organizada pelo capital, operando transformações no trabalho e na base técnica, os quais agem na vida social para extrair “o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade”. Historicamente, o capital promoveu a divisão social do trabalho, dilacerando os saberes de ofício artesanais e transformando o artesão em operário assalariado. Com isso, gera-se o trabalhador parcial, pertencente à classe proletariada, o qual não é mais mestre do seu ofício, com um saber construído e inserido em uma comunidade cultural do trabalho. Conforme explicita Marx (2011a, L.1, p.393), “é justamente por continuar sendo a habilidade profissional do artesão o fundamento do processo de produção que o trabalhador é absorvido por uma função parcial e sua força de trabalho se transforma para sempre em órgão dessa função parcial”.

Essa condição é mais evidente no contexto inicial da produção capitalista manufatureira, em que a habilidade e destreza dos trabalhadores são essenciais para os processos produtivos, e as transformações no mundo do trabalho ainda não operam as transformações sociais e tecnológicas presentes na atualidade. As transformações sociais e tecnológicas, com o avanço das forças produtivas capitalistas, mascaram esse processo de produção de “mais valia” pelo capital, nos chamados aumentos de “lucratividade”, “competitividade” e “crescimento econômico”, tão essenciais ao funcionamento do sistema econômico de base capitalista.

Além da redução da dinâmica social a duas classes, burguesia e proletariado, a divisão social do trabalho, que esse modo de produção impõe, reduz o trabalho a suas dimensões quantitativas. Quando muito, detém qualidades específicas das operações técnicas do trabalho, e não mais os meios produtivos e as possibilidades administrativas para gerir a totalidade do trabalho, que passa ao controle do capital manufatureiro e, posteriormente, do capital industrial.

Dessa forma, a supervisão, o controle e o comando do capital passam a reger a força de trabalho social parcelada, diferentemente do que ocorria na cultura artesanal, propriamente, produção com autonomia socioproductiva. O particionamento das etapas de produção, o controle da distribuição de tarefas e a conferência sistemática do andamento do processo de produção constituem a inovação da cultura produtiva moderna, que promove a cultura técnica da divisão social do trabalho na manufatura, posteriormente racionalizada no capitalismo industrial, que aprofunda o empobrecimento da cultura técnica do trabalhador, sob a lógica da hierarquização e alienação social do trabalho.

Nesse sentido, Marx (2011a, p.384) chama a atenção para o papel da supervisão na produção capitalista em seu caráter coletivo e de trabalho objetivado: “Essa função de dirigir, superintender e mediar, assume-a o capital logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo”. A supervisão não é tarefa do trabalho, é tarefa do capital que controla o trabalho e opera a sua subsunção formal, em um regime de cooperação produtiva. Mas a cooperação no trabalho coletivo e a solidariedade que lhe corresponde não são cativas de um determinado modo de produção, podendo ser encontradas em todas as relações sociais de produção coletiva, sejam capitalistas ou não. Na história social do trabalho, a cooperação é recorrente na produção intensiva e uniforme, como, por exemplo, na agricultura, mineração e construção civil. Em um regime de cooperação, os trabalhadores atuam coletivamente, sem haver, necessariamente, uma divisão social do trabalho. Marx (2011a, p.393) enfatiza que “a divisão manufatureira do trabalho é uma espécie particular de cooperação, e muitas de suas vantagens decorrem não dessa forma particular, mas da natureza geral da cooperação”.

É a partir dessa cooperação simples, própria do trabalho coletivo realizado em larga escala, que Marx elabora a noção de cooperação complexa, típica do modo de produção capitalista. A cooperação simples converge as forças solidárias de trabalhos parciais em uma força maior que o resultado da soma das partes individuais coordenadas, utilizando, quando necessário, uma divisão técnica do trabalho. Já a cooperação complexa transforma a cooperação simples, introduzindo a divisão social do trabalho, especializando e controlando a produção para integrar os resultados parciais em um regime conexo de produção. Segundo Marx (2011a, p.378), corresponde à “forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”.

Marx afirma também que (2011a, p.383) “a concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de cada capitalista é, portanto, condição material para a cooperação dos assalariados, e a extensão da cooperação ou a escala da produção dependem da amplitude dessa concentração”. O capitalista ainda apropria-se do “extra” que a condição de cooperação proporciona, configurando-se em uma captura de um valor adicional ao próprio sobrevalor, retirado com a mais valia, pela condição assalariada do trabalho.

Para Marx (2011a, p.382), “em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na cooperação. Ao cooperar com os outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade

de sua espécie”. A base do trabalho-produtivo capitalista é, portanto, o trabalho coletivo atuando em um regime de cooperação complexa, por meio da divisão social do trabalho. A cooperação tornada cooperação capitalista envolve a concentração das forças sociais do trabalho com a consequente subordinação e alienação da própria classe trabalhadora. Assim, a divisão social do trabalho e a organização da produção em regime de cooperação constituem a combinação necessária para garantir a continuidade da produção organizada pelo capital. Por essa via, a divisão técnica do trabalho e a interação das forças parciais do trabalho-coletivo parcelado em cooperação adquirem um papel fundamental na cultura produtiva e na racionalidade econômica capitalista. Dessa forma, a cooperação, como força produtiva de caráter social, própria do trabalho-coletivo, torna-se trabalho-produtivo-conexo, ordenado pelo capital. Por sua vez, a conexão do resultado dos trabalhos parcelados não promove necessariamente interação social do trabalho, deslocando-se o trabalhador para a condição de alienação pela condição de submissão à divisão social do trabalho. Segundo Napoleoni (1981, p.114), “a objetivação do trabalho se torna a base da alienação”. Assim, a cooperação capitalista, sob esse enfoque da teoria marxiana, envolve a concentração das forças sociais do trabalho, com a consequente alienação e subordinação da própria classe trabalhadora à dominação do capital.

Essencialmente, a conexão dos trabalhos individuais parcelados em jornadas coletivas de trabalho fortalece essa condição heterônoma da produção capitalista. Dessa forma, Gorz (2001, p.117), numa perspectiva da teoria marxiana na contemporaneidade, propõe que o trabalho-produtivo submetido ao regime capitalista responde “a uma necessidade econômica (obter a melhor produtividade possível) e a uma necessidade política (manter os produtores diretos numa posição subordinada em relação ao capital)”. Assim, o trabalhador não consegue discernir a parte do trabalho que lhe pertence no processo produtivo, nem a sua submissão ao capital-produtivo. Gorz (2001, p.177) ressalta ainda que, na produção capitalista, “a objetivação, não visa somente a limitar o campo de trabalho, mas também a impedir que qualquer trabalhador compreenda os laços e a dialética do conjunto e, por conseguinte, a política da empresa”. Por conseguinte, o trabalho é alienado das dimensões políticas e sociais que lhe são intrínsecas, restringindo-se às dinâmicas funcionais para atender às demandas produtivas econômicas. Isso, por sua vez, restringe a amplitude social e política da representação qualitativa do trabalho à dimensão quantitativa que atende ao regime de produção e circulação de mercadorias, com a finalidade de acumulação e reprodução de capital. Nesse sentido, o modo de produção capitalista opera uma subsunção formal do trabalho produtivo, que se torna subsunção real, impedindo a autonomia e a emancipação do trabalhador, pela própria condição de submissão imposta à sua inserção socioprodutiva. A divisão social do trabalho, mantida pela supervisão e controle do trabalho

produtivo objetivado, é ponto chave da teoria marxiana para o entendimento das complexas mudanças sociais, promovidas pela produção capitalista, que conduzem à hierarquização e à alienação como práticas da cultura produtiva dominante na vida social contemporânea.

Assim, a concepção marxiana de alienação, parte da divisão do trabalho produtivo e se expande para suas manifestações sociais mais amplas, sob as formas de reificação presentes na dinâmica do fetichismo. Analogamente, esses são conceitos centrais da teoria marxiana, que expressam os mecanismos sociais pelos quais a divisão social do trabalho produtivo assume a forma social mercantil na vida social como um todo, em uma sociedade reificada pelo capital. Por sua vez, a reificação, ou coisificação, significa a percepção de relações sociais como se fossem relações objetuais. Segundo Mayer (2006, p.156), “a reificação é exatamente a relação dos homens mediada por esta coisa, a mercadoria. Os sujeitos (os homens) tornam-se coisas, e a coisa (a mercadoria) vira protagonista. As relações sociais passam a ser relações coisificadas (reificadas), pois esta é a forma de sociabilidade imposta (conquistada) pelo sistema do capital”. Por sua vez, Lukács (2011, p.96) aponta para a extensão do obscurecimento das relações sociais pelas relações mercantilizadas na vida da social.

Na consciência humana, o mundo aparece completamente diverso daquilo que na realidade é: aparece deformado em sua própria estrutura, separado de suas efetivas conexões. Torna-se necessário um peculiar trabalho mental para que o homem do capitalismo penetre nesta fetichização e descubra, por trás das categorias reificadas (mercadoria, dinheiro, preço etc.) que determinam a vida cotidiana dos homens, a sua verdadeira essência, isto é, a de relações sociais entre os homens (LUKÁCS, 2011, p.96).

Se a reificação corresponde ao mecanismo social que compreende as relações sociais tornadas relações sociais entre coisas, intermediada pela forma mercadoria, que é a forma dominante nas relações sociais capitalistas, o conceito de reificação desdobra-se no fetichismo da mercadoria. Assim, com a predominância do modo de produção capitalista nas relações sociais e econômicas, a sociedade moderna torna-se uma sociedade mercantil, cujas relações reificadas são também fetichizadas pelo capital. Por sua vez, Marx (2011a, p.94) define o “fetiche da mercadoria” como uma espécie de relação mágica, um “feitiço”, uma “fantasmagoria”, que é capaz de atribuir acepções simbólicas ao valor das mercadorias de maneira externa à própria produção das mercadorias. O fetiche é uma fabricação falsa de sentidos para fins da circulação mercadológica, o qual permite precificar as mercadorias e ir além do seu respectivo “valor de uso”, constituído pelo “quantum” de trabalho incorporado na produção das mercadorias, como visto anteriormente. Nas palavras de Marx,

Há uma relação física entre coisas físicas. Mas a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtores do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as

relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2011a, p.94).

Dessa forma, o fetichismo ocorre no contexto mercadológico de maneira especulativa, configurando um mecanismo social, que desvincula simbolicamente a relação produtiva das mercadorias, do trabalho efetivado e da sua colocação no mercado. Ao ser posta no mercado, a forma mercadoria distancia-se das condições sociais de sua produção e, nessa posição intermediária do mercado, distanciam-se produtores e consumidores, assumindo-se a troca econômica uma relação reificada e fetichizada, sob a condição de troca socioeconômica indireta e alienada dos fatores intrínsecos à sua produção. A condição fetichizada da forma mercadoria permite concluir o ciclo da produção capitalista, e não apenas satisfazer as necessidades contidas em seus respectivos valores de uso, mas renovar as necessidades geradas pela fantasia que alimenta o mercado de circulação das mercadorias em sua renovação mercadológica concorrencial em contínua inovação produtiva e contínua insatisfação dos desejos. Assim, o fetichismo é determinante para a constante reprodução sistêmica do capitalismo, sendo a base do mercado de trocas econômicas capitalistas, em que o trabalho acumulado na forma mercadoria é substituído pela forma alienada do dinheiro, meio de troca e de circulação das mercadorias. O capital-produtivo mercantiliza não apenas as relações sociais de produção e, especificamente, as práticas sociais do trabalho, mas toda a vida social e suas relações cotidianas, alienando, reificando e fetichizando a própria sociedade. Nesse sentido, Marx e Engels (2001) observam que a relação entre a produção dos “meios de existência” e a reprodução da “vida material”:

Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física de indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX e ENGELS, 2001, p.10-11).

O conjunto dessas relações sociais de produção configura a estrutura socioeconômica da sociedade mercantil no capitalismo. Assim, para Marx (2008, p.47), o “modo de produção da vida material”, define o grau de desenvolvimento da vida social, política, econômica e cultural. A partir dessa noção, o mundo social marxiano se compõe de uma “infraestrutura”, que é a base concreta de funcionamento do sistema socioeconômico, e de uma “superestrutura”, que é entendida como conexas à infra-estrutura, e se constitui, dialeticamente, na forma ideológica das instituições sociais, culturais, políticas e jurídicas. Dessa forma, a divisão em classes sociais, oriunda do sistema econômico, rege a própria dinâmica da vida material e a consciência do ser social. Nas palavras de Marx,

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência (MARX, 2008, p.47).

É importante enfatizar que, contra as interpretações mais imediatas do trecho acima, muito difundidas pela literatura “anti-marxista”, a própria teoria marxiana não considera uma relação causal entre infraestrutura e superestrutura, mas uma relação dialética, a qual apreende suas contradições nas próprias relações sociais. Portanto, segundo Engels (1890) citado por Lucáks (2011, p. 90), “não se trata de que a situação econômica seja a causa, o único elemento ativo, e que o resto sejam efeitos puramente passivos. Há todo um jogo de ações e reações à base da necessidade econômica, que, em última instância, termina sempre por impôr-se”.

Esse ponto de vista macroestruturador da teoria marxiana permite, sobremaneira, compreender a influência da lógica produtiva no desenvolvimento social e econômico, sob a predominância do modo de produção capitalista. De fato, a crítica marxiana aponta para uma certa forma de determinação econômica da sociedade, o que possibilita compreender o funcionamento econômico geral, assim como a própria relação dialética do funcionamento do capital-produtivo, que age amplamente sobre a relação capital-trabalho, transformando o modo de produção e a vida social. Por sua vez, tal relação se reproduz socialmente em formas econômicas que correspondem às próprias formas sociais modernas de exploração do trabalho, já cristalizadas e tornadas naturais, tais como a concentração dos meios de produção, a organização hierárquica do trabalho produtivo e o mercado econômico em escala global. Assim, o presuposto da superação do capital, na perspectiva da teoria

marxiana, implica transcender a própria relação capital-trabalho e suas relações sociais de produção reproduzidas na totalidade da vida social.

Em suma, a presente revisão da literatura marxiana aponta para a perspectiva de superação, no que tange à consciência crítica dos fatores que determinam a reprodução social do capital, propiciando elementos teóricos para proposições à emancipação social pela alteração da base da cultura produtiva dominante. Assim, as proposições teóricas marxianas relacionadas ao funcionamento do capital-produtivo na economia e na sociedade são importantes para a presente análise crítica desta tese acadêmica, na análise das condições de reprodução do capital, que são entraves ao desenvolvimento da cultura produtiva autogestionária na construção civil. Paradoxalmente, a ampliação das forças produtivas capitalistas e o progresso das inovações tecno-científicas, que poderiam libertar o homem do trabalho alienado, tornam-no, de fato, trabalhador submetido ao capital, alienando não apenas as relações sociais de produção, mas todo o funcionamento da economia e da sociedade, submetidas ao capital.

3.2 Fundamentos para conciliação com o capital

A reflexão proposta para esta seção busca alicerçar-se criticamente no debate da teoria weberiana sobre as relações entre economia e sociedade, assim como na atualização contemporânea desse debate, recolocando a discussão centrada nas condições sociais, que são condições econômicas estratégicas, ante a premência da sustentabilidade e do desenvolvimento social responsável, para a conciliação humanizadora do capital na contemporaneidade.

A revisão da teoria weberiana aponta para a crítica da determinação social da economia, possibilitando compreender as práticas sociais que configuram a ambiência necessária para o estabelecimento das ações econômicas, como formas de luta social. A noção weberiana de que a ação econômica age como uma construção social evidencia o papel fundamental dos aspectos sociológicos para a estruturação econômica. Isso significa, sobretudo, o entendimento da ação econômica como uma construção social, envolvendo os aspectos sociais, culturais e políticos aos aspectos econômicos. Weber opõe-se à teoria marxiana, com fulcro na suposta dificuldade de aplicar-se à abstração metodológica marxiana variáveis sociais concretas, o que considera uma redução do papel dos comportamentos individuais, culturais e políticos nas ações econômicas, compreendidas como construções sociais.

Assim, combate um suposto determinismo econômico sobre a sociedade, erroneamente identificado na superestrutura marxiana, que, pelo contrário, possui posições críticas dialéticas e, essencialmente, dinâmicas e sociais.

Nesse sentido, a discussão weberiana, mediante a chamada sociologia econômica, compreende o funcionamento econômico através dessas dimensões sociológicas, que agem como forças sociais na ação econômica. A sociologia econômica weberiana, segundo Swedberg (2005, p.289), surge com a publicação de *Economia e Sociedade*, de Weber, no início da década de 1920. A princípio, os estudos de Weber não proporcionaram o alcance necessário para a constituição do campo teórico da sociologia econômica na sociologia geral, tendo influenciando de maneira mais significativa a discussão teórica de Sombart e Schumpeter, dos ciclos econômicos motivados pela inovação. A partir da década de 1960, Parsons e Smelser retomam a sociologia econômica weberiana, aplicando-a na análise dos temas econômicos, como estudos do consumidor, sociologia industrial e estudos de estratificação. Para Swedberg (2005, p.287), a sociologia econômica weberiana pode ser descrita pelos seguintes pressupostos teóricos. A categoria de análise é a “ação social econômica”, motivada pelo interesse, estando orientada para a utilidade e para o comportamento dos outros, bem como hábitos e emoções podem influenciar a ação social econômica. Por pressuposto, a ação econômica é racional; entretanto, a ação tradicional ou a afetiva pode explicar os fatos reais que o modelo racional não alcança. A luta caracteriza as relações socioeconômicas; por sua vez, a dominação é própria ao sistema produtivo e político. A sociologia econômica estuda os comportamentos econômicos e as influências não econômicas. E, por fim, os estudos econômicos devem ser abordados de maneira multidisciplinar.

A fim de analisar as relações entre economia e sociedade, Weber elabora um certo tipo de “individualismo metodológico e do sentido” para a compreensão sociológica e econômica, como sugere Swedberg (2005, p.286). O individualismo metodológico de Weber possui uma natureza mais social que atomista, contrastando com a noção de sujeito econômico fracionado e racionalizado (*homo economicus*) da teoria econômica clássica. Assim, a perspectiva weberiana propõe que os indivíduos interajam movidos pelos interesses materiais ou ideais, orientando racionalmente suas ações sociais, uns para os outros, o que acaba por influenciar os próprios comportamentos sociais gerais. Nas palavras de Weber (2009, p.5), “a ação social é uma ação na qual o sentido pensado pelo sujeito ou sujeitos está referido à conduta dos outros e por ela se orienta no desenvolvimento da ação.”

Swedberg (2005, p.59) esclarece ainda que, para a sociologia econômica weberiana, as ações econômicas compreendem simultaneamente dimensões racionais e emocionais, que são caracterizadas, respectivamente, como relações associativas e comunais. As relações associativas são relacionadas aos acordos racionais que envolvem interesses, enquanto as relações comunais implicam um sentimento de pertencimento a um determinado grupo. Por sua vez, essa abordagem weberiana, que situa o papel da racionalidade e dos interesses nos comportamentos sociais, conduz à reflexão sobre relações de poder e dominação na vida social e suas práticas econômicas.

Em linhas gerais, para Weber (2009, p.16), poder significa “qualquer oportunidade de, numa relação social, impôr a própria vontade contra resistências alheias”, ou seja, ter poder é o mesmo que vencer a luta (social) ou, inversamente, entrar nessa luta já com oportunidades melhores do que os outros. A dominação é “a probabilidade de que uma ordem com um teor específico seja obedecida por um grupo de pessoas”. Cumpre ressaltar, no âmbito das citadas definições conceituais de poder e dominação, o pressuposto weberiano da luta e seus correlatos, concorrência e seleção. Nesse sentido, a luta caracteriza-se por uma ação orientada para a imposição da própria vontade contra a resistência alheia. A concorrência corresponde à luta pacífica, sem violência física, pelo controle de oportunidades que outros também almejam. E, por fim, a seleção é um tipo de luta em que o antagonismo é latente, não intencional, e as ações não se dirigem diretamente contra outros indivíduos ou grupos sociais.

Swedberg (2005, p.61), recorrendo ainda à concepção apresentada acima, de que a dominação não ocorre em si mesma, mas devido à luta ante um conjunto de interesses ou de autoridades que se estabelecem em um mercado, afirma: “em síntese, no mercado não existe um princípio de dominação, contudo os agentes que possuem o ‘poder de controlar e dispor’ estão numa posição vantajosa.” Baseando-se nessas definições, Swedberg (2005, p.60) compreende que as organizações produtivas são sistemas de dominação nos seguintes termos: “todo sistema político, observa Weber, baseia-se, de alguma forma, na dominação, e como uma economia em geral faz parte do sistema político, tende a operar de acordo com o mesmo tipo de dominação política.” Assim, a análise dos comportamentos é fundamental para a compreensão dos interesses que se colocam em uma dada ação social, assim como para o entendimento dessas circunstâncias que configuram poder, a fim de constituir oportunidades econômicas, estabelecendo formas de dominação nas relações entre sociedade e economia. Por sua vez, Swedberg (2005, p.286) aponta justamente para a relevância das dimensões comportamentais individuais na pesquisa social, afirmando que “uma tarefa principal do pesquisador, tanto da sociologia geral quanto da sociologia

econômica é [...] descobrir o mecanismo por meio do qual uma série de ações individuais se transforma em ações sociais coletivas de um novo tipo”. Dessa forma, pode-se inferir que a análise dos comportamentos individuais serve à análise social da ação econômica, especialmente, na perspectiva do individualismo metodológico weberiano, em que o comportamento é uma forma de comportamento dirigido e orientado para o outro, agindo na constituição e continuidade das relações de poder e dominação econômica na vida social e sobre os mercados.

A identificação das estruturas sociais e suas inserções e interações nas estruturas econômicas vigentes está presente na agenda de pesquisa de muitas investigações atuais, na teoria social contemporânea, sobretudo, pela abordagem da nova sociologia econômica (NSE). Segundo Swedberg (2005, p.289), a partir da década de 1980, tem ocorrido uma releitura da sociologia econômica weberiana, conseqüentemente os conceitos weberianos, em uma discussão crítica ampliada, ganham maior visibilidade, principalmente pela influência da vertente norte-americana, com os trabalhos dos sociólogos americanos White, Coleman, Stinchcombe, Burt e Granovetter. Herdeira da sociologia econômica weberiana, essa abordagem contemporânea envolve tanto aspectos sociais e culturais quanto aspectos propriamente econômicos relacionados às funções organizacionais da produção como planejamento, organização e direção, e fatores mercadológicos associados à circulação de mercadorias e ao consumo.

Em linhas gerais, a releitura contemporânea da sociologia econômica, para Swedberg (2005, p.290), pode ser descrita pelos seguintes pressupostos teóricos. Os comportamentos econômicos estão imersos nas estruturas sociais, por meio das redes de que participam, noção que parte de Polanyi, e que é amplamente difundida por Granovetter (2007). A economia é uma construção social, pressuposto que parte de Berger e Luckman (1966). A racionalidade não é um pressuposto real, a estrutura social necessita participar da análise econômica para a compreensão do real. A sociologia econômica contemporânea busca tratar mais do sistema econômico que da economia propriamente dita e suas interações com a sociedade. O paradigma do novo implica um afastamento da história econômica tradicional, que é tratada em segundo plano pela maior parte das abordagens contemporâneas da sociologia econômica.

Por outro lado, Lévesque (2007) sintetiza as diversas abordagens da nova sociologia econômica pelas correntes críticas de língua inglesa e francesa, buscando compreender esse recente campo teórico em sua ampla expansão na teoria social contemporânea. Assim, o panorama da nova sociologia econômica proposto por Lévesque (2007, p.51)

compreende, na abordagem de língua francesa: o *Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais*, atuando contra o utilitarismo e afirmando o paradigma da dádiva (Caillé e Godbout); a *Economia social e solidária*, baseando-se na economia plural, incorporando aspectos não-monetários às ações econômicas (Laville e Roustang); os *Regulacionistas*, relacionando as Instituições aos compromissos sociais em modelos de desenvolvimento (Anglietta, Boyer e Lipietz); a *Economia de grandeza*, relacionando escalas produtivas e cidades (Boltanski, Chapielo, Thévenot); e a *Economia das convenções*, relacionando produção e mercado como forma de organização socioeconômica (Fevreau, Orléau, Salais). Por sua vez, na abordagem de língua inglesa, estão relacionadas: a *Nova Sociologia Econômica*, pela noção de redes e imersão social nos contextos socioeconômicos (Granovetter); *Evolucionistas e neoschumpeterianos*, envolvendo os sistemas sociais de inovação (Nelson, Winter, Dosi, Freeman); *Neocorporativistas*, com as noções de governança e democracia social (Schmitter e Streck, Hollingsworth); *Novas institucionalistas*, pela bifurcação e especialização flexível (Piore, Sabel, Hodgson) e *Socioeconomia*, em uma nova disciplina e dupla dimensão da economia (Etzioni, Lawrence e Coughlin).

Diante desse amplo conjunto de abordagens da nova sociologia econômica, apresentado acima, importa para o presente trabalho destacar a vertente da Economia social e solidária⁸, pela forte presença dessa abordagem na teoria social contemporânea brasileira e sul-americana, como também pelo significativo conjunto de ações práticas relacionadas a essa abordagem teórico-prática. Além disso, na perspectiva conjuntural que se apresenta agora, com a delimitação crítica do campo teórico-prático da nova sociologia econômica, é importante considerar que, na teoria social contemporânea, a economia social e solidária é abordada tanto na perspectiva de uma conciliação quanto de uma superação do capital. Entretanto, é mais recorrente a noção conciliadora da economia social e solidária, compreendendo as suas práticas socioeconômicas como uma espécie de humanização da relação capital-trabalho e a minimização dos seus efeitos sobre a economia e a sociedade. Por sua vez, essa noção baseia-se nos fundamentos weberianos, subvertendo o paradigma da determinação social da economia, para inserir as práticas da economia social e solidária no contexto das políticas neoliberais, apresentadas anteriormente. Com isso, a amplitude social de suas bases econômicas solidárias e autogestionárias é reduzida ao atendimento pragmático dos desfavorecidos do capital para a resolução imediata de problemas econômicos de ordem prática e imediata, como a geração de trabalho e renda e acesso à moradia, “incluindo” as pessoas na contabilidade geral dos custos sociais e ambientais. Essa condição favorece a própria reprodução do capital, fortalecendo a flexibilização do

⁸ Ver aprofundamento teórico dessa discussão, neste trabalho, no Capítulo 6, “Cultura produtiva autogestionária”, na Seção 6.1- “Outra economia e sociedade”, p.108.

trabalho e desonerando o Estado de responsabilidades relacionadas aos serviços públicos que garantem bem-estar social. Assim, ressalto que a análise da economia social e solidária, no contexto do marco teórico weberiano, significa compreender as bases teóricas que situam a economia social nessa posição de conciliação com o capital, o que não significa afirmar tacitamente a inclusão desta tese neste marco teórico weberiano. Ao contrário, como será visto adiante, a economia social e solidária apresenta-se melhor situada no marco teórico marxiano, numa perspectiva de superação do capital, a qual se referem os fundamentos e proposições teórico-práticas desta tese acadêmica.

Retomando a discussão proposta por Lévesque (2007) no delineamento da nova sociologia econômica na teoria social contemporânea, é importante considerar o contexto em que Lévesque insere as abordagens da NSE. Segundo Lévesque (2007, p.110), as abordagens acima relacionadas estão em um conjunto de diferentes direcionamentos teóricos no âmbito das transformações socioeconômicas contemporâneas, considerando o contexto atual, como um contexto de uma “grande transformação em curso”, dirigido ao “desenvolvimento sustentável”, no qual se configuram “oportunidades para pensar de outra maneira o desenvolvimento econômico”. Em linhas gerais, esse debate tem ganhado forte presença na teoria social contemporânea, no momento em que o trabalho é flexibilizado, e o emprego entra em franca redução no contexto mundial. Além disso, as novas tecnologias informacionais favorecem a mobilidade dos capitais, reposicionando as abrangências entre o local e o global. Contexto em que o papel do conhecimento e da interação social no desenvolvimento econômico é cada vez mais evidente, influenciando as transformações produtivas e sua reprodução social. Nesse sentido, Lévesque (2007, p.110) identifica quatro vertentes contemporâneas, relacionadas à crítica social, escala local e global, economia do conhecimento e sociedade de risco. Com relação à primeira vertente destaca-se uma dupla crítica, surgida nos fins dos anos 1960, a chamada “crítica social”, que se propõe “corretiva ao capitalismo industrial”, e uma “crítica artística”, que se propõe “radical” à crítica da produção capitalista, contraposta à autonomia e emancipação social⁹. Nessa primeira vertente, Lévesque aponta para o prolongamento da crítica social pela discussão contemporânea dos “ambientalistas”, destacando Boltanski e Capiello (1999) na discussão

⁹ É importante destacar no protagonismo da crítica artística, na década de 1960, os autores da teoria crítica, como Adorno e Horkheimer, especialmente no que concerne à crítica da produção capitalista contraposta à autonomia e emancipação, por uma abordagem filosófica-social, que discute relações de dominação econômica, poder e sociedade, em um viés de radicalidade crítica de base teórica marxiana. Por sua vez, nesta tese, esse viés teórico é identificado como uma perspectiva de superação do capital. Destaco ainda o não aprofundamento dessa discussão por Lévesque, que não menciona as bases teóricas da dupla crítica iniciada na década de 1960. O autor apresenta apenas referências ao prolongamento “ambientalista”, que corresponde, ao meu ver, a uma posição “corretiva” do capitalismo, dessa forma, afirmativa ao prolongamento da crítica social e oposta ao prolongamento da crítica artística.

do novo espírito do capitalismo contemporâneo, identificado na atuação do capitalismo em rede. A segunda vertente é uma crítica da nova relação entre o “local e o global”, relacionando a escala global à “financeirização” e às demandas por novas regulações do mercado. Nessa segunda vertente, Lévesque inclui as contribuições teóricas de Sousa Santos (2001) e Zimmerman (2005). A terceira vertente relaciona-se à “nova economia” baseada no conhecimento e na interação social, com novas tecnologias da informação e seu caráter relacional. Nessa terceira vertente, Lévesque inclui Gadrey (1996). A quarta vertente refere-se à crítica da “sociedade de risco”, enfatizando a discussão sobre o desenvolvimento sustentável, os limites da ação da racionalidade tecnocientífica sobre o meio ambiente, o terceiro setor e a “modernização reflexiva”. Nessa quarta vertente, Lévesque aponta respectivamente para os trabalhos de Beck (2001) e Giddens (1994).

Por outro lado, Swedberg (2005) considera que, do ponto de vista das implicações políticas, a retomada contemporânea da sociologia econômica é mais empobrecida que a concepção weberiana original. Na contemporaneidade, há uma revisitação dos conceitos weberianos, na formulação da sociologia econômica contemporânea, sem, contudo, alterá-los substancialmente em uma “nova” sociologia econômica que se dirige à sociedade e economia contemporânea. Esse breve detalhamento importa aqui, porque justamente essa retomada “empobrecida” da nova sociologia econômica é a corrente que tem exercido maior influência na teoria social contemporânea brasileira, através das proposições teóricas da nova sociologia econômica norte-americana, mais especificamente, pelas proposições teóricas de Granovetter (2007), amplamente difundidas pelos conceitos de imersão e redes. Além disso, esses conceitos adiante serão abordados em outras perspectivas relacionadas ao campo teórico-prático da cultura produtiva autogestionária.

Para Granovetter (2007, p.7-9), na dinâmica socioeconômica, “ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais”. Partindo desse pressuposto, o autor considera que os atores econômicos não estão em um contexto supersocializado, onde “adotam de forma servil um roteiro escrito para eles”, nem tampouco estão em um contexto subsocializado, em que se comportam “como átomos fora de um contexto social”, em função do pertencimento a determinada categoria, classe ou grupo social. Nesse sentido, a elaboração do conceito de imersão (*embeddedness*)¹⁰ objetiva questionar todo tipo de concepção utilitarista que considera a influência social como uma

¹⁰ O conceito *embeddedness*, de Mark Granovetter, é traduzido para a língua portuguesa como imersão ou imbricação. No texto de Swedberg (2005), é utilizado o termo como imbricação. Entretanto, no texto de Granovetter (2007), é adotado o termo imersão, que é também mais recorrente na teoria social contemporânea brasileira. Por esse motivo, adoto, nesta tese, o termo imersão.

força externa ao sistema econômico, e atribui ao sujeito econômico uma racionalidade também puramente econômica. Dessa forma, esquemas abstratos e racionalizados referentes ao *homo economicus* são recusados, verificando-se a inconsistência dos pressupostos da pura racionalidade nas ações socioeconômicas concretas. Essa oposição ocorre, em especial, com relação à recorrente noção de que as oportunidades econômicas estariam ligadas apenas à lógica concorrencial dos mercados e às suas hierarquias, organizadas pela racionalidade dos agentes econômicos. Por sua vez, essa elaboração do conceito de imersão conduz Granovetter (2007) à formulação do conceito de redes, afirmando a imersão como condição pela qual os comportamentos influenciam e são influenciados nas contínuas relações sociais em que se encontram imersos. A imersão dos atores econômicos em determinados contextos sociais permite estruturar redes favoráveis ao estabelecimento da confiança para a afirmação e reprodução da ação econômica. Assim, as redes constituem conjuntos de alianças, em várias direções e níveis, que formam uma espécie de trama para a durabilidade das relações econômicas. Nessa trama, são estabelecidos acordos intercooperativos, que geram condições sociais estratégicas para as ações econômicas. Assim, reputação, reciprocidade e interdependência constituem moedas sociais, não monetárias, que agem como capitais sociais na formação dos laços e das alianças para o estabelecimento da confiança e fortalecimento das relações socioeconômicas em redes de intercooperação socioproductiva.

Swedberg (2005, p.291) critica a nova sociologia econômica, considerando que o conceito de imersão tem sido usado, na contemporaneidade, de maneira imprecisa, e que a noção de ação econômica de Weber, relacionada aos *interesses*, tem um alicerce teórico-crítico mais sólido. Para Swedberg, embora Granovetter dê muita atenção às formas de imbricação entre as dimensões social e econômica, deixa de considerar a dimensão política relacionada à imersão das práticas socioeconômicas; o que significa, em certa medida, uma submissão às relações de poder e dominação aí implicadas. Por essa reflexão, percebe-se claramente uma posição conciliadora ao posicionamento crítico de Granovetter, aplicado aos conceitos de imersão e redes.

Entretanto, cabe ressaltar que não são os conceitos em si que garantem ou permitem práticas sociais de conciliação ou superação. Mas, antes, o posicionamento dos atores na luta social para o estabelecimento dos interesses econômicos, sobretudo, no que tange as relações de poder e dominação, conexas à luta social, conforme a noção weberiana apresentada anteriormente. Sem uma consciência crítica da dominação econômica, em que se encontram imersos os comportamentos e as redes, os atores econômicos podem afirmar-se agentes de conciliação ou de superação do capital.

3.3 Considerações aos fundamentos para superação e conciliação do capital

A percepção crítica de que as ações sociais são indissociadas dos aspectos econômicos envolvidos nas relações de trabalho, produção e consumo têm ganhado forte presença na discussão crítica atual acerca da dinâmica contemporânea da sociedade e da economia, com vistas ao desenvolvimento sustentável e responsável.

Assim, a identificação do protagonismo da dimensão social para a reformulação das relações econômicas é fundamental na atualidade para a compreensão de que são necessários outros instrumentos críticos para uma análise social da economia contemporânea, compatível com as atuais mudanças em curso na cultura produtiva e no mundo do trabalho. Ou seja, estamos, de fato, em um novo paradigma socioeconômico, em que são redefinidas as relações entre economia e sociedade. A ativação da sociedade civil, ampliada pela participação cidadã nos movimentos sociais e organizações não-governamentais, tem reposicionado o compromisso social das ações econômicas, pela real necessidade de responsabilidade social e ambiental. Assim, noções de trabalho, produção e consumo, sustentável e responsável, têm requalificado a cultura produtiva geral e indicado caminhos para uma conciliação humanizadora do capital ou para a sua superação em definitivo.

Se, para a teoria marxiana, a ação econômica acaba por impôr-se à sociedade, importa superar dialeticamente o processo de dominação do capital. Para a teoria weberiana, o embate contínuo da sociedade com a economia pressupõe possibilidades de conciliação dessas forças na luta social. Portanto, não se pretende uma análise detalhada das diferenças teóricas entre tais abordagens ou sua classificação ortodoxa entre revolucionária e reformista. Ênfase que interessa ao presente trabalho como elas definem direcionamentos opostos, sintetizados pela confrontação dos argumentos para a superação ou para a conciliação do capital, respectivamente.

A presente revisão da literatura marxiana versus weberiana constitui um instrumento teórico-metodológico, que modeliza categorias de análise para a presente reflexão crítica. Porém, o próprio instrumento sintetizado em sua confrontação teórica, pela dualidade conciliação versus superação, corre o risco de ser compreendido pelo seu silogismo, e não por sua dialética. Ao confrontar os caminhos da superação e da conciliação e, principalmente, apresentar essa confrontação dentro da perspectiva da teoria social contemporânea, compreendida na extensão do campo sociológico e econômico clássico, busco,

primeiramente, um campo de discussão teórico, cujos elementos críticos são adequados para a análise das relações socioeconômicas contemporâneas na construção civil, em uma perspectiva social das práticas econômicas aí imbricadas. Como também intenciono uma reflexão dirigida às próprias bases críticas contemporâneas e que legitimam os distintos posicionamentos de superação ou de conciliação, por vezes de maneira contraditória e indeterminada.

Portanto, a contradição e a impossibilidade de uma síntese determinista para a dinâmica social são os elementos-chave para a compreensão da presente confrontação teórica, que busca revelar o dilema da conciliação e superação, mais que resolvê-lo em sua dimensão teórica ou prática. Assim, importa mais a revelação do conflito da fronteira teórica entre a superação e a conciliação que a afirmação categórica dos respectivos territórios teóricos. E, numa visão propriamente dialética, pretendo conduzir a reflexão crítica para a própria dinâmica histórica e social que convive com o cotidiano das apropriações, subversões, resignificações e dissoluções das ações teórico-práticas na vida social.

Nesse sentido, a proposição de autogestão na construção civil, levada às últimas consequências, representaria uma ultrapassagem da relação de exploração do trabalho pelo capital e da própria forma de organização da produção, articulada ao funcionamento geral da economia. Assim, parece caber somente numa perspectiva radical de transformações sociais que ultrapassam o mundo do trabalho e relacionam-se com a cultura produtiva mais ampla e com a conversão dos fins econômicos privados e heterônomos para fins econômicos coletivos, redistributivos e autogestionários. Por outro lado, importam as perspectivas de conciliação ou, pelo menos, de coexistência entre produção capitalista e produção não-capitalista para ensejar novas práticas e experiências aqui e agora.

Em suma, interessa à presente discussão como essas abordagens servem de base teórica para direcionamentos sociais distintos, sintetizados aqui pela confrontação dos argumentos para a superação ou para a conciliação do capital, respectivamente. De fato, estamos em um momento de grandes transformações na cultura produtiva e, mais especificamente, na cultura do trabalho, considerando as demandas atuais por sustentabilidade e responsabilidade social.

Se essas mudanças desembocarem no que outrora se denominou revolução ou terão caráter mais reformador é uma questão aberta.

4. CRÍTICA DA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

A construção civil é central para a economia e a sociedade, estando presente em qualquer tipo de espaço, de permanência contínua ou temporária, em qualquer escala, com fins individuais, coletivos, privados ou públicos. As práticas sociais e os produtos da construção civil são sócio-econômico-espaciais, na medida em que se inserem nas diversas práticas sociais e econômicas humanas, configurando suportes espaciais essenciais à vida cotidiana, como é a moradia para os espaços da subsistência, o edifício para os espaços produtivos e comerciais, o hospital e a clínica para os espaços da saúde, a escola e o museu para os espaços da cultura, as ruas, praças e sedes de governo para os espaços da política.

Nesse sentido, considerando-se as categorias do IBGE (2010c, p.33), o setor global da construção civil compreende três grupos de atividades e produtos: a construção de edifícios; as obras de infraestrutura; e os serviços especializados para construção. Isso representa uma larga escala de produtos diretos e indiretos de construção, que envolve o desenvolvimento de materiais, tecnologias e processos, a movimentação de solos, a pavimentação de ruas e estradas, a instalação de sistemas de energia, esgoto, drenagem e abastecimento de água; a gestão de resíduos; a constituição de edificações, a promoção de instalações prediais e equipamentos; e a urbanização de todo tipo de assentamentos humanos, como bairros, vilas e favelas.

A relevância socioeconômica dessas atividades e produtos da construção civil e os respectivos valores de uso envolvidos são evidentes, por sua inserção imediata no cotidiano da economia e da sociedade. Recorrentemente, nas práticas profissionais da construção civil e no discurso político, por exemplo, é afirmada a importância desse setor para a “resolução” de problemas socioeconômicos de ordem geral. Assim, supostamente, cumpre à construção civil resolver o acesso ao trabalho e emprego, déficit habitacional, provimento de infraestrutura para os diversos setores produtivos, mediante a constituição e consolidação de cadeias produtivas favoráveis ao crescimento da produtividade econômica nacional.

Em suma, a construção civil é compreendida tanto pelo senso comum quanto pelo duto na estrita função socioeconômica de gerar lucratividade, atendendo demandas construtivas, que provêm suporte material e espacial para a vida social. Com isso, o setor formal da construção incrementa o resultado global da produtividade econômica, com o aumento do produto interno bruto, e diversifica as operações de investimento financeiro, garantindo a

geração de benefícios econômicos diretos e futuros para proprietários e investidores, os quais estão relacionados à produção propriamente dita, incorporação, mercado de crédito imobiliário e de títulos financeiros.

Dessa forma, é perceptível que a representação socioeconômica do setor da construção civil insere-se numa relação direta e objetiva ao atendimento das demandas construtivas da sociedade com a produção propriamente dita de espaços. Insere-se também em várias práticas socioeconômicas, aí imbricadas, que ativam a circulação e recirculação de produtos diretos e indiretos do setor da construção, em suas formas usuais mercadológicas de compra, venda, revenda, arrendamento, locação e financiamento imobiliário e produtivo, e em recentes virtualizações financeirizadas, envolvendo ativos financeiros aplicados em propriedades imóveis e fundiárias, incorporações e títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários. Nesse contexto socioeconômico, e num horizonte mais amplo, a suposta função socioeconômica de resolução de problemas sociais de ordem construtiva torna-se, na prática, funções de exploração produtiva do trabalho aliadas à valorização rentista de propriedades imobiliárias e fundiárias, as quais, edificadas, mantêm e utilizam privativamente meios de produção e resultado das práticas produtivas espaciais.

A construção civil insere-se, portanto, amplamente nas diversas práticas socioeconômicas contemporâneas, na produção e reprodução dos espaços sociais propriamente ditos, com sua socioeconomia dominada pelo capital e seus respectivos usos privados das possibilidades produtivas e das propriedades imobiliárias. Em última análise, a concepção utilitarista e economicista muito presente e reforçada na atualidade produtiva desse setor favorece e intensifica amplamente a segregação socioespacial, uma vez que as relações sociais de produção articuladas a esse setor lidam com formas heterônomas exploratórias do trabalho humano, promovem alta concentração de recursos financeiros, favorecem uma economia especulativa da terra, utilizam materiais, tecnologias e recursos naturais de maneira não sustentável, dentre outros aspectos próprios dos mecanismos socioeconômicos manejados pela construção civil, especialmente, por suas formas produtivas submetidas ao capitalismo.

Dessa forma, no âmbito teórico-prático da produção da arquitetura e urbanismo, a crítica da produção social da construção civil necessita ser problematizada à luz da teoria socioespacial lefebvriana, ultrapassando as usuais perspectivas “utilitaristas”, restritas aos aspectos “econômicos”, e “assistencialistas”, voltadas ao atendimento de “interesse social”, para elaborar uma problematização crítica mais aprofundada do fenômeno sócio-

econômico-espacial da construção civil na “produção do espaço”, pela análise da dinâmica da reprodução das relações de produção na vida cotidiana.

Nesse sentido, a concepção lefebviana da produção social do espaço é fundamental para a elaboração teórica desta tese acadêmica. Assim, não há a pretensão de revisar-se amplamente a literatura lefebviana para esgotá-la em sua contribuição à teoria social do espaço, mas para evidenciar os pontos chave desse importante pensamento crítico na presente discussão que situa a produção da construção civil no interior das contradições socioeconômicas da produção capitalista do espaço.

Na abordagem socioespacial de Lefebvre (1973 e 2008), a própria sobrevivência do capital no cotidiano da vida social se configura pela reprodução das relações de produção na produção social do espaço. Por conseguinte, a permanência contínua do capitalismo na economia e na sociedade está fundamentalmente relacionada à sua capacidade de espacialização das próprias relações de produção, garantindo, na vida social, a sua reprodução e permanência pela própria produção do espaço. Em suma, o capitalismo reproduz a sua lógica socioprodutiva, reordenando as práticas sociais, econômicas e espaciais, configurando-se na própria totalidade da produção social do espaço. Dessa forma, para Lefebvre (2008, p.47-48), o avanço das forças produtivas capitalistas conduziu a uma mudança radical do paradigma da transformação do espaço urbano relacionado à “reprodução dos meios de produção” para a “reprodução das relações de produção” na própria totalidade da “produção do espaço”, que engendra a “vida cotidiana”. Esse argumento lefebviano está explicitado na seguinte passagem:

A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa reprodução das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção: ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008, p. 47-48).

Assim, considerando que a construção civil possui um papel essencial na produção propriamente dita do espaço, pelo papel central que desempenha no cotidiano da “reprodução das relações de produção”, na economia e na sociedade, é preciso investigar a dinâmica sócio-econômico-espacial envolvida nas várias interações da construção civil nas esferas social, política, econômica, cultural e espacial. Nesse enfoque, analisar o papel da construção civil na produção do espaço significa ir além da crítica da economia-política de sua produção/reprodução do espaço urbano. Dessa forma, considero relevante discutir a

“produção do espaço” como uma “questão social”. Ou seja, analisar a própria dinâmica das práticas sociais que constroem e reproduzem as relações de produção, dominantes na totalidade da produção do espaço. Nas palavras de Carlos:

Penso que a noção de produção/ reprodução e o deslocamento do enfoque eminentemente econômico da noção de acumulação permitiriam considerar o movimento que vai da acumulação à reprodução como questão social: a) ultrapassando a compreensão do indivíduo como força de trabalho; b) superando a ambiguidade da compreensão do espaço reduzido à ideia de ambiente; c) pensando as lutas da sociedade como lutas pelo espaço, envolvendo apropriação contra a propriedade; d) iluminando representações construídas sobre o espaço (CARLOS, 2011, p.62).

Assim, a categoria socioespacialidade, na perspectiva de Lefebvre, estabelece um princípio social na dinâmica espacial para a análise da dialética do seu movimento constituinte na produção do espaço. Conforme propõe Costa (2003, p.13), Lefebvre possui uma postura radicalmente diferente dos críticos da economia política da urbanização, uma vez que o objeto concreto no espaço não é suficiente para sua análise crítica, mas sim o processo social que constitui a sua concretude espacial. Ainda, Costa afirma (2003, p.10), “Lefebvre, ao partir de outra ontologia para formular a sua teoria, considera o capitalismo como um processo, assim como o espaço como um seu produto. Com isto, prescinde do conceito de urbano e, conseqüentemente, da necessidade de conceituar o urbano (o objeto) a que ele está se referindo”.

Além disso, conforme ressalta Monte-Mór (2006, p.74), Lefebvre conduz a crítica da questão urbana para uma abordagem sociopolítica relacionada à produção do espaço, que é essencialmente dirigida à vida cotidiana. Assim, há um deslocamento crítico das problemáticas de transformação espacial, do rural ao urbano, para o direito à cidade, numa abordagem da vida social circunscrita ao mundo moderno, dominado pelo modo de produção capitalista e pela hiper-repressão da sociedade burocrática de consumo dirigido.

Depois de mostrar o deslocamento da problemática contemporânea do rural para o urbano; de denunciar a estratégia de classes para exclusão das classes trabalhadoras do espaço do poder, a cidade; e mostrar o caráter repressivo da sociedade burocrática de consumo dirigido que se forjara no capitalismo industrial, Lefebvre concluiu anunciando a sociedade urbana virtual que trazia no seu bojo um processo revolucionário centrado na práxis urbana, a politização do espaço de vida. Incompreendido e criticado por seus pares, Lefebvre voltou-se então, em 1972, para entender como o capitalismo sobrevivia: reproduzindo as relações de produção através da produção do espaço (Lefebvre, 1978). Como que respondendo aos seus críticos, em 1974 Lefebvre desloca a questão metafórica da urbanização para se focalizar no seu cerne: a produção do espaço (Lefebvre, 1991a) (MONTE-MÓR, p.74-75).

Por sua vez, Carlos (2011, p.63) reafirma essa perspectiva lefebvriana de que o espaço é “condição, meio e produto da reprodução social”. O espaço integra as transformações

históricas, reproduzindo-se em conformidade com as estratégias e virtualidades de cada sociedade. Porém, em um determinado momento da história, o espaço transforma-se em mercadoria e seu valor de troca impõe-se como condição para a realização social de forma a destituir seu valor de uso. Ou seja, de meio para a realização da vida, o espaço passa a obedecer à lógica de reprodução da acumulação de capital. A contradição da produção do espaço não ocorre somente na dualidade entre seu uso, seja para a apropriação privada seja para a produção social, a contradição elementar deriva-se da estreita relação em que a produção, como valor de troca, impõe aos lugares destinados à produção da vida cotidiana. Nesse contexto, a produção de mercadorias volta-se para o atendimento das demandas sociais, mas essas demandas só podem ser satisfeitas caso consigam corresponder às possibilidades impostas pelas trocas econômicas para apropriações privadas de lucratividade.

Essa oposição de valores evidencia as contradições do capitalismo na vida social, revelando o espaço mesmo como condição fundamental da reprodução desse modo de produção. Na produção habitacional, por exemplo, as moradias são produzidas para as pessoas habitarem, porém, enquanto mercadorias, seu valor de uso, somente se concretiza se satisfeitos os componentes econômicos dessa relação, em especial, os componentes especulativos dessa relação mercantil. Conforme afirma Carlos (2011, p.65) “nessa direção, a contradição fundante da produção espacial (produção social / apropriação privada) desdobra-se na contradição entre a produção de um espaço orientada pelas necessidades econômicas e políticas (em suas alianças possíveis) e a reprodução do espaço como condição, meio e produto da reprodução da vida social.”

Nesse sentido, Lefebvre (2008, p.40) elabora diversas abordagens da espacialidade para compreender a reprodução do capital como categoria fundamental de sua análise crítica socioespacial. Dessa forma, o autor caracteriza o espaço vivido, que está relacionado à noção de espaço da vida cotidiana, “vinculado à prática social”; o espaço mental que se refere à noção de espaço “percebido, concebido, representado”; e o espaço social relacionado à noção de espaço “construído, produzido, projetado, portanto, notadamente o espaço urbano”. Assim, ao problematizar o espaço, Lefebvre (2008, p.40-44 e 61) vai além de conceituá-lo como espaço propriamente dito, passando à formulação de postulados para a construção da espacialidade na vida social. No entanto, o autor evidencia a própria dialética da investigação crítica do espaço, que assume características de certa neutralidade científica, que não lhe é própria, visto que o espaço é um instrumento político manipulado estratégica e ideologicamente de maneira intencional.

Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo (LEFEBVRE, 2008, p.62).

Além disso, para a compreensão da problemática do espaço correspondente à sua amplitude e complexidade, Lefebvre (2008, 48-49) elabora quatro hipóteses de enunciação do espaço.

A primeira concebe o espaço como forma pura, essência sem conteúdo ou ideologia. Com inclinação às noções científicas e abstratas, o espaço é percebido independentemente do tempo histórico e vivido. A segunda hipótese apresenta um espaço que é produto de um passado histórico, direcionado a ser o lugar funcional dos objetos produzidos pelo trabalho e suas relações de produção. A terceira hipótese compõe um espaço que é, ao mesmo tempo, modo e instrumento político: é o poder de uma classe dominante capaz de representar a sociedade ou manipulá-la em razão de seus objetivos. A quarta hipótese, por sua vez, afirma que o espaço não pode ser considerado como um produto como qualquer outro, ou apenas como um instrumento. Trata-se do espaço por inteiro, compreendendo sua totalidade na vida cotidiana e sua produção social na reprodução das relações de produção.

A teoria social do espaço concebida por Lefebvre é, de fato, uma teoria da produção social do espaço. Nesse sentido, ressalto que o termo produção para Lefebvre (2001, p.44-45) refere-se, de forma restrita, à fabricação de objetos para trocas econômicas mercadológicas; porém, enquanto produção social relaciona-se à amplitude da produção na vida social cotidiana, compreendendo diversas atividades humanas como a produção de idéias, de representações bem como a produção da própria consciência crítica. Enfatiza Carlos (2011, p.56) que o termo produção em sua forma específica refere-se à produção de mercadorias, que se estende da produção das relações sociais no mundo do trabalho para a vida social. Tal entendimento sobre o sentido de produção compreende, portanto, o funcionamento do capital na sociedade burocrática de consumo.

Quanto a essa condição, afirma Lefebvre (2001, p.171) que “a reprodução das relações (capitalistas) de produção, em particular, implica a reprodução da divisão do trabalho, isto é, separações no interior da divisão do trabalho. Principalmente entre a divisão técnica (nas unidades de produção) e a divisão social (no mercado)”. Dessa forma, a reprodução das

relações sociais que acompanha o processo de produção capitalista não se restringe à esfera produtiva do trabalho, invadindo a vida cotidiana como forma de reprodução social.

Por sua vez, Carlos (2011, p.56) relata que a reprodução das relações de produção capitalista integra a vida material e social, atingindo relações socioespaciais mais complexas, que se desdobram na produção da cultura, da ideologia e do conhecimento como um todo. Seguindo essa perspectiva, Lefebvre afirma:

Quanto à reprodução do conhecimento, ela comporta não somente a reprodução das relações sociais (através da relação: professor/ aluno) mas a de ideologias, misturadas aos conceitos e teorias, em forma de temas, de citações reveladas ou escondidas, de 'pesquisas', de perspectivas, de redundâncias, elas próprias misturadas às informações, de reduções mais ou menos opostas etc. Uma certa relação entre o saber e o não-saber que a ideologia mantém juntos se transmite também (LEFEBVRE, 2001, p.172).

Portanto, de acordo com Carlos (2001, p.56-57), desde os planos mais simples até os mais complexos das relações sociais na vida social, a reprodução da lógica dos processos produtivos se condiciona à produção do espaço. Assim, enfatizo que a problemática do espaço é desenvolvida por Lefebvre a partir do conceito de reprodução das relações sociais de produção, apontando para o fato de que as forças socioprodutivas não se limitam à produção de mercadorias, mas participam como forma de reprodução dessas relações de produção no cotidiano da vida social, na produção social do espaço.

Nesse sentido, conforme situa Lefebvre (2001, p.171), “a cidade e a realidade urbana seriam, nesta hipótese, o lugar por excelência e o conjunto dos lugares onde se realizam os ciclos da reprodução, mais amplos, mais complexos, que os da produção que eles envolvem”. Dessa forma, sob o controle do capital, o processo de reprodução da sociedade realiza-se como fenômeno socioeconômico na produção do espaço. Porém, o resultado dessa produção capitalista do espaço é a contraditória constiuição socialmente degradada do espaço urbano.

Para Lefebvre, (2008, p.149), a urbanização da sociedade corresponde à “deterioração da vida urbana”, que envolve a privatização da vida social e a segregação socioespacial, denominada pelo autor de contradição do espaço: “de um lado, a classe dominante e o Estado reforçam a cidade como centro de poder e de decisão política, do outro, a dominação dessa classe e de seu Estado faz a cidade explodir”. Essa dinâmica ordenada pela mercantilização das relações sociais e capitalização das condições espaciais, por diferentes apropriações econômicas da vida urbana, constitui a reconversão irracional do

uso da cidade em valor econômico absoluto, o que destitui do uso os seus respectivos valores sociais no espaço urbano. Nas palavras de Lefebvre:

O uso e o valor de uso quase desaparecem inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente, o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto (LEFEBVRE, 2008, p.83).

A segregação socioespacial nas cidades permite, portanto, a reprodução das relações capitalistas de produção como também revela as contradições do próprio capitalismo, ao organizar o espaço para manter privilégios sociais de classe e a sua reprodução econômica. Dessa forma, Lefebvre (2008, p.80) combate a racionalidade urbana funcionalizada pela lógica do capital, alertando para a essencialidade da tomada de consciência e de conhecimento da dinâmica segregadora da produção do espaço urbano, “para não perpetuar um erro teórico e prático; erro que consiste em pretender derivar da racionalidade empresarial, experiência da industrialização, modelos e esquemas aplicáveis à realidade urbana em formação”.

Por outro lado, a tomada de consciência dessa problemática urbana, que encerra a vida cotidiana na lógica da produção capitalista do espaço, conduz Lefebvre à proposição crítica que reivindica amplamente “o direito à cidade”.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. [...] Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utiliza recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização. Ainda aqui, como há um século, ela nega e contesta, unicamente com sua presença, a estratégia de classe dirigida contra ela. Como há um século atrás, ainda que em novas condições, ela reúne os interesses (aqueles que superam o imediato e o superficial) de toda a sociedade, e inicialmente de todos aqueles que habitam (LEFEBVRE, 2006, p.116-117).

Por sua vez, Kapp (2012a, p.465), discute a contemporaneidade do conceito Lefebvrino do direito à cidade em sua amplitude conexa às transformações sociais radicais dirigidas à emancipação social, assim como o uso indiscriminado desse conceito em uma perspectiva reducionista do termo para fins de aplicações sociais parciais e, sobretudo, apaziguadoras.

Ampliando esse debate, Harvey (2008, p.23) afirma que o direito à cidade vai além da dimensão individual de inclusão ou de acesso aos recursos urbanos e serviços públicos

essenciais. O direito à cidade toca-nos no direito “de mudar a nós mesmos mudando a cidade”. Além disso, mais que um direito do indivíduo, o direito à cidade, é da ordem dos direitos fundamentais da cidadania, uma vez que “depende do exercício de um poder coletivo de remodelar o processo de urbanização”.

Assim, essa discussão dirige-se à necessidade de problematizar as dimensões sociopolíticas da autonomia individual e coletiva a fim de constituir possibilidades de emancipação e justiça social na vida cotidiana.

4.1 Autonomia como princípio de justiça social

Primeiramente, Kapp (2003, p.98) conceitua autonomia a partir da própria noção de “autonomos”, que diz respeito ao “direito de se autogovernar”, instituindo a si mesmo “normas ou leis próprias”, em oposição, define o “hetero-nomos” como “normas ou leis do outro”. Além disso, apresenta a noção de autonomia relacionada à “capacidade de dar a si mesmo suas próprias normas”.

Dessa forma, Kapp (2011, p.4) enfatiza estas duas condições essenciais para a existência concreta da autonomia: o direito à autonomia e a capacidade de exercê-la. Em suma, o direito é a validação externa que se confere à autonomia, enquanto a capacidade refere-se à habilidade de criar normas e condutas coerentes. A autora relata ainda que o direito à autonomia deve anteceder a capacidade, uma vez que ambos aspectos são construções sociais que se realizam ao longo de processos históricos e, portanto, não se efetivam necessariamente ao mesmo tempo.

Por outro lado, Kapp (2011, p.4-5) situa o sentido sociopolítico da autonomia a partir do entrelaçamento das noções de autonomia individual e autonomia coletiva na perspectiva de Souza (2008). Para este autor, a autonomia individual caracteriza-se pela capacidade de um indivíduo analisar criticamente seu contexto, traçar objetivos conscientes para si e ter liberdade para buscá-los.

Por sua vez, segundo Souza (2008, p.64), a autonomia coletiva implica a gestão coletiva de um determinado grupo, o que não significa apagamento das individualidades, mas sua possibilidade efetiva de participação democrática nas decisões do grupo autogestionado. Dessa forma, de acordo com Souza (2008, p.66-67), a conjugação entre autonomia

individual e autonomia coletiva torna-se “o caminho democraticamente mais legítimo” para indivíduos e grupos definirem metas concretas e alcançarem a justiça social e a qualidade de vida. Assim, justiça social e qualidade de vida compreendem diversos aspectos da esfera pública e da esfera privada. A justiça social é estabelecida pelo “nível de segregação residencial, o grau de desigualdade sócio-econômica e o grau de oportunidade para participação cidadã direta em processos decisórios relevantes”. Já a qualidade de vida inicialmente se atrela à esfera privada e se relaciona à “satisfação individual no que se refere à educação, à saúde e à moradia”.

Entretanto, na perspectiva de Souza (2008, p.67), liberdade de escolha não garante melhorias na qualidade de vida, visto que nem sempre implica uma deliberação correta que vai beneficiar diretamente o indivíduo. No entanto, sem a liberdade individual e direito de escolha, dificilmente muitos benefícios ligados à qualidade de vida serão concretizados. Essa proposição crítica à autonomia, segundo Souza (2008, p.173), constitui-se a partir da perspectiva de Castoriadis – inspirado na Grécia clássica, que viu surgir as noções de democracia e autonomia, principalmente no exercício da democracia de participação direta – e dos processos socioprodutivos autogestionários, notadamente organizados pelos próprios trabalhadores. É nesse sentido que Souza (2008, p.175) situa uma sociedade autônoma, que não é sinônimo de uma perfeita democracia, mas inegavelmente formula o direito à autonomia e à capacidade de exercê-la em uma esfera pública formada por indivíduos “conscientes, responsáveis e participantes”.

De forma mais ampla, de acordo com Souza (2008, p.66), “mais justiça social e uma melhor qualidade de vida são, de um ponto de vista operacional, parâmetros subordinados àquele que é o parâmetro essencial do desenvolvimento sócio-espacial, que é a autonomia”. Em suma, a autonomia individual como princípio de autodeterminação afasta formas sociais de constrangimento externo e se torna uma forma social emancipada, com a autonomia coletiva conduzida às formas de desenvolvimento socioespacial.

Por outro lado, para Gottdiener (2010, p.285), uma transformação social que estabeleça novas relações socioespaciais deve necessariamente abranger espaços não privilegiados. Esses espaços são definidos pelo autor como “áreas onde as exigências da vida cotidiana afetam a experiência do dia-a-dia, mas permaneçam fora do controle dos habitantes locais, como a fábrica, a oficina, a escola, a rua, a comunidade menos afluenta”.

Nesse sentido da transformação social como forma de reordenação socioespacial, Gottdiener (2010, p.286) discute que, devido à falta de movimentos sociais combinados que

visam modificar o desenvolvimento espacial e econômico, criam-se movimentos reformistas e conseqüente subordinação das pessoas à heteronomia na vida cotidiana, que, longe de propor alterações radicais nas relações sociais espaciais e de propriedade, parecem servir muito mais à lucratividade do capital.

Para tanto, essa discussão dirige-se à necessidade de criar estratégias de autogestão generalizada na vida social.

4.2 Autogestão para produção social do espaço

Num horizonte amplo, o conceito de autogestão implica autonomia e emancipação social, que se desdobram em noções sociopolíticas e socioeconômicas relacionadas à ativação da cidadania na vida social como também à gestão organizacional democrática e poder de decisão sobre os processos de urbanização.

Para Mothé (2009, p.45), a autogestão parte de uma “ambição antropológica” com vistas à libertação social das pessoas, por meio de sua emancipação da ideologia capitalista dominante. Dessa forma, o termo traz consigo uma outra conotação para o sentido socioeconômico de progresso, que se desprende da noção de produção ampla e contínua de riquezas para atrelar-se à produção social de uma “democracia criadora”. Em última análise, autogestão significa uma verdadeira revolução nas bases sociais, culturais, políticas, econômicas e espaciais, por meio de complexas redefinições das relações sociais entre economia, sociedade e desenvolvimento territorial.

La autogestión parte de una ambición antropológica, especulando acerca de las potencialidades infinitas abiertas al imaginario humano de ciudadanos libres del yugo de la ideología dominante. Ella abre camino para una idea de progreso diferente del que preconizaba la producción ilimitada de las riquezas: el progreso ilimitado de una democracia creadora. Mientras se dice no saber anticipadamente qué decidirán los ciudadanos, se afirma saber qué no decidirán. Se defiende implícitamente la idea de que, una vez liberados de la ideología burguesa dominante, ellos no querrán retomarla, dado que la racionalidad igualitaria siempre mantiene la fuerza de su convicción (MOTHÉ, 2009, p.45).¹¹

¹¹ A autogestão surge de ambição antropológica, especulando sobre as possibilidades infinitas abertas ao imaginário humano de cidadãos livres do mando da ideologia dominante. Ela abre caminho para uma ideia de progresso diferente da que preconizava a produção ilimitada de riquezas: o progresso ilimitado de uma democracia criadora. Enquanto diz não saber de antemão o que os cidadãos vão decidir, afirma saber que não vão decidir. Implícitamente defende a idéia de que, uma vez libertados da ideologia burguesa dominante, eles não vão querer retomá-la, uma vez que a racionalidade igualitária sempre mantém a força de sua convicção (Tradução do autor).

Por outro lado, o processo autogestionário praticado como forma de organização social do trabalho e da produção, segundo Tiriba (2001, p.182), é o caminho para as transformações das relações sociais de produção na direção da autonomia e da emancipação social. Por esse encaminhamento, a pessoa pode tornar-se “senhor de si mesmo”, e integrar-se numa coletividade de trabalho bem como participar como sujeito criador da história e dessa nova ordem social. Assim, a autogestão implica a ampliação da participação direta de todos os produtores nos processos decisórios dos empreendimentos econômicos dos quais fazem parte, e em relação à vida em sociedade de uma forma geral. Assim, a autogestão pressupõe estreita conjugação entre teoria e prática, de forma que cada trabalhador possa realizar o seu trabalho em conformidade com os fundamentos filosóficos relativos ao mundo do trabalho.

Para além dessas definições, conforme concebe Lefebvre (2008, p.144-145), a autogestão é um “novo modo de produção” que se insere não somente por meio das transformações das relações de produção, mas conserva sua força e subversão também pelo fato de apresentar uma nova forma de produzir o espaço. Ou seja, além de estabelecer a posse e gestão coletivas dos meios de produção, esta nova forma de produzir define-se pela “gestão e produção coletiva do próprio espaço”.

Ele não se define apenas pela propriedade e gestão coletivas dos meios de produção, mas pela gestão e produção ‘coletivas’ do próprio espaço. Aí compreendendo a natureza, reproduzida e transformada em espaço social, integrada ou reintegrada após sua degradação enquanto força produtiva. Trata-se, portanto, de uma outra maneira de produzir e não somente do aperfeiçoamento dos meios de produção, de sua posse e de sua gestão. Efeito e razão de subversões, o novo ‘modo de produção’ não pode se realizar sem subverter as relações, e por conseguinte, o espaço existente (LEFEBVRE, 2008, p.144-145).

Segundo Lefebvre (2009, p.144-149), toda sociedade possui pontos fortes e pontos fracos. Os pontos fortes são a estrutura da própria sociedade, arranjo do todo, que serve de alicerce para o Estado. Por vezes, ocorrem fissuras nessa estrutura, o que leva o Estado a promover sua vedação com a finalidade de isentar seu entorno de iniciativas das forças sociais. Tal preocupação deve-se ao fato de essas áreas serem “zonas de fraqueza”, que podem possuir lacunas de onde emergem tais iniciativas sociais. Esses espaços passíveis de conflito definem-se como os pontos fracos da sociedade, que se revelam apenas quando colocados em prática, ou seja, no momento em que indivíduos e grupos sociais tornam-se capazes de intervir. As iniciativas e forças sociais ocupam as áreas “remendadas”, transformando pontos fracos em pontos fortes, ou, ao contrário, em algo diverso e socialmente instável. Dessa forma, a autogestão aparece nesses pontos fracos da sociedade, surgindo espontaneamente, o que não quer dizer que aconteça de forma

indiscriminada, pois ela demanda circunstâncias e lugares privilegiados com condições para que possa emergir. No entanto, quando a autogestão se manifesta, traz consigo a possibilidade de transformar-se em um ponto forte da estrutura social, ou seja, de generalizar-se e se radicalizar, tornando-se um “sistema” capaz de uma ampla reordenação social. Desse modo, a autogestão ameaça o Estado quando direcionada ao funcionamento como base da estrutura social, ocupando o ponto forte da sociedade. O Estado, por sua vez, atrofia-se à medida que todas as suas contradições e imposições erguidas sobre a sociedade são colocadas em evidência. Portanto, quando, por meio de sua generalização, a autogestão alcança toda a sociedade, ela cria um embate com o sistema estatal vigente. Tal fato acarreta uma dificuldade e um encargo social brutal, o de constituir-se em um poder autônomo. Um poder social, no entanto, diferente daquele do poder praticado e formulado pelo Estado “que ainda se afirma como a única organização, a única racionalidade, e o único momento unificador da sociedade.” Por outro lado, há uma outra condição sociopolítica que diz respeito aos resultados sociais do confronto dos princípios descentralizadores da autogestão contra os princípios centralizadores do Estado. Mesmo sob uma condição de enfraquecimento social, o Estado usará de grande esforço para reafirmar-se na sociedade. Nesse sentido, uma estratégia de apaziguamento social consiste em cooptar a autogestão sob a forma ideológica do Estado e, dessa forma, reprimir sua prática e limitar suas aplicações e inserções sociais. Entretanto, a autogestão só concebe a forma generalizada, atentando-se contra todo tipo de ordem heterônoma, contra toda forma de poder do Estado, como também de poder do capital e do próprio mercado. Além disso, o princípio da autogestão possui suas contradições entre valor de uso e valor de troca. Embora a autogestão tenda a restaurar a função social do valor de uso, confrontando e solucionando problemas da organização socioeconômica do mercado, ela não é capaz de transcendê-lo, visto que não nega essencialmente o valor de troca.

Por fim, Lefebvre (2009, p.149) propõe dois sentidos diferentes para a autogestão: um esforço do qual resulte a luta para a abertura de um caminho autogestionário e uma total reorganização da sociedade, capaz de alcançar desde a vida cotidiana até o Estado como um todo. A autogestão é fundamentalmente processual, o que implica a necessidade de envolver a totalidade das relações sociais numa particularidade e vice-versa. Nesse sentido, a autogestão é teoricamente a “essência da liberdade” no embate sociopolítico. De fato, a sociedade se constitui por um todo, e não da soma de suas unidades particulares. Assim, o sucesso da autogestão depende, sobretudo, da capacidade de integração e convergência dos atores sociais para ações autogestionárias em toda a estrutura da vida social.

4.3 Reprodução cultural das práticas socioprodutivas

Pelas análises realizadas até o momento, destaco a noção da autogestão na abertura de um caminho de transformação social e para uma reordenação social total, uma vez que se configura como uma forma social capaz de constituir-se em “um novo modo de produção”. Reforço, nessa perspectiva crítica, a noção de Lefebvre (2008, p.48) da produção como forma de “produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações”, propondo a sua base teórica de formulação da noção social totalizadora da produção do espaço.

Nesse contexto, enfatizo que o sentido de autogestão proposto por Lefebvre como forma de transformação e emancipação social passa pela formulação de um modo de produção autogestionário. Conseqüentemente, esse modo de produção reproduz-se por meio de uma respectiva cultura produtiva autogestionária, que pressupõe o exercício da autonomia em uma dada coletividade socioprodutiva, engendrando novas formas libertárias de produção social do espaço.

Assim, nesta tese acadêmica, proponho o termo cultura produtiva, a fim de analisar amplamente as interações de conceitos sociológicos, políticos, econômicos, culturais e organizacionais, relacionados à cultura do trabalho, cultura técnica, cultura organizacional, sistemas produtivos e suas relações sociais de produção. Em suma, a noção de cultura produtiva que proponho abarca todos esses termos, referindo-se às práticas socioprodutivas e seus respectivos elementos sociais, que configuram os aspectos culturais imersos na produção, os quais participam da reprodução cultural como forma de reprodução social do trabalho e da produção propriamente dita na produção social do espaço.

Nesse sentido, a cultura produtiva implica essencialmente modos culturais de trabalhar e produzir socialmente, reproduzindo-se as relações de produção na vida social, por meio de ações socialmente situadas na produção do espaço, garantindo a reprodução social das próprias relações culturais de produção e das forças socioprodutivas envolvidas. Essa proposição teórica compreende fundamentalmente a noção lefebvriana de produção e se estende a outras perspectivas teóricas com a dimensão da cultura incorporada à crítica da produção do espaço.

Dessa forma, a partir da concepção de Bosi (2010, p.16), extraio o entendimento do termo cultura como um “conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de

coexistência social.” Por sua vez, na concepção de Bourdieu, isso compreende essencialmente a noção de reprodução cultural como reprodução social, que se dirige às formas de reprodução das relações sociais de produção dominantes e às estratégias de poder e dominação exercidas cultural e socialmente pelas classes sociais.

Assim, emprego o termo cultura produtiva principalmente pela aproximação teórica ao conceito de *habitus*, que evidencia as disposições e estruturas sociais em que se encontram inseridos o trabalho e a produção bem como a perspectiva do espaço social de sua constituição e reprodução social, conformando a noção correlata de *campo social* na vida cotidiana, fundamentalmente relativa ao espaço social em que o *habitus* ocorre e se desenvolve.

Em linhas gerais, para Bourdieu (2011, p.296), o conceito de *habitus* refere-se ao sistema social de disposições em que se estabelece a mediação entre a dinâmica das estruturas sociais, políticas e econômicas com as práticas socioprodutivas. Dessa forma, o *habitus* para Bourdieu (1983, p.46) é um fenômeno social, que pode ser analisado a partir de seu princípio estruturador como prática social.

A prática é a forma social do *habitus* para sua reprodução cultural e social, por meio da dinâmica das estruturas culturais e condicionamentos sociais dominantes, inseridos nos comportamentos dos atores sociais e dos agentes socioeconômicos em um dado contexto “praxiológico”, que incorpora sua forma social dialética.

A prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* — entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz. de percepções, de apreciações e de ações* — e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correlações incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por esses resultados (BOURDIEU, 1983, p.65).

Nesse sentido, determinadas práticas culturais tornadas *habitus* de uma dada cultura produtiva orientam as próprias práticas socioprodutivas, o desenvolvimento das tecnologias e toda sorte de arranjos sociopolíticos e socioeconômicos relacionados às práticas sociais em uma afirmação cultural e social que é cíclica, por isso, tautológica, em sua reprodução socialmente continuada e reafirmada na cotidianidade. Para Ortiz (1983, p.15), o “*habitus* tende, portanto, a conformar e a orientar a ação, mas, na medida em que é produto das

relações sociais, ele tende a assegurar a reprodução dessas relações objetivas que o engendraram”.

Se, em Bourdieu (1983), o *habitus* refere-se à análise crítica das atitudes socioculturais dominantes, que são capazes de estruturar as representações socioeconômicas da vida cotidiana; em seu contraponto, o próprio conceito de *habitus* serve também à transformação social como “disposição transponível”, mediante a transformação das próprias práticas sociais por outras práticas afirmadas em outras estruturas sociais e seus mecanismos incorporados a um determinado “campo social”.

Assim, o conceito de *habitus* possui o conceito correlato de “campo social”, em que Bourdieu (1989, p.64) percebe o fenômeno social no seu “campo de produção como espaço social de relações objetivas”. Dessa forma, o campo social relacionado à cultura produtiva considera o espaço social conexo à formulação do *habitus* na dinâmica das relações e estruturas sociais autônomas. O campo social é, portanto, um espaço social de luta e disputa entre os atores pelo poder de produzir, reproduzir, utilizar e manter a dominação dos *habitus* em seu respectivo campo de inserção social.

Nesse sentido, a cultura produtiva implica os modos culturais incorporados que agem na produção e reprodução das relações sociais de produção na vida cotidiana, por meio de ações concretas, materiais, imateriais e relacionais, socialmente situadas no espaço. Dessa forma, a crítica da cultura produtiva coloca-se como um instrumento teórico de análise do fenômeno social do trabalho e da produção que transformam a vida social, a economia e a sociedade na produção do espaço.

Apesar de toda a complexidade teórico-prática em discussão, parece somente haver, na produção do espaço, apenas dois caminhos possíveis para as ações sociais da cultura produtiva, que podem ser situados nas práticas socioprodutivas heterogestionárias em contraposição às práticas socioprodutivas autogestionárias. Em linhas gerais, essa dualidade entre heterogestão e autogestão como formulações estruturantes da vida social constitui premissas fundamentais para a elaboração crítica desta tese acadêmica.

Por esse raciocínio, a cultura produtiva pode estar em uma condição produtiva heterônoma, que controla hierarquicamente e divide socialmente o trabalho, submetendo a produção a constrangimentos externos. Decorre disso que, na vida social e, conseqüentemente, na produção social do espaço, haja a predominância de uma condição socioprodutiva heterônoma, que aliena, controla hierarquicamente e divide socialmente o trabalho,

submetendo a produção, o espaço e a vida cotidiana a uma externalidade normativa, totalitária, que, por sua vez, reproduz socialmente formas de alienação, controle e privilégios de classe.

Por outro lado, a cultura produtiva pode estar em uma condição socioproductiva autônoma, que autogestiona democraticamente o trabalho e a produção em formas de autodeterminação e autonomia coletiva, que autogestiona as relações de produção com princípios de autonomia, autogestão, reciprocidade e democracia em uma construção social auto-normativa e libertária, em cujas relações sociais existem capacidades de promover-se justiça social.

Em ambos os casos reproduzem-se socialmente suas relações sociais de produção na produção do espaço. Assim, a crítica da cultura produtiva que proponho, localizada na crítica da produção social do espaço, pode ser um instrumento teórico para a análise das formas sociais de reprodução das relações de produção, identificando os pontos fortes e fracos da sociedade e suas correspondentes estruturas sócio-econômico-espaciais de reprodução cultural e social na vida cotidiana.

Assim, nos capítulos seguintes, passo a um aprofundamento crítico da cultura produtiva heterogestionária e da cultura produtiva autogestionária num recorte teórico localizado no campo social da construção civil brasileira, investigando as formas socioeconômicas de reprodução socioproductiva e consequentes encaminhamentos para formas sociais totalitárias ou emancipatórias na produção do espaço.

5. CULTURA PRODUTIVA HETEROGESTIONÁRIA

A cultura produtiva heterogestionária da construção civil brasileira relaciona-se, principalmente, com o setor formal da construção e se caracteriza, fundamentalmente, pelas práticas heterogestionárias da produção capitalista, por meio de incorporadoras e empresas construtoras privadas, em que prevalecem as práticas sociais de hierarquização, especialização e divisão social do trabalho socioproductivo.

Nesse contexto, aos atores socioproductivos são atribuídas as respectivas responsabilidades técnicas, funcionais, sociais e culturais, reservando-se o seu mercado de trabalho parcelado. Na produção da arquitetura e engenharia, isso pode ser percebido pelas representações sociais das atribuições profissionais da construção civil. Assim, arquitetos projetam, engenheiros executam, decoradores combinam, designers idealizam, corretores vendem, incorporadores investem, empreiteiros produzem, mestres controlam, pedreiros erguem, serventes carregam, carpinteiros serram, ferreiros dobram, eletricitas instalam, encanadores conectam, azulejistas assentam, pintores pintam e vigias olham. Cada profissional com seu verbo, cada qual com sua prática social pré-definida e sua função determinada por uma especialização técnica, regida pela divisão social do trabalho capitalista, o que corresponde a uma distinção social, como também econômica, política, cultural e produtiva. Nesse sentido, todos os sujeitos construtores ficam socialmente alienados e fetichizados, cindidos como sujeitos sociais pela relação de produção, dominada pelo capital, o qual administra heteronomamente as relações sociais de produção da construção civil. Segundo Singer (2002), no capitalismo, o trabalho intelectual, que corresponde a atividades de direção, planejamento e coordenação, é monopolizado por uma camada de técnicos e administradores, que formam a “burguesia gerencial”; enquanto o trabalho manual, que envolve atividades de rotina, de controle ou execução, cabe aos trabalhadores comuns, que formam o “proletariado”.

A separação entre trabalho intelectual e trabalho manual não é gratuita. Ela decorre da luta de classes que opõe capital e trabalho e induz o capital a retirar do trabalhador a capacidade de dominar o processo de trabalho que executa. Para melhor submeter os trabalhadores, o capital concentra todo o conhecimento nos seus delegados diretos: gerentes, programadores, pessoal de chefia, assessores, técnicos, financeiros, legais, etc. Aos proletários resta um trabalho cada vez mais rotineiro, repetitivo, embrutecedor (SINGER, 2002b, p.182).

O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas na construção civil levou os construtores à divisão dos papéis sociais intelectuais ao arquiteto, urbanista e artista, dos papéis administrativos ao engenheiro, e dos papéis operacionais aos operários,

aprofundando a hierarquização e a divisão de classes sociais na construção civil. Isso afirma, em especial, a diferenciação daqueles que pensam dos que executam, inclusive, especializando e tornando cada vez mais raros ou afastados do canteiro de obras os sujeitos que integram simultaneamente capacidades criativas, intelectuais e operacionais. Nesse contexto, constrói-se socialmente tanto o rebaixamento dos operários da construção quanto o crescimento do fetichismo da genialidade do “traço” do arquiteto-artista, que elabora seus projetos abstratamente, muito distante do *locus* social da produção e das práticas produtivas do canteiro de obras. Além disso, condiciona-se a “racionalidade” padronizadora do engenheiro de obras, apagando-se as funções sociais do construtor, que não mais edifica as obras de arquitetura e engenharia como parte de um processo de trabalho emancipado no canteiro de obras. A produção da construção civil moderna e contemporânea é, então, organizada pela abstração técnica, tendo a linguagem do desenho projetivo a função precípua de comandar a divisão social do trabalho na produção da arquitetura e engenharia, conforme demonstra a crítica de Ferro (2006, 159): “o processo de produção, enquanto processo de extração de mais-valia, cria o intermediário desenho entre o comando e as unidades de produção. Porta-voz: o designer ou o arquiteto, também criados seus”.

Se a produção é separada, o desenho, para impor-se como norma (regra e medida) de coagulação do trabalho dividido no produto que é mercadoria, não pode perder-se no movimento da produção. Para rejeitar o trabalho dividido, faz-se direção despótica – e, portanto, separada. Separado, o desenho vai buscar força para convencer em si mesmo (FERRO, 2006, p.181).

Assim, o desenho projetivo é mais que um instrumento a serviço da criação da arquitetura, do urbanismo e da engenharia; o desenho estrutura e organiza a produção da construção no canteiro, instaurando uma práxis construtiva heterônoma, a serviço do capital. Como bem situa Ferro (2006, p.192): “Daí a contradição imanente a esse desenho: é desenho para a produção – mas, como a produção é processo de valorização do capital, o seu reticulado não deve exibir a produção ou, mais exatamente, a separação da produção”.

Além disso, Farah (1996, p.87) observa que, nessa prática social de divisão do trabalho na construção civil, a visão de conjunto reservada à abstração técnica dos arquitetos e engenheiros, por si só, não integra os projetos às respectivas obras. Conseqüentemente, na construção, os próprios trabalhadores operários adaptam as “ideias” de arquitetura ou a “racionalidade” da engenharia às possibilidades produtivas dos canteiros de obras. Farah (1996) dirige sua crítica à produção habitacional, entretanto esse argumento é válido para a produção do setor formal da construção civil em geral. Por sua vez, essa fragmentação favorece a administração e controle da produção, mas, para as atividades construtivas,

ocasiona-se um amplo retrabalho, conflitos de coordenação executiva e muitos atrasos e falhas no processo global da produção.

Há um distanciamento considerável entre o projeto da habitação e o processo construtivo: os profissionais, engenheiro e arquiteto, a quem cabe a concepção científica do produto, não têm, de um modo geral, domínio sobre a atividade concreta, sobre cada tarefa realizada no canteiro de obras. Por outro lado, o ‘engenheiro de obras’, que acompanha a execução, tampouco detém o domínio do processo de trabalho. A obra é ‘tocada’ pelo mestre e pelos encarregados (de ofício), cabendo ao engenheiro um controle meramente administrativo da produção (FARAH, 1996, p.87).

A lógica do projeto arquitetônico transforma a organização do trabalho e baliza as condições heterônomas da produção no canteiro, possibilitando operacionalizar e especializar as funções do trabalho construtivo. Mais que conceber ou ordenar a construção, o projeto possibilita o controle administrativo, o que permite desvincular as atividades da sua concepção e da sua execução. Assim, desvinculando-se das atividades produtivas, o projeto permite o cumprimento de tarefas fragmentadas e, sobretudo, possibilita a rotatividade das equipes de trabalho operacional. E, no réves do “progresso” da construção civil, os canteiros de obras, que são frequentemente aludidos pela importância na geração de trabalho, emprego e renda, contribuem, de fato, com a precarização, alienação e exploração massiva de trabalho humano. Dessa forma, a construção civil configura-se como um dos principais setores de alta extração de mais valia, pelo trabalho intensivo, principalmente, realizado pelos trabalhadores “desqualificados”, que se sujeitam às precárias condições de trabalho, segurança e salubridade nos canteiros.

A lógica econômica prevalece sobre a tecnológica. E em consequência vemos na vida real por toda a parte à nossa volta cordas rotas em vez de cabos de aço, animais de tração defeituosos ao invés de linhagens de exposição, o trabalho manual mais primitivo ao invés de máquinas perfeitas, uma desajeitada economia baseada no dinheiro em vez de na circulação de cheques, e assim por diante. O ótimo econômico e o perfeito tecnologicamente não precisam divergir, no entanto o fazem com frequência, não apenas por causa da ignorância e da indolência, mas porque métodos que são tecnologicamente inferiores ainda podem ser os que melhor se ajustam às condições econômicas dadas (SCHUMPETER, 1997, p.32-33).

Nesse sentido, o pensamento schumpeteriano situa o desenvolvimento econômico, orquestrando o tecnológico, mediante a inclusão de contradições entre “avanços” e “retrocessos” tecnológicos próprios à condição econômica capitalista. Na verdade, essa perspectiva de Schumpeter (1997) faz uma constatação da presença do “atraso”, revelando a simultaneidade do seu contraditório, sem proferir propriamente uma crítica às circunstâncias que formulam as duas faces que a tecnologia possui, na convivência do “avanço” com o “retrocesso” tecnológico.

Por outro lado, a crítica de Farah (1996) dirigida à construção civil brasileira compreende o “atraso tecnológico” como uma forma específica de “exploração” do trabalho pelo setor formal da construção. Na verdade, conforme constata Farah (1996, p.104), é o “atraso tecnológico” do setor da construção civil que possibilita constituir a forma específica de acumulação de capital por esse setor econômico, baseada em uma baixa composição orgânica do capital. Isto é, mediante uma produção intensiva de trabalho humano, aplicando-se mão de obra não-qualificada em processos manufatureiros, que se desenvolvem por meio de trabalho manual com elevadas perdas de recursos materiais e frágil presença de máquinas e de equipamentos mecânicos.

Por sua vez, Ribeiro (1997, p.96-101) relaciona o atraso tecnológico à lógica de penetração do capital de incorporação, de natureza mercantil, que comanda a produção capitalista de construção na “transformação de um capital-dinheiro em terreno e edificação”. Para o autor, a forma de circulação do capital, e não o capital produtivo propriamente dito, é que organiza o trabalho e as relações de produção descritas acima. Assim, “a superposição de relações de propriedade e relações capitalistas entre construtores e incorporadores é um elemento chave na explicação das dificuldades enfrentadas pelo capital para o desenvolvimento das forças produtivas”. Nesse contexto, a apropriação de rendas fundiárias pelo incorporador e a extração de mais-valia no processo produtivo pelo construtor configuram o histórico entrave entre o “problema fundiário” e o “problema da insolvabilidade” no setor da construção civil. Dessa forma, nesse setor alteram-se as funções do capital produtivo, o que faz surgir “um capital de circulação capaz de criar condições para a superação desses dois obstáculos para o investimento de capital na produção”. Contraditoriamente, o incorporador impulsiona o construtor a produzir, mas impede a “acumulação do capital de construção em níveis que permitam a industrialização do setor, na medida em que acaba reproduzindo aqueles obstáculos”.

Essas constatações de Farah (1996) e Ribeiro (1997) com relação aos “atrasos” e “impasses” da produção capitalista da construção civil brasileira no desenvolvimento das forças produtivas nesse setor valem ainda hoje. Como será aprofundado a seguir, embora a construção civil esteja na atualidade em um contexto econômico de crescimento e o cenário tecnológico da construção civil formal tenha-se alterado desde a década de 1990, a sua modernização trouxe uma certa racionalização de processos e incrementou a pré-fabricação industrial brasileira. A cultura produtiva heterogestionária continua predominantemente manufatureira e dependente, essencialmente, da exploração dos trabalhadores e dos ofícios construtivos nos canteiros de obras.

5.1 Dinâmica socioprodutiva do setor formal da construção civil brasileira

Farah (1996, p.82) afirma que a força produtiva da construção civil está calcada na habilidade do trabalhador. Essa condição diz respeito ao domínio das habilidades, do “saber fazer” no processo construtivo, cabendo ao trabalhador usar seu repertório construtivo e seus instrumentos de trabalho, como também decidir acerca da execução das atividades laborais. A mão do pedreiro não é a mesma com uma outra colher. O serrote e seu empeno guardam a correção da mão daquele que o usa por muito tempo. Nesse sentido, serrotes e colheres de pedreiro documentam seu uso laboral. E essa memória faz parte da cultura técnica do trabalho. Sob a lógica da manufatura, o setor formal da construção civil explora fortemente as habilidades artesanais dos trabalhadores nos canteiros, com uma precária mecanização e poucos processos “racionalizados” pela chamada “indústria” da construção, que continua ativamente manufatureira.

Na manufatura, ao contrário e apesar do mesmo glaci, [...] o essencial é a destriedade, a habilidade, a presteza e a quantidade de esforço compatíveis com a unidade de produção, o trabalhador, sua equipe e seu instrumento, postos sob a pressão do mestre. A produção não abandonou seus fundamentos musculares e nervosos, não adotou a independência relativa dos processos mecânicos e automáticos. Prisioneira, em grande parte, de fatores subjetivos, aprisiona necessariamente os que a constituem tecnicamente. Seu núcleo é o trabalhador coletivo, trabalhadores parcelados em colaboração forçada (FERRO, 2006, p.114.).

Segundo Farah (1996, p.98-99), a participação do trabalhador no controle da sua parcela do processo produtivo demonstra que habilidade e o “saber fazer” não foram totalmente absorvidos pela mecanização dos processos construtivos. Em certa medida, a habilidade e o “saber fazer” são os espaços sociais que ainda preservam alguma autonomia do trabalhador com o seu trabalho parcelado. Entretanto, o controle heterônomo do processo produtivo subverte essa suposta “autonomia” do trabalhador pela heteronomia das relações de produção. No conjunto das atividades, a lógica dominante é a forma autoritária, em que o trabalhador se sujeita a uma forte hierarquia, assim como exerce o controle sobre outros, assumido funções de oficial, encarregado de ofício ou mestre de obras. Segundo Farah, (1996, p.89) “num processo de trabalho em que há uma larga margem de autonomia, a garantia do ritmo, da qualidade e da própria produtividade só pode se dar por via autoritária ou através do engajamento dos trabalhadores. Na construção tradicional, a via hegemônica é a autoritária.”

Dessa forma, o ritmo de trabalho na construção é intensificado, ao mesmo tempo em que se amplia uma sensação de “autonomia” no trabalho. Para Farah (1996, p.92-93), essa suposta

autonomia está fundamentalmente submetida ao cumprimento heterônomo das metas produtivas do capital. Entretanto, na construção civil, não há muitos métodos de controle do processo produtivo eficazes na intensificação do trabalho. Diferentemente da produção industrial propriamente dita, na qual as tarefas são determinadas com exatidão e a máquina controla o ritmo da intensidade do trabalho. Como, essencialmente, a produção é dependente das competências do trabalhador, a condução autoritária do trabalho não é absolutamente efetiva para aumentar o ritmo ou melhorar a qualidade da execução das atividades produtivas. Em resposta a essa condição, as empresas construtoras adotam o sistema de pagamentos por produção, no qual o trabalhador aumenta a sua remuneração à medida que cumpre mais rapidamente suas tarefas e alcança as metas estabelecidas para a produção.

Desde a instalação do canteiro de obras e a execução das fundações até a pintura e revestimento das paredes, procedem-se várias etapas parceladas, que compõem esse modelo produtivo da manufatura no setor formal da construção civil. Grosso modo, segundo Farah (1996, p.80), esse processo construtivo heterônomo pode ser sistematizado em três conjuntos de atividades sequenciais: aquisição de materiais, preparação e construção propriamente dita.

No primeiro conjunto de atividades, a aquisição de materiais envolve a logística de compra, estocagem e transporte (dentro e fora da obra). Nesse grupo de atividades, há uma sucessão de trabalhos manuais, que fornecem o suporte material à produção em todas as etapas do processo construtivo, como carregamento e empilhamento de materiais.

No segundo conjunto de atividades, ocorre a preparação dos materiais e a montagem de componentes fornecidos por outros setores industriais. Vários materiais de construção necessitam passar por processos de transformação primária, em que a junção de materiais ou de componentes constituem o material processado a ser aplicado na obra. A preparação de argamassa ou de concreto são exemplos de preparo ou de mistura de matérias-primas *in loco*. Cumpre observar uma outra demanda por transformações secundárias, que ocorrem para realizar adaptações de materiais e componentes prontos para adequarem-se às necessidades específicas dos projetos. Tijolos, por exemplo, são quebrados para se ajustarem às dimensões especificadas em um projeto arquitetônico, assim como peças de granito recebem tratamentos de acabamentos especiais.

Por fim, no terceiro conjunto de atividades, a construção propriamente dita requer um conjunto de atividades que se aplicam efetivamente ao *locus* da construção no seu espaço

físico e permanente. Atividades como armação e concretagem de lajes, assentamento dos tijolos e instalações elétricas fazem parte desse conjunto conclusivo de atividades. É exatamente na construção propriamente dita que os principais instrumentos de trabalho são as ferramentas manuais, que, na maioria das vezes, pertencem ao próprio trabalhador, embora ferramentas elétricas e equipamentos mecânicos também sejam usados no canteiro de obras como meios de produção disponibilizados pela empresa construtora.

No entanto, segundo Farah (1996, p.191), esse cenário começa a se alterar no setor formal da construção civil brasileira, na década de 1980, iniciando-se a chamada “modernização” do setor da construção, que não implicou alterações significativas nas tecnologias e nos processos organizacionais descritos acima. Em meio a uma profunda recessão econômica, a estratégia das construtoras para manter a lucratividade e a continuidade da empresa no mercado concorrencial é direcionada à redução dos custos de produção, e não à alteração tecnológica dos processos produtivos. Assim, a qualidade da produção é reduzida, adotando-se a contenção de despesas no processo produtivo com relação aos encargos trabalhistas e a diminuição das áreas construídas das próprias edificações. Entretanto, a partir da década de 1990, somam-se esforços no setor da construção para promover mudanças tecnológicas e dos processos construtivos, racionalizando-se a produção, evidentemente, para aumentar a lucratividade e competitividade. Com isso, reduzem-se muito os desperdícios materiais e atualizam-se as tecnologias construtivas, adotando-se uma lógica fabril de bens de consumo de massa, semelhante aos demais setores industriais. Nesse cenário, é introduzida a montagem em série de elementos pré-fabricados no canteiro de obras brasileiro. A chamada “racionalização” da produção na construção civil surge no setor da construção pesada e é introduzida no setor imobiliário para “otimizar” a produtividade no canteiro de obras. Por essa via, reduzem-se gastos na execução de edificações, embora também não seja alterada a base técnica manufatureira, especialmente, quando aplicada à pequena escala, que é típica no setor imobiliário de construção.

Conforme descreve Farah (1996, p.237-261), a solução do aumento da produtividade encontrada pela racionalização produtiva ocorre por meio de três estratégias de gestão da produção: *pré-fabricação básica, apropriação de conhecimentos e gerenciamento de processos*.

A primeira estratégia ocorre na incorporação da *pré-fabricação básica*, mediante novos sistemas e práticas construtivas. O canteiro de obras torna-se um novo espaço de operações de *montagem*, principalmente de elementos estruturais tais como pilares, vigas e

lajes. A “simplificação” da execução da construção ocorre no próprio canteiro, com a pré-fabricação *in loco*, a partir da instalação de centrais de pré-produção industrial. Dessa forma, modificam-se os processos usuais de trabalho, em que passam a conviver o modelo da “simplificação da execução” da construção com o “saber-fazer” tradicional dos ofícios construtivos.

A segunda abordagem estratégica baseia-se na *apropriação de conhecimentos* pela transferência do saber-fazer dos ofícios construtivos ao gerenciamento da obra por montagem de elementos pré-fabricados. Empresas ligadas ao setor da construção civil passam a oferecer serviços que substituem partes do processo produtivo, as quais antes ocorriam no canteiro de obras. Assim, de acordo com as especificidades dos projetos, as empresas prestadoras de serviços de construção passam a realizar tarefas especializadas, como, por exemplo, corte e dobra de peças de aço e concretagem por bombeamento. Além desses exemplos, há a compra de materiais e componentes prontos, como argamassa pré-misturada e kits hidráulicos que reduzem as atividades construtivas tradicionais a uma versão simplificada dos ofícios para a montagem pré-fabricada padronizada.

Por fim, a terceira estratégia relacionada ao *gerenciamento de processos* ocorre pela racionalização administrativa da construção, ou seja, pela gestão empresarial do processo produtivo global. A “otimização” comanda as atividades produtivas com a noção administrativa de que o aumento da eficiência é garantido pela diminuição de erros de execução e redução de tempo ocioso entre etapas construtivas. Isso conduz as construtoras ao gerenciamento organizacional dos processos, mediante a padronização de produtos, repetitividade das atividades e simultaneidade no processo global de construção.

Entretanto, conforme observa Farah (1996, p.189-195), esse amplo desenvolvimento tecnológico não conduziu o setor a mudanças substanciais na organização primária dos trabalhos produtivos, resguardando-se ainda nos canteiros a lógica da manufatura, com forte dependência das habilidades do trabalho manual para a execução dos processos construtivos. Nesse contexto, a lógica da “racionalização” alterou os processos de trabalho, trazendo, com a padronização de procedimentos, as operações repetitivas, a fragmentação das atividades e, em especial, a intensificação da obsolescência do “saber fazer”. Dessa forma, em vez de aprender o ofício, o trabalhador hoje é treinado à execução de tarefas com os novos instrumentos de trabalho especializados. O resultado desse processo implica a adaptação do trabalho manual à padronização dos produtos industriais, com a intensificação da produção operacionalizada e, conseqüentemente, a ampliação do controle do trabalho e

da produção pelo capital, levando à alienação do trabalho e desqualificação do trabalhador como um construtor autônomo.

Em outras palavras, a cultura técnica do trabalho fica comprometida em perdas significativas dos saberes construtivos desde os mais elementares aos mais complexos e “artísticos”. Essa dinâmica social dos trabalhadores da construção civil não se difere da prática dos demais setores produtivos baseados na produção capitalista. Dessa forma, o setor formal da construção civil, em seus vários canteiros, repete e afirma o modo de produção capitalista, em busca do aumento da produtividade e da lucratividade, aniquilando a sabedoria do saber fazer e, com isso, transformando o trabalhador autônomo em força de trabalho parcial. Além disso, a perda da cultura do trabalho construtivo é um fator determinante de rebaixamento do valor da reprodução da força de trabalho. Essa é uma condição fundamental à reprodução do capital para maximizar a extração de mais valia. Além disso, está aliada à interrupção do ritmo da produção, condicionado ao tempo de obra dos canteiros, o que permite às empresas construtoras uma intensa rotatividade das equipes de produção. E essa situação é entendida como uma característica própria do segmento da construção civil.

Nesse sentido, o Estudo Setorial da Construção de 2010, desenvolvido pelo DIEESE (2011, p.14), compreende essa dinâmica heterônoma da cultura produtiva do setor formal da construção civil como uma “particularidade do processo produtivo”. Para tanto, baseia-se no fato de a “duração do tempo de trabalho na construção se dá por contrato temporal ou empreitada”. Condição que vincula a contratação do trabalho ao empreendimento, e não à empresa construtora, o que permite às construtoras transferirem ou não seus operários para um próximo canteiro. Por outro lado, o DIEESE reconhece esse mecanismo como parte da estratégia de “redução dos custos para a construtora, pois a rotatividade rebaixa o salário dos trabalhadores do setor”.

Na atualidade, o cenário de aquecimento da economia, desde 2007, conforme será tratado adiante, não tem sido seguido de melhoria nas condições de trabalho, persistindo a exploração intensiva de mão de obra, a presença do trabalho informal e a alta rotatividade dos trabalhadores em seus postos de trabalho, sobretudo, nos níveis hierárquicos mais baixos. Nesse sentido, não parece haver avanços significativos nas questões trabalhistas atuais que sejam correspondentes ao crescimento econômico global do setor formal da construção civil brasileira.

No que diz respeito, especificamente, à geração de empregos no setor, informa o DIEESE (2011, p.14), no Estudo Setorial da Construção de 2010, que o saldo de empregos no ano

de referência foi de 200 mil postos de trabalho, pois, dos 2,4 milhões de pessoas ocupadas, 2,2 milhões foram demitidas em 2010. O recorrente argumento da grande capacidade de geração de emprego do setor formal da construção não leva em conta essa imensa rotatividade da classe trabalhadora operária. O DIEESE (2011, p.10) também informa não haver aumentos significativos nos salários do setor, que, em média, são de R\$ 1.395,00 mensais, o que corresponde a um aumento real de 2,5%, de 2009 para 2010.

Ressalto ainda a observação do DIEESE (2011, p.9) com relação à manutenção da enorme informalidade e precariedade do trabalho no setor formal da construção civil, como também dos poucos investimentos em melhoria nas condições de saúde e segurança do trabalho, mantendo-se uma alta ocorrência de acidentes nos canteiros. Tomando por base o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho de 2009 do Ministério da Previdência Social, o DIEESE (2011, p.29). informa que, “enquanto para o conjunto dos trabalhadores do Brasil ocorre uma morte para cada 37.941 trabalhadores, na construção, acontece uma morte para cada 17.365 trabalhadores”.

Por fim, persiste ainda na representação sindical da classe trabalhadora da construção civil uma fraca articulação com o movimento operário brasileiro, o que dificulta uma contraposição à exploração do trabalho. Parece não haver também nenhuma mobilização social significativa dessa classe trabalhadora para compreender e contestar as perdas na própria cultura do trabalho construtivo, tanto na sua representação social e nos saberes culturais relacionados quanto nas possibilidades criativas e emancipatórias aí implicadas.

5.2 O setor formal da construção civil no contexto de aceleração do crescimento brasileiro

O Estudo Setorial da Construção de 2010, realizado pelo DIEESE (2011, p.2), demonstra que o setor formal da construção civil contribuiu diretamente com a “elevação de 7,5%, no PIB, o maior dos últimos 25 anos”. Nessa conjuntura de crescimento econômico, informa o DIEESE (2011, p.3) que, “em 2010, a indústria cresceu 10,1%, na comparação com 2009. O maior crescimento foi registrado na indústria extrativa mineral (15,7%), depois na construção civil (11,6%) e na indústria de transformação (9,7%)”. Assim, conforme ressalta o DIEESE (2011, p.4), o setor da construção civil, correspondendo à segunda posição do setor industrial brasileiro, indica que, “em 2010, acompanhou a tendência nacional, com taxa de

crescimento de 11,6%, o melhor desempenho dos últimos 24 anos, segundo dados do PIB setorial”.

Por sua vez, segundo essa análise conjuntural do DIEESE (2011, p.23), os resultados econômicos do desempenho da construção civil brasileira são movidos pela economia estável, ampliação de acesso ao crédito e o crescimento da renda no Brasil. A base da expansão da construção pesada ocorre pelo Programa de Aceleração do Crescimento do Brasil (PAC), implementado em 2007, enfocando investimentos em obras de infraestrutura, correspondentes à exploração do pré-sal, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016, envolvendo logística, energia, estádios e arenas esportivas, aeroportos, mobilidade urbana, readequação viária e saneamento.

Conforme informa o Programa de Aceleração do Crescimento do Brasil (2007), esse programa governamental estabelece medidas de desoneração tributária e estímulo ao crédito e financiamento direcionado para induzir o aumento dos investimentos públicos e privados em infraestrutura física e imobiliária. Dessa forma, o PAC está na base da expansão do setor formal da construção civil brasileira, ativando investimentos públicos e privados em edificações para atendimento de saúde, educação, esporte e cultura, além da produção de novas unidades habitacionais para baixa renda, junto ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Nesse sentido, Bonelli (2009, p.9) afirma que “entre as despesas [públicas] cujo impacto positivo sobre a atividade produtiva privado é mais direto, forte e importante para o crescimento situam-se as despesas relacionadas à construção da infraestrutura física”.

Nesse contexto expansionista, configura-se a Política de Desenvolvimento Produtivo para o setor formal da construção civil brasileira, definida pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil (MDIC) para o triênio 2007-2010, correlacionando o desenvolvimento produtivo do setor formal da construção civil ao investimento público em infraestrutura e habitação, com a finalidade de promover a aceleração do crescimento econômico brasileiro. Como componente estruturador da dinâmica de aceleração do crescimento é, por isso, estabelecida a estratégia da expansão produtiva do setor da construção, respectivamente da construção pesada e imobiliária.

Assim, conforme informa a Política de Desenvolvimento Produtivo do Setor da Construção Civil (2007), esse direcionamento político aponta para a carência brasileira tanto de

infraestrutura física quanto habitacional, objetivando “ampliar e modernizar o setor de construção civil para atender o déficit habitacional e o mercado de obras de infra-estrutura”.

Dessa forma, a situação atual da construção civil brasileira é sintetizada pela Política de Desenvolvimento Produtivo do Setor da Construção Civil (2007), levando-se em conta o mercado brasileiro em forte expansão, a entrada no mercado de capitais das empresas de construção, a presença significativa da informalidade e da baixa qualificação de mão de obra e o grande déficit habitacional na faixa de baixa renda. A política também estabelece como metas, no período de 2007 a 2010, o aumento da produtividade do setor em 50% e a redução das perdas no processo construtivo em 50%. E apresenta como desafios o desenvolvimento de mecanismos de financiamento sustentáveis, a capacitação da mão de obra, o incentivo e a disseminação da tecnologia industrial básica e a promoção da “racionalização” da construção industrializada.

A Política de Desenvolvimento Produtivo do Setor da Construção Civil (2007) ressalta ainda as iniciativas e entidades públicas relacionadas à promoção e desenvolvimento da construção industrializada e da capacitação da mão-de-obra do setor. Dessa forma, a ABNT e o INMETRO são convocados para promoverem a adequação da normalização técnica, o que envolve a tipificação e padronização de materiais para modulação da construção, mediante o investimento em intercambiabilidade técnica e coordenação modular. O Ministério das Cidades, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção e o SINDUSCON são identificados para promoverem a racionalização da produção de novas unidades habitacionais. O MDIC e o Fórum de Competitividade estão relacionados para identificar as necessidades de atualização e modernização produtiva e promover mudanças na legislação, nas normas técnicas e nos regulamentos existentes, no intuito de revisar e criar regras que se adequam ao desenvolvimento da construção industrializada. Além disso, com relação às transações imobiliárias propõe-se promover o registro eletrônico de imóveis e implantar o princípio da concentração dos atos notoriais pela matrícula do imóvel. Por fim, com relação à capacitação da mão de obra, o MTE e o Sistema S estão indicados com a finalidade de analisar as necessidades de atualização técnica dos agentes produtivos para o contexto da produção industrializada, como também de identificar as necessidades e fomentar o uso de sistemas de tecnologia da informação aplicados à construção civil.

O quadro 1, a seguir, resume os principais instrumentos existentes na Política de Desenvolvimento do Setor da Construção Civil (2007), confrontados aos respectivos desafios para a expansão produtiva desse setor econômico.

Quadro 1 – Instrumentos Existentes na Política de Desenvolvimento do Setor da Construção Civil. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (2007/2010)

DESAFIOS	INSTRUMENTOS					
Desenvolver a construção industrializada	CEF: financiamento	BNDES: FINAME	MCT/ MDIC: PROGEX	Finep/MCT: Habitare	Ministério das Cidades MDIC/ABDI: fórum de competitividade	SENAI SENAC SEBRAE
Desenvolver e disseminar TIB	CEF Banco do Brasil		Ministério das Cidades MDIC/ABDI: fórum de competitividade		INMETRO metrologia e certificação	
Desenvolver mecanismos de financiamento sustentáveis	CEF BNDES Banco do Brasil		Ministério das Cidades MDIC/ABDI: fórum de competitividade		CVM	
Capacitar a mão-de-obra	SENAI SENAC SEBRAE			MTE		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2011. Referência: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Política de Desenvolvimento do Setor da Construção Civil (2007). Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/index.php/sitio/conteudo/setor/70/72>>. Acesso em: jan. 2011.

No contexto pós-crise de 2008, intensificam-se as ações do PAC com relação aos investimentos públicos e privados em infraestrutura e habitação, promovendo-se a consolidação desse novo cenário de acumulação de capital no setor formal da construção civil brasileira. Nesse sentido, Harvey (2005, p.46-47) observa que as crises favorecem a configuração de “condições que forcem a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista” e que a periodicidade da crises possibilita a expansão da capacidade produtiva e a renovação das condições de acumulação, concebendo, portanto, “cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior”.

Além disso, Harvey (2005, p.47-48) afirma que, para ser possível “elaborar um novo nível de demanda efetiva, capaz de aumentar a capacidade de absorção de produtos”, é necessária a conjugação de quatro condições socioeconômicas: capacidade de penetração do capital em novas esferas produtivas; criação de novas necessidades de consumo; estímulo ao constante crescimento populacional; e expansão territorial ou geográfica, incrementando o comércio exterior. Por sua vez, o autor compreende os três primeiros elementos como mecanismos de “intensificação da atividade social, dos mercados e das pessoas numa específica estrutura espacial”, e a expansão geográfica como “produto necessário para o processo de acumulação”.

Nesse sentido, ressalto a perspectiva expressa pelo Plano Nacional de Habitação¹² (2009, p.192), com relação à implementação do PMCMV: “criar um ambiente econômico confiável que estimule o crescimento do mercado formal de habitação e crédito, bem como a geração de emprego.” O Plano Nacional de Habitação destaca ainda essa perspectiva econômica como “medida anticíclica”, referindo-se à estratégia de fortalecimento do mercado interno para o enfrentamento da crise econômica mundial de 2008.

Nesse contexto, a expansão do crédito imobiliário, com direcionamento alocativo de recursos do FGTS e da poupança, apresenta uma expressiva participação no sistema financeiro nacional, conforme informa o relatório anual de economia bancária e crédito do Banco Central do Brasil (2010):

Após a repercussão da crise internacional de 2008/2009 na economia brasileira, com virtual paralisação do mercado de crédito, observou-se, em 2009 e acentuadamente em 2010, aumento do saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). De fato, a robustez do mercado de trabalho e o grau de confiança de empresários e consumidores, bem como o comportamento dos indicadores de inadimplência, tornaram suportável a expansão da oferta de crédito. O montante total do crédito concedido pelo SFN alcançou R\$ 1.706 bilhões em dezembro de 2010, com o aumento de 20,6% no ano, equivalente a 46,4% em 2009 e 40,5% em 2008. Em 2010, notou-se expansão do crédito direcionado (16%) e estabilidade da participação dos bancos públicos no total de crédito do SFN – 41,5% em 2009 e 41,9% em 2010 -, com destaque para a retomada do crédito imobiliário e para as operações com recursos do BNDES (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, p.4).

Esse relatório do Banco Central do Brasil (2010, p.65) destaca a importância do crédito direcionado e da disponibilização do crédito imobiliário pelos bancos oficiais no sistema financeiro nacional (SFN). Assim, “o BNDES, com operações diretas e repasses, responde a

¹² O Plano Nacional de Habitação (PlanHab 2009-2023) é responsável pela implementação da Política Nacional de Habitação Brasileira. Instrumento também previsto na Lei 11.124/05, que estrutura o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Informação disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/plano-nacional-de-habitacao>>. Acesso em: jan. 2011.

cerca de 20% do crédito do SFN, e a quase totalidade das operações do crédito habitacional e rural é realizada por intermédio da CEF e do Banco do Brasil, respectivamente.” Assim, na atual conjuntura econômica, a produção habitacional participa como um elemento chave para consolidar o “ambiente econômico confiável” ao mercado de crédito brasileiro, contribuindo sobremaneira para a viabilidade econômica desse novo ciclo econômico brasileiro, mediante a ativação da produção global do setor formal da construção civil.

Nesse sentido, os estudos do DIEESE (2011, p.24) demonstram que cerca de um terço do financiamento total do PAC 1 (R\$ 216,9 bilhões), no período 2007-2010, contaram com a disponibilização de recursos do financiamento habitacional para pessoa física.

Em 09/12/2010, o governo divulgou o balanço de quatro anos do programa, atualizando os relatórios de investimentos, nos quais concluía que, ao fim de dezembro de 2010, o PAC deveria ter R\$ 444 bilhões em ações finalizadas (68% do investimento total). Em termos de execução financeira, o programa atingia R\$ 619 bilhões (94% do investimento total) ao incluir recursos empenhados e que constituirão restos a pagar, que ficarão para anos vindouros. A diferença entre a execução financeira e as ações concluídas são os investimentos empenhados, que somam R\$ 175 bilhões (27%), mas os dados sobre o ritmo de execução física das obras não estavam claros. O Financiamento Habitacional para Pessoa Física apareceu com uma participação significativa: R\$ 216,9 bilhões, ou seja, 33% do investimento total do PAC (DIEESE, 2011, p. 24).

Dessa forma, a produção imobiliária adquire um papel estruturante na dinâmica atual da economia brasileira, lastreando uma parcela considerável dos investimentos públicos e privados na produção de infraestrutura nas cidades. O binômio habitação e infraestrutura apóia-se no mercado de crédito imobiliário pelo crédito direcionado para pessoa física, articulando essa nova dinâmica dos investimentos públicos nesse setor produtivo, relacionando produção e consumo de bens imóveis produzidos pelo setor formal da construção civil brasileira.

Por outro lado, a integração de habitação e infraestrutura na execução das políticas públicas de desenvolvimento urbano apresenta riscos financeiros minimizados para as operações creditícias, uma vez que o crédito imobiliário constitui um volume seguro de investimentos de longo prazo, com a taxa de inadimplência abaixo da média do mercado de crédito e com o próprio imóvel lastreando o empréstimo e multiplicando o número de responsáveis pela manutenção continuada do sistema de crédito imobiliário, assim como contando com garantias do fundo garantidor e subvenções definidas em lei. Conforme informa a Caixa Econômica Federal (2012), “em 2011, mais de 90% das operações de crédito estava concentrada nos ratings de AA até C, e a inadimplência total (atrasos superiores a 90 dias) do crédito na CAIXA manteve-se estável em cerca de 2%. Nos créditos comerciais, o

percentual de atraso fechou o exercício de 2011 em 3%, enquanto no imobiliário a inadimplência foi de 1,7%”.

Ativando a esfera produtiva da construção civil de pequeno e de grande porte, com a abertura de novos mercados de produção e consumo, atingem-se amplamente outros setores produtivos do país, acionando-se também outros setores como o de serviços. Na esteira das demandas por novas moradias e novas configurações urbanas, seguem-se novas mercadorias como mobiliários, eletrodomésticos, carros e acessórios diversos, aferidos pelo crédito e financiamento de curto, médio e longo prazos. A realização do “sonho da casa própria”, a “facilitação ao crédito”, as “subvenções”, as “desonerações fiscais” e as “melhorias urbanas” consolidam esse novo patamar produtivo do setor da construção, promovido pelas políticas públicas e integrado à oferta de crédito no sistema financeiro nacional. Condição que não se restringe ao setor imobiliário da construção civil, abrangendo a construção pesada, além de envolver também outros setores relacionados direta e indiretamente à cadeia produtiva global do setor da construção civil.

Nesse contexto de fomento à produção habitacional “industrializada”, movida pelo crédito imobiliário para pessoa física e voltada para o atendimento produtivo do “interesse social”, é implementado em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Conforme define o art. 1º da lei federal nº 11.977/2009, que implementa o PMCMV, esse programa tem por finalidade: “criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais)”.

Desde 2009, essa lei já sofreu várias alterações, ajustando-se, em especial, valores monetários e definindo-se a dinâmica da subvenção econômica às pessoas físicas de baixa renda. Como se pode observar, o art.82-B estabelecia anteriormente a meta de “promover a produção, aquisição, requalificação e reforma de dois milhões de unidades habitacionais” até dezembro de 2014. No entanto, esse artigo foi alterado e foi acrescido a essa meta o compromisso de, “no mínimo, 220.000 (duzentas e vinte mil) unidades serão produzidas por meio de concessão de subvenção econômica”. Além disso, no referido artigo, são introduzidos critérios para a subvenção econômica conforme o disposto no inciso I do § 1 do art. 6º-B, com “valores e limites das subvenções individualizadas a serem destinadas a cada beneficiário”. O art. 82-B também define que as operações para a implementação do PMCMV sigam as determinações do inciso III do *caput* do art. 2º, mediante a realização de “oferta pública de recursos destinados à subvenção econômica ao beneficiário pessoa física

de operações em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes”. E, por fim, a intenção é atender a “beneficiários finais com renda de até R\$ 1.395,00 (mil trezentos e noventa e cinco reais)”.

Cumpra também ressaltar que, com relação ao montante global da citada subvenção econômica, a lei nº 11.977, de 2009, estabelecia para o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), no art.5º, “até o montante de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais)”, condição revogada em 2011. Para a subvenção para municípios de pequeno porte, essa lei estabelecia, no art. 18, “para o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, até o limite de R\$ 14.000.000.000,00 (quatorze bilhões de reais), e para o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)”. Esses valores foram alterados em 2011. Atualmente, o art.18. dispõe que, “para o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, até o limite de R\$ 16.500.000.000,00 (dezesseis bilhões e quinhentos milhões de reais), e para o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)”. Já a subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a lei dispõe, no art. 33, “fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular.” E o limite, segundo o art. 33, § 1º, é de até de “R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais)”. Para o Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), a lei nº 11.977, no art. 20, autoriza a participação da União até o limite de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais)”.

Enfatizo que o PMCMV se pauta numa suposta “superação do déficit habitacional”, traduzindo-se em números expressivos, que firmam uma expectativa de produção em larga escala, estabelecendo ainda o fomento dos fundos e agentes públicos em investimentos financeiros com repasses onerosos ou subvencionados. Assim, a demanda produtiva definida em lei cumpre-se como estratégia econômica para o crescimento acelerado do país e do setor formal da construção civil. Por sua vez, a transferência de recursos financeiros do setor público para a iniciativa privada funciona como uma espécie de parceria “público-privada”, acorda pelas “leis de mercado” entre governo e empresas construtoras, subvertendo-se a função social do provimento de habitação e de infraestrutura à apropriação lucrativa pelo setor privado e mantendo-se ativa a dinâmica do sistema econômico de base capitalista, com a contrapartida do aumento do endividamento da população por décadas.

Esse contexto é ressaltado por Arantes e Fix nos seguintes termos:

O perfil de atendimento previsto pelo pacote [PMCMV] revela, porém, o enorme poder do setor imobiliário em dirigir os recursos para a faixa que mais lhe interessa. O déficit habitacional urbano de famílias entre 3 e 10 salários mínimos corresponde a apenas 15,2% do total, mas receberá 60% das unidades e 53% do subsídio público. Essa faixa poderá ser atendida em 70% do seu déficit, satisfazendo o mercado imobiliário, que a considera mais lucrativa. Enquanto isso, 82,5% do déficit habitacional urbano concentra-se abaixo dos 3 salários mínimos, mas receberá apenas 35% das unidades do pacote, o que corresponde a 8% do total do déficit para esta faixa. No caso do déficit rural, a porcentagem é pífia, 3% do total. Tais dados evidenciam que o atendimento aos que mais necessitam se restringirá, sobretudo, ao marketing e à mobilização do imaginário popular (ARANTES e FIX, 2009).

A consolidação desse ciclo econômico de construção financeirizada pelo crédito direcionado ao setor imobiliário e de infraestrutura, motivada pelas políticas públicas, vem conformando uma dinâmica macroeconômica favorável à concentração privada de riquezas, à exploração das pessoas e ao rentismo territorial. Conforme antevê Arantes e Fix (2009), “não há dúvida que o pacote [PMCMV] irá estimular o crescimento do preço da terra, favorecendo ainda mais a especulação imobiliária articulada à segregação espacial e à captura privada de investimentos públicos”.

Por essa lógica, as cidades, a economia e a produção da construção civil brasileira não param de crescer. A terra não para de valorizar-se. E as pessoas não param de submeter-se ao endividamento, mantendo-se ativa essa relação produção-crédito-consumo, que alimenta o sistema socioeconômico capitalista, consolidado pelas políticas públicas brasileiras.

Porém, essa dinâmica é insustentável dentro da própria lógica socioeconômica que se constitui com esse modelo capitalista de crescimento econômico indefinido e em constante expansão territorial. Segundo Mendonça e Sachsida (2012, p.52), essa conjuntura sócio-econômico-espacial parece ultrapassar o funcionamento econômico regular e indica a formação de uma “bolha especulativa” imobiliária no Brasil, a exemplo dos recentes acontecimentos no mercado imobiliário dos Estados Unidos da América, Espanha, Portugal e Grécia, desde 2008. Para os autores, “a ideia que comumente aparece associada à existência de bolha é de um comportamento irracional dos agentes econômicos, que acreditam que o preço irá crescer indefinidamente, ou pelo menos se comportará assim em um horizonte temporal bem longo”.

No caso norte-americano, é patente que a crise decorreu da expansão artificial do mercado imobiliário, que foi provocada pela expansão econômica desse segmento, fomentada pelo

Estado. Para Mendonça e Sachsida (2012, p.22-23), os componentes dessa crise estão relacionados às baixas taxas de juros praticadas por um longo período; às políticas públicas orientadas à aquisição de imóvel próprio pelo segmento de baixa renda, abrindo-se amplamente o acesso ao crédito e havendo restrições construtivas em determinadas áreas do país, limitando-se a oferta e elevando-se os preços.

Também no Brasil existe uma política pública instituída de fomento da indústria da construção civil, tanto em obras no setor de infraestrutura quanto em segmentos do setor imobiliário. Os megaeventos da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016 fizeram o governo iniciar um grande número de obras públicas, que estão trazendo alterações importantes para os locais onde tais obras estão acontecendo. Isto tem gerado uma perspectiva de valorização dos imóveis cuja localização sofra influência de alguma delas. Conjuntamente, o emprego do crédito subsidiado para a compra de imóvel residencial tem ajudado substancialmente a aquecer o mercado imobiliário. Além disso, de modo semelhante ao que aconteceu nos Estados Unidos, o governo tem promovido políticas visando à aquisição da casa própria para certos segmentos de baixa renda, tal como o programa Minha Casa, Minha Vida. Assim, é natural que a conjunção destes importantes fatores de direcionamento de investimentos tenha criado um ambiente que faz com que a demanda esteja fortemente aquecida no setor imobiliário (MENDONÇA E SACHSIDA, 2012, p.22-23).

Nesse sentido, Mendonça e Sachsida (2012, p.52) afirmam que estamos diante da formação concreta de uma “bolha no mercado de imóveis no Brasil”, causada pelo próprio “governo federal, por meio de suas políticas fiscais e de estímulo ao crédito”. Além disso, “a insistência do governo em aquecer ainda mais um mercado imobiliário já aquecido só tende a piorar o resultado final”. Para tal afirmação, Mendonça e Sachsida (2012, p.9) baseiam-se na Teoria Austríaca do Ciclo Econômico (TACE) para examinar evidências dessa formação de uma “bolha especulativa no mercado imobiliário brasileiro”.

Para tanto, procedem a uma análise qualitativa do comportamento da construção civil e do mercado imobiliário, considerando as seguintes variáveis: produto industrial da construção civil, custo da construção, evolução do crédito bancário e preço de venda e aluguel dos imóveis. Nessa análise qualitativa, estão elencados, respectivamente, fatores de produção, de crédito e de circulação de bens imobiliários. Assim, os autores verificam as evidências estatísticas do “descolamento da evolução” ascendente do mercado imobiliário, em relação comparativa ao restante da economia brasileira.¹³

[...] de acordo com a perspectiva da Escola Austríaca, uma bolha de mercado não surge por força de um comportamento irracional, mas por consequência de um sinal exogenamente criado que faz com que os agentes direcionem erroneamente os investimentos em um determinado

¹³ Ver aprofundamento da análise econométrica das variáveis: produto industrial da construção civil, custo da construção, evolução do crédito bancário e preço de venda e aluguel dos imóveis, em Mendonça e Sachsida (2012).

segmento da economia, fazendo com que os preços deste mercado sigam uma trajetória fortemente ascendente. Tal elevação não poderá se estender indefinidamente, fazendo com que os agentes em algum instante – o ponto de ruptura – percebam que o retorno sobre o investimento se situa aquém do esperado (MENDONÇA e SACHSIDA, 2012, p.9).

O atual ciclo de crescimento acelerado, pautado pelo estímulo ao crédito dirigido ao segmento imobiliário, em fomento à produção industrial da habitação, contém os elementos necessários para afirmar concretamente a existência da formação de uma bolha especulativa imobiliária brasileira, especialmente, pelo comportamento ascendente e simultâneo dos custos de produção, da oferta de crédito e dos preços imobiliários praticados nas principais metrópoles brasileiras, desde 2008.

Desse conjunto de variáveis, destaco os preços imobiliários, uma vez que a análise da dinâmica de variação dos preços de venda representa o comportamento do mercado e indica a articulação de toda a cadeia produtiva, considerando que o alcance dos preços no mercado acabam por determinar custos de produção para ajustarem-se ao mercado concorrencial. Além disso, os preços agem na tipificação dos imóveis, no acesso ao crédito e, sobremaneira, são as variações de preços que determinam a oportunidade ou não de efetivação do valor de uso, ou seja, a possibilidade de aquisição da moradia. Assim, valores muito descolados do conjunto da economia indicam os valores especulativos que afastam a possibilidade de efetivação dos valores de uso, mantendo as mercadorias como suporte para a precificação especulativa. Os preços dos imóveis estão artificialmente inflados, mantendo-se, no mercado imobiliário, os comportamentos irracionais que sustentam as expectativas de aumento indefinido da valorização imobiliária para a valorização especulativa de capital.

Dados concretos desse funcionamento econômico no país podem ser obtidos por meio do índice Fipe Zap, que é referido na citada pesquisa de Mendonça e Sachside (2012). Especificamente, o índice FIPE ZAP refere-se aos preços de imóveis anunciados, e é produzido em uma parceria entre a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o agente imobiliário ZAP Imóveis. Por sua vez, o índice FIPE ZAP fornece dados quantitativos para a comprovação estatística da evolução do comportamento da circulação dos bens imobiliários no mercado de imóveis brasileiro, com uma base de dados composta pela série histórica dos preços de imóveis à venda praticados no Brasil no período de 2008 a 2012. Considerando a insuficiência de dados para o comportamento dos aluguéis, este segmento não está representado.

Segundo a FIPE (2011, p.1-3), esse indicador possui uma base de dados de coleta diária dos preços de cerca de 200 mil imóveis por mês, ofertados no mercado imobiliário brasileiro, desde dezembro de 2007. Os preços medianos são calculados para entradas de cinco anúncios válidos no mês, seguindo a metodologia de cálculo adotada pelo IBGE no sistema nacional de índices de preços ao consumidor. Há uma série de dificuldades para a obtenção de informações concretas sobre o comportamento do mercado imobiliário brasileiro na atualidade. Nesse sentido, destaca-se a dinâmica dos cartórios brasileiros, que não possuem banco de dados públicos de amplo acesso, como também o comportamento dos registros de escrituras, que não necessariamente refletem os valores efetivos das transações imobiliárias. Por sua vez, as instituições financeiras responsáveis pelo financiamento imobiliário poderiam dispor dados efetivos das transações imobiliárias. Entretanto, dispõem os dados de uma parcela restrita do mercado e com uma defasagem de tempo entre o fechamento do contrato de venda e a liberação do financiamento. Dessa forma, os anúncios são adotados como fonte de informação para a análise do comportamento do mercado imobiliário, apesar de não refletirem os valores reais transacionados. No entanto, estima-se que, no médio e longo prazo, os valores efetivos de venda alcancem os valores ofertados nesse mercado, desdobrando-se o comportamento inflacionário em toda a cadeia, o que valida a análise conjuntural do mercado imobiliário.

Nas tabelas e gráficos que se seguem é visualmente perceptível o alto grau de descolamento da curva ascendente dos preços dos imóveis à venda no país, comparando o índice FIPE ZAP aos índices IGPM e IPCA, fornecidos pelo IBGE, que se referem ao comportamento econômico dos preços praticados nas principais metrópoles brasileiras.

Nesse conjunto de dados, é importante ressaltar os valores registrados pelo índice FIPE ZAP, na série histórica de 2010 a 2012, em que, no Brasil, apresenta-se uma valorização imobiliária média de 56,5%, enquanto que no mesmo período o IGP-M registrou 18,3% e o IPCA, 14,8%. Observando o comportamento de sete metrópoles brasileiras, o índice FIPE ZAP registra, na série histórica de 2008 a 2012, o Rio de Janeiro com o maior aumento de preços em uma valorização de 193,8%, seguido de São Paulo, com valorização de 159,1%. Belo Horizonte ocupa a terceira posição, com 72,3 % de aumento dos preços imobiliários na série histórica de 2009 a 2012. Salvador registra 20,5%, apresentando o comportamento mais próximo aos preços médios do restante da economia brasileira, tomando-se por base o período de 2010 a 2012.

Tabela 1 – Comparativo FIPE ZAP (índice de preços de imóveis anunciados), IGP-M (índice geral de preços do mercado) e IPCA (índice nacional de preços ao consumidor amplo): Valores consolidados para o Brasil

Fipe ZAP (%)	IGP-M (%)	IPCA (%)	Variação no Período
56,5	18,3	14,8	ago/10 a dez/12

Fonte: Elaborado pelo autor, 2013. Dados fornecidos pela FIPE / USP, ZAP imóveis e IBGE. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap/>>. Acesso: jan. 2013.

Tabela 2 – Comparativo FIPE ZAP (índice de preços de imóveis anunciados), IGP-M (índice geral de preços do mercado) e IPCA (índice de preços ao consumidor): Valores consolidados para metrópoles brasileiras

	FipeZAP (%)	IGP-M (%)	IPCA (%)	Variação no Período
Rio de Janeiro	193,8	34,7	30,1	jan/08 a dez/12
São Paulo	159,1	34,7	30,1	jan/08 a dez/12
Belo Horizonte	72,3	25,3	21,5	abr/09 a dez/12
Recife	65,8	19,4	14,9	jun/10 a dez/12
Fortaleza	42,8	22,7	16,1	mar/10 a dez/12
Brasília	28,2	18,3	14,8	ago/10 a dez/12
Salvador	20,5	18,3	14,8	ago/10 a dez/12

Fonte: Elaborado pelo autor, 2013. Dados fornecidos pela FIPE / USP, ZAP imóveis e IBGE. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap/>>. Acesso: jan. 2013.

Gráfico 1 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Brasil



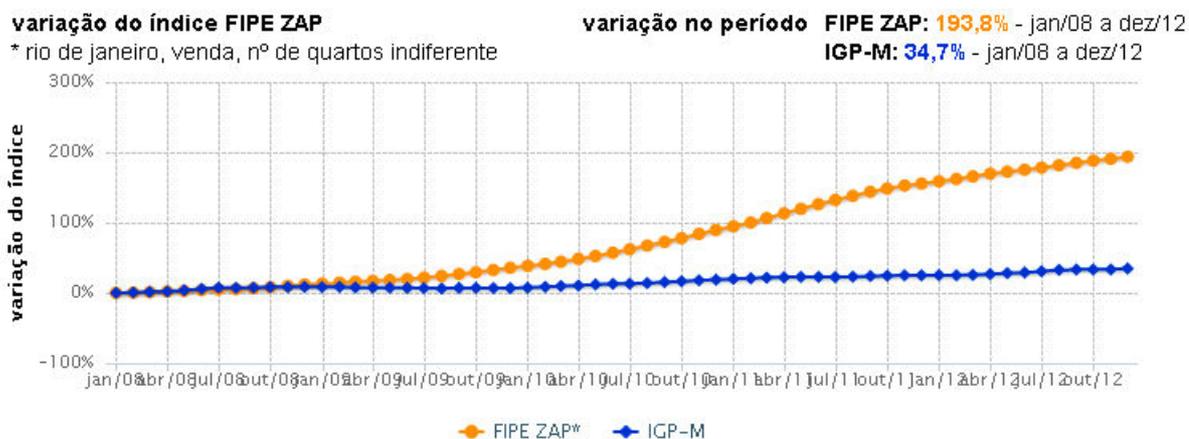
Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 2 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Brasil



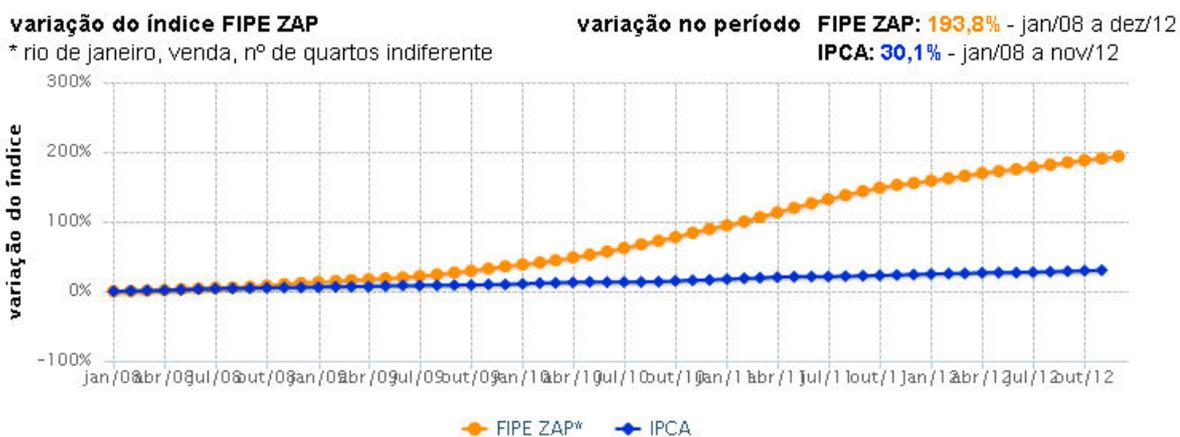
Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 3 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Rio de Janeiro



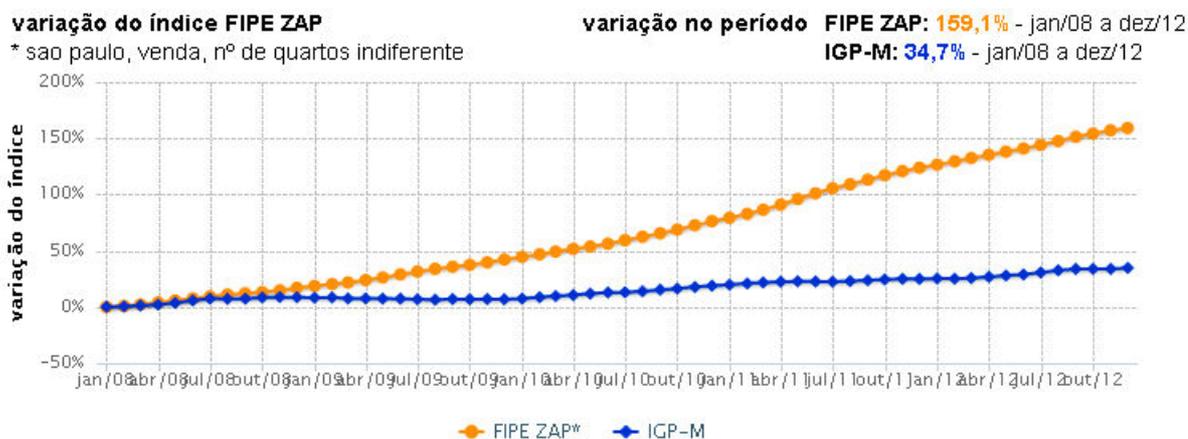
Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 4 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Rio de Janeiro



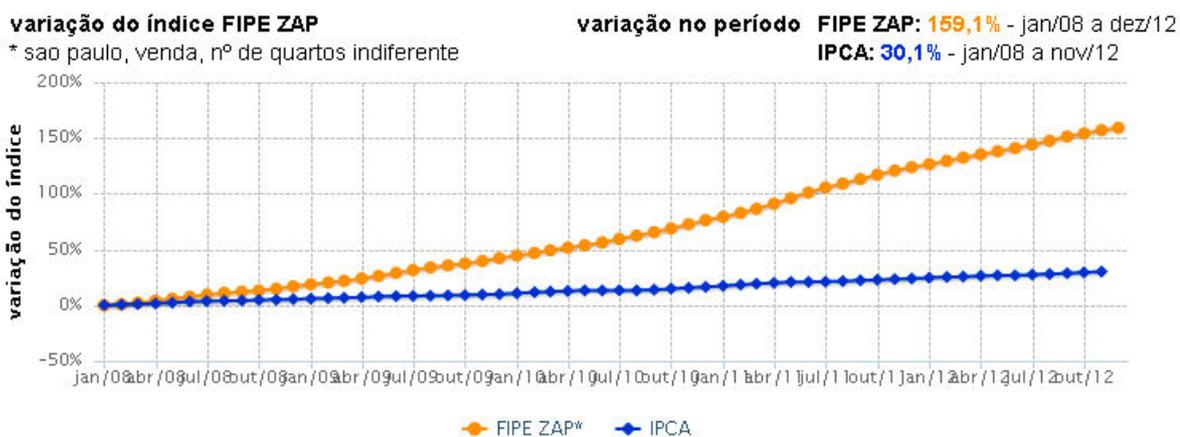
Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 5 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: São Paulo



Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 6 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: São Paulo



Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 7 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Belo Horizonte

variação do índice FIPE ZAP

* belo horizonte, venda, nº de quartos indiferente

variação no período **FIPE ZAP: 72,3%** - abr/09 a dez/12

IGP-M: 25,3% - abr/09 a dez/12



Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

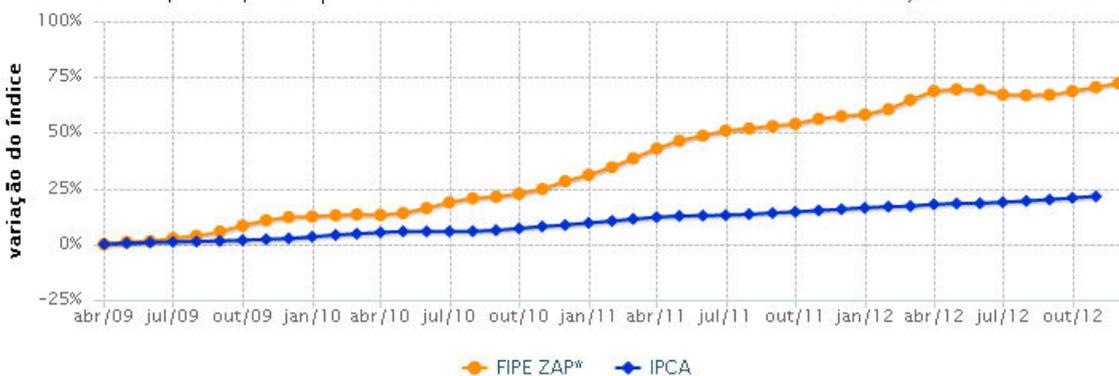
Gráfico 8 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Belo Horizonte

variação do índice FIPE ZAP

* belo horizonte, venda, nº de quartos indiferente

variação no período **FIPE ZAP: 72,3%** - abr/09 a dez/12

IPCA: 21,5% - abr/09 a nov/12



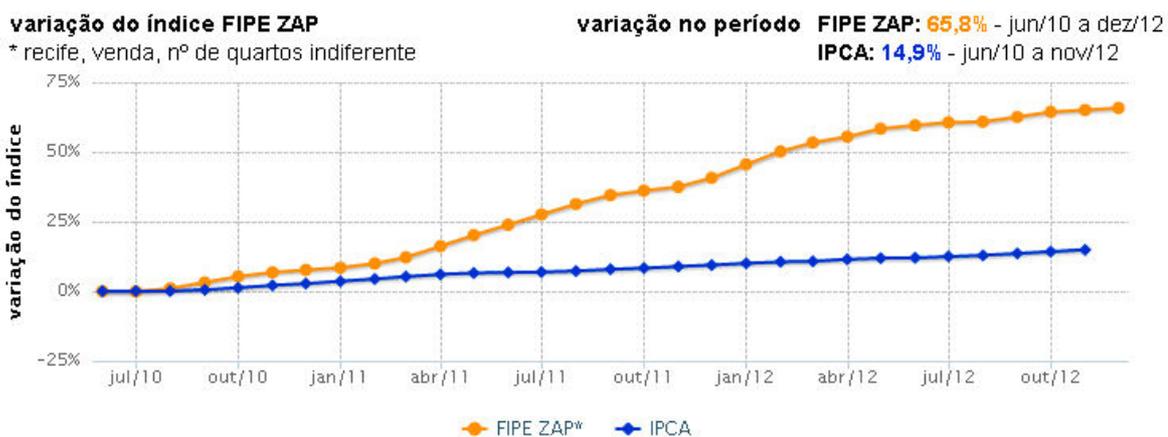
Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 9 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Recife



Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 10 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Recife



Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 11 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Fortaleza



Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 12 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Fortaleza



Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 13 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Brasília



Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 14 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Brasília



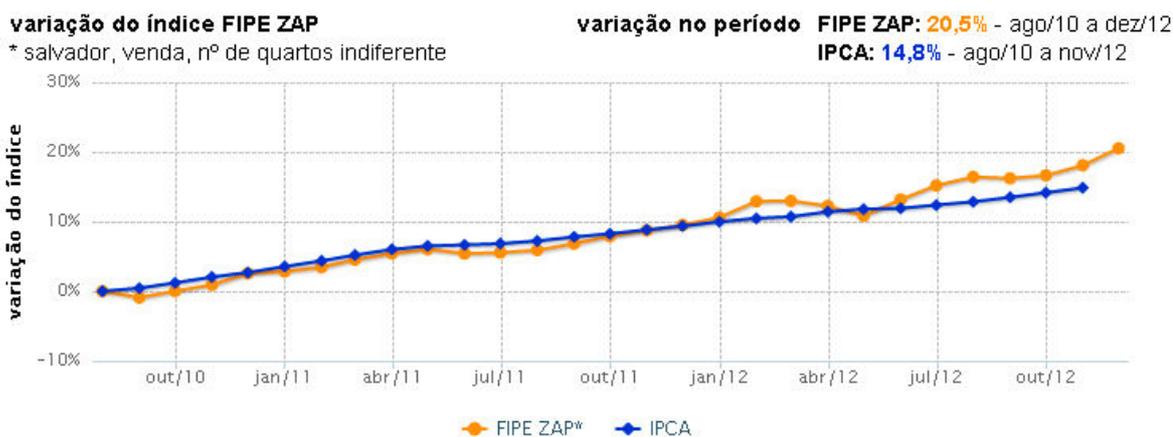
Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 15 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IGP-M: Salvador



Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

Gráfico 16 – Comparativo dos índices FIPE ZAP e IPCA: Salvador



Fonte: Índice Fipe Zap. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>>. Acesso em: jan. 2013.

A dinâmica habitacional contribui para elevar o capital circulante no setor formal da construção civil, mediante o direcionamento do mercado de crédito para pessoa física. Em um cenário constituído pela articulação entre a política habitacional e a política de desenvolvimento produtivo e de crescimento econômico, possibilitando-se a composição econômica do binômio habitação-infraestrutura, configura-se esse novo ciclo econômico de crescimento acelerado no Brasil. Como visto ao longo deste capítulo, o setor formal da construção civil, praticando sua cultura produtiva heterogestionária, está sistemicamente focalizado pelas políticas públicas de desenvolvimento econômico para fins de embassar a aceleração do crescimento econômico brasileiro. Para tanto, várias estratégias socioprodutivas e socioeconômicas estão em curso, realinhando o setor da construção ao contexto contemporâneo da “racionalização produtiva”. Com isso, incrementa-se a competitividade global da produção brasileira, uma vez que a construção civil participa ativamente das transformações estruturais da base produtiva do país e, em especial, promovem-se alterações na dinâmica e na estrutura espacial das cidades, o que significa assegurar a reprodução do capital.

Entretanto, essa lógica neoliberal de desenvolvimento sócio-econômico-espacial vem promovendo contradições sócio-econômico-espaciais como a expansão urbana sem a construção de urbanidade, o aguçamento da periferização das áreas pobres, a não resolução do déficit habitacional e a promoção de melhorias na infraestrutura física no espaço urbano. Isso representa suportes à valorização do capital-imobiliário e à reprodução do capital-produtivo. Conseqüentemente, aumentam-se os preços imobiliários e fundiários. Com isso, aumentam-se as dificuldades do acesso à terra urbanizada e aos imóveis, entre outras questões macroestruturais relacionadas à produção capitalista do espaço urbano.

Dessa forma, é questionável o incentivo expresso do Estado em promover mudanças na base socioprodutiva do setor formal da construção civil, para fomentar o desenvolvimento da economia do país, introduzindo-se mecanismos de circulação de capital, para induzir produção em larga escala em supostos avanços tecnológicos para a produção em massa de moradias padronizadas, como solução definitiva ao déficit habitacional, e ao provimento de infraestrutura física para a requalificação de áreas urbanas. Com isso, pode-se afirmar que a função social do provimento de habitação e infraestrutura urbana é apropriada como função de valorização econômica, o que favorece a concentração e reprodução das várias formas de capital ativas na vida social.

Em outras palavras, a suposta “eficácia” produtiva do atual modelo de crescimento econômico brasileiro não tem correspondido à prometida justiça social e ao desenvolvimento

sócio-econômico-espacial sustentável e responsável. Soma-se a isso o contexto heterônomo da produção do setor formal da construção civil, que supostamente “resolve” as demandas sociais pela “racionalização” da produção, sob o pressuposto da eficácia dos interesses privados para o atendimento dos interesses sociais. Assim, o pressuposto de que seria possível articular, pela produção industrial da construção civil, relações produtivas conjugadas ao atendimento dos fins sociais e ao crescimento econômico do país não se verifica sustentável e responsável, na realidade especulativa e exploratória da dinâmica socioeconômica e socioespacial brasileira.

O atual contexto de irracionalidade socioeconômica atende socialmente apenas o que é lucrativo no mercado concorrencial, condição fundamental do modo de produção capitalista, que exclui as demandas de interesse social não lucrativas da participação socioprodutiva, elaborando as próprias contradições socioeconômicas de sua reprodução socioespacial. Nesse sentido, enfatizo a correlação entre problemas estruturais nas articulações entre economia, sociedade e desenvolvimento espacial, para os quais a construção civil contribui diretamente, ao edificar formas de segregação socioespacial, que participam ativamente dos ciclos de reprodução e ampliação do capital, na dinâmica da reprodução socioeconômica do espaço, estabelecendo uma verdadeira “contradição do espaço” na construção propriamente dita das cidades. Nas palavras de Lefebvre,

A urbanização da sociedade é acompanhada de uma deterioração da vida urbana: explosão dos centros, a partir de então privados de vida social, pessoas segregativamente repartidas no espaço. Estamos diante de uma verdadeira contradição. Eu a chamo de uma contradição do espaço. De um lado, a classe dominante e o Estado reforçam a cidade como centro de poder e de decisão política, do outro, a dominação dessa classe e de seu Estado faz a cidade explodir (LEFEBVRE, 2008, p.149).

Portanto, numa percepção crítica mais ampla dessa problemática, e retomando a discussão proposta por Lefebvre, no capítulo anterior, a crítica à produção heterogestionária que se formula nesta tese acadêmica não se trata apenas de uma crítica das formas de produção capitalistas operando no território, mas das próprias formas de “produção do espaço” e do “direito à cidade”, enquanto espaço socialmente produzido, ou seja, produção do espaço na vida cotidiana, não apenas das construções sociais ou econômicas que são produzidas territorialmente. O desenvolvimento espacial comandado pelo capital e constituído por meio da produção heterogestionária está longe de favorecer à cidadania e à justiça social, de maneira ampla e generalizada, com o intuito de equilibrar-se bem-estar individual e coletivo, a partir de práticas de desenvolvimento socioeconômico, sociopolítico, socioespacial sustentáveis e responsáveis.

5.3 Considerações à cultura produtiva heterogestionária na produção do espaço

A suposta eficácia do atual modelo de desenvolvimento econômico brasileiro desdobra-se em formas insustentáveis de desenvolvimento territorial, as quais intensificam a economia especulativa da terra, bem como a periferização e segregação socioespacial, dentre outros problemas das cidades e territórios comandados pelos interesses privados e investimentos públicos que sustentam a valorização econômica do capital. O aumento da escala produtiva do setor formal da construção civil brasileira, em um incremento absurdo da especulação imobiliária e do rentismo territorial, tem sido correlato a um aprofundamento da segregação socioespacial. Conseqüentemente, observa-se a redução da qualidade de vida nas cidades, especialmente perceptível na vivência cotidiana nas grandes metrópoles em sua acelerada e violenta expansão urbana.

Nessa dinâmica socioeconômica, aprofundam-se os problemas socioespaciais, os quais, supostamente, as políticas públicas nas cidades se propõem resolver pela dinâmica econômica. Como visto anteriormente, a realização do “sonho da casa própria” oportuniza a dinâmica do direcionamento de crédito imobiliário para pessoa física, contemplando o “interesse social” com subvenções à baixa renda e investimentos públicos para fomento do sistema econômico, o que acaba por configurar-se em formas de concentração financeira e repasse de recursos públicos para o setor formal da construção civil. De fato, após a implementação do PAC e PMCMV, acentua-se o crescimento econômico e a segregação socioespacial brasileira, enfatizando-se características especulativas na economia, especialmente relacionadas ao setor da construção civil e ao rentismo territorial.

Por sua vez, Kapp (2011, p.9) referindo-se à citada análise crítica de Arantes e Fix (2009), considera que, nesse contexto, o PMCMV aprofunda a segregação socioespacial, sociopolítica e socioeconômica, potencializando-se os aspectos heterônomos da produção e afastando-se as possibilidades autogestionárias do cenário socioprodutivo brasileiro, “em uma espécie de versão neoliberal de todos os erros cometidos no período do Banco Nacional de Habitação (BNH) e tantas vezes criticados”. Nesse contexto, a produção imobiliária e a de infraestrutura brasileira encontram-se massivamente inseridas na dinâmica da produção capitalista do espaço urbano, tendo como consequência a redução das estratégias alternativas à cultura produtiva heterogestionária.

Assim, segundo Kapp (KAPP, 2012b, p.10), “à medida que aumenta essa ‘sinergia’ entre capital privado e programas públicos é deixada de lado a ideia da autogestão dos empreendimentos de interesse social ou populares pelos futuros moradores”. A própria gestão pública local também passa a coibir posturas contrárias às políticas públicas nacionais, submetendo as pessoas às possibilidades previstas nos direcionamentos do desenvolvimento econômico em curso. Dessa forma, as experiências do passado, mesmo as mais recentes, vão sendo apagadas e substituídas por um restrito conjunto de práticas autogestionárias, que, mesmo presentes na vida social, estão sendo ordenadas ou dependem da lógica econômica capitalista para sobreviverem e se manterem ativas.

Por outro lado, não se pode considerar inexistente ou irrelevante o fomento público às alternativas autogestionárias, mas, de fato, ele é inexpressivo e insuficiente frente a esse cenário econômico em forte expansão. Isso pode ser verificado na própria distribuição dos recursos do PMCMV, que possuem para a versão empresarial a disponibilização de 97% dos recursos, enquanto que para o PMCMV Entidades fica o saldo restante de 3%. Conforme informa Arantes e Fix (2009), “os recursos disponibilizados para a política gerida por entidades sem fins lucrativos, isto é, pelas organizações populares, correspondem a apenas 3% do total do subsídio e é restrita à faixa de 0 a 3 salários mínimos, justamente a que menos interessa às empresas”.

Por sua vez, Lago (2011) informa o quantitativo dessa desproporção no Programa MCMV em sua primeira fase de investimentos públicos direcionados às entidades autogestionárias.

De 2009 a março de 2011, o Programa MCMV Entidades realizou a contratação de 9.001 unidades, no valor total de R\$440 milhões. Ou seja, em cerca de quatro anos de financiamento federal para a produção autogestionária, foram contratadas 30 mil unidades através dos dois programas, segundo dados do Ministério das Cidades. Para a produção empresarial, vimos anteriormente que o Programa financiou, em menos de dois anos, 449 mil unidades, segundo dados da Caixa (LAGO, 2011, p.8).

As práticas heterogestionárias sendo consideradas as possíveis e eficientes, mesmo que não as ideais, respondem circunstancialmente ao fenômeno social de carência dos produtos da construção civil, amplamente demandados pelo valor de uso que possuem e pelo valor de troca que alcançam no mercado. No contexto concorrencial, a carência por habitação e infraestrutura se aprofunda e se complexifica ao ser atendida quase que exclusivamente pelo viés econômico de base capitalista. Além disso, a constante realimentação do sistema econômico dominante contribui ao incremento da valorização imobiliária especulativa e ao acirramento da segregação socioespacial, constituindo condições sistêmicas para a reprodução capitalista do espaço.

Nesse contexto, em que se encontram extremamente reduzidas as participações de outras lógicas socioprodutivas não-capitalistas, que poderiam conduzir à produção autogestionária do espaço e, conseqüentemente, favorecer formas de desenvolvimento socioespacial verdadeiramente sustentáveis e responsáveis, ficam cada vez mais distantes as possibilidades de construção plural no desenvolvimento territorial, com possíveis resoluções autogeridas pela população local, comandando diretamente a produção da moradia e do espaço público pela autogestão.

Diante dessa ampla conjuntura socioeconômica relacionada à cultura produtiva heterogestionária, a ideia de autogestão territorial parece ser uma proposição fora de lugar, especialmente ante a “urgência” em resolver o déficit de “unidades habitacionais” e a “necessidade” do crescimento econômico para atender as demandas socioconstrutivas por “infraestrutura”, assegurando a “competividade” nacional com a expansão econômica do país. No entanto, essa urgência de “resolução” do déficit habitacional e a “necessidade” da expansão econômica nacional ocultam a lógica de reprodução social da produção capitalista pelas próprias estratégias de desenvolvimento sócio-econômico-espacial. A redução dos respectivos valores de uso, envolvidos no desenvolvimento sócio-econômico-espacial, e a sua reconversão a valores de troca territorializados desestruturam possibilidades autogestionárias e fortalecem o pragmatismo da suposta eficácia da cultura produtiva heterogestionária. Nesse sentido, ressalto ainda que esse encaminhamento para resoluções socioconstrutivas e socioespaciais é extremamente simplificado, tendo em vista a amplitude dos próprios problemas de desenvolvimento sócio-econômico-espaciais que são edificados nas cidades e configuram entraves sociais, políticos, culturais, econômicos e espaciais, que se instalam com a produção capitalista do espaço em sua respectiva apropriação privada e segregação socioespacial.

Dessa forma, para estabelecer o contraponto sócio-econômico-espacial à cultura produtiva heterogestionária do setor da construção civil, encaminho a presente discussão para a análise crítica da cultura produtiva autogestionária.

6. CULTURA PRODUTIVA AUTOGESTIONÁRIA

A cultura produtiva autogestionária, na construção civil brasileira, relaciona-se, principalmente, com o setor informal e alternativo da construção e se caracteriza fundamentalmente pelas práticas autogestionárias do trabalho associado, por meio de grupos informais e entidades formais como associações e cooperativas, em que prevalecem as práticas sociais de reciprocidade, cooperação e solidariedade. Nesse contexto, aos atores da produção associada autogestionária são atribuídas funções socioeconômicas, principalmente relacionadas à resolução prática de demandas de interesse social. Assim, é corrente a noção de que atividades socioeconômicas realizadas por meio de autogestão sejam atividades socioprodutivas emergenciais ou complementares ao capitalismo. Por esse entendimento, cumpre à produção associada autogestionária efetivar direitos sociais essenciais, como o acesso à moradia e geração de trabalho e renda, como também realizar atividades secundárias pelos desfavorecidos pelo capital. Em última análise, o seu papel social é compreendido no lugar social que o Estado ou as empresas capitalistas não conseguem, ou não se interessam em atender, seja em razão da complexidade socioeconômica, do risco aos investimentos de capital ou pela baixa lucratividade que as demandas sociais representam.

Entretanto, sob o ponto de vista sócio-econômico-espacial fundamentado na crítica lefebvriana, como visto anteriormente, a noção de autogestão de Lefebvre (2008, p.144-145) possui fundamentalmente um sentido societário revolucionário, relacionando especialmente a autogestão à formulação de um “novo modo de produção”, que conduz a transformações na economia e na sociedade e, conseqüentemente, na produção do espaço. Dessa forma, a autogestão é essencialmente um conceito socioprodutivo direcionado para a emancipação social que se situa, pela cultura produtiva autogestionária, em contraposição à cultura produtiva heterogestionária, eliminando as práticas sociais capitalistas de alienação, subsunção e divisão do trabalho, dominantes na vida social, e na reprodução desse modo de produção, que, por sua vez, produz o espaço.

Nesse contexto, Singer (2002a) propõe o conceito de autogestão aplicado à produção em empreendimentos autogestionários e, em especial, às estruturas formais da gestão cooperativista. Nesse sentido, o autor define autogestão como uma outra forma de organização da produção e do trabalho associado, que é própria do cooperativismo, diferindo-se da heterogestão, que se estabelece com controle, divisão e hierarquização do trabalho na produção capitalista. Dessa forma, a noção de autogestão está especialmente

relacionada à autonomia socioprodutiva, convergindo-se em formas de participação democrática direta e de poder decisório compartilhado entre os próprios trabalhadores associados no contexto organizacional e operacional de suas atividades associadas autogestionárias. Desse direcionamento socioprodutivo autogestionário decorre também a articulação entre concepção e execução, havendo a integração, no exercício laboral do trabalho manual e intelectual, de todos os membros da organização, sem hierarquização de suas funções socioprodutivas e socioeconômicas.

Assim, a força social do trabalho coletivo alia-se à força econômica dos meios de produção socializados, configurando-se relações de trabalho, produção e consumo, indissociadas das dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e espaciais. Assim, esse modelo socioprodutivo de autogestão, sob a forma de produção associada autogestionária, compreende desde a socialização dos meios e dos resultados produtivos até as práticas de consumo responsável em formas de democracia e cidadania ativas, praticadas no trabalho, produção e consumo na vida social. Além disso, pela democratização e horizontalização das relações sociais do trabalho produtivo autogestionário, possibilitar-se-iam reduzir desigualdades socioeconômicas e sociopolíticas, fortalecendo-se a autonomia e a democracia, em um sentido amplo e irrestrito dos termos, praticando-os em uma cidadania ativa e responsável socialmente.

Nesse sentido, penso que a autogestão contribuiria para reelaborar paradigmas sociais, econômicos, políticos, culturais e espaciais na constituição de uma sociedade pós-capitalista, em que se desenvolveria socioespacialmente justiça social, reproduzindo-se a lógica da autogestão na produção do espaço, por meio da reprodução de relações de produção autogestionárias no interior de uma economia social.

6.1 Outra economia e sociedade

Na contemporaneidade, há um esforço da teoria social em conceituar a economia social como um espaço teórico-prático de formulação dessa outra economia e sociedade pós-capitalista, que poderá contribuir para abrir caminhos que permitam alternativas ao capitalismo, com o estabelecimento de uma outra lógica sócio-econômico-espacial, baseada na produção associada autogestionária. Os estudos de Andion e Serva (2006, p.5) apontam para uma falta de consenso acadêmico no Brasil com relação à delimitação do campo teórico-prático da economia social, compreendida pelos autores no “amplo conjunto de

organizações que são geradas no seio da sociedade civil e possuem simultaneamente finalidade social, política e econômica”. Dessa forma, a noção de economia social adotada nesta tese acadêmica está associada a diversas realidades socioeconômicas, variados contextos regionais e múltiplas denominações conceituais como economia solidária, economia do trabalho e economia dos setores populares, conforme será aprofundado adiante. Assim, buscando-se uma coerência metodológica com relação à noção de socioespacialidade, descrita anteriormente, e compreendendo o termo social como relativo à sociedade e práticas sociais participantes da “produção social do espaço”, adoto neste trabalho a terminologia economia social. Para tanto, estabeleço um paralelismo entre economia social e outros termos recorrentes nesse campo de estudos como economia solidária, economia do trabalho e economia dos setores populares. Mesmo que diferenças conceituais e correntes teórico-práticas possam, por vezes, diferenciar os referidos termos, enfatizo que essas práticas socioeconômicas atuam no amplo conjunto das alternativas à superação do capitalismo pelas formas autogestionárias, com vistas à superação do capitalismo e constituição de uma sociedade pós-capitalista.

Em linhas gerais, a economia social estabelece relações sociais de produção com base na reciprocidade, cooperação, solidariedade, autogestão e sustentabilidade, o que representa, por isso, uma outra forma de desenvolvimento socioeconômico justo, sustentável e responsável. Nesse sentido, a economia social configura-se a partir de práticas socioeconômicas do mutualismo, associativismo e cooperativismo. Essas práticas estão historicamente relacionadas às práticas autogestionárias da produção associada, formuladas pelo pioneirismo de Owen, Fourier e Saint-Simon, em iniciativas alternativas ao capitalismo desde o início do século XIX, que se desdobram no ativismo sociopolítico relacionado aos movimentos sociais e lutas operárias no século XX (SINGER, 2002a, p.38 e 2000b, p.13) e (BUCCI, 2003, p.35).

A economia social, segundo Defourny (2009) se refere à democracia econômica conjugada com a utilidade social, agregando o conceito de solidariedade na hibridação de recursos não mercantis e não monetários. Nesse contexto, a institucionalidade dos empreendimentos sem fins lucrativos compreendem basicamente empreendimentos autogestionários de tipo cooperativo, atuando no trabalho, produção e consumo, sociedades de tipo mutualista, que atuam especialmente na seguridade social, e organizações associativas e fundações, que promovem principalmente a assistência e bem-estar social.

Por sua vez, Coraggio (2003) sintetiza a abrangência da institucionalidade da economia social na contemporaneidade na seguinte passagem:

Ese sector incluye actividades cooperativas de consumo y producción, asociaciones libres, redes mutuales y comunitarias, y otras formas articuladas orgánicamente para gestionar los recursos y necesidades de sus miembros y de la comunidad, que son socialmente eficientes, ahorran, acumulan, invierten e innovan, pero no tienen fines de lucro (CORAGGIO, 2003, p.12).¹⁴

Para Lévesque (2007 p.52), a economia social e solidária é, de fato, uma socioeconomia política que questiona as formas econômicas da sociedade, através do engajamento cidadão, em uma cidadania que é ativada pela participação social e democrática. Por sua vez, a economia age na sociedade, sob o ponto de vista substantivo de Polanyi, envolvendo redistribuição, com as atividades não mercantis, e reciprocidade, com as atividades não monetárias. Dessa forma, o papel da economia social pertence à reconfiguração Estado-mercado-sociedade, em que o mercado não é o antagonista, mas a forma de coesão social entre Estado e sociedade, em que o social deixa de ser reduzido à distribuição e aos gastos sociais, tornando-se capital social. Nesse sentido, a economia social e solidária permite orientar as práticas socioeconômicas para ações de participação democrática com responsabilidade social e sustentabilidade. No entanto, em muitas práticas atuais, a economia social e solidária está profundamente relacionada a ações socioeconômicas de caráter marginal e, em muitos casos, é dependente, em vários níveis, da economia capitalista. Por sua vez, as atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos empreendimentos econômicos sociais e solidários compreendem, em geral: produção; prestação de serviços; comercialização justa; consumo solidário (compra coletiva de matéria-prima e insumos); troca de produtos ou permuta de serviços; uso de moedas sociais; poupança conjunta e crédito (finanças solidárias) e uso compartilhado de infraestrutura (territorial, predial e equipamentos), dentre outros exemplos de suas efetivas ações e práticas alternativas ao capitalismo.

De acordo com Laville e Gaiger (2009, p.169-70), o termo economia solidária surgiu na década de 1990 para designar as iniciativas econômicas regidas pelos princípios da cooperação, autonomia e gestão democrática. A economia solidária caracteriza-se pela socialização dos recursos produtivos e pelo emprego de critérios igualitários de forma a estabelecer a prevalência da solidariedade nas relações socioprodutivas, que, nas economias de mercado, são praticadas pelo interesse individual, lucratividade e acumulação material. Nas palavras de Laville e Gaiger,

¹⁴ Esse setor inclui atividades cooperativas de consumo e produção, associações livres, redes mútuas e comunitárias e outras formas articuladas organicamente para gerir os recursos e necessidades de seus membros e da comunidade, que são socialmente eficientes, poupam, acumulam, investem e inovam, mas sem fins lucrativos (Tradução do autor).

La economía solidaria es um concepto ampliamente utilizado en varios continentes, con diversas acepciones alrededor de la Idea de solidaridad, en contraste con el individualismo utilitarista que caracteriza el comportamiento económico predominante en las sociedades de mercado. El término surgió en la década de 1990 cuando, por iniciativa de ciudadanos, productores y consumidores, surgieron diversas actividades económicas organizadas según principios de cooperación, autonomía y gestión democrática. [...] Esas actividades tienen em común la primacía de la solidaridad sobre el interés individual y la ganancia material, reflejada en la socialización de los recursos productivos y la adopción de criterios igualitarios. [...] En particular, es importante valorar las experiencias que nacen de la auto organización, que defienden los derechos básicos del trabajo y que apuestan a la asociación y a soluciones colectivas, formando la base de experiencias y de convicciones morales e intelectuales indispensables a la construcción de nuevos rumbos para la sociedad (LAVILLE E GAIGER, 2009, p.169-170).¹⁵

Dessa forma, segundo os autores, as atividades econômicas solidárias criam espaços democráticos para a atuação coletiva, o que conduz à participação direta e gera autonomia em relação à dominação instituída pelo capital. Assim, esse modelo socioeconômico se pauta na autogestão, situando o trabalhador como o protagonista das relações sociais de trabalho e das lutas sociais pela participação social cidadã e democrática. Para Laville e Gaiger (2009, p.175), *“el actuar colectivo de la economía solidaria, plasmado en la autogestión, instituye nuevos protagonistas en el mundo del trabajo y en las luchas por la ciudadanía, en respuesta a la búsqueda del bienestar, reconocimiento y vida significativa”*.¹⁶

Na atualidade brasileira, Singer tem exercido um importante papel na institucionalização da economia solidária brasileira, especialmente no âmbito das políticas públicas relacionadas ao Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, estando à frente da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Destaco a implementação de importantes projetos como o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e o Mapeamento da Economia solidária no Brasil, além da sua participação anterior na formação da Rede de Incubadoras

¹⁵ A economia solidária é um conceito bastante utilizado em vários continentes, com diversos significados sobre a noção de solidariedade, contrariamente ao individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. O termo surgiu na década de 1990 quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, surgiram diversas atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. [...] Essas atividades têm em comum a prevalência da solidariedade em detrimento do interesse individual e acumulação material. Isso é verificado na socialização dos recursos produtivos e na adoção de critérios igualitários. [...] Em particular, é importante valorizar as experiências que surgem da auto-organização, que defendem os direitos básicos do trabalho e apostam na associação e nas soluções coletivas, formando a base de experiências e convicções morais e intelectuais indispensáveis à construção de novos rumos para a sociedade (Tradução do autor).

¹⁶ O ato coletivo da economia solidária, configurado na autogestão, institui novos protagonistas no mundo do trabalho e nas lutas pela cidadania, em resposta à busca de bem-estar, reconhecimento e vida significativa (Tradução do autor).

Tecnológicas de Cooperativas Populares e suas várias contribuições no campo teórico da economia política da urbanização e da produção associada autogestionária.

Uma grande expansão da economia solidária no Brasil é observada nas últimas décadas, ao lado de um acelerado desenvolvimento urbano e um cenário econômico de reorganização do capital e reposicionamento global da relação capital-trabalho, em que se consolida a acumulação flexível do trabalho, como visto anteriormente. Bertucci (2005) e Singer (2000b, p.25) destacam que, desde a década de 1980 e especialmente na década de 1990, surgem no Brasil inúmeros movimentos sociais e organizações relacionados à economia solidária, como o Movimento dos Sem Terra, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) e a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG). Nesse período, surge ainda o Fórum Social Mundial e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o que começa a dar visibilidade à articulação internacional das várias práticas de economia solidária brasileira, que vêm integrando-se a partir dos movimentos sociais brasileiros. Dessa forma, para Singer (2005, p.127), a economia solidária na realidade brasileira, ainda em seu começo, possui avanços significativos como alternativa ao capitalismo. Porém, segundo o autor, já venceu etapas cruciais e, por isso, vem libertando um grande contingente populacional por meio da cooperação solidária.

Com relação às definições conceituais em discussão, relacionadas à economia solidária e economia social, Corragio (2002, p.6) propõe a noção de economia do trabalho, abrangendo alternativas teórico-práticas ao capitalismo pelo trabalho associado nos setores populares.

En tal sentido, hemos propuesto que el concepto de Economía del Trabajo tiene el mayor potencial para organizar el pensamiento teórico, para organizar las investigaciones y el diseño de estrategias ante las teorías de la Economía del Capital y de la Economía Pública. También hemos adoptado el término de Economía Solidaria para definir lo que consideramos es la corriente ideológica más significativa para impulsar la economía social en América Latina. Y finalmente, para tener un concepto-paraguas referido a las organizaciones usualmente entendidas como organizaciones “económicas” voluntarias que buscan a la vez un resultado económico en sentido amplio (no sólo pecuniario) y un producto en relaciones sociales, hemos adoptado el concepto de Economía Social. Por supuesto hay otros términos y otras acepciones de los mismos términos, más limitadas o más abarcadoras, y tenemos nuestra propia caracterización de ese campo conceptual y práctico, pero no vamos a desplegarlo aquí, porque lo que pretendemos es abrir un debate-encuentro donde cada variante, vertiente o corriente se autopresente, y se diferencie en sus propios términos (CORRAGIO, 2002, p.6).¹⁷

¹⁷ Nesse sentido, propusemos que o conceito de Economia do Trabalho tem o maior potencial para organizar o pensamento teórico, para organizar as investigações e o desenho de estratégias diante

De acordo com Coraggio (2000, p.128), existe um pensamento comum na maioria dos cidadãos, que considera a economia como uma “segunda natureza”, ou seja, como uma força impossível de ser modificada. A essa noção cumpre uma função legitimadora do sistema econômico, visto que sendo impossível mudar a economia, passa-se a acreditar no social como o único ambiente passível de transformações, “uma vez que o econômico não pode ser mudado”. Nesse sentido, Coraggio (2000, p.111-114) apresenta sua proposição alternativa de reestruturação econômica, apresentando a concepção de uma economia do trabalho. Esse conceito surge da economia dos setores populares e amplia seus efeitos socioeconômicos em toda a sociedade. No entanto, o autor não pretende que a economia do trabalho substitua o capitalismo, mas que crie uma relação de contraposição, agindo de forma complementar, como regulação, limitando os poderes de ação socioeconômica e atribuindo responsabilidades sociais ao capital. Dessa forma, propõe, portanto, um sistema misto, no qual convivem com a economia do trabalho dos setores populares, a economia do setor público e a economia do setor capitalista. Essa proposição de uma nova estrutura econômica denominada economia do trabalho é assim caracterizada por Coraggio:

Essa possível economia alternativa, economia do trabalho, seria um sistema que se desenvolveria a partir da economia dos setores populares, fortalecendo suas vinculações e capacidades, potencializando seus recursos, sua produtividade, sua qualidade, assumindo novas tarefas, incorporando e autogerindo os recursos das políticas sociais de modo a fortalecer os laços sociais entre seus membros, seus segmentos, suas microrregiões: uma economia que estruturalmente distribua com mais igualdade, que supere essas tendências à exploração ou à violência, que seja um setor da sociedade mais harmônico e integrado, com outros valores de solidariedade, com maiores recursos voltados para a cooperação (CORAGGIO, 2000, p.116).

De maneira geral, Coraggio (2000, p.94-107) situa a economia do trabalho na economia dos setores populares, por sua vez, composta pelas unidades econômicas domésticas. Nesse sentido, define a “unidade doméstica” como a “unidade de análise econômica” da economia do trabalho, compreendendo seu núcleo a partir da extensão familiar, mantida por relações de consanguinidade e de afinidade entre os membros que se unem com a finalidade de satisfazer as necessidades de todo o grupo associado de maneira solidária. Dessa forma, a unidade doméstica é a microunidade econômica em torno da qual se organiza a reprodução

das teorias da Economia do Capital e da Economia Pública. Adotamos também o termo de Economia Solidária para definir o que consideramos ser a corrente ideológica mais significativa para impulsionar a economia social na América Latina. E, finalmente, para ter um conceito abrangente relativo às organizações geralmente entendidas como organizações “econômicas” voluntárias, que buscam, por sua vez, um resultado econômico em sentido amplo (não apenas monetário) e um produto em relações sociais, adotamos o conceito de Economia Social. Certamente existem outros termos e significados desses mesmos termos, mais estreitos ou mais abrangentes, e temos a nossa própria caracterização desse campo conceitual e prático, mas não vamos expô-lo aqui, porque a nossa pretensão é abrir um debate presencial, em que cada variante, vertente ou corrente se apresente e se diferencie em seus próprios termos (Tradução do autor).

da economia do trabalho e a reprodução ampliada da vida social, assim como uma empresa é a microunidade que reproduz o capital na economia capitalista. Por outro lado, Coraggio (2000, p.108) esclarece que as unidades domésticas são capazes de garantir a solidariedade e cooperação entre seus membros. Porém, por si só não impedem que situações próprias da lógica dos mercados concorrenciais se incorporem dentro das relações criadas pelo grupo associado e reproduzam formas exploratórias. A exploração do trabalho do homem sobre a mulher, do adulto sobre a criança, ou da microunidade sobre empresas subcontratadas são exemplos de possíveis contradições presentes na economia dos setores populares. Além disso, segundo Coraggio (2000, p.95-96), é essencial para as unidades domésticas o fundo de trabalho, que pode ocorrer de diversas formas. Uma delas é a partir da realização de trabalho para produção de mercadorias, o que representa a comercialização da própria produção de bens ou serviços, não com o objetivo da acumulação de capital, mas com o objetivo de proporcionar melhoria na qualidade de vida aos membros da unidade doméstica. Outra forma apresentada pelo autor envolve a venda da força de trabalho por meio do trabalho assalariado. Coraggio (2000, p.105-106) afirma ainda que todas as unidades domésticas participam da economia dos setores populares, o que acaba por englobar toda a sociedade nessa categoria. Entretanto, o autor atenta-se para retirar desse conjunto a classe econômica dos “rentistas”. Esse grupo social representa aqueles que vivem de renda, seja por meio de receitas das empresas, as quais são donos ou acionistas, seja por meio de rendas provenientes de capitais financeiros ou de propriedades imobiliárias. Embora haja muita dificuldade em classificar esse grupo com precisão, considera-se rentista aquele indivíduo cuja “reprodução da vida” não dependa do seu trabalho contínuo ou de pensões decorrentes de trabalhos realizados no passado.

Para tanto, Singer (2000a, 145) retifica a definição de setores populares como unidades domésticas “que vivem do seu trabalho”, excetuando-se, portanto, os rentistas e os capitalistas, tal como procede Coraggio (2000). A divergência entre Singer e Coraggio diz respeito à economia dos setores populares ser composta pelas unidades domésticas, pois, de acordo com Singer (2000a, p.144-147), estas não compõem, de fato, uma economia alternativa, pois, conforme são descritas, as suas formas de apropriação do trabalho e da produção são partes integrantes da economia capitalista. O autor argumenta que, ao inserir os assalariados nos setores populares, Coraggio não considera que, por exemplo, capitalistas que ganham salários das empresas em que são acionistas integram esse grupo. Dessa maneira, não é possível inferir que essa forma de trabalho assalariado seja condizente com a economia alternativa dos setores populares. Além disso, o autor relata que costuma definir-se, em geral, economia popular, social e solidária por meio de uma negação, como economias “não-capitalistas”. No entanto, não é possível, pela simples

negatividade, chegar a um entendimento da amplitude dessas formas alternativas de economia. Na crítica de Singer a Corraggio, em que contesta as noções teóricas da economia do trabalho e da economia dos setores populares como alternativas ao sistema capitalista, o autor propõe uma síntese em torno da noção de produção autogestionária. Assim, para Singer (2000a, p.149), a economia do trabalho proposta por Corraggio é, essencialmente, uma economia de igualdade e democracia, tratando-se, portanto, fundamentalmente, de uma economia de autogestão.

Aquilo que Corraggio chamou “economia do trabalho”, ou “economia popular” – não vamos brigar por nomes – é necessariamente uma economia autogestionária. Pegando a palavra “autogestionária” como síntese, é, exatamente isso: igualdade e democracia; igualdade econômica relativa e democracia de decisão absoluta (SINGER, 2000a, p.149).

Nesse sentido, Singer propõe a economia solidária como uma alternativa ao capitalismo, por meio do trabalho associado em uma produção autogestionária, capaz de mudar o sistema econômico capitalista e tornar-se uma solução econômica factível e, de fato, aberta a toda a sociedade. Para Singer (2000a, p.147-148), essa forma de economia baseada na reciprocidade deverá reger-se por princípios socialistas e cooperativistas e compor-se por empresas autogestionárias, democráticas e igualitárias em suas dimensões sociais, políticas e econômicas. Isso compreende transformações socioprodutivas na economia e na sociedade, alterando-se paradigmas socioeconômicos, na medida em que os trabalhadores passam a gerir seus próprios empreendimentos socioeconômicos e participar igualmente dos resultados socioprodutivos. Além disso, há um importante componente sociopolítico relacionado à autogestão que se configura na gestão cooperativista, na participação democrática dos trabalhadores autogeridos, o que corresponde à horizontalização do poder de decisão pela autonomia socioprodutiva, em uma forma de trabalho associado configurado pela produção autogestionária.

Em suma, para a presente discussão desta tese acadêmica importa, em especial, essa noção de autogestão sob o ponto de vista da produção autogestionária, uma vez que, por meio dos arranjos socioprodutivos autogestionários, constitui-se, na organização do trabalho associado, “o poder de gerir a fábrica”, o que seria o nível mais profundo das reivindicações coletivas do trabalho em contraposição ao capitalismo. Segundo Gorz,

Toda a análise aqui exposta supõe que a classe operária vá além das lutas propriamente salariais e contratuais e faça valer as exigências relativas às condições do trabalho. Uma contradição permanece: as lutas cada vez mais duras a respeito das condições de trabalho ainda não conseguiram fazer perceber qual o tipo atual de divisão do trabalho é a questão fundamental; elas ainda não produziram um conjunto de conhecimentos analíticos do trabalho operário, nem a reivindicação explícita de um trabalho total que favoreça o desenvolvimento da pessoa, que a valorize e que contenha o poder de gerir a fábrica (GORZ, 2001, p.191).

Por sua vez, ao redefinir-se, num sentido amplo, relações entre economia e sociedade, modificam-se os comportamentos, as técnicas, os instrumentos, os materiais e as formas sociais do trabalho produtivo. Com isso, o trabalho alienado pode tornar-se trabalho com consciência crítica e responsabilidade social, o que reposiciona o desenvolvimento econômico para a sustentabilidade e responsabilidade social, sob a constituição de outras formas da ação econômica com sentido social. Nessa perspectiva, a produção sob a condição autogestionária poderia contribuir para ganhos sociais como a redução da violência social no trabalho e a desconcentração das riquezas, mediante os princípios da reciprocidade, cooperação e solidariedade, como princípios socioeconômicos. Conseqüentemente, a orientação para a cultura produtiva autogestionária, atuando em uma outra economia, que é social, envolve outras lógicas socioprodutivas, capazes de efetivar, pela via autogestionária, formas de desenvolvimento socioeconômico com justiça social.

6.2 Economia social na atualidade brasileira

Para uma compreensão das especificidades da economia social na atualidade brasileira passo à análise crítica da base de dados socioeconômicos, que se encontram disponíveis no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), e consolidados no Atlas da Economia Solidária no Brasil (2009), publicado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério de Trabalho e Emprego do Brasil (MTE). Essa é a base de dados mais recente no país que representa o perfil global da produção associada autogestionária na economia social brasileira. Nessa base de dados, estão atualizados os dados de um extenso mapeamento, realizado pela SENAES de 2005 a 2007, em convênio com a Associação nacional dos trabalhadores em empresas de autogestão e participação acionária (ANTEAG), levantando-se as atividades de economia social em curso no país, constituindo, por sua vez, o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária a partir de 2006.

Nesse banco de dados público, estão registrados 21.859 empreendimentos econômicos solidários, distribuídos em 2.993 municípios (53% dos municípios brasileiros), conforme informa o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2009, p.11-12). Por essa base de dados, o horizonte de atuação da produção associada brasileira pode ser caracterizado pelos empreendimentos socioeconômicos que se relacionam aos grupos informais e às seguintes personalidades jurídicas coletivas: associações, sociedades cooperativas e sociedades mercantis (empresas em nome coletivo). Com relação ao quantitativo desses

empreendimentos no conjunto global da economia social brasileira, informa o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2009):

No Brasil, a maior parte dos empreendimentos [econômicos solidários] está organizada sob a forma de Associação (52%), seguida dos Grupos Informais (36,5%) e Organizações Cooperativas (10%) e outras formas de organização (1,5%). Esta distribuição é diferenciada de acordo com as regiões. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste predominam o perfil nacional, diferente das Regiões Sul e Sudeste onde há uma menor participação das associações e maior participação dos grupos informais (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009, p.29).

Transpondo esses dados percentuais para números inteiros, demonstram-se: as Associações, compreendendo 11.367 empreendimentos (52%); os Grupos Informais, contendo 7.979 empreendimentos (36,5%); Sociedades Cooperativas, contendo 2.186 empreendimentos (10%); e as Sociedades Mercantis (outras formas de organização), apresentando 328 empreendimentos (1,5%). Levando-se em conta que esses números mapeados compreendem uma amostragem aleatória da base territorial de 53% dos municípios brasileiros mapeados, e considerando que o comportamento padrão dessa amostragem mantém-se em uma ocorrência similar no conjunto dos municípios do país (mesma freqüência na classe de valores), pode-se fazer uma inferência estatística do quantitativo discreto (por proporcionalidade direta) para estimar o restante dos 47% dos municípios não mapeados e, dessa forma, obter uma prospecção global aproximada, com uma boa margem de segurança matemática, para definir a estimativa do conjunto total da economia social brasileira na atualidade.

Assim, é possível supor que o conjunto total da economia social no Brasil, correspondente aos 100% dos municípios brasileiros, demonstre em números inteiros um total de 41.243 empreendimentos e, em suas respectivas categorias, a seguinte distribuição: as Associações, compreendendo 21.447 empreendimentos (52%); Grupos Informais, contendo 15.054 empreendimentos (36,5%); Sociedades Cooperativas, contendo 4.124 empreendimentos (10%); e as Sociedades Mercantis (outras formas de organização), apresentando 619 empreendimentos (1,5%).

A tabela 3 a seguir apresenta a consolidação dos dados do Atlas da Economia Solidária no Brasil (2009) e dessa inferência estatística para apurar a estimativa total da conjuntura atual da economia social brasileira em suas respectivas categorias.

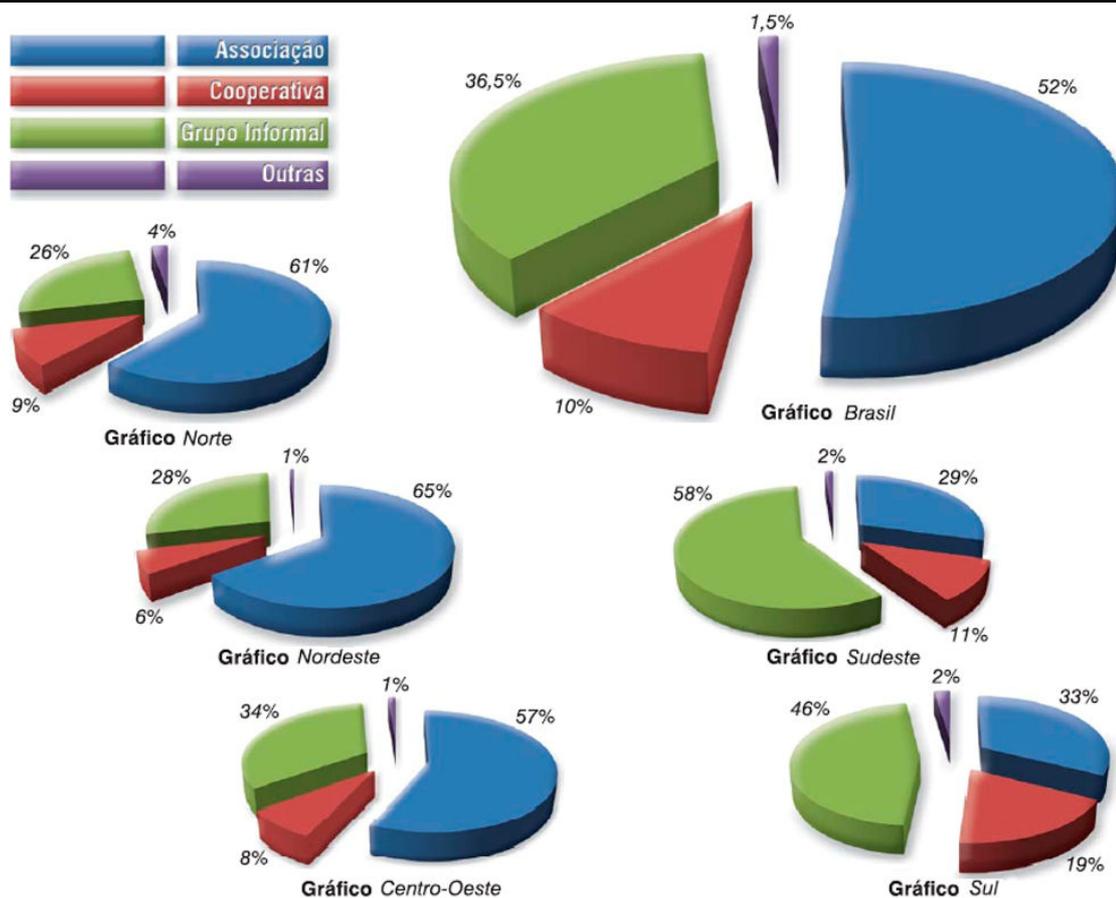
Por sua vez, o gráfico 17 a seguir apresenta a representação gráfica dessa amostragem de dados das categorias de economia social brasileira, em sua respectiva consolidação percentual por macrorregiões do país.

Tabela 3 – Inferência do quantitativo discreto no conjunto da economia social brasileira, segmentado por categorias de empreendimentos econômicos solidários

Categorias dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)	Percentual de EES (%)	Números Inteiros SENAES (53% dos municípios)	Números Inteiros Inferência¹⁸ (100% dos municípios)
Associações	52	11.367	21.447
Grupos Informais	36,5	7.979	15.054
Cooperativas	10	2.186	4.124
Sociedades Mercantis	1,5	328	619
Total	100	21.859	41.243

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Atlas da Economia Solidária no Brasil, (2009, p.29).

Gráfico 17 – Categorias da economia social por macrorregiões do Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Atlas da Economia Solidária no Brasil, (2009, p.28-29).

¹⁸ Para aferir essa aproximação estimativa por proporcionalidade direta, adoto regra de três simples no cálculo da inferência entre os valores mapeados pela SENAES e a proporcionalidade estimada restante dos municípios não mapeados. Para tanto, considero que a distribuição da variância possui o mesmo comportamento na amostragem, uma vez que a coleta de dados é bastante representativa da realidade, cobrindo áreas urbanas e rurais de todas as macrorregiões brasileiras.

Comparando-se o valor total estimado de 41.243 para o total dos empreendimentos econômicos solidários, com o quantitativo da população brasileira, com referência à contagem da população de 2007, que, segundo o IBGE/CENSO (2010b, p.43), é de 190.755.799 habitantes, pode-se estimar que 1 a cada 4.625 pessoas participa de algum tipo de empreendimento econômico solidário no Brasil.

Entretanto, em termos formais, conforme será aprofundado na próxima seção deste capítulo, apenas as sociedades cooperativas e as sociedades mercantis (empresas em nome coletivo) podem efetivamente conformar arranjos econômicos sem os fins lucrativos e desenvolver atividades produtivas e econômicas propriamente ditas. Às associações e grupos informais, em termos formais, cumpre a realização exclusiva de atividades sociais propriamente ditas. Ênfase, nesta análise, a importância dos aspectos formais relacionados às personalidades jurídicas em discussão, associações, sociedades cooperativas e sociedades mercantis, pois esses aspectos implicam as possibilidades efetivas dos aspectos sociais e econômicos desenvolverem-se nos empreendimentos de economia social.

Dessa forma, revendo-se os dados quantitativos relativos à economia social brasileira por essas duas conformações sociais e econômicas, obtém-se: no respectivo grupo econômico, somando-se os dados de sociedades cooperativas e mercantis, o resultado de 11,5% ou 4.743 empreendimentos de economia social, de caráter econômico propriamente dito; enquanto que no grupo social, somando-se os dados de associações e grupos informais, o resultado de 88,5% ou 36.501 empreendimentos de caráter social propriamente dito.

Contraopondo-se esses dados à amplitude populacional brasileira, há 1 a cada 5.226 pessoas participando de algum arranjo social sem fins lucrativos de tipo associativo formal (associação) ou informal (grupo associado informal); enquanto que 1 a cada 40.218 pessoas participando de algum arranjo econômico sem fins lucrativos de tipo cooperativo (sociedade cooperativa) ou de tipo empresarial coletivo de responsabilidade solidária (sociedade mercantil).

Seguindo esse raciocínio, do total estimado de 41.243 empreendimentos de economia social no Brasil, apenas 4.743 empreendimentos econômicos solidários estão formalmente participando da economia geral, atuando sem os fins lucrativos (ou seja, repartindo os lucros). Os demais 36.501 empreendimentos estão informalmente ou domesticamente participando à margem da economia geral.

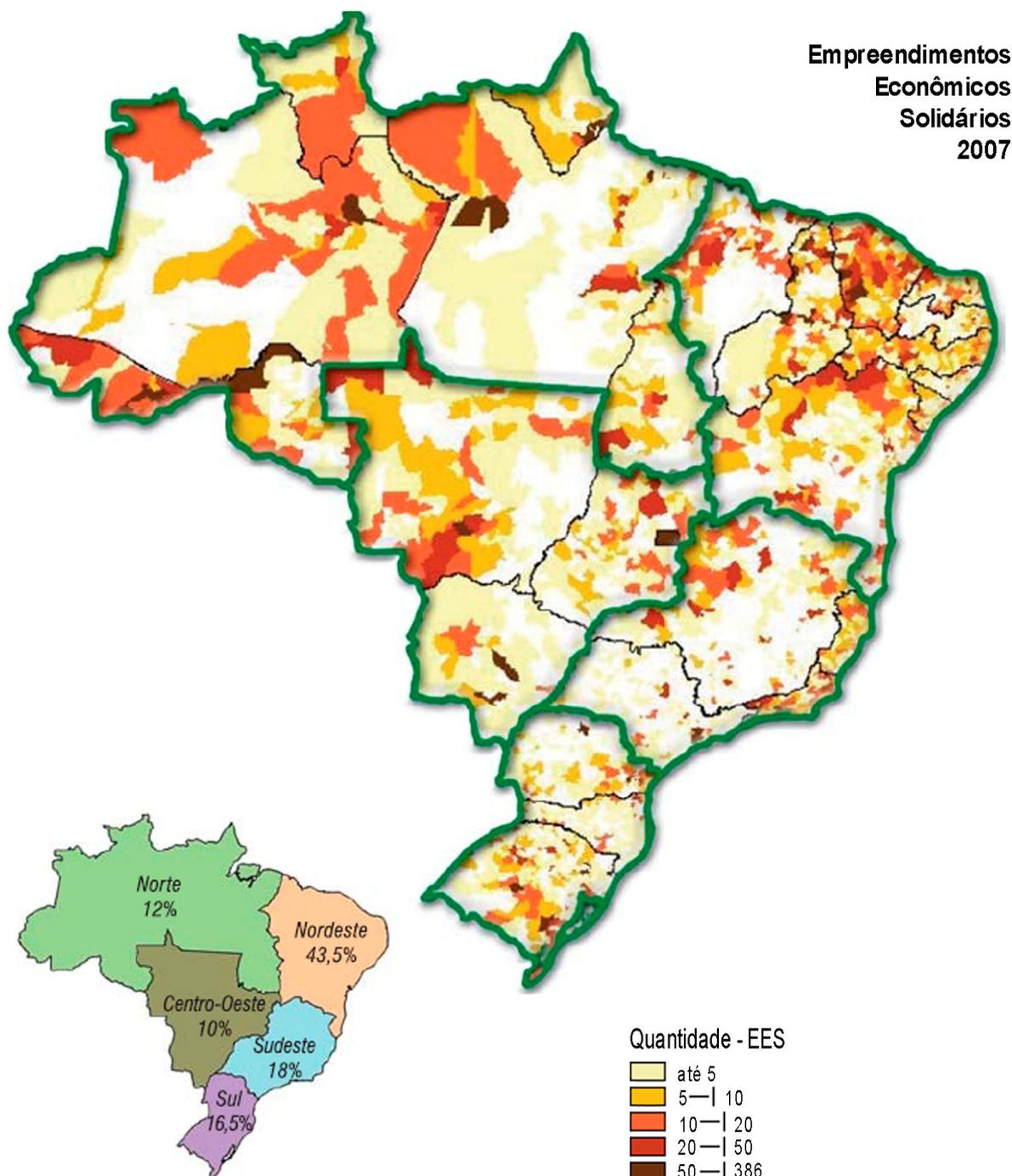
Cumprir ressaltar, com base nesses dados, a massiva informalidade da economia social e, em especial, sua caracterização social que, de fato, é não-econômica e, por muitas vezes, confundida com os fins não lucrativos ou redistributivos das ações sociais e solidárias. De fato, a maior parte da economia social realiza um papel de enorme relevância social e articula uma importante e, por vezes, necessária economia informal e doméstica. Mas essas ações, na verdade, não podem ser consideradas como econômicas propriamente ditas.

Em suma, com base nessa prospecção estatística, posso estimar que 1 a cada 10 empreendimentos econômicos solidários seja de fato econômico, pois podem desenvolver formalmente atividades tipicamente socioprodutivas e econômicas sem fins lucrativos. Essa análise estimativa da economia social e solidária relacionada à ocorrência espacial e à amplitude da escala populacional revela a baixa incidência das práticas autogestionárias no Brasil.

O mapa 1, a seguir, baseado no mapeamento da economia social e solidária brasileira, consolidado no Atlas da Economia Solidária no Brasil (2009), demonstra a espacialização dos empreendimentos solidários brasileiros em 2007. Esse mapa demonstra uma maior ocorrência dos empreendimentos econômicos solidários em 2007 nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. Isso é visivelmente perceptível devido à espacialização dos empreendimentos representados por manchas de cores laranja a marrom, relacionadas aos respectivos quantitativos de empreendimentos econômicos solidários por sua frequência de ocorrência e concentração nesses territórios.

Para uma comparação sistemática, apresento, na seqüência, o mapa 2, baseado no levantamento econômico realizado pelo IBGE (2010a), que demonstra o mapa da densidade econômica brasileira em 2006, espacializado a partir da relação entre o produto interno bruto municipal e a área dos respectivos municípios brasileiros. Esse mapa demonstra uma maior ocorrência dos empreendimentos econômicos (capitalistas) em 2006 nas regiões sul, sudeste e nordeste. Isso é visivelmente perceptível devido à espacialização dos empreendimentos representados por manchas de cores oliva a verde escuro, relacionadas aos respectivos quantitativos de produção econômica municipal por sua área de concentração nesses territórios.

Mapa 1 – Espacialização dos dados da amostragem dos empreendimentos econômicos solidários (2007), nos municípios brasileiros por macrorregião



Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Atlas da Economia Solidária no Brasil (2009 p. 28). Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: ago. 2012.

Mapa 2 – Espacialização da densidade econômica brasileira (2006), produto interno bruto municipal por área dos municípios brasileiros



Infra-estrutura

- Rodovia pavimentada
- - - Rodovia em pavimentação
- Capital estadual
- Ferrovias
- Gasoduto
- Capital Federal

Produto interno bruto municipal/Área do município (R\$ 1.000,00)

até 10,00	100,01 a 500,00
10,01 a 25,00	500,01 a 1.000,00
25,01 a 40,00	1.000,01 a 10.000,00
50,01 a 100,00	Mais de 10.000,01

Fonte: Elaborado pelo autor 2012. Referência: Mapa Densidade Econômica 2006, IBGE/Atlas Nacional do Brasil Milton Santos (2010a, p.204). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: ago. 2012.

Ao se comparar o mapa 1, de economia social, com o mapa 2, de densidade econômica geral, observa-se uma clara inversão espacial entre a ocupação territorial dos empreendimentos econômicos solidários e a densidade econômica por município. Isso representa, *grosso modo*, que os empreendimentos autogestionários estão situados onde o capital não está intensamente presente. Assim, a economia social é, de fato, uma economia praticada à margem da economia geral e conseqüentemente se coloca à disposição dos setores populares como uma alternativa complementar ao capitalismo. Essa condição explicita a não participação dos setores populares na economia geral, praticada efetivamente nas regiões mais “urbanizadas” e “desenvolvidas” do país.

Dessa forma, a economia social está onde a economia geral de base capitalista não é intensamente praticada. A condição de a economia social ser uma economia praticada à margem pelos setores populares pode ser percebida por essa espacialização da ocorrência dos empreendimentos econômicos solidários se localizarem principalmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, notadamente, macrorregiões que possuem as localidades com o menor desenvolvimento industrial, com menos recursos econômicos, tecnológicos, infraestrutura e serviços públicos essenciais.

É visualmente perceptível essa inversão da dinâmica de ocupação territorial dos empreendimentos econômicos solidários confrontados à densidade econômica, notadamente representando as áreas de concentração das riquezas e de intensificação da urbanização no país. Esses mapas apontam para uma questão importante relacionada ao grau de desconexão entre o desenvolvimento econômico das práticas de economia social, relacionado à própria dinâmica de ocupação territorial do capital, e a exclusão socioespacial promovida pela economia de base capitalista.

6.3 Categorias socioeconômicas da produção associada autogestionária brasileira

Em suma, o caráter global dos empreendimentos econômicos solidários permanece doméstico e informal no Brasil. Mesmo que em forma de associações, vários empreendimentos desenvolvem atividades econômicas, o que é uma incoerência formal e também um entrave ao próprio desenvolvimento econômico sem fins lucrativos da economia social brasileira. Mais que isso, há uma ilusão de que pela via do associativismo é possível praticar uma economia que seja social. Essa afirmação não desconsidera a relevância social para mobilização e agregação de pessoas. Entretanto, apenas cooperativas e sociedades

mercantis podem de fato ser socioproductivas e atuar economicamente sem fins lucrativos na vida social. Enfatizo que esse costume de constituir associações e não cooperativas se traduz no conjunto da economia social em uma pequena parcela de sociedades cooperativas e sociedades mercantis que concretamente praticam uma economia sem fins lucrativos formalizada para os fins sociais.

Entretanto, na realidade cotidiana da produção associada autogestionária na economia social brasileira, as pessoas estão organizando associações com finalidade econômica, que são próprias de cooperativas. Dessa forma, há um profundo desconhecimento das atribuições legais por parte das entidades sem fins lucrativos. Isso conduz a uma contínua condição da economia social à margem da economia geral.

As categorias socioeconômicas da produção associada autogestionária compreendem as seguintes personalidades jurídicas: associações, sociedades cooperativas e sociedades mercantis (empresas em nome coletivo). Dessa forma, conforme comentado na seção anterior no decurso da análise quantitativa da economia social brasileira, essas categorias são passíveis de formalização de tipo social ou de tipo econômico. Nesse sentido, no conjunto da economia social, ocorrem, na verdade, dois grandes grupos, configurados pelos empreendimentos sociais e pelos empreendimentos econômicos, ambos sem fins lucrativos.

Assim, cabe esclarecer que as associações, perante o Código Civil brasileiro, são entendidas como organizações sociais sem fins lucrativos, o que significa que esse tipo de personalidade jurídica pode promover atividades com fins sociais, mas não pode envolver-se diretamente com atividades produtivas e econômicas. Assim, perante o ordenamento jurídico vigente, as associações não possuem capital social e, por isso, não podem realizar atividades econômicas propriamente ditas, pois são eminentemente empreendimentos sociais, podendo oferecer benefícios aos associados, como recursos comuns e serviços, sem fins lucrativos. No tocante às associações, o Código Civil brasileiro, no art. 53, dispõe: “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.” Assim, as associações, como organização de tipo social, objetivam suas ações e práticas voltadas para a interação humana e social, envolvendo, por exemplo, educação, cultura, religião, lazer, assistência social e organização de classe profissional em um determinado grupo ou comunidade socialmente organizada.

Dessa forma, diferentemente da natureza jurídica das cooperativas, as associações são estritamente empreendimentos sociais, não econômicos, sendo consideradas como organizações eminentemente sociais. Com isso, sua base econômica é aferida com as

taxas recolhidas dos associados, servindo às finalidades essenciais da entidade, havendo o impedimento de retornar os valores monetários diretamente aos associados. Esse é o enquadramento, por exemplo, dos sindicatos, associações filantrópicas e clubes esportivos, cujo retorno social é para a sociedade em geral, e não apenas restrito ao grupo que fomenta a iniciativa social.

Por sua vez, as cooperativas têm os mesmos objetivos e princípios associativos, como a ajuda mútua, solidariedade e autogestão. Porém, a sua finalidade é econômica, orientando as ações sociais para viabilizar processos socioprodutivos econômicos, mas sem fins lucrativos, o que conduz à socialização dos meios e os resultados da produção para os próprios membros cooperados. Dessa forma, as cooperativas possuem capital social, constituído por quotas-parte, e, na qualidade de sociedades simples, podem exercer atividades econômicas, repartindo as perdas e os resultados positivos como sobras líquidas. O código civil brasileiro, no parágrafo único do art. 982, dispõe a condição de sociedade simples para a natureza jurídica das cooperativas:

Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art.967); e, simples, as demais. Parágrafo único. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa (CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, 2002, art.962).

O objetivo de uma sociedade cooperativa é viabilizar empreendimentos socioeconômicos autogestionários que colocam em prática atividades socioprodutivas que retornam os resultados da produção para os próprios trabalhadores cooperados. Portanto, as cooperativas são empreendimentos socioeconômicos autogestionários que possuem características tanto econômicas quanto sociais, movidas por formas democráticas e redistributivas, na gestão solidária das atividades socioprodutivas sem fins lucrativos.

No conjunto da economia social, nesse contexto dos empreendimentos socioeconômicos autogestionários, há ainda uma ressalva com relação às sociedades mercantis, que, sendo sociedades empresariais de responsabilidade social coletiva, inserem-se no conjunto dos empreendimentos econômicos da produção associada autogestionária. O Código Civil brasileiro, nos arts. 1039 a 1044 define a configuração legal das sociedades empresariais em nome coletivo, cuja responsabilidade social é ilimitada aos sócios, obrigatoriamente pessoas físicas, responsáveis solidárias pelas atividades econômicas da sociedade empresária de finalidade coletiva.

Assim, considerando a abrangência socioeconômica do cenário da economia social brasileira e, principalmente, diante do seu marco legal, apresentado acima, em que as associações são enquadradas como empreendimentos sociais não-econômicos, as sociedades mercantis como sociedades empresariais e as sociedades cooperativas são por excelência empreendimentos econômicas sem fins lucrativos, passo a uma análise do cooperativismo como categoria socioeconômica melhor condizente com a gestão organizacional autogestionária, conforme a abordagem não-capitalista de desenvolvimento sócio-econômico-espacial, proposta por esta tese acadêmica.

Além disso, a exclusão dos grupos informais, associações e sociedades mercantis do aprofundamento analítico desta tese acadêmica, busca orientar a presente discussão crítica para os empreendimentos econômicos da produção associada autogestionária, que, no entendimento formulado neste trabalho, são as sociedades cooperativas as mais adequadas para efetivarem formalmente um autêntico sistema econômico autogestionário de economia social capaz de efetivar uma contraposição real às práticas capitalistas dominantes e superá-las na vida social.

Dessa forma, passo, então, a uma breve contextualização crítica do cooperativismo como categoria econômica da economia social.

6.3.1 Cooperativismo como categoria econômica da economia social

O cooperativismo, aqui identificado formalmente como categoria econômica da economia social, tem na lógica da gestão cooperativista o estabelecimento de relações sociais de trabalho, produção e consumo que baseiam-se nas formulações teórico-práticas da autogestão, especialmente representam reciprocidade, cooperação e solidariedade socioproductiva. Decorre disso essa forma autogestionária de desenvolvimento sócio-econômico-espacial justo, sustentável e responsável configurada pelas sociedades cooperativas.

No contexto global, a Aliança Cooperativa Internacional (2011) define as cooperativas como agrupamentos autônomos de pessoas reunidas voluntariamente, com a finalidade de satisfazer necessidades e aspirações comuns de ordem econômica, social, política e cultural, por meio da cooperação solidária em um empreendimento socioeconômico gerido democraticamente. Dessa forma, a ACI define os sete princípios do cooperativismo: adesão

livre e voluntária; controle democrático pelos membros cooperados (um membro, um voto); participação econômica equitativa dos membros; autonomia e independência da cooperativa; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas (colaboração solidária); e preocupação com a comunidade de sua inserção social.

Essas premissas fundamentais que compõem historicamente o ideário cooperativista sustentam, na atualidade, as práticas da produção associada autogestionária, configurando a base sócio-político-econômica ampla e democrática do cooperativismo em sua atuação na economia e na sociedade. Assim, o ideário cooperativista reafirma os princípios socioeconômicos solidários e redistributivos como alternativas factíveis para a superação do capitalismo, mediante o trabalho e a produção autogestionários. Em outras palavras, o horizonte mais amplo das ações socioeconômicas cooperativistas é a transformação social que supere o capital e suas relações exploratórias do trabalho, produção e consumo, pela superação da própria relação capital-trabalho na vida social, por meio de uma outra cultura produtiva, com sentido social e econômico, capaz de efetivar-se como meio socioprodutivo autogestionário para ultrapassar formas exploratórias do modo de produção capitalista.

Por sua vez, para Singer (2002a, p.38), Bucci (2003, p.35) e Rios (2007, p.25) as práticas cooperativistas estão historicamente relacionadas às práticas sociais, políticas e econômicas relacionadas à produção associada autogestionária formulada com o pioneirismo de Owen, Fourier e Saint-Simon, em contestação ao capitalismo e ao liberalismo econômico. Nesse sentido, as iniciativas e alternativas ao capitalismo, em especial, o mutualismo, o associativismo e o cooperativismo, desde o início do século XIX, afirmam-se pela organização social como forma de superação da exploração sócio-político-econômica do capital.

Para Bucci (2003), Rios (2007), Singer (2000b e 2002a) e Coraggio (2003), o cooperativismo conjuga nas dimensões sociais do trabalho cooperativo a reordenação da própria sociedade civil. O cooperativismo atua nas transformações sociais relacionadas ao trabalho-produtivo, reconhecendo que a produção associada autogestionária requer mudanças estruturais na lógica sócio-político-econômica, sobretudo, no âmbito da reordenação das bases socioprodutivas e das relações sociais de produção, trabalho e consumo. Assim, os princípios ideológicos societários conformam o objetivo prático de uma sociedade cooperativa que é viabilizar processos socioprodutivos em que trabalho e resultado sejam repartidos solidariamente, colocando-se em prática atividades socioeconômicas que retornam o valor criado pelo trabalho para os próprios trabalhadores cooperados.

Com relação às definições expostas, Singer (2002a, p.9) e Bucci (2003, p.37) destacam que as cooperativas caracterizam-se por adotar como condição fundamental a cooperação, e não a concorrência. Essa condição possibilita aos cooperados a melhoria das condições socioeconômicas, por meio do estabelecimento da solidariedade em uma “empresa autogestionária”, organizada pelo interesse comum e sob formas democráticas de gestão que afastam intermediários e exploradores do trabalho e da produção.

Por sua vez, Rios (2007, p.20) propõe a seguinte síntese para a definição de uma cooperativa:

[...] uma associação voluntária com fins econômicos, podendo nela ingressar os que exercem uma mesma atividade. Ela é regulamentada democraticamente à base de ‘um homem, um voto’, e cada membro contribui para a constituição do capital social, mas os benefícios não se distribuem segundo o capital subscrito, mas na proporção do volume de negócios realizado entre a cooperativa e cada associado (RIOS, 2007, p.20).

No contexto brasileiro, o cooperativismo é historicamente influenciado pelas experiências autogestionárias dos imigrantes estrangeiros e possui também um componente de fomento e controle do Estado como forma de regulação mercadológica, principalmente no setor agrícola. Segundo Rios (2007, 26-27), de forma diferente daquela observada na Europa, o cooperativismo brasileiro surge como um movimento essencialmente rural e de caráter não revolucionário e não contestatório das relações sociais entre trabalho, produção e propriedade. Nesse contexto, as elites agroexportadoras apropriam-se da lógica cooperativista, transformando-a em uma ferramenta de associação política desses grupos e um mecanismo organizacional de apoio às práticas capitalistas que impulsionam a modernização agrícola e se adequam à “concentração da propriedade fundiária”. Dessa forma, o cooperativismo brasileiro é tanto revolucionário quanto reformista, pautando-se em uma contradição imanente como instrumento de promoção social e econômica, que também se insere no modelo da propriedade privada, atendendo aos interesses das classes dominantes, em busca da manutenção social dos poderes políticos e econômicos.

Conforme situa Rios (2007, p.27), no Brasil, o cooperativismo conservador é representado por grupos patronais elitistas que, embora busquem a modernização da produção agrícola, não promovem alterações estruturais nas atividades socioprodutivas, mantendo-se a propriedade fundiária privada e o rentismo territorial. Por outro lado, o cooperativismo renovador, representado por grupos pobres, visa à transformação social e força mudanças socioprodutivas pelas práticas autogestionárias.

Além disso, ressalta Rios (2007, p.61), a perspectiva do cooperativismo identificado como uma forma de salvação socioeconômica para as categorias de baixa renda, que não conseguem concorrer sozinhas no capitalismo, obtendo, pelo cooperativismo, uma forma de minimizar os problemas sociais e econômicos. Essa condição configura, para além da redução do sentido societário e revolucionário do cooperativismo, uma responsabilização dos indivíduos pela própria situação conjuntural de submissão socioeconômica em que se encontram inseridos e inclusive pelos fracassos que ocorrem com as iniciativas alternativas. Conforme sintetiza Rios,

Existe um cooperativismo de elites e um cooperativismo dos pés-no-chão; um cooperativismo legalizado, letrado e financiado e um cooperativismo informal, “sem lei e sem documento”, não-financiado e mesmo reprimido. O cooperativismo não está, pois, “imune” à divisão da sociedade em classes. Isso é importante frisar, porque muitas vezes o cooperativismo é apresentado como se fora “uma borracha” que apagaria as diferenças de classe. Por isso mesmo ele costuma também ser apresentado como uma “terceira via” entre o capitalismo e o socialismo. Mas não existe “terceira via”, ou o cooperativismo se subordina ao capital e seus interesses, ou o cooperativismo é um instrumento e função de uma perspectiva socializante. Não um socialismo burocrático, totalitário e estatizante, mas um socialismo democrático, autogestionário e participativo (RIOS, 2007, p.70-71).

No contexto brasileiro e sul-americano, há uma forte presença do cooperativismo conservador, Rios (2007, p 51) resalta que as cooperativas de consumo e de trabalho que envolvem prestação de serviços e não produção propriamente dita são os modelos de organização cooperativista mais presentes e influentes, uma vez que essas modalidades do cooperativismo não problematizam as questões primordiais de contestação do cooperativismo relacionadas às relações sociais de produção e à propriedade privada dos meios de produção e da terra.

É fácil compreender que uma cooperativa de consumo não interfere com a propriedade da terra, com a organização entre patrões e empregados, etc. Isso já indica que as elites latino-americanas ao importarem nas décadas de 1930 e 1940, modelos de cooperativas fizeram uma seleção bem conveniente para seus interesses. Da Inglaterra toma-se a ideia das cooperativas de consumo do século XIX, da Alemanha se importa a ideia das cooperativas de poupança e crédito, também do século XIX. O modelo de cooperativas de serviço é o escolhido por não interferir com a organização social da produção (RIOS, 2007, p.52).

Dessa forma, Rios (2007, p.29-30) caracteriza os tipos de cooperativas existentes na realidade brasileira, dentre eles, seleciono as cooperativas de consumo, trabalho, e produção, que importam diretamente à análise crítica desta tese acadêmica. O grupo das cooperativas habitacionais não se encontra na classificação proposta por Rios (2007), e, considerando a sua relevância para a atuação da construção civil no conjunto da produção associada autogestionária, as cooperativas habitacionais serão discutidas à parte, na próxima seção deste trabalho.

Com relação às cooperativas de consumo, segundo Rios (2007, p.44), são sociedades cooperativas criadas como “defesa econômica” do proletariado, com o objetivo de adquirir produtos de que necessitam os associados-consumidores, dispensando o papel do comerciante e os atravessadores comerciais. Na atualidade, essa conformação das cooperativas de consumo como alternativas de autonomia coletiva para a aquisição de produtos de primeira necessidade tem sido subvertida pelos oligopólios empresariais. Dessa forma, Rios (2007, p.46) afirma que “as cooperativas de consumo perderam seu significado contestatório original e foram inteiramente recuperadas, criadas, subsidiadas, organizadas por grandes empresas (estatais ou multinacionais) como serviços sociais ou renda indireta de seus funcionários”.

Por sua vez, com relação ao cooperativismo de trabalho, Rios (2007, p.34-35) relaciona seu surgimento com a precarização das relações de trabalho e o situa como um tipo de cooperativismo contestador, visto que se orienta para a constituição concreta de alternativas à exploração do trabalho. As cooperativas de trabalho são formadas por profissionais de um mesmo ramo de atividades, que se reúnem conforme as normas e os princípios de organização cooperativa e se inserem no mercado como empresas autogestionárias prestadoras de serviços ofertados pelos associados. Conforme Rios (2007, p.32-33), “trata-se de um tipo de cooperativa com grande potencial de desenvolvimento e afirmação, tanto econômica como política, no atual cenário de desemprego provocado pelas políticas econômicas neoliberais”.

Já as cooperativas de produção, Rios (2007, p.30-31) considera a formação desses tipos de cooperativas a partir da iniciativa própria de pessoas que objetivam tornar-se “produtores associados” ou por meio da reunião coletiva dos trabalhadores, constituindo uma empresa autogestionária, com a finalidade de recuperação de fábricas falidas, das quais eram trabalhadores assalariados. Considerando os princípios autogestionários e o fim do patronato, os trabalhadores passam a decidir o trabalho produtivo por vias democráticas. Esse contexto autogestionário ocorre mediante a formação da assembleia geral, onde todos os associados têm direito a um voto independentemente do número de quotas-parte e, geralmente, o conselho de administração, eleito pelos próprios associados, vai exercer a função de coordenação administrativa.

O cooperativismo de produção demonstra que o patronato, isto é, a presença à frente das empresas de um representante do capital, é dispensável; que os trabalhadores são bem capazes, quando dispõem de liberdade e de responsabilidade, de organizar seu trabalho, de aceitar a disciplina necessária, de compreender os problemas, mesmo financeiros, de uma empresa (RIOS, 2007, p.32).

Rios (2007, p.31) ressalta a perspectiva de Marx com relação às cooperativas de produção serem a base do controle da produção pelo proletariado, eliminando a figura do capitalista, e os trabalhadores autogeridos assumindo uma autêntica forma socialista de gestão socioprodutiva e de reprodução social dos valores de reciprocidade, socialização, igualdade e democracia. Para tanto, o autor destaca a perspectiva estrutural de Marx, com relação cooperativas de produção, expressa nas *Resoluções do Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores* em Genebra em 1886, em que Marx afirma: “Nós recomendamos aos operários encorajarem o cooperativismo de produção em vez do cooperativismo de consumo, este atingindo a superfície do sistema econômico atual, aquele atacando-o na sua base”.

Seguindo esse raciocínio marxiano, Singer (2005, p.84) propõe a modalidade de cooperativa de produção como a unidade típica da economia solidária, levando-se em conta a finalidade socioeconômica formalmente configurada para as práticas sociais que viabilizam processos econômicos sem fins lucrativos, cuja natureza jurídica permite formalizar a integração das características sociais com as econômicas, por meio de formas democráticas de autogestão do trabalho e da produção associada autogestionária. Além disso, Singer (2000a, p.151) considera o cooperativismo como um modo de produção específico, capaz de constituir um sistema social e econômico autogestionário. E, levando-se em conta a presença de falsas cooperativas, o autor adota o termo “empresas autogestionárias”, referindo-se às sociedades cooperativas.

Dessa forma, penso que o sistema cooperativista para ser autenticamente “revolucionário” e “autogestionário” precisa atuar como um sistema cooperativo pautado no “cooperativismo de produção” e circunscrito sistemicamente na economia social para configurar uma autêntica alternativa socioprodutiva autogestionária, não submetida ao capitalismo e nem dependente do Estado. Ressalto a importância dessa discussão, uma vez que compreendo a crítica da produção no sistema cooperativista circunscrita nessas três possibilidades organizacionais entre as modalidades do cooperativismo de consumo, trabalho e produção, inclusive apontando para as diferentes relações sociais entre economia e sociedade, que se desdobram dessas diferentes perspectivas do cooperativismo autogestionário.

Assim, a abordagem do “cooperativismo de consumo”, que preza pela questão de como apropriar-se economicamente do resultado social do trabalho, aliada à abordagem do “cooperativismo de trabalho”, que, por sua vez, situa o trabalho associado propriamente dito, enfatizando-se a questão relacionada a quem se destina os resultados do trabalho na economia e na sociedade, encontra, por fim, a amplitude autogestionária autêntica no

“cooperativismo de produção”, que considera o modo social de produzir e de trabalhar bem como a reprodução econômica e espacial, em uma afirmação socioprodutiva da autonomia coletiva autogestionária. Entretanto, cabe ressaltar que a condição socioprodutiva compreendida como condição global da modalidade de trabalho, e não de produção, oculta toda a problemática do modo de produção cooperativo, em especial as possibilidades produtivas autônomas ou heterônomas em curso com os atos cooperativos. Nesse sentido, ressalto que o cooperativismo de trabalho, por vender trabalho sob a forma de prestação de serviços corre o risco de ser um modelo de sistema cooperativo não necessariamente capitalista, nem totalmente autogestionário. Essa contradição surge da necessidade do capital em extrair valor do trabalho, podendo conduzir o cooperativismo a uma cooptação socioeconômica, que se pauta no posicionamento social de conciliação entre capital e Estado, sem alterar, com sua inserção socioeconômica, relações concorrenciais de mercado ou práticas heterogestionárias no interior da cultura produtiva autogestionária.

Por outro lado, a ordenação jurídica do cooperativismo brasileiro estabelece um modelo unitário, que não corresponde às lutas sociais de classe e às demandas sociais dentro do próprio movimento cooperativista brasileiro, o que segundo Rios (2007, p.64) representa um entrave, “sobretudo se se quiser distinguir o cooperativismo conservador do renovador. O cooperativismo dos grandes daqueles dos pequenos. O cooperativismo dos latifundiários daquele dos sem-terra. O cooperativista capitalista, do de perfil socialista ou não-capitalista”. Assim, uma ampla reordenação social é necessária para a atuação efetiva de sociedades cooperativas no Brasil, condizente com suas diferentes práticas socioeconômicas. O cooperativismo brasileiro demanda um maior dinamismo da legislação para viabilizar cooperativas de consumo, trabalho e produção, definindo as normas para as diferentes atuações sociais dos atos cooperativos, em diferentes contextos sócio-econômico-espaciais.

Por sua vez, o marco legal da produção associada autogestionária brasileira conta com as disposições constitucionais desde 1988, que disciplinam a criação de associações e cooperativas sem a interferência estatal, apoiando e estimulando atividades solidárias de economia social. Assim, a Constituição Federal brasileira de 1988 expressa o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo nos termos do inciso 2º, do art.174: “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.” A constituição também estabelece o associativismo e o cooperativismo no âmbito do direito e das garantias fundamentais dispostas no art. 5º, inciso XVIII: “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Afirma a sua legitimidade no inciso XI: “as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou

extrajudicialmente”. E, estabelece a sua regulamentação tributária, pelo disposto no art. 146, inciso III, alínea c: “cabe à lei complementar: [...] III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: [...] c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.” A lei geral do cooperativismo, lei federal nº 5.764/1971, define a política nacional do cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas configuradas como sociedades simples pelo Código Civil brasileiro. Dentre as disposições legais, a lei do cooperativismo institui, por exemplo, um número mínimo de 20 pessoas para formalizar uma cooperativa, mediante a formalização de seu estatuto social, definindo principalmente os parâmetros de funcionamento, o capital social, as quotas-parte e os sistemas de controle e fiscalização exercidos pelos órgãos de administração da cooperativa e por seu conselho fiscal. As normas gerais para as Sociedades Cooperativas estão instituídas nos arts. 1093 a 1096 do Código Civil, que configuram o capítulo VII, “Da Sociedade Cooperativa”.

Além disso, considerando o desenvolvimento socioespacial, com base na produção associada autogestionária, há uma série de instrumentos legais disponíveis para ações socioeconômicas relacionadas à construção civil brasileira: a lei federal nº 4380/64, que trata do Sistema Financeiro da Habitação; a lei federal nº 10.257/2001, que dispõe sobre as diretrizes do Estatuto da Cidade para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; a lei federal nº 11.124/2005, que dispõe acerca das diretrizes da Política Nacional de Habitação, instituindo o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e criando o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); a lei federal nº 11.888/2008, que garante assistência técnica às famílias de baixa renda para fins da construção de interesse social; a lei federal nº 11.977/2009, que institui o Programa Minha Casa Minha Vida; e outros atos normativos do governo federal.

Diante desse conjunto normativo, pode-se supor o interesse público nas formas socioprodutivas autogestionárias para as práticas da economia social no Brasil. Entretanto, a perspectiva do marco legal de referência para a produção associada, apresentado acima, não configurou, por si só, uma cultura produtiva autogestionária correspondente aos avanços sociais que a lei determina.

Nesse sentido, Singer (2005, p.124) aponta, em especial, para a subversão do cooperativismo, a qual favorece a terceirização de mão de obra e a monopolização de segmentos de mercado, com a formação de falsos grupos cooperativos com fins lucrativos e sem os fins sociais em suas estruturas organizacionais. Dessa forma, o autor afirma que o cooperativismo brasileiro carece de instrumentos de regulação para, efetivamente, coibir as

“pseudocooperativas”, que buscam no modelo cooperativista saídas econômicas para a exploração do trabalho e redução de custos de produção, por meio da precarização coletiva do trabalho terceirizado. De fato, estando em um ambiente capitalista, as atividades econômicas sem fins lucrativos, que significariam avanços sociais, podem ser usurpadas a partir dos expedientes de redução ou eliminação das garantias sociais do trabalho, além do emprego formal e da desarticulação das representações sociais de classe.

A chamada flexibilização do mercado de trabalho, que se tem tornado cada vez mais comum nas últimas décadas, também vem subvertendo as formas de produção associada autogestionária em instrumentos para a precarização do trabalho coletivo, retirando garantias sociais do trabalho e emprego formal legalmente estabelecidas. Nesse sentido, Singer (2000a, p.157) destaca uma contradição interna ao cooperativismo, uma vez que está inserido em um contexto socioeconômico capitalista, e é, por vezes, levado à reprodução dessa lógica socioeconômica, tornando-se heterogestionário, hierárquico e promovendo a alienação e divisão social do trabalho com a finalidade de participar do jogo da competitividade no mercado concorrencial. Assim, as práticas não capitalistas podem ser subordinadas aos interesses do capital, pois não são essas formas não capitalistas em si mesmas que garantem práticas sociais autogestionárias, mas, antes, o estabelecimento socioeconômico dessas práticas e a sua reprodução ampliada na vida social e na produção do espaço. Cooperação, solidariedade e reciprocidade como princípios de desenvolvimento socioeconômico não significam necessariamente a correspondência socioproductiva direta a princípios autogestionários autênticos. O simples fato de haver um arranjo produtivo organizado coletivamente não corresponde a possibilidades autônomas e a formas sociais justas, haja vista, como discutido anteriormente, que a produção capitalista é essencialmente produção por cooperação coletiva para a extração de valor-trabalho. Dessa forma, a cooperação submetida aos interesses do capital torna-se uma forma social heterônoma, que afasta a possibilidade da cooperação solidária e redistributiva, afirmando-se a lógica da concentração e da acumulação dos resultados do trabalho alienado e dividido socialmente.

Por outro lado, a representação sociopolítica geral do sistema cooperativista brasileiro encontra-se sistematizada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (2009, p.3), agrupando as diversas sociedades cooperativas brasileiras em 13 ramos econômicos distintos, a saber: *agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer.*

A tabela 4, a seguir, sistematiza o panorama quantitativo desses ramos econômicos do cooperativismo brasileiro, conforme dados fornecidos pela Organização das Cooperativas Brasileiras (2011), compreendendo a análise do período de 2006 a 2011, que representa a série histórica mais recente, identificada na presente pesquisa.

Por sua vez, na tabela 5, a seguir, analiso essa série histórica, apresentando a consolidação dos cálculos de uma análise do quantitativo médio do número de cooperativas, membros associados e empregados, por ramos de atividades econômicas do sistema cooperativista brasileiro organizado pela Organização das Cooperativas Brasileiras. Nessa tabela, apresento os números inteiros da média de variação, no período em destaque de 2006 a 2011, a comparação com o último ano da série histórica (2011) e a indicação percentual e gráfica de crescimento ou retração por segmento econômico na atualidade do setor cooperativista brasileiro.

Dessa forma, o número médio atual do total de cooperativas brasileiras é de 7.243 cooperativas, o que representa uma redução de 657 cooperativas no período de 2006 a 2011, envolvendo nove dos 13 ramos econômicos. Isso significa uma retração global de 9,07% do cooperativismo brasileiro nos últimos anos.

Por sua vez, os segmentos com maior retração foram os ramos de: Trabalho (-34,46%); Especial (-28%); e Habitacional (-25,21%); apresentando também retrações os ramos de Infra-estrutura (-12,63%); Consumo (-10,67%); Educacional (-6,72%); Crédito (-4,44%); Saúde (-3,68%); Agropecuária (-2,68%).

Por outro lado, os outros cinco segmentos demonstram crescimento nos números de cooperativas, indicando o crescimento do cooperativismo nos seguintes ramos econômicos: Mineral (26,22%); Produção (9,87%); Transporte (6,95%); Turismo; e Lazer (4,52%).

Além disso, o número médio total de associados em cooperativas é de 8.374.354 de pessoas, apresentando um aumento de 1.634.481 associados, no período em estudo, o que permitiu a marca histórica, em 2011, de 10.008.835 de cooperados no país.

Esses números indicam um crescimento de 19,52% da base de cooperados. O mesmo ocorre com o número total de empregados, que teve um crescimento de 11,62%, apresentando um número total médio de 265.432 e um aumento de contratações de 30.854 empregos diretos gerados pelas cooperativas.

Tabela 4 - Sistema cooperativista brasileiro organizado por ramos de atividades econômicas da OCB. Dados disponíveis da série histórica de 2006 a 2011.

Cooperativas por ramo de atividades	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agropecuária	1.549	1.544	1.611	1.615	1.548	1.523
Associados	886.076	879.649	968.767	942.147	943.054	969.541
Empregados	123.890	139.608	134.579	138.829	146.011	155.896
Consumo	156	141	138	128	123	120
Associados	2.384.926	2.468.293	2.316.036	2.304.830	2.297.218	2.710.423
Empregados	8.359	8.984	8.813	9.702	9.892	10.968
Crédito	1.102	1.148	1.113	1.100	1.064	1.047
Associados	2.462.875	2.851.426	3.215.866	3.497.735	4.019.528	4.673.174
Empregados	30.396	37.266	38.796	42.802	56.178	33.988
Educacional	327	337	327	304	302	294
Associados	69.786	62.152	57.331	55.838	57.547	51.534
Empregados	2.808	2.913	2.980	3.716	3.349	3.694
Especial	12	12	15	15	12	9
Associados	972	385	531	469	397	393
Empregados	6	13	10	9	14	12
Habitacional	371	381	340	253	242	226
Associados	83.633	98.599	78.983	108.695	101.071	99.474
Empregados	1.153	1.258	1.354	1.406	1.676	1.829
Infra-estrutura	161	147	148	154	141	128
Associados	624.812	627.523	623.431	715.800	778.813	829.331
Empregados	5.462	5.867	5.664	6.045	5.775	6.334

[continuação]

Mineral	45	40	53	58	63	69
Associados	17.628	17.402	19.975	20.031	20.792	58.891
Empregados	83	77	105	103	144	161
Produção	200	208	215	226	235	243
Associados	20.631	11.553	11.931	11.396	11.454	11.500
Empregados	463	1.427	2.442	2.936	3.669	3.605
Saúde	888	919	894	871	852	846
Associados	349.474	245.820	215.755	225.980	246.265	271.004
Empregados	34.738	41.464	47.132	55.709	56.776	67.156
Trabalho	1.874	1.826	1.746	1.408	1.024	966
Associados	413.777	335.286	287.241	260.891	217.127	188.644
Empregados	5.595	6.682	4.997	4.243	3.879	2.738
Transporte	896	945	1.060	1.100	1.015	1.088
Associados	74.976	88.386	90.744	107.109	321.893	143.458
Empregados	5.431	5.363	7.640	8.660	10.787	9.712
Turismo e Lazer	22	24	22	29	31	27
Associados	3.509	1.094	1.116	1.489	1.368	1468
Empregados	31	39	44	30	32	193
Total Cooperativas	7.603	7.672	7.682	7.261	6.652	6.586
Total Associados	7.393.075	7.687.568	7.887.707	8.252.410	9.016.527	10.008.835
Totais Empregados	218.415	250.961	254.556	274.190	298.182	296.286

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Organização das Cooperativas Brasileiras (2011). Disponível em: <http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/140411_apresentacaoinstitucional2010_1.pdf>. Acesso: ago/ 2012.

Tabela 5 - Análise quantitativa média das cooperativas, associados e empregados, por ramos de atividades econômicas do sistema cooperativista brasileiro organizado pela OCB. Dados disponíveis da série histórica de 2006 a 2011.

Cooperativas por ramo de atividades	Média (2006 / 2011)	Comparação (2011 / Média)	Variação (%)	Variação¹⁹ Comportamento
Agropecuária	1565	- 42	- 2,68%	↓
Associados	931.539	38.002	4,08%	↑
Empregados	139.802	16.094	11,51%	↑
Consumo	134	- 14	- 10,67%	↓
Associados	2.413.621	296.802	12,30%	↑
Empregados	9.453	1.515	16,03%	↑
Crédito	1.096	- 49	- 4,44%	↓
Associados	3.453.434	1.219.740	35,32%	↑
Empregados	39.904	- 5.916	- 14,83%	↓
Educacional	315	- 21	- 6,72%	↓
Associados	59.031	- 7.497	- 12,70%	↓
Empregados	3.243	451	13,90%	↑
Especial	13	- 4	- 28,00%	↓
Associados	525	- 132	- 25,07%	↓
Empregados	11	1	12,50%	↑
Habitacional	302	- 76	- 25,21%	↓
Associados	95.076	4.398	4,63%	↑
Empregados	1.446	383	26,49%	↑
Infra-estrutura	147	- 19	- 12,63%	↓
Associados	699.952	129.379	18,48%	↑
Empregados	5.858	476	8,13%	↑

¹⁹ A determinação simbólica da variação no período corresponde à taxa média referente ao período 2006 a 2011 comparado ao último resultado da série (ano de 2011). A simbologia adotada representa as variações como: [↑] crescimento / [↓] retração.

[continuação]

Mineral	55	14	26,22%	↑
Associados	25.787	33.105	128,38%	↑
Empregados	112	49	43,54%	↑
Produção	221	22	9,87%	↑
Associados	13.078	- 1.578	- 12,06%	↓
Empregados	2.424	1.181	48,74%	↑
Saúde	878	- 32	- 3,68%	↓
Associados	259.050	11.954	4,61%	↑
Empregados	50.496	16.660	32,99%	↑
Trabalho	1.474	- 508	- 34,46%	↓
Associados	283.828	- 95.184	- 33,54%	↓
Empregados	4.689	- 1.951	- 41,61%	↓
Transporte	1.017	71	6,95%	↑
Associados	137.761	5.697	4,14%	↑
Empregados	7.932	1.780	22,44%	↑
Turismo e Lazer	26	1	4,52%	↑
Associados	1.674	- 206	- 12,31%	↓
Empregados	62	132	213,82%	↑
Totais Cooperativas	7.243	- 657	- 9,07%	↓
Totais Associados	8.374.354	1.634.481	19,52%	↑
Totais Empregados	265.432	30.854	11,62%	↑

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Organização das Cooperativas Brasileiras (2011). Disponível em: <http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/140411_apresentacaoinstitucional2010_1.pdf>. Acesso: ago/ 2012.

Embora o cooperativismo brasileiro esteja em um cenário de retração global, com redução no quantitativo geral das cooperativas brasileiras, o setor segue aumentando a sua base de associados, o que indica uma perspectiva qualitativa para o fortalecimento das entidades existentes, mais que de crescimento quantitativo do sistema cooperativo.

Ressalto que esses números do cooperativismo fornecidos pela Organização das Cooperativas Brasileiras (2011) estão dispostos de maneira consolidada, o que permite uma análise conjuntural. Contudo, dificulta a análise segmentada das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos respectivos ramos do sistema cooperativo brasileiro. Isso é relevante, sobretudo, para a percepção das interrelações entre os diversos ramos socioeconômicos cooperativistas e da participação de setores complexos como a construção civil nessa ordenação socioeconômica segmentada do cooperativismo brasileiro. Assim, com relação à atuação global da construção civil no sistema cooperativista brasileiro, no conjunto dos 13 ramos socioeconômicos sistematizados pela Organização das Cooperativas Brasileiras (2009, p.3), destaco a participação integral do ramo socioeconômico *habitacional* como também a presença relativa de outras atividades construtivas imobiliárias, infraestruturas e serviços de construção relacionados aos ramos socioeconômicos de *trabalho, produção, consumo e infraestrutura*. Em linhas gerais, o *ramo de habitação* relaciona-se especialmente com a produção de moradias para os próprios associados, mediante a administração de recursos conjuntos para edificar os empreendimentos cooperativos imobiliários. O *ramo de trabalho*, por meio da prestação de serviços de construção em empreendimentos diversos e fornecimento de mão de obra para empresas construtoras. O *ramo econômico de produção*, através do desenvolvimento de produtos e insumos, principalmente para a produção habitacional. O *ramo de consumo*, através de compras coletivas associadas à produção imobiliária. E, por fim, o *ramo de infraestrutura*, por meio da produção de infraestrutura rural, como construção de cisternas, poços e eletrificação.

Dessa forma, coloco em evidência a atuação global das atividades socioeconômicas relacionadas à produção autogestionária na construção civil brasileira, que ultrapassa as atividades do ramo cooperativo habitacional. Nesse sentido, enfatizo que a dispersão das atividades de construção dificulta uma análise mais precisa do comportamento e da amplitude do setor autogestionário da construção civil no sistema cooperativista brasileiro. Assim, tratarei mais adiante de uma outra base de dados, relacionada ao mapeamento da economia social brasileira, que fornecerá dados conjunturais mais precisos acerca da produção associada autogestionária na construção civil brasileira. Essa consideração importa aqui exatamente pela compreensão que ocorre no senso comum e douto da

atuação da construção civil sem fins lucrativos ocorrer apenas no setor habitacional, notadamente para o atendimento das classes média e pobre. Como será demonstrado a seguir, isso não corresponde à amplitude das atividades relacionadas à construção civil no cooperativismo brasileiro, nem tampouco que não seja possível articular desenvolvimento socioeconômico sem os fins lucrativos nos segmentos socioprodutivos da construção civil e suas respectivas atividades imobiliárias, infraestruturas e serviços de construção em geral.

Para tanto, passo a uma breve análise do cooperativismo habitacional brasileiro nesse recorte teórico-prático da investigação crítica desta tese acadêmica.

6.3.2 Cooperativismo habitacional no contexto socioeconômico da produção associada autogestionária brasileira

Segundo informa a Organização das Cooperativas Brasileiras (2012), a inserção das atividades socioprodutivas de produção habitacional no conjunto do cooperativismo brasileiro é ainda muito reduzida, contabilizando 226 entidades em atividade em 2011, conforme registrado na tabela 3, apresentada anteriormente. Nesse contexto, a Organização das Cooperativas Brasileiras (2012) define as cooperativas habitacionais como uma espécie de “consórcios para construção de casas e não cooperativas”, aponta como “característica básica a sua liquidação tão logo seja concluído o projeto habitacional”, como também enfatiza a sua necessidade produtiva para suprir o “déficit habitacional” brasileiro. Dessa forma, no âmbito do sistema cooperativista brasileiro, especialmente as iniciativas de produção cooperativista habitacional não são compreendidas como atividades econômicas típicas dos arranjos socioprodutivos cooperativistas.

Esse pressuposto necessita ser problematizado, uma vez que aponta para noções equivocadas no âmbito dos próprios princípios socioprodutivos cooperativistas e das possibilidades de atuação da produção habitacional no contexto econômico da produção associada autogestionária brasileira. Assim, partindo do pressuposto de que as atividades socioprodutivas das cooperativas habitacionais não são propriamente econômicas, é importante analisar quais tipos de arranjos produtivos “não-econômicos” se desenvolvem no segmento cooperativista de produção habitacional.

Primeiramente, Castelo (1999, p.139) compreende as cooperativas habitacionais no âmbito das associações, analisando o marco legal do cooperativismo habitacional brasileiro e

considerando a peculiaridade da característica social do cooperativismo no contexto do desenvolvimento das atividades econômicas sem fins lucrativos. Assim, a autora esclarece que a atividade de consórcio de bens imóveis não corresponde às atividades próprias de cooperativas habitacionais, por configurar-se em uma prática de administração externa, que é típica das empresas comerciais imobiliárias ou de incorporadoras. Segundo Castelo (1999, p.140), as cooperativas habitacionais caracterizam-se pela reunião socioeconômica das pessoas para acumular solidariamente recursos financeiros capazes de edificar as moradias. Por esse arranjo socioeconômico, as cooperativas habitacionais não possuem um caráter produtivo propriamente dito, mas administrativo dos recursos econômicos adquiridos coletivamente.

Em outras palavras, por esse raciocínio, as cooperativas habitacionais são constituídas para administrar um empreendimento imobiliário, conformando um capital de uso coletivo suficiente para adquirir um terreno e construir as moradias. Dessa forma, as cooperativas habitacionais são consideradas prestadoras de serviços para os próprios membros cooperados, sendo comum ocorrer a construção propriamente dita das moradias por meio da contratação de uma empresa construtora, conforme afirma Castelo.

Em se tratando de Cooperativa Habitacional, os cooperados se unem ou a ela aderem, para juntos conseguirem o que sozinhos não conseguiriam. Assim, visam, com a formação gradativa de poupança conjunta, a obtenção de meios para a aquisição de um imóvel para a sua moradia, a um preço de custo. A Cooperativa, no caso, mediante a contribuição dos cooperados, irá basicamente adquirir o terreno onde se executará a obra, contratar uma Construtora para a sua realização, e posteriormente providenciar a transferência dos imóveis construídos para o nome dos cooperados. A Cooperativa Habitacional presta aos cooperados o serviço de lhes administrar o seu próprio dinheiro, empregando-o na realização de um empreendimento habitacional (CASTELO, 1999, p.140).

Além disso, a construção do empreendimento habitacional cooperativista também pode ser realizada pelo regime de mutirão habitacional. Conforme definem Abiko e Coelho (2006, p.9), os mutirões podem ser de três tipos: *mutirão por gestão institucional*, através de agentes públicos; *mutirão por co-gestão*, envolvendo assessoramento técnico de terceiros; e *mutirão por autogestão*, com o gerenciamento autônomo pelo próprio grupo associado. Em que pese as diferenças sociopolíticas entre os citados arranjos socioprodutivos solidários desenvolvidos a partir da administração cooperada de uma “poupança conjunta” ou por meio de um “mutirão” solidário, prevalece a lógica associativa da mobilização social sobre a lógica econômica cooperativista, de produção sem fins lucrativos. Em ambas modalidades é claro não haver uma economia social conformada para desenvolver economicamente e formalmente a produção habitacional por meio do cooperativismo autogestionário. Especialmente a condição de emergência de provimento de moradias e o ciclo único e

determinado da produção habitacional “embaça” a amplitude econômica dos atos cooperativos realizados pelas associações e cooperativas habitacionais como também as suas potencialidades no campo da economia social para o estabelecimento de outras lógicas socioprodutivas autogestionárias baseadas nos princípios socioeconômicos do cooperativismo. No que concerne ao contexto socioprodutivo da produção associada autogestionária é recorrente esse “embaçamento” conceitual entre as ações sociais e econômicas sem fins lucrativos.

Essa condição está substancialmente relacionada à incompreensão das diferentes personalidades jurídicas das associações e sociedades cooperativas e a imensa informalidade dos grupos associados autogestionários. Dessa forma, as cooperativas habitacionais são recorrentemente percebidas como cooperativas com funções de formar poupança conjunta para o atendimento social, especialmente no que concerne à adequação do modelo da produção associada para permitir coletivamente as aquisições de moradias privadas. Essas premissas associativas ofuscam a amplitude das atividades econômicas sem os fins lucrativos, que são próprias ao cooperativismo. O problema é que tais pressupostos “não econômicos” das cooperativas habitacionais se encontram não apenas no senso comum ou jurídico, mas imersos no próprio sistema cooperativista brasileiro e na formulação das bases de dados científicos.

Por sua vez, esse entendimento das cooperativas habitacionais com funções de utilidade social não-econômica pode ser verificado na pesquisa realizada pelo IBGE em 2005, que mapeia no Brasil as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL). Nesse levantamento, as cooperativas, em geral, são excluídas do conjunto das entidades brasileiras sem fins lucrativos, a partir do argumento “técnico” da sua natureza jurídica empresarial, que se constitui por estruturas “híbridas”, organizadas em caráter social e econômico, desenvolvendo atividades produtivas e econômicas, não apenas atividades sociais. Isso é o que registam as notas técnicas no documento IBGE/FASFIL (2008):

Cabe ressaltar que as sociedades cooperativas não foram incluídas na classificação das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, ou no universo das entidades sem fins lucrativos. Embora sejam estruturas híbridas, as cooperativas se organizam com um objetivo de caráter econômico, visando à partilha dos resultados dessa atividade entre seus membros cooperados. Pela Tabela de Natureza Jurídica as cooperativas são classificadas como entidades empresariais, com natureza jurídica 2. Para maiores informações, consultar o Anexo 2 [Tabela de Natureza Jurídica 2003] (IBGE/FASFIL, 2008, p.12).

Entretanto, contraditoriamente, nessa mesma base de dados IBGE/FASFIL (2008, p. 146), são incluídas as sociedades cooperativas habitacionais, especificamente no grupo

“habitação”, que compreende: “associações responsáveis pelo desenvolvimento, construção, gestão, arrendamento, financiamento, renovação e reabilitação de habitações”; e “sociedades e cooperativas habitacionais”. Observa-se que as atividades relacionadas à habitação pela FASFIL não são eminentemente sociais, mas socioprodutivas e algumas, inclusive, são essencialmente de ordenação econômica. Segundo informa a base de dados IBGE/FASFIL (2008, p.26), o grupo habitação é constituído por 456 entidades, correspondendo a 0,1% do total de entidades sem fins lucrativos do Brasil, o que significa a menor participação dentre o conjunto dos dez grupos de FASFIL classificados pelo IBGE em 2005.

A tabela 6, a seguir, apresenta a consolidação dos dados referentes à produção habitacional sem fins lucrativos, relacionando o quantitativo de entidades por unidades locais, pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações, classificados segundo as respectivas faixas de ano de fundação das entidades sem fins lucrativos relacionadas à produção habitacional.

Tabela 6 – Associações e Cooperativas habitacionais, base de dados IBGE/FASFIL (2008)

Grupo Habitação: Este subgrupo compreende - As associações responsáveis pelo desenvolvimento, construção, gestão, arrendamento, financiamento, renovação e reabilitação de habitações; As sociedades e cooperativas habitacionais.

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de ano de fundação	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1000 R\$)
Habitação	456	308	3.187
Até 1970	6	14	66
1971 a 1980	19	56	815
1981 a 1990	200	33	274
1991 a 2000	126	132	1387
2001 a 2004	75	69	628
2005	30	4	17

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: IBGE/FASFIL (2008, p.72). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/fundacoesprivadas/fundacoes_2005.pdf>. Acesso: ago/ 2012.

Na referida base de dados IBGE/FASFIL (2008), estão excluídas as atividades econômicas sem fins lucrativos exercidas pelas sociedades cooperativas em geral, considerando-as entidades de tipo empresarial. Por outro lado, as atividades econômicas desenvolvidas pelas cooperativas habitacionais estão incluídas e elencadas como atividades sociais no conjunto das atividades da produção habitacional realizada por associações sem fins lucrativos. Cumpre considerar que esse enquadramento das cooperativas habitacionais diferenciado do restante do cooperativismo e qualificado pelos aspectos associativos revela o centro das contradições socioeconômicas, às quais os arranjos socioprodutivos sem fins lucrativos estão submetidos no Brasil.

Dessa forma, são relativizados na produção habitacional os aspectos econômicos envolvidos como financiamentos produtivos, créditos imobiliários, compras coletivas de produtos disponíveis na economia geral e a ativação econômica de cadeias produtivas diretas ou indiretas à construção civil. Além disso, também é desconsiderada na produção cooperativista habitacional a ativação econômica de alternativas socioprodutivas não monetárias, que são típicas da economia social, como permutas e redes de trocas solidárias. Essa condição contradiz a própria produção de bens imobiliários, que representam ativos com benefícios econômicos futuros para as entidades e seus membros cooperados, dentre outros elementos de caráter socioeconômico relacionados à economia autogestionária praticada pelas cooperativas habitacionais.

Em outras palavras, o cooperativismo autogestionário para a produção da habitação é frequentemente reduzido em sua abrangência socioeconômica ao atendimento mutualista de pequenos grupos autônomos ou ao atendimento emergencial de demandas não econômicas de interesse social. Nesse sentido, a noção das cooperativas habitacionais como entidades para a promoção da assistência social é recorrente, o que as situa fora do contexto produtivo das atividades econômicas do sistema cooperativista brasileiro. Assim, as cooperativas de habitação apresentam um caráter não econômico no sistema cooperativo brasileiro. Normalmente, adequam-se a um regime socioeconômico associativo mutualista de nível informal ou doméstico, que não desenvolve, paralelamente às atividades de construção habitacional, por exemplo, a produção de bens de produção, insumos e a prestação de serviços de construção intercooperativa. Ou seja, o ciclo produtivo usualmente adotado no sistema cooperativo habitacional está configurado para que a produção fique encerrada em um ciclo único e pontual para gerar benefícios que são consumíveis aos próprios cooperados. Diante disso, enfatizo que considero as cooperativas de habitação como associações mutualistas, e não cooperativas socioeconômicas propriamente ditas.

Em suma, no tocante às implicações socioeconômicas, as atividades produtivas das cooperativas habitacionais, em geral, são fragmentárias e com a orientação socioeconômica voltada para as atividades de subsistência que não permitem constituir, por essa base mutualista, uma economia própria do cooperativismo, adequada à reprodução socioprodutiva autogestionária em suas finalidades sociais e econômicas concomitantes. De fato, as associações e cooperativas habitacionais desenvolvem suas atividades econômicas de maneira doméstica, fragmentada e dispersa, o que não contribui para uma percepção econômica da produção cooperativista habitacional no âmbito do sistema cooperativista brasileiro. Assim, geralmente as cooperativas habitacionais são compreendidas como organizações mutualistas, em uma forma especial de assistência social, o que conduz à inobservância das características socioeconômicas próprias das sociedades cooperativas, inerentes à sua configuração formal como categoria econômica da economia social.

Por outro lado, é importante enfatizar que as associações e cooperativas habitacionais representam apenas uma parcela do conjunto global da produção associada autogestionária que desenvolve atividades de construção civil sem fins lucrativos relacionadas à economia social brasileira.

Assim, passo à delimitação e análise crítica dos empreendimentos econômicos solidários relacionados à construção civil, para uma melhor compreensão da atuação da produção associada autogestionária de construção civil no conjunto da economia social brasileira.

6.4 Produção associada autogestionária na construção civil brasileira

Para realizar uma análise substancial do conjunto da produção associada autogestionária de construção civil que atua sob a lógica da economia social, deparei-me com uma enorme dificuldade para a consecução de um levantamento quantitativo com dados precisos e representativos desse específico contexto socioprodutivo sem fins lucrativos. Por sua vez, a insuficiência de dados quantitativos foi minimizada pela obtenção de dados da plataforma Farejador da Economia Solidária, disponível no sítio eletrônico do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2012). Esse fórum está organizado pela Rede de Gestores em Economia Solidária, com cobertura nacional por meio de em 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, que envolvem cerca de 3.000 empreendimentos de economia social, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios.

O Farejador da Economia Solidária é uma ferramenta de busca eletrônica de informações sobre o comportamento da economia social brasileira, baseado nos produtos e serviços oferecidos ou consumidos pelos empreendimentos econômicos solidários no país. Para tanto, essa ferramenta utiliza o banco de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto pelos dados fornecidos pelo mapeamento da economia solidária, realizado pela SENAES, no ano de referência de 2007. Em linhas gerais, esse mecanismo eletrônico de busca filtra os empreendimentos, produtos, serviços e insumos que estão consolidados no Atlas da Economia Solidária no Brasil (2009), descrito anteriormente. Com isso, torna-se possível uma análise direcionada a um determinado segmento econômico ou atividade produtiva, como no caso desta pesquisa por empreendimentos autogestionários de construção civil. Ressalto ainda não haver outra base de dados pública disponível e que ofereça dados confiáveis para confrontar a presente análise quantitativa dos empreendimentos econômicos solidários que desenvolvem atividades de construção civil.

Apesar de o farejador da economia solidária permitir uma certa margem de segurança com relação à veracidade dos dados, por basear-se no mapeamento da economia social brasileira, consolidado no Atlas da Economia Solidária no Brasil (2009), a filtragem dessas informações apresenta a ocorrência de dados inconsistentes com relação às atividades típicas de empreendimentos que inúmeras vezes não se destinam aos produtos ou insumos relacionados. Além disso, há várias atividades relacionadas a termos genéricos como “prestação de serviços”, que não informam a natureza dos serviços prestados, nem o grau de sua especialização, nem a qual ramo econômico os empreendimentos de economia social se referem principalmente.

Dessa forma, adotei o Farejador como uma base de dados brutos e, por meio dos dados fornecidos por essa metabusca, baseada nas palavras chave, “construção”, “arquitetura” e “urbanização”, selecionei criteriosamente os empreendimentos econômicos solidários relacionados e investiguei, com base nos nomes dos empreendimentos, produtos, serviços e insumos, quais seriam as atividades típicas e quais tipos de inserções ocorreriam na construção civil autogestionária. E, por fim, defini sete categorias de atividades de construção civil na economia social brasileira, agrupando um total de 62 empreendimentos afins nas respectivas áreas de atuação principal: assessoria técnica; consumo coletivo; produção de infraestrutura; produção de insumos; construção habitacional; prestação de serviços de construção; e redes autogestionárias.

Assim, os empreendimentos agrupados na categoria *assessoria técnica* referem-se às atividades de assessoria e assistência técnica de construção civil, principalmente em projetos de arquitetura, urbanismo, engenharia e administração de obras de construção civil. Nesse grupo, encontram-se três entidades atuando nas áreas urbanas e rurais na região sudeste e sul do país.

Os empreendimentos agrupados na categoria *consumo coletivo* referem-se às atividades de cooperativas de consumo, associadas à produção habitacional. Nesse grupo, encontra-se uma cooperativa atuando no Distrito Federal.

Os empreendimentos agrupados na categoria *produção de infraestrutura* referem-se às atividades de produção de infraestrutura rural relacionadas à construção de cisternas, reservatórios de água e eletrificação, por meio de fundos rotativos solidários. Nesse grupo, encontram-se três cooperativas atuando na região nordeste e sul do país.

Os empreendimentos agrupados na categoria *produção de insumos* referem-se às atividades de produção de insumos convencionais e alternativos de construção, voltados em especial para a utilização na produção habitacional. Nesse grupo, encontram-se duas cooperativas atuando no segmento de pavimentação, fundações e alvenarias, oferecendo alternativas de pedras e tijolos de cinza-cal, atuando na região sul do país.

Os empreendimentos agrupados na categoria *produção habitacional* referem-se às atividades de construção de moradias, qualificação profissional e prestação de serviços de construção. Nesse grupo, encontram-se 20 cooperativas atuando nas áreas urbanas e rurais, dispersas em todo o território nacional.

Os empreendimentos agrupados na categoria *prestação de serviços de construção* referem-se às atividades de construção, manutenção e reformas prediais, por meio de prestação de serviços, coordenação administrativa, instalação técnica e tecnológica, serviços gerais, acabamentos de construção, produtos mobiliários instalados e recuperação ambiental. Nesse grupo, encontram-se 32 empreendimentos atuando em todo o território nacional.

Os empreendimentos agrupados na categoria *redes autogestionárias* referem-se às atividades de construção, corte e costura, culinária, serviços gerais, articulados em rede de colaboração solidária. Nesse grupo, encontra-se uma rede solidária que atua na cidade do Rio de Janeiro.

A listagem completa dos empreendimentos econômicos solidários de construção civil no Brasil levantados por esta pesquisa encontram-se sistematizados nos quadros a seguir, organizados segundo as respectivas áreas de atuação principal dos empreendimentos, conforme descrito acima.

**Quadro 2 – Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil:
Área de atuação principal: Assessoria Técnica**

Nº	Empreendimentos	Atuação	Produtos/ Serviços oferecidos	Insumos	Cidade	UF
1	USINA – Centro de trabalhos para o ambiente habitado	Assessoria Técnica / Construção Civil	Assessoria a Projetos e Administração de Construção	Material de Escritório, Serviços de Transporte	São Paulo	SP
2	Canteiro – Cooperativa de Construção	Assessoria Técnica / Construção Civil	Assessoria a Projetos e Administração de Construção	Cimento, Ferramentas, Madeira	São Paulo	SP
3	Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares Três Estados do Sul	Assessoria Técnica / Construção Civil	Assessoria a Projetos e Administração de Construção	Outros (não classificados)	São Lourenço do Sul	RS

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Farejador da Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Base de dados: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/farejador>>. Acesso em: ago. 2012.

**Quadro 3 – Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil:
Área de atuação principal: Consumo Coletivo**

Nº	Empreendimentos	Atuação	Produtos/ Serviços oferecidos	Insumos	Cidade	UF
1	Cooperativa de Habitação e de Consumo Núcleo Bandeirante	Consumo / Produção Habitacional	Emprego, Operações Financeiras, Prestação de Serviços	Areia, Cimento, Materiais de Construção	Núcleo Bandeirante	DF

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Farejador da Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Base de dados: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/farejador>>. Acesso em: ago. 2012.

**Quadro 4 – Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil:
Área de atuação principal: Produção de Infraestrutura**

Nº	Empreendimentos	Atuação	Produtos/ Serviços oferecidos	Insumos	Cidade	UF
1	Associação Comunitária do Gravatá	Infraestrutura Rural	Fundos rotativos, Móveis	Cimento, Materiais de construção, Sementes	Queimadas	PB
2	Associação do Lutador – Fundo Rotativo de Cisternas	Infraestrutura Rural	Fundos rotativos	Cimento, Ferro, Materiais de construção	Queimadas	PB
3	CERVALE – Cooperativa Eletrificação Rural Vale Itajaí	Infraestrutura Rural	Manutenção de redes elétricas	Materiais de construção	Santa Maria	RS

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Farejador da Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Base de dados: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/farejador>>. Acesso em: ago. 2012.

**Quadro 5 – Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil:
Área de atuação principal: Produção de Insumos**

Nº	Empreendimentos	Atuação	Produtos/ Serviços oferecidos	Insumos	Cidade	UF
1	CMCC – Cooperativa de Moradias Construção Comunitária	Produção de Insumos / Produção Habitacional	Produção de Tijolo Cinza-Cal	Areia, Cal, Cinzas	Rio Grande	RS
2	Cooperativa de Produção de Cortadores de Pedras e Calceteiros de Concórdia e Região	Produção de Insumos / Serviços de Construção	Materiais de construção, Pavimentação	Pedras preciosas, Paralelepípedo	Concórdia	SC

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Farejador da Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Base de dados: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/farejador>>. Acesso em: ago. 2012.

**Quadro 6 – Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil:
Área de atuação principal: Produção Habitacional**

Nº	Empreendimentos	Atuação	Produtos/ Serviços oferecidos	Insumos	Cidade	UF
1	Associação dos Sem Moradia do Recanto das Emas	Produção Habitacional	Moradia	Materiais de construção	Samambaia	DF
2	Associação Casa da Gente	Produção Habitacional	Emprego, Operações financeiras, Prestação de serviços	Areia, Cimento, Materiais de construção	Taguatinga	DF
3	Associação Comunitária com Geração de Emprego e Moradia	Produção Habitacional	Moradia, Taxas administrativas	Cimento, Materiais de construção, Telha	Brasília	DF
4	Cooperativa de Habitação de Ceilândia	Produção Habitacional	Moradia	Areia, Cimento, Materiais de construção	Ceilândia	DF
5	Cooperativa de Moradia Unidas do DF	Produção Habitacional	Moradia, Taxas administrativas	Cimento, Materiais de construção, Telha	Taguatinga	DF
6	Cooperativa Habitacional Candanga do Setor O	Produção Habitacional	Moradia, Taxas administrativas	Cimento, Materiais de construção	Ceilândia	DF
7	Cooperativa Habitacional da Expansão de Samambaia	Produção Habitacional	Moradia	Areia, Cimento, Materiais de construção	Samambaia	DF
8	Cooperativa de Habitação dos Trabalhadores de Santo Ângelo	Produção Habitacional	Materiais de construção	Concessão de crédito	Santo Ângelo	RS
9	Cooperativa Integral da Habitação Popular de Vacaria	Produção Habitacional	Moradia	Materiais de construção	Vacaria	RS
10	Cooperativa Habitacional e Mista de Ipubiíba	Produção Habitacional / Agricultura Familiar	Materiais de construção, Hortaliças	Barro, Cimento, Ferro	São Gonçalo	RJ

[continuação]

11	Associação Habitacional das Mulheres Unidas do Guará	Produção Habitacional / Qualificação Profissional	Moradia, Curso de corte e costura, Informática,	Materiais de construção, Cimento, Telha	Guará	DF
12	Cooperativa dos Trabalhadores Múltiplos e Serviços do Estado do Piauí	Produção Habitacional / Qualificação Profissional	Materiais de construção, Formação	Areia, Apostilas	Teresina	PI
13	Cooperativa de Mão de Obra Alternativa	Produção Habitacional / Qualificação Profissional	Materiais de construção	Areia, Armações em ferro Cimento	Balneário Camboriú	SC
14	Cooperativa Habitacional de Produção de Artesanato e Trabalho	Produção Habitacional / Serviços de Construção	Cama, mesa e banho, Bolsas, Materiais de construção	Cimento, Despesas administrativas, Tecidos	Recanto das Emas	DF
15	Cooperativa Habitacional de Taguatinga e Riacho Fundo DF	Produção Habitacional / Serviços de Construção	Moradia, Prestação de serviços	Cimento, Materiais de construção, Telha	Taguatinga	DF
16	Cooperativa Habitacional e de Consumo do Paranoá	Produção Habitacional / Serviços de Construção	Emprego, Operações financeiras, Prestação de serviços	Areia, Cimento, Materiais de construção	Paranoá	DF
17	Cooperativa Habitacional Solidária do Gama	Produção Habitacional / Serviços de Construção	Emprego, Operações financeiras, Prestação de serviços	Areia, Cimento, Materiais de construção	Gama	DF
18	Cooperativa Profissionais da Construção Civil	Produção Habitacional / Serviços de Construção	Moradia	Areia, Cimento, Ferro	Natividade	RJ
19	Cooperativa Mista de Habitação e Serviço	Produção Habitacional / Serviços de Construção	Materiais de construção	Não Informado	São Leopoldo	RS
20	Cooperativa Nacional da Habitação e Construção	Produção Habitacional / Serviços de Construção	Lotes, Infra-estrutura, Moradia	Bloco cerâmico, Concreto, Ferro	Americana	SP

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Farejador da Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Base de dados: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/farejador>>. Acesso em: ago. 2012.

**Quadro 7 – Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil:
Área de atuação principal: Prestação de Serviços de Construção**

Nº	Empreendimentos	Atuação	Produtos/ Serviços oferecidos	Insumos	Cidade	UF
1	Associação Habitar	Serviços de Construção	Emprego, Operações financeiras, Prestação de serviços	Areia, Cimento, Materiais de construção	Taguatinga	DF
2	Associação João de Barro	Serviços de Construção	Emprego, Operações financeiras, Prestação de serviços	Areia, Cimento, Materiais de construção	Samambaia	DF
3	Associação Morada Nova	Serviços de Construção	Emprego, Operações financeiras, Prestação de serviços	Areia, Mão-de- obra, Materiais de construção	Gama	DF
4	Associação na Luta Inquilina à Moradia	Serviços de Construção	Emprego, Operações financeiras, Prestação de serviços	Areia, Mão-de- obra, Materiais de construção	Riacho Fundo	DF
5	Associação Qualidade de Vida	Serviços de Construção	Emprego, Operações financeiras, Prestação de serviços	Areia, Mão-de- obra, Materiais de construção	Samambaia	DF
6	Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil	Serviços de Construção	Materiais de construção	Areia, Materiais de construção, Pedras	Parintins	AM
7	Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil de Uberlândia	Serviços de Construção	Barracão, Casas, Prédio	Cimento, Tijolo, Tinta	Uberlândia	MG
8	COOPREDI – Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Manutenção Reformas Predias	Serviços de Construção	Materiais de construção	Areia, Bloco cerâmico, Cimento	Salvador	BA

[continuação]

9	Cooperativa de Construção Civil e Afins	Serviços de Construção	Materiais de construção	Cimento, Telha Materiais de construção,	Marabá	PA
10	Cooperativa de Serviços Na Área de Construção	Serviços de Construção	Instalações elétricas	Peças eletrônicas	Recife	PE
11	Associação Unidos Podemos Vencer	Serviços de Construção	Construção civil	Outros (não classificados)	Doutor Ulysses	PR
12	Cooperativa Comunitária de Construção Civil de Niterói	Serviços de Construção	Reformas em imóveis	Cimento, Ferramentas, Pedras preciosas	Niterói	RJ
13	Cooperativa de Trabalho Constrói Fácil	Serviços de Construção	Coordenação administrativa, Mão-de-obra	Areia, Cimento, Materiais de construção	Rio de Janeiro	RJ
14	Cooperativa dos Profissionais da Construção Civil e Serviços Complementares	Serviços de Construção	Outros (não classificados)	Outros (não classificados)	Rio das Ostras	RJ
15	Cooperativa de Construção Civil Casa Nova	Serviços de Construção	Prestação de serviços	Aluguel da sede, Despesas administrativas, Terra	Chapecó	SC
16	Cooperativa de Trabalhadores na Construção Civil de Jaraguá do Sul	Serviços de Construção	Administração de obras, Materiais de construção	Máquinas, ferramentas e ferragens	Jaraguá do Sul	SC
17	Cooperativa de Trabalho da Construção Civil de Embu	Serviços de Construção	Materiais de construção	Despesas administrativas, Taxas e impostos	Embu	SP
18	Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil de Campinas	Serviços de Construção	Materiais de construção, Reformas em imóveis	Areia, Brita, Materiais de construção	Campinas	SP
19	Cooperativa Prestação de Serviços na Área de Construção Civil	Serviços de Construção	Artesanato, Materiais de construção, Manutenção	Aluguel da sede, Despesas administrativas, Energia elétrica, Terra	São Bernardo do Campo	SP
20	Coopprofis Cooperativa de Construção Civil	Serviços de Construção	Assessoria e consultoria, Materiais de construção	Aluguel da sede, Despesas administrativas, Terra, Serviços de transporte	São Bernardo do Campo	SP

[continuação]

21	Cooperativa de Trabalho e de Prestação de Serviços de Simões Filho	Serviços de Construção / Recuperação Ambiental	Materiais de construção Formação	Areia, Cimento	Simões Filho	BA
22	COOPRESERH – Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Construção Civil de Hortolândia	Serviços de Construção / Recuperação Ambiental	Materiais de construção, Reformas em imóveis	Água, Aluguel da sede, Energia elétrica, Terra	Hortolândia	SP
23	Associação dos Marceneiros Silva e Silva	Serviços de Construção / Mobiliário / Acabamentos	Cama, mesa e banho, Materiais de construção, Móveis	Madeira, Energia elétrica, Outros (não classificados)	Beruri	AM
24	Carpintaria João Mira Barbosa	Serviços de Construção / Mobiliário / Acabamentos	Materiais de construção, Pinturas diversas	Madeira	Macapá	AP
25	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomo do Itapuã	Serviços de Construção / Serviços Gerais	Tecidos, Materiais de construção, Lajotas e artefatos de cimento	Cimento	Paranoá	DF
26	Central de Trabalhadores Autônomos	Serviços de Construção / Serviços Gerais	Materiais de construção, Instalações elétricas	Aviamentos para costura, Máquinas, ferramentas e ferragens	Belém	PA
27	Cooperativa Mutiprofissional de Prestação de Serviços da Paraíba	Serviços de Construção / Serviços Gerais	Materiais de construção, Outros (não classificados)	Mão de obra construção civil, serviços industriais	Campina Grande	PB

[continuação]

28	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos em Cargas, Descargas e Limpeza	Serviços de Construção / Serviços Gerais	Descarga de mercadorias, Construção civil, Limpeza	Outros (não classificados)	Lajeado	RS
29	COONSTRULIMPA – Cooperativa Canoense de Construção e Limpeza	Serviços de Construção / Serviços Gerais	Materiais de construção, Lavagem de roupas	Despesas administrativas	Canoas	RS
30	Cooperativa de Prestação de Serviços União	Serviços de Construção / Serviços Gerais	Materiais de construção, Jardinagem, Transporte de cargas	Mão-de-obra	Ibirubá	RS
31	União Cooperativa de Serviços	Serviços de Construção / Serviços Gerais	Tecidos, Materiais de construção, Serigrafia	Tecidos, Mão-de-obra	Ijuí	RS
32	Cooperativa de Trabalho Força da Lua Brilhante	Serviços de Construção / Serviços Gerais	Materiais de construção, Lavagem de roupas, instalação de fibra óptica	Despesas administrativas, Taxas e impostos	São Paulo	SP

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Farejador da Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Base de dados: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/farejador>>. Acesso em: ago. 2012.

Quadro 8 – Empreendimentos Econômicos Solidários de Construção Civil no Brasil:
Áreas de atuação principal: Redes Autogestionárias

Nº	Empreendimentos	Atuação	Produtos/ Serviços oferecidos	Insumos	Cidade	UF
1	RCS – Rede Centrais de Serviços	Rede de Serviços	Construção, Corte e Costura, Culinária e Serviços Gerais	Materiais de construção, Mão-de-obra, Tecidos, Tinta	Rio de Janeiro	RJ

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Farejador da Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Base de dados: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/farejador>>. Acesso em: ago. 2012.

Com relação ao comportamento socioespacial desse conjunto de empreendimentos de economia social na construção civil brasileira, é importante retomar a discussão anterior, que compara o mapa 1 (economia social) com o mapa 2 (densidade econômica). Nesses mapas, observa-se uma inversão espacial entre a ocupação territorial dos empreendimentos econômicos solidários brasileiros e a densidade econômica por município. Dessa forma, ressalto que o mapa 1 (economia social), apresentando o mapeamento geral da economia solidária brasileira, demonstra uma maior ocorrência dos empreendimentos econômicos solidários na região norte, nordeste e centro-oeste, visivelmente perceptível na espacialização dos empreendimentos econômicos solidários brasileiros por sua frequência de ocorrência e concentração quantitativa desses empreendimentos autogestionários nesses territórios. Em outras palavras, os empreendimentos econômicos solidários estão onde o capital não está. O que significa, de fato, uma economia praticada à margem da economia geral e, conseqüentemente, disponível aos setores populares, que, de fato, não participam da economia geral e presente nas regiões menos urbanizadas do país.

Todavia, o mapa 3, a seguir, demonstra que os empreendimentos econômicos solidários relacionados à construção civil não se comportam tipicamente como os demais segmentos da economia social no Brasil. A espacialização dos empreendimentos econômicos solidários relacionados à construção civil, conforme representa o mapa 3 adiante, revela que esses empreendimentos possuem uma concentração maior na região sul e sudeste, também presentes na região nordeste e centro-oeste e, com baixa incidência, na região norte.²⁰

Por sua vez, o mapa 4, que superpõe o mapa 1 (economia social) ao mapa 3 (empreendimentos econômicos solidários de construção civil), demonstra essa característica de os empreendimentos autogestionários de construção civil localizarem-se nas áreas de menor ocorrência do conjunto da economia social brasileira. Essa constatação informa que os empreendimentos econômicos solidários de construção civil não seguem o comportamento padrão da ocupação territorial do mapeamento geral da economia social brasileira. Isso indica uma grande desarticulação dos empreendimentos econômicos solidários de construção dos demais segmentos da economia social. Assim, o mapa 5, que superpõe o mapa 3 (empreendimentos econômicos de construção civil) ao mapa 2 (densidade econômica), demonstra visualmente essas considerações.

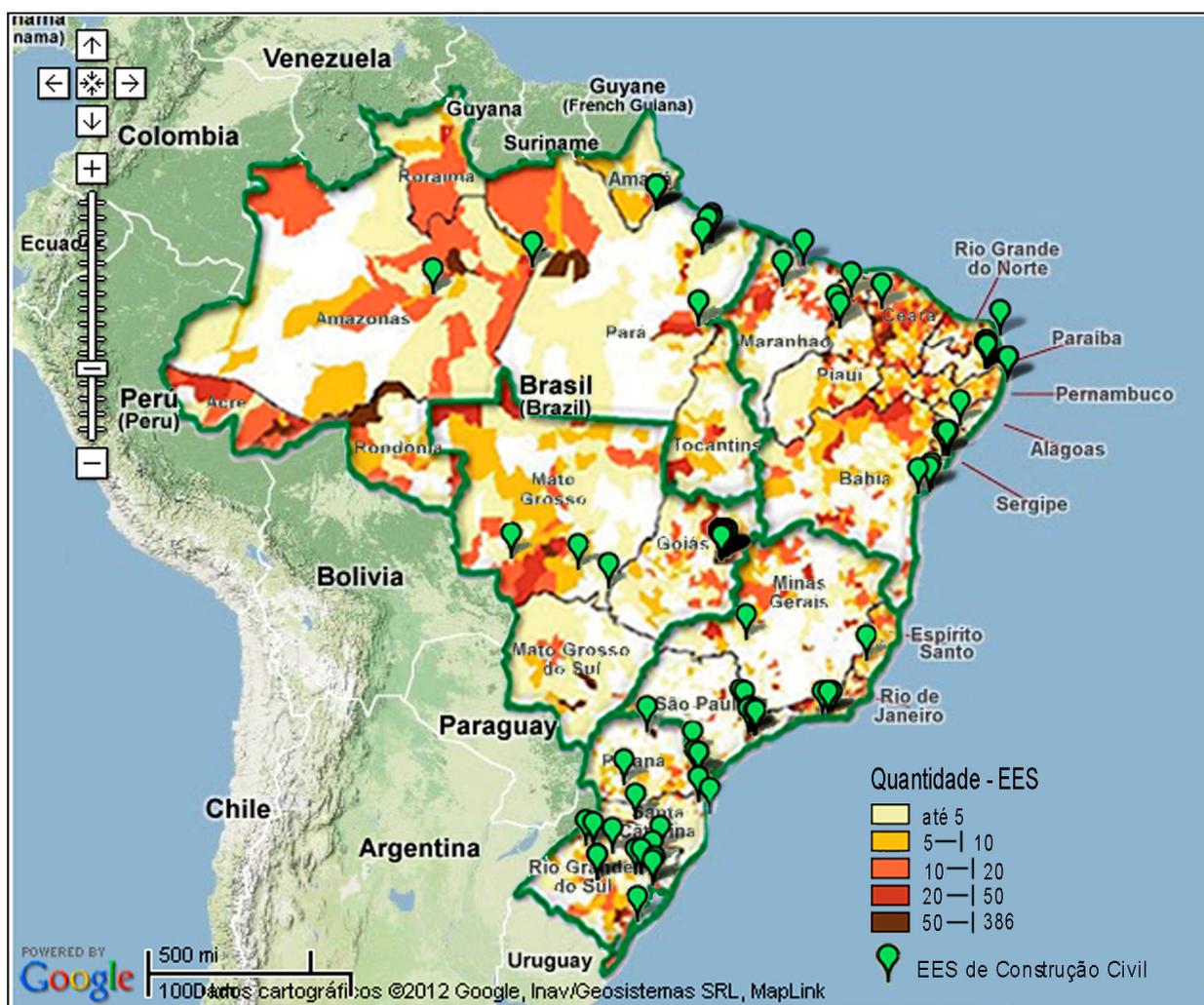
²⁰ Além de fornecer os dados relacionados às atividades dos empreendimentos econômicos solidários atuais, o farejador da economia solidária possui uma ferramenta de produção cartográfica georreferenciada, que utiliza a base pública do sistema eletrônico Google para fornecer dados espacializados dos respectivos empreendimentos econômicos solidários brasileiros.

Mapa 3 – Espacialização dos empreendimentos econômicos solidários, relacionados às atividades de construção civil no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Farejador da Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Base de dados: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/farejador>>. Acesso em: ago. 2012.

Mapa 4 – Espacialização dos empreendimentos econômicos solidários de construção civil, superpostos ao mapeamento da economia social brasileira



Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Atlas da Economia Solidária no Brasil, (2009). Farejador da Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Base de dados: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fb.es.org.br/farejador>>. Acesso em: ago. 2012.

Mapa 5 – Espacialização dos empreendimentos econômicos solidários de construção civil, superpostos ao mapeamento da densidade econômica brasileira



Fonte: Elaborado pelo autor, 2012. Referência: Mapa Densidade Econômica 2006, IBGE/Atlas Nacional do Brasil Milton Santos (2010a, p.204). Farejador da Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Base de dados: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/farejador>>. Acesso em: ago. 2012.

Dessa forma, é possível supor uma forte correlação entre os empreendimentos econômicos solidários de construção civil e a economia capitalista dominante. Mesmo que os empreendimentos autogestionários de construção civil não estejam praticando uma economia capitalista propriamente dita, seu comportamento territorial representa uma clara submissão desses empreendimentos à dominação socioespacial do capital. Obviamente a atração populacional para essas áreas e as demandas construtivas promovidas pelo próprio desenvolvimento econômico ordenado pelo capital configuram um volume de demandas sociais por construção do qual os empreendimentos autogestionários de construção civil participam em suas práticas socioeconômicas.

Por outro lado, é importante considerar também que, do ponto de vista macroespacial, os empreendimentos econômicos solidários de construção civil participam da lógica de intensificação da urbanização brasileira nas áreas relacionadas ao desenvolvimento econômico do país. Isso significa que a produção da construção civil autogestionária não está produzindo uma outra realidade socioespacial, mas atuando em complementariedade conexa à produção capitalista do espaço. Na dinâmica da economia geral, a construção civil possui um papel central no ciclo de reprodução do capital, como apresentado anteriormente. O atendimento das demandas sociais por construção é dominado pelas atividades de iniciativa privada, com a finalidade de obter lucro, e, por sua vez, configurados por meio de arranjos socioprodutivos heterogestionários. Nesse contexto, as atividades produtivas que pressupõem uma base econômica redistributiva são dificultadas e limitadas, apesar da imensa amplitude social das demandas construtivas e sua essencialidade na vida cotidiana. Assim, paradoxalmente, o atendimento das demandas sociais por construção por meio de iniciativas de produção associada é ainda muito pequeno e se localiza em poucos empreendimentos econômicos solidários autogestionários.

Para ilustrar a diversidade desse cenário da produção associada autogestionária da construção civil na economia social, destaco a seguir alguns empreendimentos autogestionários em atuação no Brasil. Com suas iniciativas econômicas, sociais e territoriais, esses empreendimentos ultrapassam as próprias demandas socioconstrutivas por produtos e serviços de construção a que se propõem realizar, em modelos alternativos, que articulam inserções socioespaciais relevantes para a configuração de uma outra dinâmica no desenvolvimento sócio-econômico-espacial baseada em autogestão produtiva e territorial. Dessa forma, detaco os seguintes empreendimentos autogestionários como possíveis multiplicadores da produção associada autogestionária da construção civil no sistema da economia social brasileira e, por extensão, sul-americana:

USINA, Centro de trabalhos para o ambiente habitado (2012) é um coletivo de arquitetura autogestionário que atua há 20 anos em assessoria técnica a projetos arquitetônicos, planejamento urbano, obras de construção civil, mobilização de recursos públicos e formação de cooperativas de trabalho na organização de movimentos sociais para reforma urbana, por meio de práticas autogestionárias. A USINA contabiliza a participação na concepção e execução de mais de 4.300 unidades habitacionais, centros comunitários, escolas e creches em espaços urbanos e rurais especialmente em São Paulo e no Paraná.

Fotografia 1 – Comuna Urbana Dom Helder Câmara: primeiro assentamento urbano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Financiamento: Prefeitura Municipal de Jandira, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal. Jandira/SP.



Fonte: Sítio eletrônico da USINA, Centro de trabalhos para o ambiente habitado. Disponível em: <<http://www.usinactah.org.br/index.php?s/--comuna-urbana-d-helder-camara/>>. Acesso: out. 2012.

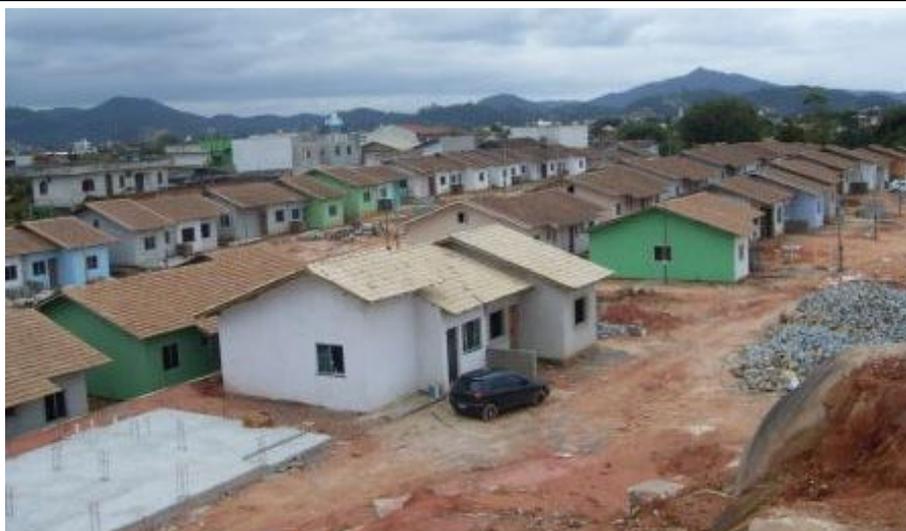
Fotografia 2 – Comuna Urbana Dom Helder Câmara: projeto contendo 128 moradias, espaços de convívio, produção e trabalho autogestionário. Jandira/SP



Fonte: Sítio eletrônico da USINA, Centro de trabalhos para o ambiente habitado. Disponível em: <<http://www.usinactah.org.br/index.php?s/--comuna-urbana-d-helder-camara/>>. Acesso: out. 2012.

CMOA, Cooperativa de Mão de Obra Alternativa (2012), surge da Associação Habitacional Brasil Cidadão e, com o apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador para fomento da qualificação profissional, desenvolve o programa “Aprender Fazendo”. Em convênio com a Universidade Federal de São Carlos e cursos de arquitetura, engenharia civil e elétrica, posteriormente este programa é ampliado a 23 cidades de Santa Catarina, através do Sistema Nacional de Emprego.

Fotografia 3 – Cooperativa de Mão de Obra Alternativa: panorama do canteiro de obras do Condomínio Florestan Fernandes. Camboriú/SC



Fonte: Sítio eletrônico da Associação Habitacional Brasil Cidadão. Disponível em: <<http://ahbc.com.br/images/stories/florestan18.jpg>>. Acesso: out. 2012.

Fotografia 4 – Cooperativa de Mão de Obra Alternativa: cooperados no canteiro do Condomínio Social Florestan Fernandes, Camboriú/SC



Fonte: Sítio eletrônico da Associação Habitacional Brasil Cidadão. Disponível em: <http://ahbc.com.br/images/stories/fotos_florestan/dscf1081.jpg>. Acesso: out. 2012.

CMCC, Cooperativa de Moradia e Construção Comunitária, segundo Torrada et al. (2004, p.4), produz insumos para a produção habitacional, a partir do desenvolvimento da tecnologia tijolo cinza-cal, produzido com resíduos de carvão mineral. por meio de um processo de fabricação sem queima, prensado a frio. O desenvolvimento dessa tecnologia ocorreu em um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande, que contribuiu para a fabricação de tijolos ecológicos, desenvolvimento de tecnologia de construção de alvenaria no sistema construtivo modular e gestão cooperativa. Essa ação autogestionária atua na localidade de Rio Grande e cidades vizinhas no Rio Grande do Sul.

Fotografia 5 – Cooperativa de Moradia e Construção Comunitária: produção de tijolos cinza-cal. Rio Grande/RS



Fonte: Divulgação do projeto cinza-cal, Galeria de fotos. Disponível em: <http://www.cgtee.gov.br/sitenovo/images/comp_galeriafotos/secao47_1.JPG>. Acesso: out. 2012.

Fotografia 6 – Cooperativa de Moradia e Construção Comunitária: construção de habitação com tijolos cinza-cal. Rio Grande/RS



Fonte: Coletânea Habitare, Utilização de Resíduos na Construção Habitacional. Disponível em: <<http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/131.pdf>>. Acesso: out. 2012.

Cooperativa Constrói Fácil (2012), Cooperativa de trabalho da construção civil que presta serviços para a produção de moradias. Apropriação efetiva de tecnologias sociais sustentáveis por grupos populares organizados, envolvendo capacitação de cooperativas populares, adoção de tecnologias sustentáveis de baixo custo, disseminação de soluções sustentáveis para grupos de trabalho em habitação popular nas localidades de Taquara e Jacarepaguá, zona oeste do Rio de Janeiro.

Fotografia 7 – Cooperativa Constrói Fácil: prestação de serviços de construção. Jacarepaguá/RJ



Fonte: Sítio eletrônico da Cooperativa de Trabalho Constrói Fácil. Disponível em: <<http://coopconstroifacil.wordpress.com/author/coopconstroifacil/>>. Acesso: out. 2012.

Fotografia 8 – Cooperativa Constrói Fácil: cooperados. Jacarepaguá/RJ



Fonte: Sítio eletrônico da Cooperativa de Trabalho Constrói Fácil. Disponível em: <<http://coopconstroifacil.wordpress.com/author/coopconstroifacil/>>. Acesso: out. 2012.

RCS, Rede Centrais de Serviços (2012), rede de serviços autogestionários de construção, corte e costura, culinária e serviços gerais, que atua por meio da configuração de uma central localizada na capital do Rio de Janeiro, que agrupa cooperativas singulares, atuando nas localidades de Oswaldo Cruz, Penha e Rocinha no município do Rio de Janeiro e na região metropolitana no Jardim Primavera, cidade de Duque de Caxias; e em Itaúna, no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro. A central cuida da intermediação entre o contratante e a cooperativa contratada, agenciando os contratos de prestação de serviço e fiscalizando a qualidade dos serviços prestados. Além disso, é importante considerar que essa rede autogestionária constitui uma complexa trama social atenta às demandas locais e suas relações sócio-econômico-espaciais na produção associada autogestionária.

Nessa breve contextualização acerca da diversidade do conjunto de iniciativas contemporâneas relacionadas à produção associada autogestionária de construção civil na economia social, estão evidenciadas, em especial: a produção habitacional com a produção de urbanidade e incentivo à formação de outros empreendimentos autogestionários, conformando alternativas para qualificação profissional; produção de insumos e desenvolvimento de novas tecnologias para o habitar em gestão cooperativa; prestação de serviços de construção e uso de tecnologias sustentáveis; e redes autogestionárias envolvendo a articulação socioeconômica entre atividades socioprodutivas de construção e outros setores socioeconômicos. Ressalto nesse conjunto uma importante mudança de paradigma formulada por esses empreendimentos autogestionários de construção civil, que rompem com o paradigma da “assistência social”, elaborando inserções socioprodutivas no paradigma da “economia social”. Por meio da autonomia coletiva, baseada na democracia e na reciprocidade, as práticas socioprodutivas são conduzidas a efetivas formas socioeconômicas de sustentabilidade e responsabilidade no cotidiano da vida social.

Portanto, como um caminho emancipatório, essa perspectiva mais ampla da produção associada autogestionária em uma economia social pode tornar-se, efetivamente, uma outra forma de desenvolver a economia, a sociedade e o espaço na vida cotidiana. A produção associada autogestionária propõe uma outra perspectiva social de trabalhar, produzir e consumir na direção de uma sociedade livre, justa e solidária, em que os termos liberdade, justiça social e solidariedade podem adquirir seus reais significados emancipatórios pela autogestão. Para tanto, o trabalho associado é conduzido à produção autogestionária. Por sua vez, essa produção associada autogestionária, em suas múltiplas expressões e diversos arranjos socioprodutivos, implica uma outra forma de organização sócio-econômico-espacial entre trabalho, produção e consumo na vida cotidiana, na própria reprodução da economia na vida social e na produção do espaço.

6.5 Considerações à produção associada autogestionária no desenvolvimento sócio-econômico-espacial

O trabalho associado conduzido à condição de produção associada autogestionária reforça a noção discutida ao longo deste capítulo com relação à cultura produtiva autogestionária não referir-se a uma modalidade socioproductiva complementar ao funcionamento da economia capitalista como também não se configurar como uma vertente de assistência social promovida pelo Estado. Em suma, a perspectiva da cultura produtiva autogestionária implica estabelecer um modo de produção associado autogestionário no cotidiano da vida social, cujas relações socioeconômicas entre trabalho, produção e consumo ocorreriam por meio da autogestão, adotando-se os princípios de reciprocidade, cooperação e solidariedade, como parte de um outro modelo de desenvolvimento sócio-econômico-espacial justo, democrático, sustentável e responsável.

A periferia do sistema econômico, na qual as atividades autogestionárias, associativistas e cooperativistas situam-se hoje, não é seu lugar “natural” ou “ideal” nem tampouco advém de uma impossibilidade de a produção associada autogestionária ocupar o centro do desenvolvimento social e econômico geral. Por sua vez, o estabelecimento de autênticos empreendimentos socioproductivos autogestionários implica necessariamente uma outra articulação da própria cultura produtiva autogestionária, desenvolvendo-se atividades socioproductivas integradas a um sistema econômico de economia social. Dessa forma, enfatizo a necessidade de a cultura produtiva autogestionária conformar uma atuação sócio-econômico-espacial no âmbito de um sistema socioproductivo de economia social para não apenas desenvolver atividades associadas e autogestionárias, mas formular um sistema socioproductivo de produção associada autogestionária relacionado à autogestão territorial. Esse sistema sócio-econômico-espacial integra territorialmente as atividades socioproductivas autogestionárias de construção civil em redes de autogestão, conformando, cadeias produtivas autogestionárias não capitalistas, intercambiando resultados socioproductivos no mercado socioeconômico não concorrencial e, principalmente, articulando-se autogestão socioconstrutiva com autogestão territorial com vistas a uma produção autogestionária do espaço como um todo.

Essa premissa implica uma saída do atual contexto mutualista das práticas autogestionárias na construção civil, de cunho social não econômicas eminentemente assistenciais e complementares ao capitalismo, para uma inserção socioproductiva autônoma e autogestionária, envolvendo práticas socioeconômicas, abrindo-se à lógica autogestionária

da redistribuição, cooperação e solidariedade em um mercado socioeconômico não concorrencial, articulado em redes de produção associada autogestionária, especialmente, por meio de cooperativas de produção, trabalho e consumo integradas em um sistema de economia social. Portanto, à medida que os empreendimentos econômicos autogestionários de construção civil integrarem-se aos demais empreendimentos de economia social, poderia constituir-se, de fato, um sistema autogestionário de economia social no Brasil, especialmente, pela atuação convergente da produção associada autogestionária da construção civil a outras cadeias socioprodutivas de economia social e ações de autogestão territorial. Assim, considerando-se as demandas socioconstrutivas e socioespaciais, a capacidade de convergência sociopolítica dos grupos autogestionários e a centralidade socioeconômica da construção civil, vislumbro uma possível articulação autogestionária entre educação, trabalho, produção e consumo, pela produção associada autogestionária na construção civil em habitação, infraestrutura e serviços de construção, configurando-se os atores socioeconômicos fundamentais para promover transformações na própria cultura produtiva autogestionária e constituir-se um sistema socioprodutivo de economia social, que promoveria transformações sócio-econômico-espaciais, direcionadas à superação das práticas capitalistas na produção do espaço.

Assim, conforme as prospecções críticas deste trabalho, que serão detalhadas adiante no capítulo sobre proposições teórico-práticas nesta tese acadêmica, os empreendimentos autogestionários de construção civil, numa intensificação de articulações com os demais empreendimentos de economia social, poderiam favorecer, sob a lógica da produção associada autogestionária, a educação para a autonomia coletiva socioprodutiva na autogestão territorial e promover a descentralização socioeconômica geral, atuando em redes autogestionárias, em uma abrangência socioespacial ampla. Portanto, compreenderia um alcance social, econômico e espacial de maior escala, alcançando as regiões periféricas e os territórios mais segregados nos aspectos sócio-econômico-espaciais.

Por essa via, a autogestão na construção civil integrada à dinâmica geral da economia social poderia efetivar autenticamente sustentabilidade e responsabilidade social, aliando-se o desenvolvimento socioeconômico ao desenvolvimento socioespacial, o que poderia significar, num sentido amplo, qualidade de vida e justiça social na produção autogestionária do espaço. A atuação sistêmica da produção associada autogestionária da construção civil é bastante estratégica para integrar diversos segmentos socioeconômicos em cadeias produtivas de economia social, promovendo habitação, infraestrutura e serviços de construção de relevância social em um amplo alcance de autogestão territorial.

7. PESQUISA DE CAMPO EXPLORATÓRIA

A decisão de empreender uma pesquisa de campo exploratória no exterior levou em consideração a enorme dispersão territorial e a baixa incidência de iniciativas concretas no Brasil referentes ao modelo teórico proposto por esta tese acadêmica, que está relacionado à produção associada autogestionária da construção civil na economia social. Por outro lado, há um significativo conjunto de práticas autogestionárias presentes no Uruguai e na Argentina, que poderia conformar-se em uma amostra relevante de dados sociais para a análise e interpretação crítica dessa produção associada autogestionária sul-americana contemporânea. Além disso, a identificação dessas experiências práticas poderia indicar experiências para uma possível modelização teórico-prática e transposição de matrizes socioprodutivas autogestionárias para a sua aplicação sócio-econômica-espacial no contexto brasileiro.

Assim, configura-se a definição do recorte de investigação desta pesquisa de campo no exterior, pautado na observação direta da atualidade da produção autogestionária uruguaia e argentina. Além disso, nesse recorte, objetiva-se coletar dados referentes às práticas autogestionárias cooperativistas relacionadas aos ramos da habitação, infraestrutura, trabalho, produção e consumo, uma vez que esses ramos socioeconômicos, sistemicamente, permitem embasar as premissas e prospecções teórico-práticas desta tese.

No Brasil, como visto no capítulo anterior, enfatizo que o conjunto dos empreendimentos econômicos solidários de construção civil encontram-se dispersos pelo território nacional em uma grande extensão territorial e, por sua fragmentação socioeconômica, não configuram ainda uma gestão sistêmica para os arranjos socioprodutivos de construção civil na economia social.

Por sua vez, o Uruguai representa, nesta pesquisa de campo exploratória, uma importante referência da produção associada sul-americana, por sua forte articulação à produção habitacional e desdobramentos em um conjunto coeso de iniciativas socioprodutivas autogestionárias numa institucionalidade estruturada no sistema cooperativo desse país. Destaco, principalmente, uma tradição de mais de 40 anos em atividades cooperativas habitacionais, tanto em Montevideu quanto no interior do país. Além disso, essa tradição cooperativista habitacional insere-se em um conjunto diversificado de atuações do cooperativismo nesse país, em vários segmentos socioeconômicos relacionados à habitação, trabalho, produção e consumo.

Já a Argentina representa, nesta pesquisa de campo exploratória, uma importante referência da produção associada sul-americana, por sua forte articulação ao cooperativismo de trabalho, com novas perspectivas de inserção social de produtos e serviços de construção em redes solidárias de economia social. Destaco a experiência associativa de cooperativas autônomas, articuladas a cooperativas centrais, federações e confederações numa orientação sociopolítica direcionada ao desenvolvimento socioeconômico, que se inicia no princípio do século XXI diante de uma profunda crise. Nesse contexto, as políticas governamentais apoiam iniciativas associativas cooperativistas para a melhoria das condições gerais de vida e, em especial, para a geração de trabalho, renda e provimento de moradia às classes pobres.

7.1 Procedimentos para a coleta de dados sociais

Considerando que a pesquisa de campo trata-se de um estudo exploratório, na perspectiva de Selltiz et al. (1967) citado por Gil (2008, p.43), a sua finalidade é “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Dessa forma, a escolha da pesquisa exploratória se justifica, pois “o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Portanto, como em toda pesquisa exploratória, busco “a visão geral de tipo aproximativo” acerca de determinado fato social. Nesse caso, pretendo uma visão conjuntural, de ordenação social, cultural, política, econômica e espacial, com relação à atuação socioprodutiva das práticas autogestionárias na construção civil, visando analisar a possibilidade de articulação efetiva entre as noções de autogestão e economia social nas práticas produtivas de construção imobiliária, infraestrutura e serviços de construção civil. Assim, a metodologia para a coleta de dados sociais desta pesquisa de campo exploratória utiliza observações (GIL, 2008, p. 111) e entrevistas focalizadas e por pautas (GIL, 2008. p. 120) sobre atividades associativas e cooperativas habitacionais, trabalho, produção e consumo no Uruguai e na Argentina.

Por outro lado, a presente investigação sociológica da cultura produtiva autogestionária em desenvolvimento nesses países pauta-se na abordagem teórica de Bourdieu, considerando em especial os conceitos operatórios de *campo social* e *habitus*, conforme apresentados no capítulo 4 deste trabalho. Esses instrumentos teórico-críticos apontam para a presente

necessidade metodológica de investigarem-se as disposições sociais que se estabelecem na mediação entre a dinâmica das estruturas sociais, políticas e econômicas, e as práticas socioprodutivas autogestionárias. Por essa concepção teórica, o conhecimento que se formula a partir da análise crítica desse campo social pode ser aferido à medida que se revelam as formas de reprodução cultural, social, política e econômica. Assim, segundo Bourdieu (2011, p.296), “as estruturas tendem a se reproduzir produzindo agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar práticas adaptadas às estruturas e, portanto, em condições de reproduzir as estruturas.”

Além disso, Bourdieu et al. (2002, p.29) ressalta que o entendimento de um fenômeno social não se reduz nunca a uma simples leitura da realidade, uma vez que presuppõe uma ruptura com o real bem como com suas configurações e percepção usuais. Dessa forma, para fazer surgir “um novo sistema de relações entre os elementos”, uma investigação sociológica deve ser capaz de romper com as aparências imediatas e conduzir a investigação para uma reunião do que comumente se separa ou para uma distinção daquilo que normalmente se mescla na vida social.

Com relação à base territorial dessa pesquisa de campo exploratória, no Uruguai e Argentina, busquei observar iniciativas relacionadas à produção associada autogestionária na construção civil, especialmente as atividades associativistas e cooperativistas de habitação, infraestrutura, trabalho, produção e consumo, considerando os segmentos socioeconômicos imobiliário, infraestrutura e serviços de construção.

Para a coleta de dados no Uruguai, estabeleci a capital Montevideu e localidades periféricas, especialmente pela tradição do cooperativismo habitacional e pela centralidade da capital do país, que sedia as principais instâncias sociais e políticas relacionadas às práticas autogestionárias, tais como associações, cooperativas, representações de classe, institutos de assistência técnica, federações e órgãos de governo. No interior do país, estabeleci a região do *Departamento Tacuarembó* (nordeste do país) para a coleta de dados, principalmente relacionados à atualidade do desenvolvimento socioeconômico regional, envolvendo produção habitacional e o desenvolvimento alternativo de materiais e tecnologias para construção civil.

Por sua vez, na Argentina, estabeleci a capital Buenos Aires e localidades periféricas, principalmente pelo cooperativismo de trabalho, produção e consumo, por sua atuação em redes de cooperação solidária, mediante os sistemas de confederações e federações de cooperativas.

Os quadros a seguir sistematizam o conjunto dessa coleta de dados sociais, agrupados por visitas técnicas e entrevistas, realizadas com ênfase na produção associada autogestionária e ramos socioeconômicos investigados nesta pesquisa de campo exploratória.

Quadro 9: Visitas técnicas a iniciativas de produção associada autogestionária no Uruguai e na Argentina

Nº	Empreendimento	Cidade	Região	Descrição
1	Cooperativas de Usuários <i>Ayuda mutua</i> Históricas	Montevideú	Periferia (capital)	Iniciativas pioneiras (cooperativas históricas e contemporâneas)
2		Tacuarembó	Periferia (interior)	Apoio do MVOTMA Inserção na periferia urbana, com infraestrutura de serviços públicos
3	Cooperativas de Usuários <i>Ayuda mutua</i> Atuais	Montevideú	Periferia (capital)	Apoio do MVOTMA Inserção na periferia urbana, com infraestrutura de serviços públicos
4		Tacuarembó	Periferia (interior)	
5	Cooperativas de Proprietários <i>Ahorro Previo</i> Atuais	Montevideú	Central (capital)	Apoio do MVOTMA Inserção na centralidade urbana, com infraestrutura de serviços públicos
6	Reciclagem de Edifícios Centro Histórico <i>Reciclaje</i>	Montevideú	Central (área: Porto)	Apoio do MVOTMA Parte do programa de revitalização da Região do Porto de Montevideú. Presença de projetos com assessoria da UPV/FARQ/UDELAR
7	Reassentamentos <i>Realajo</i>	Tacuarembó	Periferia (interior)	Proyeto La Isla Apoio do MVOTMA Inserção periurbana em área com infraestrutura urbana Projeto e obra coodernado por Instituto de Assistência Técnica
8	Programa Vivienda Sindical	Montevideú	Periferia (interior)	Cooperativas para a montagem de casas pré-fabricadas, produzidas industrialmente
9	FECOOTRAUN	Buenos Aires	Periferia (capital)	<i>Federación de Cooperativas de Trabajo Unidas de Florencio Varela</i>
10	FECOOTRAR	Buenos Aires	Periferia (interior)	<i>Federación de Cooperativas de Trabajo de Rosario</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

Quadro 10: Visitas técnicas e observações de entidades de representação política, pesquisa, assessoria técnica, fomento e órgãos de governo

Nº	Entidade	Cidade	Região	Descrição
1	Casa de la Universidad	Tacuarembó	Central	Sede institucional da UDELAR no Tacuarembó Apoio operacional para pesquisa
2	Casa Diocesana	Tacuarembó	Central	Instituição religiosa de apoio a movimentos sociais locais
3	CCU	Montevideú	Central	<i>Centro Cooperativista Uruguayo</i>
4	FARQ	Montevideú	Central	<i>Facultad de Arquitectura UDELAR</i>
5	FCS	Montevideú	Central	<i>Facultad de Ciencias Sociales UDELAR</i>
6	FCPU	Montevideú	Central	<i>Federación de Cooperativas de Producción de Uruguay</i>
7	FUCVAM	Montevideú	Central	<i>Federación de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua</i>
8	INACOOOP	Montevideú	Central	<i>Instituto Nacional del Cooperativismo</i> Órgão de governo
9	MIEM	Montevideú	Central	<i>Ministerio de Industria</i> <i>Diretoria de Industrialización</i> Órgão de governo
10	MVOTMA	Montevideú	Central	<i>Ministerio de Vivienda, Ordenamento Territorial y Meio Ambiente</i> Órgão de governo
11	PIT CNT	Montevideú	Central	Representação Sociopolítica Fórum Sindical Nacional
12	UEC	Montevideú	Central	<i>Unidad Estudios Cooperativos de UDELAR</i>
13	UPV	Montevideú	Central	<i>Unidad Permanente de Vivienda FARQ / UDELAR</i>
14	CNCT	Buenos Aires	Central	<i>Confederación Nacional de Cooperativas de Trabajo de Argentina</i>
15	FECOOTRAUN	Buenos Aires	Periferia	<i>Federación de Cooperativas de Trabajo Unidas de Florencio Varela</i>
16	FECOOTRAR	Buenos Aires	Periferia	<i>Federación de Cooperativas de Trabajo de Rosario</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

Quadro 11 - Entrevistas com ênfase na produção associada autogestionária habitacional no Uruguai

Nº	Instituição	Entrevistado	Função / Profissão	Local	Foco / Pauta	Questão Central
1	CCU - Centro Cooperati vista Uruguayo	Juan A. Camma Maria Calone	Arquitetos Urbanistas	Sede CCU	Assistência técnica para cooperativas habitacionais em ajuda mútua	Qual o papel da assessoria técnica na configuração do desenho arquitetônico da habitação, na construção e na conformação de uma realidade urbana condizente com a lógica da produção associada cooperativista?
2	Proyeto La Isla	Alvaro Ribeiro Gonnet	Arquiteto Coordenador	Periferia Tacua rembó	Assistência técnica para cooperativas habitacionais em autoconstrução	As noções de autogestão conseguem refletir-se na organização do canteiro de obras, eliminando a divisão social do trabalho e a presença da hierarquia de funções?
3	FUCVAM	Benjamín Nahoum	Diretor	Sede FUCVAM	Constituição de um sistema produtivo a partir da tradição cooperativista habitacional	A experiência cooperativista da ajuda mútua poderá promover desdobramentos em outras práticas cooperativistas de trabalho, produção e consumo relacionadas à produção habitacional e contemplar outras demandas sociais de construção, como a infraestrutura urbana?
4	FARQ Unidad Permanente de Vivienda	Raúl Valles	Arquiteto	FARQ	Estudos habitacionais e de desenvolvimento territorial	Quais as linhas de pesquisa, estudos e crítica da produção do espaço relacionados à produção associada autogestionária na construção civil e no desenvolvimento em autogestão territorial?

5	FARQ	Jack Couriel	Arquiteto Urbanista	FARQ	Perspectiva crítica da produção habitacional cooperativista	Como o projeto modular de arquitetura de cooperativas habitacionais consegue equalizar a totalidade dos empreendimentos com as necessidades individuais?
6	FARQ	Walter Kruk	Arquiteto Urbanista	FARQ	Perspectiva crítica do desenvolvimento de materiais e tecnologias para a produção habitacional cooperativista	Qual é o cenário atual das inovações de materiais e tecnologias na produção habitacional e infraestrutura por meio de arranjos socioprodutivos autogestionários?
7	PIT CNT Programa Vivenda Sindical	Pablo Antonaz Eduardo Burgos Medina	Arquiteto Urbanista Dirigente Sindical	Sede PIT-CNT	Modelos produtivos alternativos com construção pré-fabricada	Como a racionalização produtiva, a partir da pré-fabricação de casas, pode conviver com a tradição produtiva autônoma do cooperativismo habitacional?
8	Asociación Arcoiris de Solidaridad	Sonia Gonzalez	Presidente de Cooperativa Habitacional	Casa Diocesana	Modelos produtivos alternativos com construção em madeira	Quais são os desafios técnicos e operacionais para o uso de materiais e técnicas construtivas alternativas na produção cooperativista habitacional?
9	Coviforta	Adalberto Guex	Presidente de Cooperativa Habitacional	Casa de la Universidad Tacuarembó	Modelos produtivos alternativos com construção em madeira	Quais são os desafios técnicos e operacionais para o uso de materiais e técnicas construtivas alternativas na produção cooperativista habitacional?
10	Empreendedor local	Jorge Cárrion	Engenheiro Agrônomo Florestal	Casa de la Universidad Tacuarembó	Modelos produtivos alternativos com construção em madeira no desenvolvimento socioeconômico local	O cooperativismo habitacional relacionado à produção convencional de "alvenaria de tijolos" será um empecilho formal, técnico e econômico para avançar a industrialização social e alternativa da madeira?

11	DNI / MIEM Dirección Nacional de Industrias	Sebastian Torres	Secretário de Indústria	Ministerio de Industria Energía y Minería	Políticas Públicas de industrialização da construção civil para a economia social.	Quais os motivos para as atividades cooperativistas não configurarem ao longo de sua história um sistema de produção autogestionário?
12	Presidencia Junta Departamental Tacuarembó	Walter Mederos Silveira	Secretário de Prefeitura	Casa de la Universidad Tacuarembó	Políticas Públicas de desenvolvimento urbano local e regional	Como ocorre concretamente a inserção das cooperativas habitacionais no desenvolvimento da cidade Tacuarembó e na extensão do espaço urbano regional?
13	MVOTMA	Roberto Bettini	Assessor Ministerial	Casa de la Universidad Tacuarembó	Políticas Públicas de desenvolvimento urbano local e regional	Qual o nível de intervenção do Estado no desenvolvimento social e territorial das áreas periféricas e no interior do país no atual contexto de desenvolvimento do sistema cooperativo uruguaio?
14	Várias iniciativas in loco	Cooperados em práticas autogestionárias	Construtores autogeridos	Periferia Tacuarembó	Trabalho cooperativo em ação	Quais as dificuldades enfrentadas para montar uma cooperativa e trabalhar no modelo vigente de autogestão habitacional?
15	Várias iniciativas in loco	Cooperados em práticas autogestionárias	Construtores autogeridos	Periferia de Montevideo	Trabalho cooperativo em ação	Quais as dificuldades enfrentadas para montar uma cooperativa e trabalhar no modelo vigente de autogestão habitacional ?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

Quadro 12 - Entrevistas com ênfase na produção associada autogestionária de trabalho, produção e consumo no Uruguai e Argentina

Nº	Instituição	Entrevistado	Função / Profissão	Local	Foco / Pauta	Principais Questões
1	Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay	Daniel Arbulo	Federação de Cooperativas	Sede FCPU / Uruguai	Ações práticas e desafios da produção cooperativista	Quais os motivos para as atividades cooperativistas não configurarem ao longo de sua história um sistema de produção associada autogestionária?
2	FCS/FARQ	Ema Julia Massera	Socióloga do Trabalho	Sede FARQ / Uruguai	Estabelecimento da economia social nos setores produtivos	Há uma base sociopolítica e socioproductiva, com respaldo social e crítico, para empreender uma outra lógica socioeconômica para o trabalho, produção e consumo no contexto atual uruguaio?
3	Unidad Estudios Cooperativos de Udelar	Diego Barrios	Sociólogo	Sede UEC / Uruguai	Extensão universitária e incubadora de cooperativas	Qual o papel da extensão universitária e da produção acadêmica na incubação de empreendimentos econômicos solidários de construção civil?
4	INACOOP Instituto Nacional del Cooperativismo de Uruguay	Diego Moreno	Órgão de Governo	Sede UEC / Uruguai	Políticas públicas para a produção associada autogestionária	O cenário atual de fomento das políticas direcionadas à produção associada autogestionária se pretende de longo prazo?

[continuação]

5	Fecootraun Florencio Varela de Argentina	Albornoz, Espinoza, Lopreto, Ramírez, Sigales	Federação de Cooperati vas	Sede FECOO TRAUN / Argenti na	Federação de Cooperativas de trabalho	A lógica das federações de cooperativas poderá contribuir para o estabelecimento sistêmico da economia social nos setores socioprodutivos autogestionários da construção civil?
6	Fecootrar Rosário	Raúl Garfalo	Federa ção de Coopera tivas	Sede FECOO TRAR / Argenti na	Federação de Cooperativas de trabalho	Como é organizado o trabalho socioprodutivo em redes solidárias relacionadas à prestação de serviço em construção civil?
7	Confedera ción Nacional de Cooperativas de Trabajo de Argentina	Fernando Serrano, Patricia Paredes André Quintana Jayme	Confedera ção de Cooperati vas	Sede CNCT / Argenti na	Redes de Intercooperação	Quais estruturas jurídicas e econômicas são necessárias para a articulação do trabalho em intercooperação solidária?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

Conforme registam os quadros acima, foram visitados e entrevistados vários atores sociais, como ativistas sociais, dirigentes de cooperativas, sindicalistas e pessoas trabalhando diretamente com autogestão; bem como vários representantes de instituições correlacionadas à produção associada autogestionária, como entidades de assistência técnica, associações, cooperativas, federações, confederações e sindicatos; e também vários representantes de órgãos de governo.

Assim, para o tratamento dos dados sociais dessa coleta, tomo por base os pontos focais, pautas e os principais questionamentos expressos nas tabelas anteriores. Desse conjunto, busco extrair dados qualitativos das experiências vivenciadas pelas ações práticas de pessoas e instituições envolvidas com a diversidade da autogestão uruguaia e argentina nas especificidades das ações cooperativistas relacionadas à habitação, trabalho, produção e consumo, em seus aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais.

7.2 Problematização do campo social investigado

Passo à problematização do campo social investigado a partir da análise crítica do observado e entrevistas realizadas na fase de coleta de dados sociais, conforme explicitado na seção anterior. O principal foco de observação e análise crítica desta pesquisa de campo exploratória refere-se aos elementos que poderiam efetivar um salto qualitativo do atual quadro de fragmentação das atividades cooperativistas na produção associada autogestionária da construção civil para a consolidação de uma atuação sistêmica desse setor na economia social, de maneira a constituir autenticamente uma forma de autonomia coletiva socioproductiva e socioeconômica, a partir de um sistema de produção autogestionário de construção civil em uma economia de base socioeconômica não capitalista.

Dessa forma, a questão primordial que conforma a problemática central desta pesquisa de campo exploratória no exterior pode ser sintetizada no seguinte questionamento: Por que as experiências associativas, mutuais e cooperativas, nos seus respectivos contextos locais e regionais, seguem fragmentadas e isoladas em nichos de atividades socioeconômicas fechadas e não promoveram historicamente um salto na cultura produtiva autogestionária para configurar-se um sistema de produção autônomo e autogestionário na construção civil articulado a uma base econômica cuja lógica é social?

Essa questão, que se pauta na observação do campo explorado é fundamental para a presente análise crítica do contexto socioeconômico contemporâneo da produção associada autogestionária na construção civil.

Nesse sentido, é perceptível no Uruguai o fato de que as cooperativas habitacionais estão fortemente articuladas às bases sociais locais e possuem forte uma identificação com a sociedade. Isso corresponde a um elemento de força social para a mobilização da organização do trabalho cooperativo e respectiva produção das moradias no grande conjunto de iniciativas autogestionárias existente nesse país, e a uma forma de uso coletivo e de produção autônoma do espaço urbano. Entretanto, essa organização social das pessoas, por si só, e os instrumentos legais disponíveis não fizeram florescer um sistema produtivo autogestionário de construção não capitalista com base na autonomia coletiva e na autogestão territorial.

A experiência social do cooperativismo habitacional uruguaio não conteria os elementos socioprodutivos e sociopolíticos suficientes para uma mobilização socioeconômica capaz de formar consciência crítica do trabalho e da produção, e, conseqüentemente, transformar os modos de trabalhar e produzir socialmente para alcançar emancipação e justiça social para essas populações?

Do mesmo modo, o cooperativismo de trabalho na Argentina, que vem renovando-se como forma de desenvolvimento socioeconômico, por meio de estratégias de prestação de serviços com frentes de trabalho abertas pelas demandas sociais das políticas públicas governamentais, poderia constituir-se numa forma socioprodutiva de autonomia coletiva, conexas à autogestão urbana, capaz de superar a dependência do Estado ou do capital, para assistir a população em suas demandas por moradia e infraestrutura na vida cotidiana?

Dessa forma, questiono se, a partir dessas tradições e inovações associativas, mutuais e cooperativas nos contextos socioprodutivos autogestionários da produção associada relacionada à construção civil, poderia constituir-se concretamente numa economia social no Cone Sul que, sendo autogestionária, estaria, de fato, não mais submetida nem ao capital nem à dependência do Estado?

A condição da autogestão cooperativista como uma outra forma de trabalhar, produzir e consumir com autonomia coletiva e maior qualidade de vida em direção à emancipação e justiça social é recorrente na fala da maioria dos entrevistados e na observação simples do campo social em investigação. Entretanto, mesmo existindo essa noção acerca das qualidades teórico-práticas da autonomia e autogestão que se formulam no cotidiano das práticas associadas autogestionárias, que é socialmente bastante introjetada tanto no Uruguai quanto na Argentina, há ainda que desenvolver-se uma noção crítica de que a resolução dos problemas sociais por meio da produção associada autogestionária é apenas uma parte da constituição de uma outra lógica social de desenvolvimento da economia e da sociedade na vida cotidiana e na produção social do espaço.

Para tanto, passo à formulação de algumas considerações acerca dos contextos sociopolíticos e socioprodutivos uruguaio e argentinos identificados, que suponho capazes de engendrar as transformações socioeconômicas pretendidas e requeridas na economia social, para o estabelecimento da reciprocidade e solidariedade como princípios de ordenação social da economia e da sociedade.

7.3 Análise e interpretação crítica dos dados sócio-político-econômicos

No atual contexto sociopolítico uruguaio há um aprofundamento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, por meio do desenvolvimento da economia social. Esse cenário contemporâneo tem fortalecido a produção associada autogestionária, envolvendo-se vários setores socioeconômicos relacionados à habitação, trabalho, produção e consumo solidário. Em linhas gerais, a atual estratégia sociopolítica uruguaia dirigida à economia social contemporânea consiste, fundamentalmente, no fortalecimento e convergência da institucionalidade do sistema cooperativo, que se pretende de longo prazo. Por sua vez, essa estratégia é editada pela lei federal nº 18.407, promulgada em 2008, regulando o funcionamento geral do atual sistema cooperativo uruguaio. Segundo Moreno (2009, p.80-81), as principais referências dessa lei geral do cooperativismo uruguaio são o marco legal da Aliança Cooperativa Internacional para as cooperativas da América Latina, a legislação cooperativista espanhola e argentina e as disposições legais uruguais sobre o direito cooperativo e a lei de sociedades comerciais. Além disso, esse novo marco legal do sistema cooperativo uruguaio amplia o seu objeto social, conforme destaca Moreno (2009, p.82):

En ese sentido la ley abre claramente el abanico conjugando diversos aspectos. En primer lugar, cualquier actividad económica lícita puede ser llevada adelante a través de la modalidad cooperativa. Para ello no es una limitante la constitución de una cooperativa que no se encuentre dentro de las modalidades expresamente reguladas. En segundo lugar se permite la composición mixta de trabajadores y consumidores. En tercer lugar se habilitó a desenvolver lo que se denominan "secciones", es decir, actividades complementarias al objeto social principal, con un límite en el volumen de operaciones. Por último, la cooperativa puede, por razones de interés social o para el mejor desarrollo económico, realizar actos con terceros siempre y cuando no comprometa su autonomía. (Moreno, 2009, p.82).²¹

Nesse sentido, o atual contexto sociopolítico uruguaio alinha-se à concepção do "cooperativismo de trabalho" como um modelo ordenador do sistema cooperativo contemporâneo. Por sua vez, essa posição sociopolítica se alinha especificamente ao sistema cooperativo argentino, com um enfoque similar ao do cooperativismo praticado

²¹ Nesse sentido, a lei abre claramente o leque, conjugando diversos aspectos. Primeiramente, qualquer atividade econômica lícita pode ser levada adiante pela forma cooperativa. Por isso, não é limitado o estabelecimento de uma cooperativa que não está dentro dos modos expressamente regulados. Em segundo lugar, permite-se a composição mista de trabalhadores e consumidores. Em terceiro lugar, habilita desenvolver-se o que se denomina "seções", ou seja, atividades complementares ao objeto social principal, com um limite para o volume de operações. Finalmente, a cooperativa pode, por razões de interesse social ou para um melhor desenvolvimento econômico, realizar atos cooperativos com terceiros, desde que não comprometa a sua autonomia (Tradução do autor).

naquele país em sua concepção pautada no trabalho associado e na reordenação jurídica para a adequação dos empreendimentos autogestionários. Nesse sentido, ressalto o art. 10, da lei nº18.407/2008, que situa as modalidades do sistema cooperativo uruguaio: “*Las cooperativas, de acuerdo al objeto del acto cooperativo, serán de trabajadores, de consumidores (o usuarios) o de trabajadores y consumidores a la vez.*” E o art. 99, que situa a definição e o objeto das cooperativas de trabalho: “*Son cooperativas de trabajo las que tienen por objeto proporcionar a sus socios puestos de trabajo mediante su esfuerzo personal y directo, a través de una organización conjunta destinada a producir bienes o servicios, en cualquier sector de la actividad económica. La relación de los socios con la cooperativa es societaria.*” Por outro lado, é importante atentar-se também para as resoluções legais que tangem os processos de recuperação de empresas falidas por cooperativas de trabalho. A lei geral do sistema cooperativo prevê a possibilidade de constituição de cooperativas de trabalho que se tornem depositárias dos bens em processo de liquidação, assim como podem os trabalhadores converter o seu “seguro desemprego” em capital social da cooperativa para sua capitalização como empresa autogestionária.

Nesse contexto de mudanças da institucionalidade e de reconfiguração do sistema cooperativo uruguaio, destaco ainda a criação do Instituto Nacional del Cooperativismo (INACCOOP), pela referida lei federal nº 18.407/2008, atribuindo-o a personalidade jurídica de direito público não estatal e vinculado ao poder executivo, através do *Ministerio de Trabajo y Seguridad Social*. Essa instituição é, então, constituída com a finalidade de fazer proposições, assessoramentos e executar a política nacional do cooperativismo uruguaio. Com, isso, introduz-se, na institucionalidade do cooperativismo uruguaio, uma entidade que permite dinamizar os recursos públicos e intenções políticas ministeriais para apoio e fomento do desenvolvimento da economia social uruguaia. A centralização da política nacional do cooperativismo, por essa nova institucionalidade, parece ser um avanço estratégico para simplificar e dinamizar o fomento e a regulação do Estado dirigidos ao setor cooperativista.

Esse instituto público trata-se, portanto, de uma iniciativa governamental mista com a sociedade civil organizada, cujo objetivo é promover o desenvolvimento econômico, social e cultural do setor cooperativista para a sua inserção no contexto geral do desenvolvimento socioeconômico do país, conforme se extrai da apresentação do Instituto Nacional del Cooperativismo (2008a). Para tanto, são condicionados por lei aportes financeiros do *Fondo de Promoción y Educación* (FOMCOOP) e do *Fondo Rotatorio Especial* (FRECOOP), que se constitui em aportes mistos do Estado e das cooperativas através de tributação específica e repasses de interesse público. Dessa forma, o INACCOOP, nos últimos cinco anos, tem-se

envolvido com o setor cooperativo uruguaio, desenvolvendo proposições de fomento, políticas públicas dirigidas a segmentos específicos do sistema cooperativo, e desenvolvido pesquisas quantitativas e qualitativas para mapear a atualidade da economia social no Uruguai. O tema da autogestão passa, então, a ser tratado com critérios sociopolíticos e socioeconômicos de maior dinamismo, por parte do Estado, concentrando-se institucionalmente as políticas e recursos públicos direcionados ao setor cooperativo, o que permite uma parceria efetiva entre o Estado e as entidades autogestionárias relacionadas ao setor cooperativista como um todo. Nesse contexto, estão envolvidas diretamente as entidades de grupos associados, mutuais e cooperativos, bem como se desdobram os vínculos institucionais com as entidades de representação política, como as federações, a exemplo da *Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay* (FCPU) e *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (FUCVAM); confederações, como a *Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas* (CUDECOOP); entidades de apoio, assistência técnica e promoção, como o *Centro Cooperativista Uruguayo* (CCU); organismos internacionais como a *Asociación de Universidades del Grupo Montevideo* (AUGM) e seu Comitê de *Processos Cooperativos e Asociativos* (PROCOAS); como também entidades de ensino, pesquisa e extensão, como a UDELAR, mediante o *Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio* (SCEAM), destacando-se as ações extensionistas e de investigação realizadas pela *Unidad de Estudios Cooperativos* (UEC).

Uma importante ação desenvolvida pelo Instituto Nacional del Cooperativismo (INACOOOP) com relação ao reconhecimento e identificação estatística do perfil atual na realidade do setor cooperativo refere-se ao censo do cooperativismo uruguaio, levantando dados concretos das atividades em desenvolvimento na atualidade do cooperativismo uruguaio. Os números revelam a tradição do cooperativismo habitacional, assim como revelam a diversidade das atividades autogestionárias relacionadas à construção civil e que envolvem os setores imobiliário e de infraestrutura em produtos e serviços de construção. Desse conjunto, extraio os seguintes dados do cooperativismo uruguaio, que se referem às atividades de construção civil autogestionária, conforme informa o *Instituto Nacional del Cooperativismo* (2008b): a produção habitacional (atividades imobiliárias) é de fato o segmento com maior número de entidades (450) e associados (17.816), destacando-se, na sequência, os serviços de manutenção predial (40 entidades e 645 associados), construção de obras de arquitetura (21 entidades e 796 associados), e atividades de arquitetura e engenharia especializadas (12 entidades e 266 associados), e mais oito grupos de atividades apresentando uma menor representação quantitativa, conforme registra a tabela 7, a seguir.

Tabela 7 – Panorama das ações de construção civil autogestionária relacionadas ao Censo do Cooperativismo Uruguaio, realizado pelo INACOOB

División de acuerdo al sistema de clasificación de actividades económica CIU Rev. 4	Variables	Cantidad de Cooperativas	Producción Total
16- Producción de madera y fabricación de productos de madera y corcho, excepto muebles; fabricación de artículos de paja y de materiales trenzables	Producción Total	2	1.089
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		282
	Personal ocupado		15
	Socios Activos		8
33- Reparación e instalación de la maquinaria y equipo	Producción Total	3	4.293
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		2.683
	Personal ocupado		23
	Socios Activos		39
36- Captación, tratamiento y suministro de agua	Producción Total	1	687
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		142
	Personal ocupado		2
	Socios Activos		210
38- Recolección, tratamiento y eliminación de desechos, recuperación de matriales	Producción Total	4	5.920
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		2.160
	Personal ocupado		34
	Socios Activos		53
39- Actividades de saneamiento y otros servicios de gestión de desechos	Producción Total	1	935
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		178
	Personal ocupado		8
	Socios Activos		6
41- Construcción de obras de arquitectura	Producción Total	21	27.640
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		22.752
	Personal ocupado		186
	Socios Activos		796

[continuação]

42- Ingeniería Civil	Producción Total	1	422
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		120
	Personal ocupado		9
	Socios Activos		9
43- Actividades especializadas de la construcción	Producción Total	6	8.883
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		12.764
	Personal ocupado		278
	Socios Activos		297
68- Actividades inmobiliarias	Producción Total	450	927.198
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		54.095
	Personal ocupado		659
	Socios Activos		17.816
71- Actividades de arquitectura e ingeniería; ensayos y análisis técnicos	Producción Total	12	17.330
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		3.249
	Personal ocupado		47
	Socios Activos		266
77- Actividades de alquiler y arrendamiento	Producción Total	6	91.029
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		6.093
	Personal ocupado		64
	Socios Activos		513
81- Actividades de servicio a edificios y paisajes (jardines, áreas verdes, etc.)	Producción Total	40	76.494
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		45.770
	Personal ocupado		740
	Socios Activos		646
TOTAL	Producción Total	1.164	34.161.781
	Remuneraciones que pagan las cooperativa		6.398.987
	Personal ocupado		27.449
	Socios Activos		907.698

Fonte: Sítio eletrônico do *Instituto Nacional del Cooperativismo / Uruguay. Principales Variables*. . Disponível em: <http://www.inacoop.org.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=39>. Acesso: ago. 2012.

Esse censo demonstra que, além do segmento habitacional, há uma baixa representação das atividades de construção civil no sistema cooperativo uruguaio. Entretanto, a sua presença já registra um começo de outras inserções na lógica da economia social, por meio de atividades econômicas autogestionárias, que parecem ultrapassar a recorrente lógica mutualista da produção de moradias para os próprios beneficiários, introduzindo-se uma outra perspectiva de dinâmica socioeconômica no sistema cooperativo, com as atividades de construção relacionadas à diversidade do trabalho, produção e consumo da produção cooperativista.

Além disso, enfatizo que o contexto atual do sistema cooperativo uruguaio situa os seus atores sociais como trabalhadores e ou consumidores, mesclando-se a figura do produtor ao trabalhador e a do usuário ao consumidor. Conseqüentemente, trabalhadores cooperativistas são considerados produtores de bens ou prestadores de serviços fornecidos pelas cooperativas; e, enquanto consumidores, são beneficiários diretos, podendo também ser usuários dos benefícios gerados pelos atos cooperativos em que dispõem seu trabalho, como no caso das cooperativas habitacionais.

Essa condição também se observa como característica fundamental do recente desenvolvimento social e econômico promovido pelas políticas públicas argentinas, que se iniciam no princípio do século XXI. Nesse contexto, há a configuração institucional do Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (INAES), criado no ano 2000 pelo Decreto Nacional nº 721/2000 como órgão descentralizado vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social (*Ministerio de Desarrollo Social*) para a promoção, desenvolvimento e regulação das ações cooperativas e mutuais na Argentina. E, na atualidade, especificamente a partir de 2009, as ações de economia social são intensificadas por meio do Programa de desenvolvimento social Argentina Trabalha (*Programa de Desarrollo Social Argentina Trabaja*), implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

Nesse conjunto de políticas públicas é colocado em curso na economia social contemporânea argentina as seguintes linhas de ação socioeconômica: “*ingreso social con trabajo*”, com prestação de serviços de construção civil em obras imobiliárias e de infraestrutura; “*manos a la obra*”, por meio da organização, gestão socioprodutiva e formação de cadeias produtivas de empreendimentos econômicos solidários; “*marca colectiva*”, a partir de estratégias de comunicação visual e marketing para incremento de visibilidade e identidade à produção solidária; “*microcréditos*”, mediante o oferecimento de apoio técnico, capacitação e crédito produtivo dirigido à pequena escala; “*monotributo*

social”, pela formalização de empreendimentos econômicos solidários, com tributação especial ao setor de economia social e solidária.

Assim, as políticas públicas argentinas de desenvolvimento social integradas ao desenvolvimento econômico geral, com base na lógica da economia social, constituem um amplo conjunto de ferramentas e instrumentos legais dirigidos às classes pobres, com um efetivo fomento a empreendimentos econômicos autogestionários, apoiando os já existentes, resgatando os encerrados pela crise econômica, criando novos e mantendo esse conjunto em atividade socioeconômica crescente. Nesse contexto, destaco a linha de ação *ingreso social con trabajo*, em que, essencialmente, são articuladas frentes de trabalho associado na construção civil, em obras públicas com ênfase em serviços de infraestrutura urbana e habitação de interesse social, através da criação de associações mutuais e cooperativas de trabalho.

Conforme informa o *Ministerio de Desarrollo Social (2012)*, no âmbito do *Programa Argentina Trabaja*, a linha de ação *ingreso social con trabajo* é formulada para as pessoas que estão em vulnerabilidade social e é voltado para atender as demandas sociais por moradia e infraestrutura das localidades com alto risco social, como bairros pobres, vilas e favelas, de todo o país e, em especial, na região circunscrita ao *conurbano bonaerense*. Em linhas gerais, a concepção de *ingreso social con trabajo* é assim definida pelo *Ministerio de Desarrollo Social (2012)*:

Este programa crea oportunidades de inclusión que permiten mejorar la calidad de vida de las familias de los barrios a través de la generación de puestos de trabajo, la capacitación y la promoción de la organización cooperativa para la ejecución de obras de infraestructura. De este modo, el impacto es doblemente positivo: por un lado, crea nuevos puestos de trabajo genuino que privilegian la participación colectiva por sobre la individual y, por otro, mejora los espacios comunitarios incidiendo directamente sobre la vida cotidiana de vecinas y vecinos. El programa está destinado a personas en situación de vulnerabilidad, sin ingresos formales en el grupo familiar, sin prestaciones de pensiones o jubilaciones nacionales ni otros planes sociales, a excepción del Plan Nacional de Seguridad Alimentaria. Para su implementación, el Ministerio de Desarrollo Social acuerda con los Entes Ejecutores (municipios, provincias, federaciones y/o mutuales), a través del Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (INAES), la formación y capacitación de cooperativas compuestas por alrededor de 60 trabajadores cada una, quienes tienen a su cargo la ejecución de obras públicas locales que demandan mano de obra intensiva (MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL, 2012).²²

²² Este programa cria oportunidades de inclusão capazes de melhorar a qualidade de vida das famílias dos bairros pela geração de postos de trabalho, capacitação e promoção da organização cooperativa para a execução de obras de infraestrutura. Desse modo, o impacto é duplamente positivo: de um lado, cria novos postos de trabalho autêntico, que privilegiam a participação coletiva em detrimento da individual; do outro, melhora os espaços comunitários, atingindo diretamente a vida cotidiana de vizinhos e vizinhas. O programa é destinado a pessoas desfavorecidas, sem trabalho

Figura 1 – Diagrama das ações de construção civil autogestionária relacionadas ao Programa de desenvolvimento socioeconômico *Argentina Trabaja*



Fonte: Sítio eletrônico do Ministério de Desarrollo Social, Presidencia de la Nación. Argentina Trabaja Ingreso social con trabajo. Disponível em: <<http://www.desarrollosocial.gov.ar/ingresosocial/contrabajo/114>>. Acesso: ago. 2012.

formal no grupo familiar, sem inscrição ou benefício na previdência social, exceto do *Plan Nacional de Seguridad Alimentaria*. Para a sua implementação, o Ministério de Desenvolvimento Social outorga a entes executores (municípios, províncias, federações e ou mutuais) através do *Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (INAES)*, a formação e capacitação de cooperativas compostas de aproximadamente 60 trabalhadores cada uma, que são responsáveis pela execução de obras públicas locais que demandam mão de obra intensiva (Tradução do autor).

Figura 2 – Panorama das ações de construção civil autogestionária relacionadas ao Programa de desenvolvimento socioeconômico *Argentina Trabaja*



2012

Rendimos Cuentas



*Desde agosto de 2009, cuando se puso en marcha el Programa, llegamos de forma directa e indirecta a **medio millón de personas**; teniendo el trabajo de los cooperativistas un gran impacto en sus propias comunidades.*

Impulsamos la creación de **empleo digno** desde la **economía social** y solidaria

Porque estamos convencidos que **la generación de trabajo es la mejor política social.**

ARGENTINA
UN PAIS CON BUENA GENTE

 Presidencia de la Nación

Fonte: Sítio eletrônico do Ministério de Desarrollo Social, Presidencia de la Nación. *Argentina Trabaja Ingreso social con trabajo*. Disponível em: <[http://www.desarrollosocial.gob.ar/Uploads/i1/1803%20\(3\).pdf](http://www.desarrollosocial.gob.ar/Uploads/i1/1803%20(3).pdf)>. Acesso: ago. 2012.

Figura 3 – Panorama das ações de construção civil autogestionária relacionadas ao Programa de desenvolvimento socioeconômico *Argentina Trabaja*



Además realizamos **1610 mejoras de unidades habitacionales** para familias numerosas e integrantes con discapacidad.

Construimos plazas, jardines y mejoramos el predio de Tecnópolis con el trabajo de más de 6 mil cooperativistas. Hicimos **7054 mejoras y ampliaciones** en escuelas, clubes, salas de salud, centros integradores comunitarios y áreas recreativas.

A ação socioprodutiva de *ingreso social con trabajo* concebe a inserção do trabalho popular nas obras públicas de construção civil, organizadas em associações e cooperativas de trabalho notadamente caracterizadas num conjunto macroestruturador de políticas sociais voltadas ao desenvolvimento econômico, em frentes de trabalho que utilizam mão de obra intensiva e necessitam de pouca estrutura de equipamentos e instrumentos técnicos, produzindo alto valor de uso urbano, como os trabalhos de manutenção de vias públicas e mesmo os de construção predial habitacional.

Ressalto que essa mobilização social e a organização popular não podem ser destinadas apenas à formulação de uma economia para os setores populares, à margem da economia capitalista, e nem o cooperativismo pode adequar-se a uma redução das possibilidades revolucionárias da autogestão. Dessa forma, penso que as cooperativas de trabalho em construção civil que se formulam na Argentina precisam elaborar a sua autonomia coletiva em uma autonomia socioprodutiva autogestionária e tornar as possibilidades socioeconômicas que o Estado equaciona em oportunidades de repactuar a economia e sociedade no sentido da emancipação social.

A economia social está colocada à serviço da população, contribuindo para atender objetivos sociais importantes, como a inserção econômica, geração de trabalho e provimento de habitação e infraestrutura urbana. Mas, comandada pelo Estado na forma de trabalho flexível por demandas sazonais, o conjunto da economia social se subordina a relações de dependência política que mantêm a continuidade da divisão social do trabalho e, em última análise, a reprodução econômica do capital. Além disso, as trocas autogestionárias passam a ser praticadas em grupos fechados e, mesmo que formulando redes de intercooperação, não se favorece a criação de um mercado social e solidário aberto a trocas econômicas não concorrenciais.

Dessa forma, passo a uma análise dos modelos socioprodutivos que identifiquei na presente pesquisa de campo exploratória em meio ao contexto sociopolítico exposto, que compreende um cenário de expansão e renovação do cooperativismo na economia social no Cone Sul, mas não necessariamente de aprofundamento das noções de autogestão como forma de emancipação social e de elaboração de justiça social, nos termos teórico-práticos que se situam nesta pesquisa acadêmica.

7.4 Análise e interpretação crítica dos dados sócio-cultural-produtivos

Em linhas gerais, as atividades socioprodutivas de construção civil relacionadas à economia social referem-se a arranjos mutualistas e cooperativistas no contexto do sistema cooperativo uruguaio e argentino. Mesmo em um contexto de fortalecimento da economia social, ainda persiste uma baixa representação da construção civil no conjunto da economia social, conforme anunciado na seção anterior. Com efeito, essas atividades de construção civil na economia social ocorrem nos segmentos imobiliário, de infraestrutura e serviços especializados de construção, mas com ênfase no segmento imobiliário de produção habitacional para as classes de baixa e média renda. Isso acontece principalmente em uma produção de organização mutualista, voltada ao provimento de moradias para os próprios beneficiários das associações e cooperativas de caráter “não econômico”, como discutido anteriormente. Além disso, enfatizo que essas atividades estão geralmente restritas aos setores populares, relacionando a noção de cooperativismo como instrumento de desenvolvimento social à saída da pobreza. Enfatizo também que, no contexto atual, há o surgimento de novos modelos socioprodutivos de caráter econômico sem fins lucrativos, os quais, sendo mais conexos aos princípios socioeconômicos cooperativistas, relacionam trabalho, produção, consumo e distribuição de resultados aos trabalhadores; por conseguinte, há a consecução de benefícios sociais e econômicos à sociedade.

Nesse contexto, quanto às possibilidades socioprodutivas autogestionárias da construção civil na economia social, na pesquisa de campo exploratória, identifiquei, na atualidade da produção associada uruguaia e argentina na construção civil autogestionária, a presença de modelos socioprodutivos consolidados, que se referem aos modelos produtivos tradicionais de cooperativas habitacionais mutualistas. Além disso, identifiquei modelos socioprodutivos alternativos, que reelaboram os modelos produtivos tradicionais de cooperativas habitacionais mutualistas, por meio da reciclagem predial e da racionalização produtiva com a introdução de pré-fabricação e inovação tecnológica de materiais e técnicas construtivas. Nesse conjunto de alternativas para a construção civil autogestionária, identifiquei também alternativas à concepção mutualista do sistema cooperativo habitacional, abrindo-se a produção cooperativa à construção civil em geral e introduzindo-se a concepção socioprodutiva de cooperativas de trabalho de construção civil em redes de serviços de construção para a produção habitacional e infraestrutura em uma proposição de desenvolvimento social e econômico sustentável, por meio de arranjos socioprodutivos em economia social.

7.4.1 Modelos socioprodutivos consolidados

Os modelos socioprodutivos consolidados para o desenvolvimento de atividades de construção civil na economia social, que proponho como categoria de análise para os modelos socioprodutivos identificados nesta pesquisa, referem-se principalmente aos modelos tradicionais de cooperativas habitacionais mutualistas, em que se destacam, em especial, as iniciativas cooperativistas habitacionais uruguaias. Essa modalidade de produção habitacional autogestionária merece destaque no conjunto em análise por sua importância histórica e contemporânea, conformando as bases do sistema cooperativo habitacional uruguaio.

Esse sistema foi socialmente implementado pela *Ley de vivienda* nº 13.728 de 1968, que estabeleceu o ordenamento jurídico para a produção habitacional autogestionária, institucionalizando-se o modelo socioprodutivo de cooperativas de usuários e de proprietários (*cooperativas de viviendas*), por meio da *autoconstrucción* (autoconstrução em cooperação familiar), *ayuda mutua* (ajuda mútua em cooperação comunitária) e *ahorro previo* (cooperação por formação de poupança conjunta), em cooperativas singulares ou *cooperativas matrices* (cooperativas autônomas e grupos de cooperativas associadas). Por sua vez, esse conjunto normativo é transposto em sua integralidade para a atual lei geral do cooperativismo uruguaio, *Ley* nº18.407, de 2008, reforçando a continuidade desses modelos tradicionais, consolidados na atualidade socioprodutiva do sistema cooperativo habitacional.

No que diz respeito à organização propriamente dita da produção nas cooperativas habitacionais, segundo Cazères (2008, p. 38), esta ocorre em duas formas: primeiro, com a utilização da força de trabalho dos próprios associados; e segundo, com a contratação de terceiros. Na primeira modalidade socioprodutiva, a utilização da mão de obra dos associados ocorre mediante a autoconstrução em cooperação familiar (*autoconstrucción*) ou ajuda mútua em cooperação comunitária (*ayuda mutua*). Nas cooperativas de autoconstrução, os associados e seus familiares constroem a sua própria moradia. Já nas cooperativas de ajuda mútua, os associados se unem em regime de mutirão para construir e administrar a obra de uma comunidade socialmente organizada. Em ambos os casos, pode haver a contratação de terceiros, especialmente para serviços qualificados de construção, que são de natureza complementar ou especializada. No entanto, a produção dos trabalhos essenciais de construção é realizada pelos próprios cooperados, que administram a obra com assessoria técnica de terceiros. Na segunda modalidade socioprodutiva, a contratação de terceiros é a condição da produção habitacional, o que caracteriza as cooperativas

habitacionais de formação de poupança conjunta (*ahorro previo*). Esse arranjo representa uma forma de reunião de capital coletivo, que possibilita financiar a parcela inicial do empreendimento imobiliário, contratando empresas construtoras e realizando a obra com o restante do financiamento público para a construção de moradias.

A produção autônoma de unidades habitacionais, por meio de cooperativas habitacionais é recorrente na periferia pericentral de Montevideu e no interior do país, atendendo a classes pobres assalariadas (*bajos y medios ingresos*). A modalidade de cooperativas habitacionais mais utilizada pelos trabalhadores mais empobrecidos é a cooperativa de usuários por ajuda mútua (*ayuda mutua*), sendo também utilizado o modelo de cooperativa de proprietários por ajuda mútua. As classes médias adotam geralmente o modelo das cooperativas por poupança conjunta (*ahorro previo*), em geral sob a forma de cooperativas de proprietários individualizados. Há ainda as matrizes de cooperativas autônomas (*cooperativas matrices*), que organizam cooperativas em qualquer uma dessas personalidades jurídicas. O ordenamento jurídico uruguaio instituiu, para a organização dos empreendimentos cooperativistas, a forma legal de cooperativas matrizes e de cooperativas singulares de usuários ou de proprietários. Assim, segundo art.142 da *ley de vivienda* nº13.728, as unidades cooperativas de habitação podem incluir entre 10 e 200 membros cooperados. Por sua vez, o art.165 define que as cooperativas matrizes não podem ultrapassar 1000 cooperados sem entregar os respectivos imóveis.

Já na produção habitacional de interesse social, as cooperativas habitacionais como formas de organização por autoconstrução em cooperação familiar são comandadas diretamente pelo Estado, através de reassentamentos de interesse social (*realojos*), que mobilizam as pessoas em regime de “mutirões”, por meio de programas governamentais específicos. Além disso, paralelamente, ocorre a contratação de empresas construtoras para o provimento de “moradias mínimas” de interesse social, por meio da construção de “núcleos básicos evolutivos” com a entrega da obra com a “chave na mão” (*llave en mano*), e produção de infraestrutura e urbanização.

Assim, há uma clara estratificação socioeconômica das modalidades de cooperativas habitacionais relativa às respectivas faixas de renda dos grupos associados, correspondendo às possibilidades dos arranjos socioprodutivos com maior ou menor grau de autonomia ou de heteronomia do grupo associado, o que também está relacionado à forma de participação do Estado como agente econômico, político ou social, em meio à produção associada autogestionária.

Por sua vez, as federações de cooperativas habitacionais, como a *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (FUCVAM), possuem um importante papel de representação política, mobilização social e educação cooperativa no conjunto do sistema de cooperativas habitacionais uruguaias.

Sobre o cooperativismo habitacional uruguaio, Nahoum (2008, p.26) afirma que a gestão cooperativista permite uma economia de escala com relação ao uso dos recursos, tanto materiais como humanos, estimada em cerca de um terço, se comparada à produção capitalista, obtendo melhores resultados com menores custos e apresentando também vantagens com relação à conservação, manutenção e urbanização dos conjuntos habitacionais. Na maioria dos casos, a produção habitacional configura propriedades coletivas, e as cooperativas se tornam uma espécie de condomínios residenciais de autogestão urbana, abertos aos espaços de vizinhança na cidade.

Assim, surgem uma série de desdobramentos sociais, a partir desses núcleos de habitação autogestionária, que beneficiam os usuários com equipamentos urbanos de uso diversos, como postos de saúde, escolas, creches, bibliotecas, salas comunitárias e espaços recreativos conexos ao espaço urbano. Essas benfeitorias aprimoram os espaços sociais comunitários, incrementando a qualidade de vida das pessoas nos espaços urbanos. Conseqüentemente, isso amplia a produção da habitação à gestão comunitária dos espaços de vizinhança com o objetivo de gerar melhorias nos espaços sociais comunitários, incrementando a qualidade de vida das pessoas locais e no entorno imediato. Além disso, a presença dos próprios cooperados no trabalho de produção ou de administração da construção da moradia fortalece as capacidades cidadãs pela autogestão em uma forma democrática de autonomia coletiva direcionada à autogestão territorial.

No tocante à produção habitacional e à inserção urbana dos empreendimentos cooperativistas, são visivelmente perceptíveis as vantagens citadas acima, que se relacionam fundamentalmente ao valor de uso coletivo dos imóveis e ao cuidado cotidiano que ocorrem nos espaços públicos no entorno das edificações em cooperativas habitacionais. O espaço urbano microlocal de uso compartilhado pelas cooperativas habitacionais possui qualidades ambientais, como espaços ajardinados, áreas abertas de circulação e vários outros lugares de uso temporário com funções indeterminadas, que são passíveis de uma apropriação aberta às pessoas que habitam e circulam nesses espaços, conforme pode ser visto nas fotografias a seguir.

Fotografia 9 – Implantação urbana típica das cooperativas pioneiras habitacionais de usuários por *ayuda mutua* – Montevideú / Uruguai



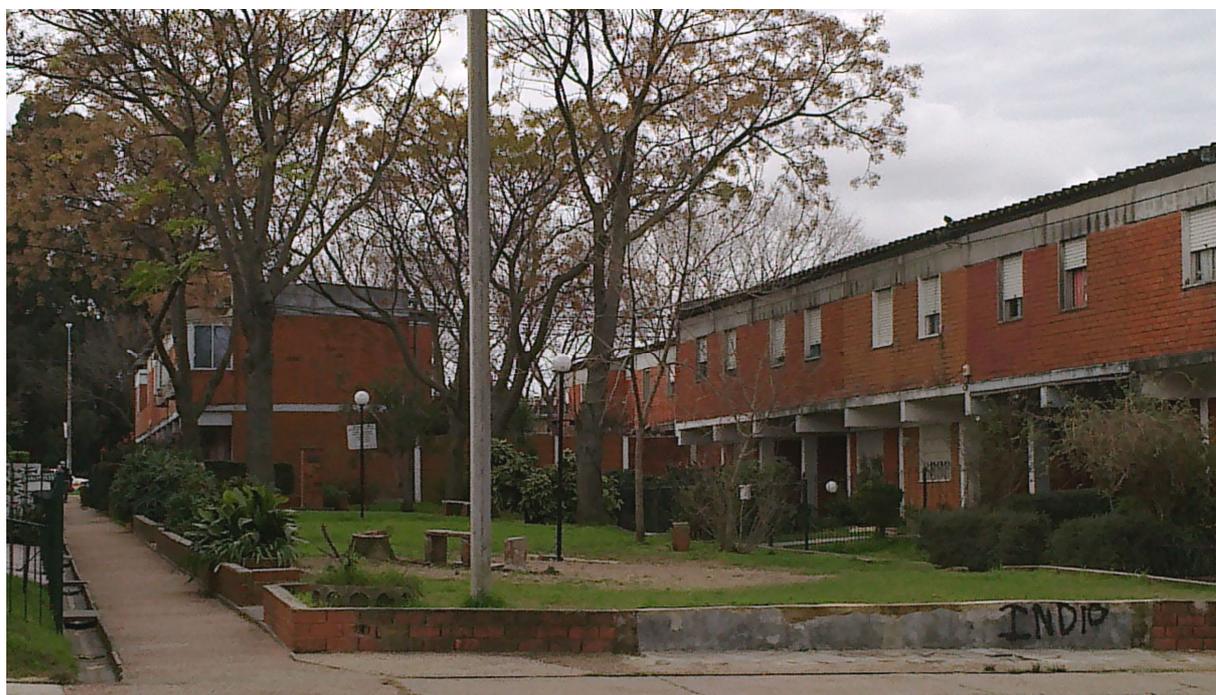
Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 10 – Contexto urbano atual no interior dos conjuntos de cooperativas pioneiras habitacionais – Montevideú / Uruguai



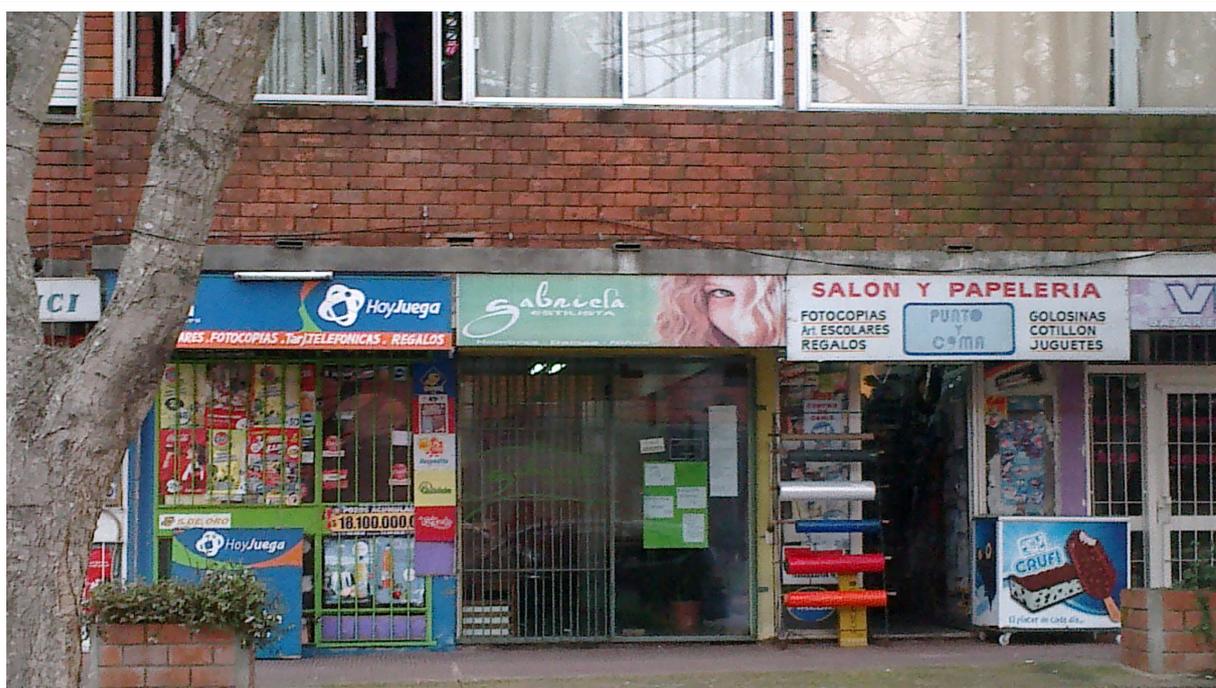
Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 11 – Espaço público no interior dos conjuntos de cooperativas pioneiras habitacionais de usuários por *ayuda mutua* – Montevideu / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 12 – Uso misto habitacional e comercial nos conjuntos de cooperativas pioneiras habitacionais de usuários por *ayuda mutua* – Montevideu / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 13 – Perspectiva do conjunto de cooperativas pioneiras habitacionais de usuários por *ayuda mutua* – Montevideú / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 14 – Fachada. Modularização dos conjuntos de cooperativas pioneiras habitacionais de usuários por *ayuda mutua* – Montevideú / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 15 – Canteiro de obras de cooperativas contemporâneas habitacionais de usuários por *ayuda mutua*– Montevideu / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 16 – Detalhe da modulação de casas. Canteiro de obras de cooperativas contemporâneas habitacionais de usuários por *ayuda mutua* – Montevideu / Uruguai



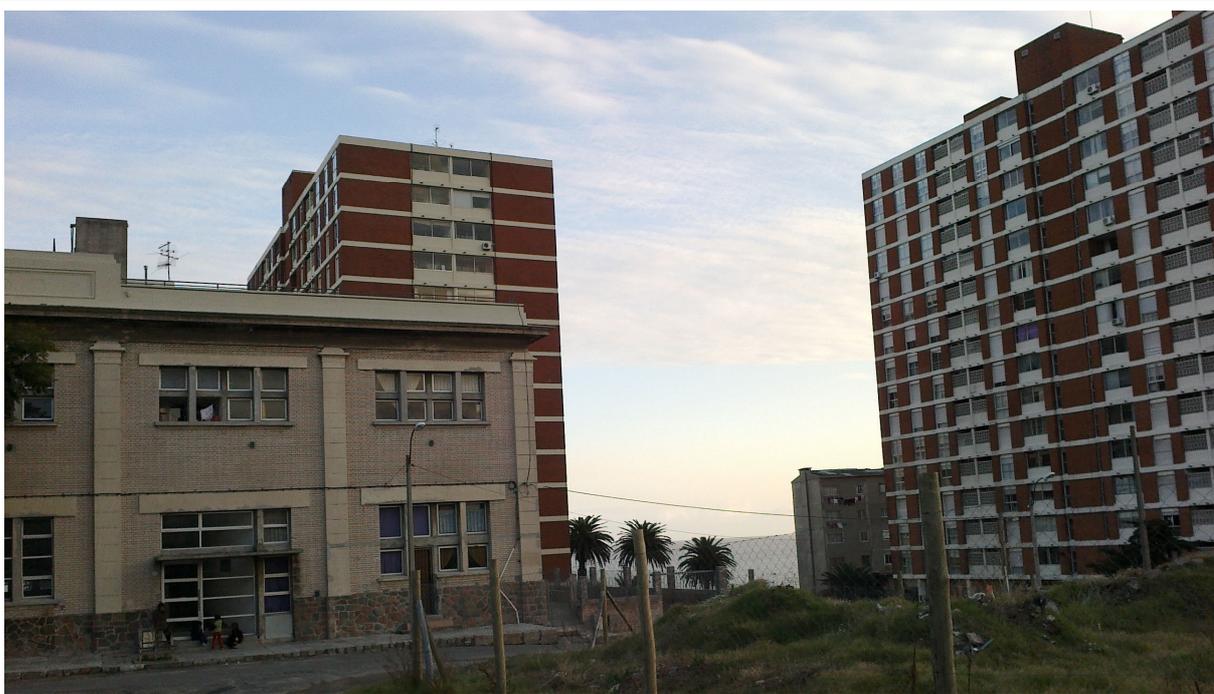
Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 17 – Estrutura em concreto pré-fabricado na construção de uma cooperativa habitacional de proprietários por *ahorro previo* – Montevideu / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 18 – Entorno da construção de uma cooperativa habitacional de proprietário por *ahorro previo* – Montevideu / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 19 – Canteiro de obras de cooperativas de autoconstrução em um *realojo* (reassentamento). Programa Habitacional *La Isla* – Tacuarembó / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 20 – Vista do canteiro de obras da vila em processo de remoção pelo Projeto *La Isla* – Tacuarembó / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 21 – Família de cooperados em autoconstrução no canteiro de obras do Projeto *La Isla* – Tacuarembó / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 22 – Casas Modulares sendo erguidas por meio de cooperativas de autoconstrução. Canteiro de obras do Projeto *La Isla* – Tacuarembó / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Com o trabalho por cooperação comunitária (*ayuda mutua*), desenvolve-se o sentido de pertencimento à comunidade e à localidade pela autogestão habitacional e urbana, constituindo-se valor de uso social da cidade. Isso implica profundas repercussões sociais entre as próprias famílias socioconstrutoras conforme informa Iglesias (2008, p.53) com relação a “*el momento de la nueva vida en cooperativa*”. Em uma gestão cooperativista, os cooperados estão constantemente envolvidos nos processos de tomada de decisão sociopolítica. Com isso, aprendem a conviver diretamente com os princípios democráticos, eliminando a suposta necessidade de uma regulação externa ou de representação para as decisões do grupo associado. Essas condições são favoráveis à coesão social na vida cotidiana da cooperativa habitacional, transcendendo a produção coletiva propriamente dita da moradia.

Com relação à administração do financiamento da obra, Kruk (2008, p. 56) informa que na ajuda mútua os cooperados aportam 15% do montante financeiro. Os restantes 85% são financiados pelo MVOTMA, através do fundo nacional de habitação e desenvolvimento urbano uruguaio. Os cooperados contribuem com 80 horas por mês de trabalho solidário em tarefas gerais, que vão desde o trabalho construtivo até a supervisão de frentes de trabalho e a contratação de pessoal especializado.

Reforço que, pela citada legislação uruguaia, os atos cooperativos resultam em direito de posse ou de propriedade imobiliária coletiva ou individual. Assim, as cooperativas de usuários detêm a propriedade coletiva dos imóveis; e os cooperados, a sua posse para uso familiar do imóvel, indeterminada e com direito sucessório à moradia. Por outro lado, as cooperativas de proprietários organizam-se para que o resultado do empreendimento imobiliário seja passível de individualização de propriedade do imóvel, o que significa que cada associado corresponde a uma unidade familiar proprietária do seu imóvel de moradia.

A assessoria técnica é conceituada no sistema cooperativo habitacional pelos *institutos de asistencia tecnica* (IEATs), que se destinam, nos termos do art. 156 da *ley de vivienda*, a prestar serviços jurídicos, de educação cooperativa, financeiros, econômicos e sociais às cooperativas e outras entidades sem fins lucrativos, além de incluir serviços técnicos de projeto de arquitetura e complementares bem como de administração de obras. A assessoria técnica tem uma importância notável na organização política, econômica e tecnológica dos empreendimentos habitacionais, a exemplo das ações do CCU e da FUCVAM no desenvolvimento do sistema cooperativo habitacional uruguaio.

No contexto da assessoria técnica para cooperativas habitacionais, os arquitetos desempenham um papel relevante no modelo multidisciplinar dos *institutos de asistencia técnica*, determinando, por exemplo, as características fundamentais do imóvel, como sua inserção urbana, escala do empreendimento, coordenação modular, conforto ambiental e atributos plásticos e estéticos. Isso acabou por configurar um determinado padrão socioprodutivo e estético, que é identificado como o emblema do “cooperativismo uruguaio”, concretizado iconicamente nas cooperativas de usuários por ajuda mútua, conforme apresentado pelas fotografias anteriores. Esse padrão sucintamente se resume a casas duplex em alvenaria de tijolos à vista, coordenadas modularmente em justaposição, conformando um bloco linear horizontalizado.

Esse é o partido básico de arquitetura para as cooperativas habitacionais, que se repete constantemente como uma lógica de ocupação padronizada do espaço da moradia autogestionária inscrita na ocupação territorial do espaço urbano. Basicamente a unidade habitacional é estruturada de forma a ter dois níveis internos, sendo o nível superior reservado ao espaço de uso privado e íntimo, enquanto o piso inferior reserva-se ao uso social e serviços domésticos conjugados. Além disso, no primeiro nível, há um pequeno quintal de fundos da residência, que configura um espaço aberto de uso privado da habitação, contribuindo para uma ventilação cruzada na edificação. Por sua vez, em uma unidade habitacional específica, essa forma permite que o espaço de uso social da casa faça uma conexão horizontal entre o espaço de uso coletivo da rua com o espaço aberto de uso privado, e verticalmente com o espaço íntimo.

Dessa forma, apresenta-se uma configuração arquitetônica que permite distinguir espaços de uso social, misto e privado. Ao mesmo tempo, a forma retangular desse partido arquitetônico possibilita uma modularização na ocupação horizontal do terreno, que se repete ao longo de uma extensa linha, configurando um bloco residencial, que é o próprio edifício da cooperativa habitacional. Ou seja, cada edifício corresponde a uma cooperativa, que é um arranjo socioprodutivo organizado pelo grupo de moradores habitantes usuários desse espaço urbano.

Entretanto, há que se questionar o fundamento da funcionalização dos espaços de uso domésticos, uma vez que a dimensão da domesticidade é, por definição, indeterminada, e os arranjos familiares e necessidades espaciais são inúmeras e, por vezes, contraditórias. Além disso, em muitos casos, espaços aparentemente não funcionais possibilitam outros usos futuros. Em suma, a suposta eficiência do desenho arquitetônico relatada acima não garante a adequação ideal a todas as necessidades individualizadas dos usuários dessas

cooperativas habitacionais. Por exemplo, a simples presença de uma circulação vertical, que resolve espacialmente a diferenciação entre os espaços de uso social e íntimo, pode ser um grande empecilho às pessoas com necessidades especiais de locomoção. De uma maneira geral, tanto na concepção arquitetônica quanto na prática da produção habitacional autogestionária, há uma idealização dos usuários a que se destinam os empreendimentos e, conseqüentemente, um apagamento da expressão dessas individualidades em seus contextos reais e vivenciais, em constante transformação. Nesse sentido, Nahoum ressalta o processo de envelhecimento dos pioneiros do cooperativismo habitacional uruguaio.

Lo más notorio, y que hoy viene siendo planteado con preocupación por la Comisión de Adultos Mayores de FUCVAM, es la inadecuación del proyecto, pensado por técnicos y cooperativistas para la vida a los treinta años y no a los setenta. La vivienda dúplex, de alguna manera la imagen del movimiento y lo que cada familia tiene en mente cuando ingresa a la cooperativa, muestra sus problemas de adaptación a necesidades cambiantes: la dificultad de adicionarle espacios cuando la familia crece; los dormitorios en planta alta, inadecuados para enfermos o ancianos; el baño también al cabo de las escaleras o separado de los dormitorios cuando está en planta baja. Y esos problemas son agravados por reglamentos que siguen poniendo limitaciones que poco significan en materia de ahorro de costos y en cambio hacen perder mucha calidad: así, por ejemplo, se insiste en que el cálculo de los dormitorios necesarios se haga congelando la situación familiar al momento de otorgarse el préstamo y sólo se admite un segundo baño, aun secundario, para las escasas viviendas de cuatro dormitorios. Lo que ahorra muy poco ahora y encarece mucho después, cuando hay que agregar lo que falta, sobre una estructura muy poco plástica para admitir añadidos (NAHOUM, 2009, p.96).²³

A superdeterminação do projeto de arquitetura das cooperativas habitacionais num suposto atendimento padronizado das necessidades de moradia dos usuários indica a problemática proposta por Granovetter (2007, p.7-9) com relação à dinâmica socioeconômica, anteriormente discutida, em que se coloca em debate o contexto subsocializado do usuário numa relação de supersocialização da produção habitacional. Isso significa que o usuário não é um “átomo” disperso no espaço social em que habita, nem segue as

²³ É sabido que hoje sendo discutido com preocupação pela Comissão de Seniores da FUCVAM, a inadequação do projeto, concebida pelos técnicos e cooperativas para a vida aos trinta anos e não aos anos setenta. A moradia duplex, de alguma forma, a imagem do movimento, e que representa o que cada família tem em mente quando ele ingressa na cooperativa, mostra seus problemas de adaptação à evolução das necessidades: a dificuldade de adicionar espaços quando a família cresce, os quartos no andar superior, inadequados para doentes ou idosos, o banheiro também após as escadas ou separado do dormitório quando está no primeiro piso. E esses problemas são agravados pela regulamentações que seguem colocando limitações que pouco significam em matéria de despêndio financeiro no custo e em troca fazem perder muita qualidade: assim, por exemplo, insiste-se que o cálculo de quartos necessários seja correspondente à situação familiar no momento de concessão do financiamento e somente admite-se um segundo banheiro nas casas com quatro quartos. O que economiza muito pouco agora e, mais tarde, encarece muito, quando é preciso adicionar o que está faltando, em uma estrutura muito pouco flexível para admitir acréscimos (Tradução do autor).

sobredeterminações que a produção do espaço cotidiano determina à programação funcional da sua existência e condições de sua habitabilidade.

No entanto, o atendimento funcional da habitação e a igualdade formal e plástica configurada pela modularização dos empreendimentos habitacionais são reforçados pelo pressuposto da igualdade de direitos individuais em um arranjo socioprodutivo coletivo. Essa noção revela as contradições entre o espaço individual no exercício de uma coletividade autogerida. Vários entrevistados na pesquisa de campo afirmaram essa questão como uma condição própria à gestão cooperativista e reforçam a noção de que uma gestão coletiva suprime, necessariamente, as particularidades que a constitui. Esse caráter totalizante e generalizado da produção cooperativista habitacional demonstra os aspectos totalitários que estruturalmente organizam ideologicamente esse modo de produção híbrido, que conjuga aspectos autônomos e heterônomos na produção mutualista tradicional no cooperativismo habitacional uruguaio. Consequentemente, reproduzem-se, no interior dos processos associativos autogestionários das cooperativas habitacionais, contradições próprias das práticas capitalistas heterônomas na produção social do espaço. A condição heterônoma à qual a produção cooperativista se submete se torna um entrave ao próprio desenvolvimento da cultura produtiva autogestionária e da sua autonomia coletiva, do ponto de vista da autogestão plena, em uma situação socioprodutiva de autogestão construtiva e territorial, conforme problematizado anteriormente na crítica de Lefebvre e Harvey.

Além disso, é importante atentar-se aos aspectos relacionados à dinâmica socioeconômica de acesso à terra e à configuração da propriedade imobiliária coletiva no contexto concorrencial do mercado de imóveis. O ônus de aquisição de terreno para construção é o aspecto fundamental no processo de construção de um empreendimento cooperativo habitacional, que, em geral, somente se inicia após adquirir a propriedade de direito sobre determinada porção de terra urbanizada. Numa perspectiva de ordenamento territorial, a *cartera publica de tierras* uruguaia, atuando como uma espécie de zoneamento especial de interesse social, é um instrumento público favorável aos grupos associados de baixa renda. Apesar de o instrumento de planejamento urbano prever a inserção dos espaços de interesse social na produção do espaço urbano, a efetivação do acesso à terra depende dos trâmites das prefeituras e do MVOTMA, os quais administram essa via de acesso à terra das classes de baixa renda na periferia das cidades. Além disso, o acesso à terra é possível para os grupos associados com viabilidade socioprodutiva auto-organizada. Isso significa que o acesso à terra é difícil tanto pela compra no mercado imobiliário quanto pelos requisitos para aquisição pública.

Um outro aspecto que importa a esta análise diz respeito ao tamanho dos terrenos em que se organizam, na atualidade, os empreendimentos cooperativos habitacionais destinado ao interesse social. É perceptível a mudança da escala territorial das cooperativas habitacionais, envolvendo menores grupos associados, seguido do uso de menores terrenos e mais afastados dos centros urbanos. Nessa forma de ocupação contemporânea, há uma maior individualização do uso do solo, o que significa, em contraposição, um pior aproveitamento dos recursos urbanos, uma vez que se ocupam maiores extensões horizontais com unidades habitacionais unifamiliares, o que alonga os limites urbanos das cidades.

Na década de 1970, as cooperativas ocupavam terrenos maiores, concentrando as habitações em blocos de edifícios, o que gerou o ícone construtivo do cooperativismo habitacional tradicional uruguaio, já explicitado. Na atualidade, as cooperativas de usuários por ajuda mútua, que se localizam nas proximidades das pioneiras, estão sendo construídas em terrenos cuja escala é quatro vezes menor que as ocupações históricas. Além disso, estão ocorrendo mudanças na forma social de propriedade coletiva tradicionalmente praticada pelo cooperativismo habitacional uruguaio, em função de uma perspectiva imediatista com relação à suposta seguridade econômica da propriedade individual. Por sua vez, a propriedade individualizada permite a garantia às particularidades pessoais, mas contraditoriamente é muito mais vulnerável à pressão do mercado imobiliário. Na atualidade, as cooperativas tradicionais de usuários por ajuda mútua estão cedendo lugar às cooperativas de proprietários individuais por ajuda mútua.

Por um lado, a propriedade individual promove a segurança pessoal e amplia o alcance das ações individualizadas em um conjunto imobiliário produzido de forma coletiva. Por outro lado, a propriedade coletiva promove uma espécie de segurança sucessória à posse do indivíduo e garante a devolução do somatório de trabalho empregado no empreendimento, em caso de retirar-se da cooperativa habitacional. A propriedade coletiva especificamente não possibilita colocar a habitação individualizada no regime de mercado concorrencial. Com isso, o território fica sob o controle coletivo dos usuários da cooperativa, afastando os investimentos imobiliários especulativos, que não conseguem dominar esses espaços urbanos, o que evita a especulação imobiliária. Isso muda efetivamente a fragilidade do indivíduo frente ao mercado de imóveis, pois a união solidária enfrenta a dominação ampla do capital imobiliário no território. Entretanto, num cenário urbano, em que a propriedade coletiva vem perdendo sua força social pela própria fragmentação de seu grupo associado, essa importante forma de regulação econômica e socioespacial na cidade deixa de exercer efetivamente algum controle socioeconômico sobre o mercado imobiliário e fundiário. Esse

posicionamento permite a abertura de condições para as cooperativas de habitação entrarem no regime do mercado especulativo imobiliário, inclusive abrindo-se à perversidade das práticas de despejo financeiros individuais, elevação especulativa dos preços da terra e hiper valorização dos imóveis, levando à periferização e à impossibilidade de reprodução do sistema cooperativo habitacional nos centros urbanos.

Com o enfoque recorrente na construção de casas como valor de uso para os próprios membros das cooperativas em uma motivação essencial de subsistência, o sistema cooperativo habitacional uruguaio concretiza possibilidades autogestionárias. Porém, os arranjos socioprodutivos são impossibilitados de gestioná-las, seja pela economia mutualista que pratica; pelo grau de alienação social e carência de recursos econômicos das classes que atende; seja pela naturalização das práticas heterogestionárias que a assessoria técnica e o Estado ordenam como parte da reprodução de práticas sociais e ideológicas do capitalismo.

Reitero que as associações cooperativas habitacionais uruguaias se configuram, na prática, como associações mutuais que visam à promoção de moradias como benefícios de uso próprio e condomínio de uso coletivo do grupo associado autogestionário. Além disso, a relação com terceiros é uma relação de consumo ou de submissão técnico-científica, e não de produção autogestionária do grupo associado. Assim, penso que os arranjos socioprodutivos em discussão não elaboram uma produção autogestionária própria das possibilidades de uma produção cooperativista capaz de superar a presença da divisão social do trabalho, a separação entre teoria e prática, a organização de funções hierárquicas com controle e supervisão produtiva e a restrição da produção padronizada para o atendimento econômico de determinada classe social.

As possibilidades e impossibilidades da produção habitacional autogestionária bem como os contextos sociais, culturais, políticos, econômicos e espaciais vigentes à época da construção dos empreendimentos imobiliários podem ser verificados como dados sociais em que pode extrair-se elementos concretos para a crítica da produção do espaço como as formas de propriedade envolvidas, localizações na cidade, tamanho dos empreendimentos, grau de padronização das unidades habitacionais, atendimentos às demandas individuais, recursos tecnológicos e materiais aplicados e usos sociais do espaço urbano. Esses dados sociais informam qualitativamente os resultados sócio-econômico-espaciais dos processos socioprodutivos engendrados pelos grupos associados autogestionários ao edificarem as moradias e suas inserções no território.

Por fim, a crítica que dirijo aos contextos socioprodutivos imersos no sistema cooperativista habitacional uruguaio, numa perspectiva crítica de base marxiana, pode ser percebida nessa crítica da produção associada autogestionária, analisando-se as práticas socioprodutivas e socioeconômicas engendradas na propriedade coletiva e no sistema socioprodutivo cooperativista habitacional. Por outro lado, a autogestão habitacional em uma correspondente autogestão territorial constitui raridades efetivas de urbanidade pela participação democrática e poder de decisão do grupo associado autogestionário em aspectos microlocais ou microurbanos, que são decisivos para uma verdadeira autonomia individual e coletiva no desenvolvimento socioespacial, constituindo outras formas de produção do espaço direcionadas à emancipação e justiça social.

7.4.2 Modelos socioprodutivos alternativos

Identifiquei alterações significativas em curso nos modelos socioprodutivos tradicionais do cooperativismo habitacional uruguaio, especialmente com a introdução da pré-fabricação industrial, incorporando a lógica da racionalização produtiva de base capitalista. Conforme descrito nos capítulos 2 e 5, a racionalização produtiva corresponde fundamentalmente à otimização técnico-produtiva promovida pela industrialização de bens padronizados em larga escala, articulando-se inovações técnicas e organizacionais socioprodutivas, a fim de obter-se aumento na escala produtiva que representa o correspondente incremento no consumo massificado.

Especificamente, a “racionalização” da produção na construção civil autogestionária relaciona-se à pré-fabricação fechada e industrializada de moradias de interesse social, a sua introdução vem desmontando a pré-fabricação no canteiro e possibilidades de articulação entre cooperativas de produção e de trabalho no atendimento da produção associada habitacional. A “racionalização” industrial, por ser avessa à pequena escala, elabora “kits”, que são conjuntos fechados de soluções pré-fabricadas, em que se produz industrialmente a unidade habitacional unifamiliar como um bloco de edificação montável, cujos componentes não são intercambiáveis e, por isso, não são abertos a possibilidades criativas ou soluções individualizadas.

Com relação à apropriação dos conhecimentos e ao gerenciamento de processos construtivos, a introdução da pré-fabricação industrial é seguida de uma separação entre a produção material que ocorre na fábrica e a construção que ocorre no canteiro como um

processo de montagem pré-determinado. Dessa forma, a pré-fabricação industrial torna-se uma estratégia de otimização, com a eficiência produtiva relacionada à diminuição de erros de execução e redução de tempo ocioso entre etapas construtivas. Entretanto, essa otimização em um circuito fechado e dividido na base de sua produção conduz ao gerenciamento organizacional heterônomo dos processos, mediante a padronização de produtos e repetitividade das operações construtivas, separando a produção industrial propriamente dita da montagem mutualista em cooperativas habitacionais. No resultado socioprodutivo desse processo, ocorre uma adaptação do trabalho manual cooperativo à lógica heterônoma da produção industrial em larga escala.

A produção autogestionária racionalizada, conseqüentemente, retira o controle dos processos socioprodutivos, conduzindo o trabalho associado ao atendimento das demandas de produção externalizadas pelo capital. Isso aprofunda a alienação do trabalho e não oportuniza a aprendizagem dos indivíduos para tornarem-se construtores autônomos, devido à fragmentação das atividades, levando à obsolescência do “saber fazer”. Os cooperados restringem-se à categoria de montadores especializados em tarefas e objetos pré-definidos em sua forma e para a sua inserção social por classes.

Por outro lado, a assessoria técnica torna-se uma forma resumida de transferência tecnológica para acessar conhecimentos construtivos especializados, que se reduzem às tarefas operacionais para uma determinada forma ou padrão construtivo pré-determinado. Assim, surge uma relação vertical entre os institutos de assistência técnica e os cooperados, o que não favorece a apropriação de conhecimentos técnico-construtivos. Além disso, tornam-se escassas inovações no canteiro e na organização autogestionária dos processos socioprodutivos, que se repetem em padrões muito homogêneos e controlados.

Com a racionalização produtiva, por meio da pré-fabricação de casas industrializadas aliada à montagem das unidades habitacionais por cooperativas de ajuda mútua, pode-se conviver a tradição socioprodutiva do cooperativismo habitacional e o novo ambiente heterônomo de racionalização produtiva do sistema cooperativo habitacional. Nesse sentido, destaco as cooperativas habitacionais de montagem de casas pré-fabricadas, a exemplo do Programa *Vivienda Sindical*, em uma ação social do *Plenario Intersindical de Trabajadores / Convención Nacional Trabajadores* (PIT-CNT) e apoiada pelo *Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente* (MVOTMA). Nesse arranjo socioprodutivo, mesclam-se produção autônoma em cooperativas de proprietários por ajuda mútua pelos afiliados ao PIT-CNT, financiamento individualizado pelo *Banco Hipotecario del Uruguay* (BHU) em uma linha de crédito direcionada ao programa, adotando-se a compra de um “kit

habitacional” tipo exportação, fabricado pela UMISSA (*Unión Metalúrgica Industrial del Sur S.A*), a partir do sistema construtivo desenvolvido pela *Nox Arquitectura Industrializada*.

Contraditoriamente, os sistemas de pré-fabricação industrial são reforçados pelos princípios solidários mutualistas, em uma subversão da cooperação comunitária da ajuda mútua pela suposta noção fazer igual para que todos tenham direitos de uso e oportunidades iguais no espaço social a ser edificado. Os desafios da produção habitacional de interesse social na produção massiva de casas é atender o indivíduo em condição social imposta pelos fatores econômicos, na qual a produção e a tecnologia são os protagonistas. Assim, a suposta eficácia de universalização do direito ao acesso à moradia pelo barateamento tecnológico oculta as reais relações de segregação socioespacial, localizando a habitação no circuito mercadológico, que não constitui necessariamente urbanidade nos territórios em que se assentam as moradias pré-fabricadas industrialmente e montadas por cooperativas habitacionais. O produto "habitação social" torna-se, portanto, um produto de "habitação comercial", consumível em sua unidade básica, que não corresponde à produção de cidade, uma vez que não se constitui urbanidade simplesmente a partir da reunião seriada de habitações de um mesmo tipo. Na observação do contexto urbano que vem concretizando-se com a habitação industrializada, é perceptível que a noção técnica do padrão construtivo e sua eficácia para resoluções sociais de provimento de moradia é por demais simplificadora dos problemas socioespaciais configurados no território. A construção de uma paisagem de homogeneização habitacional complexifica coletivamente as relações simplificadas no atendimento individualizado da questão habitacional. A fotografia a seguir ilustra essa condição socioespacial.

Na simplificação das técnicas construtivas e na urgência de “resolver” o déficit habitacional, são perceptíveis várias formas de cooptação do capital, atuando na desestruturação dos avanços sociais conquistados historicamente pelo cooperativismo habitacional. Esses avanços sociais vêm promovendo alternativas para o estabelecimento de formas de justiça social, pela autonomia coletiva e autogestão urbana, propondo modelos autogestionários para o desenvolvimento socioespacial com a finalidade de garantir a inserção urbana e a permanência das classes pobres nas cidades. O cooperativismo habitacional “racionalizado”, como se pratica na atualidade, não é uma forma social que por si só vai erradicar a pobreza. Entretanto, a minimização das desigualdades socioeconômicas que se pretende com a aquisição de uma moradia industrializada não pode tornar-se uma forma de aprofundamento da segregação socioespacial e nem uma forma de ruptura das possibilidades autogestionárias que se consolidaram no passado recente.

Fotografia 23 – Sistema internacional de arquitetura industrializada UMISSA / NOX, para o atendimento de interesse social. Canteiro de obras em Maracaibo / Venezuela



Fonte: Arquitetura industrial UMISSA / NOX. Disponível em <<http://www.scnnox.com>>. Acesso em: jul. 2012.

Fotografia 24 – Produção do sistema internacional de arquitetura industrializada Umissa / NOX. Fábrica em Canelones / Uruguai



Fonte: Sistema de produção UMISSA, fábrica em Canelones/Uruguay. Disponível em: <<http://www.umissa.com>>. Acesso em: jul. 2012.

Além disso, identifiquei também perspectivas alternativas de tecnologias do habitar ligadas a universidades e grupos sociais locais e regionais. Nesses casos, há uma diversidade de técnicas, materiais e sistemas construtivos alternativos para o apoio técnico à produção associada autogestionária. Isso envolve o uso de tecnologias de baixo custo e baixo impacto ambiental, com disseminação de soluções construtivas sustentáveis em pequena escala. Entretanto, mesmo havendo rupturas tecnológicas nos princípios usuais de produção, não identifiquei nenhuma ruptura na concepção de padronização construtiva para o atendimento de interesse social. Assim, saídas socioprodutivas coletivas continuam ordenadas pelo viés do atendimento individual padronizado e pautadas em tecnociência e economia de escassez, não alterando as condições de inserção social dos grupos desfavorecidos. Além disso, essas saídas não elaboram nem a autonomia individual nem a coletiva. Isso impede mínimas expressões de autogestão e, de fato, acirram a segregação social mesmo quando conseguem resolver aspectos de ordem imediata, como a moradia mínima. Apesar de uma elaboração tecnológica dos arranjos produtivos alternativos, percebo uma recorrência da lógica heterônoma como princípio de eficiência técnica, em que se suprime importantes aspectos relativos à autonomia coletiva e à autogestão urbana.

Por outro lado, identifiquei uma iniciativa incipiente de economia social para o desenvolvimento alternativo de materiais e tecnologias em madeira para a aplicação na produção habitacional. Numa perspectiva de desenvolvimento socioeconômico local e regional no Uruguai, especialmente no Departamento Tacuarembó, há o desejo da população local de utilização da madeira, matéria-prima abundante nessa região, a partir de uma articulação entre o cooperativismo habitacional e o cooperativismo de trabalho e produção na formulação de uma nova cadeia produtiva da madeira para a construção civil, organizada sob a lógica da economia social.

Nesse conjunto, destaco as tentativas iniciais de uso de materiais alternativos em madeira pela COVIFORTA, cooperativa habitacional formada por trabalhadores de uma indústria produtora de painéis de madeira localizada na cidade do Tacuarembó, anunciando novas possibilidades para uma pré-fabricação aberta de componentes de madeira e aplicação na produção habitacional pelos próprios trabalhadores cooperados. Utilizando-se do ofício de carpintaria, os cooperados sentem-se aptos a produzirem autonomamente tanto a habitação quanto o seu processo construtivo. Isso indica uma junção entre conhecimentos laborais e os materiais locais numa alternativa de produção e trabalho construtivo para o benefício desse grupo autogestionado.

Fotografia 25 – Vista dos bosques de eucaliptos na região do Tacuarembó / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 26 – Pilaretes de madeira em aplicação convencional nos canteiros de obras de construção civil – Tacuarembó / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Nesse contexto socioprodutivo de alternativas autogestionárias na construção civil, há também uma interessante demanda social por requalificação urbana, que necessariamente passa por reformas prediais de edifícios abandonados para o uso habitacional e misto, em especial edificações de valor histórico, a exemplo das cooperativas habitacionais de *reciclaje*, ocorrendo, principalmente, na *Ciudad Vieja*, em Montevideu.

É importante ressaltar que a reciclagem habitacional (*reciclaje de vivienda*) apresenta uma concepção que se difere essencialmente da produção de novas unidades na periferia, como nos casos anteriores, pela reutilização de edifícios com recursos urbanos instalados, promovendo-se um retorno de uso social pela revitalização do espaço público de entorno imediato. Além disso, segundo Vallés (2009, p.154), a participação da população local na *reciclaje* implica diferentes premissas socioprodutivas, que acontecem devido aos limites de ações pontuais no ambiente construído. Assim, uma *reciclaje* parte do pressuposto de não haver deslocamento da população residente, aproveitando-se a estrutura do edifício e utilizando-se técnicas construtivas adaptáveis e apropriáveis pela população local. Dessa forma, geralmente na *reciclaje* adota-se um misto do sistema construtivo tradicional aliado à pré fabricação industrial ou pré-fabricação de componentes na própria obra. Por se tratar de obras complexas e únicas, há uma dependência de pessoal contratado para a elaboração de serviços especializados de construção.

Nesse sentido, penso que a *reciclaje* poderia articular-se em cooperativas de trabalho para a consecução de prestações de serviços de construção para reinserção habitacional no espaço urbano. O cooperativismo habitacional mutualista encontra na *reciclaje* um limite socioprodutivo pela ruptura da lógica da produção em grande escala e da dificuldade de racionalização produtiva com a necessária flexibilização dos componentes pré-fabricados. Cooperativas de construção, propriamente ditas, poderiam elaborar os serviços e ajustes técnicos localizados pontualmente, articulando uma atuação ampliada do cooperativismo habitacional para o trabalho e a produção da construção habitacional.

Na *Ciudad Vieja*, em Montevideu, por exemplo, há um grande conjunto de pequenos edifícios seculares, o qual tem sido apropriado pelo capital imobiliário capitalista com o objetivo de valorização especulativa. Entretanto, a ocupação popular local vem resistindo à sua expulsão pelo despejo financeiro, utilizando-se da *reciclaje* como estratégia de autogestão urbana. Essa ação, ainda em estágio inicial, pode ser fortalecida pelas cooperativas de trabalho e na produção da construção civil que atuem na consolidação da população local, a partir da requalificação dos edifícios e do espaço urbano com fins sociais.

Fotografia 27 – Edifício abandonado e lacrado na *Ciudad Vieja*. Centro histórico, região do Porto. Montevidéu / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Fotografia 28 – Edifício residencial reciclado por cooperativa habitacional na *Ciudad Vieja*. Centro histórico, região do Porto. Montevidéu / Uruguai



Fonte: Fotografado pelo autor, jul. 2012.

Com relação aos atuais encaminhamentos do cooperativismo de trabalho, numa orientação integradora de produção habitacional, infraestrutura e prestação de serviços especializados de construção, identifiquei uma iniciativa nascente de economia social, cujo enfoque é a geração de trabalho e renda para as classes pobres com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e socioespacial de regiões periféricas da Argentina. Essa iniciativa estrutura-se em redes de cooperativas de construção que se associam em federações de cooperativas de trabalho, organizando ações socioprodutivas, consorciadas e comissionadas, principalmente pelo Estado, a exemplo da FECOOTRAR, em Rosario e da FECOOTRAUN, em Florencio Varela na Argentina.

Destaco a FECOOTRAUN devido à amplitude de suas ações e por introduzir uma clara perspectiva de um novo cooperativismo de trabalho na construção civil autogestionária. Segundo informam os pioneiros dessa federação e conforme encontra-se registrado no sítio eletrônico dessa entidade, a FECOOTRAUN é uma federação de cooperativas de trabalho fundada em 2006, a partir de uma trajetória anterior com o cooperativismo habitacional em meio a uma profunda crise econômica na Argentina em 2001. O início das práticas cooperativistas ocorre em 2003, com uma cooperativa singular voltada ao atendimento de um pequeno grupo social bastante empobrecido, construindo-se quatro unidades habitacionais na região de Florencio Varela. Essa iniciativa foi viabilizada pela força social desse grupo com o apoio da política pública dirigida ao cooperativismo habitacional (*plan de emergencia habitacional*) e de trabalho (*plan de ingreso social*) na Argentina. Essas práticas desdobraram-se continuamente em uma forma de provimento de moradia e geração de renda para grupos sociais de baixa renda, alcançando-se a construção de 890 moradias e produção da infraestrutura urbana de água, esgoto, pluvial e eletrificação.

Em linhas gerais, a FECOOTRAUN formula um arranjo socioprodutivo autogestionário, em que o trabalho construtivo é organizado em grupos cooperados, coordenados pela federação. Nesse modelo, há uma organização do trabalho cooperado em rede, e não apenas a mobilização dos trabalhadores para a cooperação solidária. Dessa mudança de perspectiva socioprodutiva surge na gestão cooperativista uma força social de maior amplitude, integrando várias cooperativas autônomas e permitindo, com isso, uma maior concentração da força de trabalho para o atendimento das demandas construtivas, sem haver a necessidade de concentração de capital produtivo ou a possibilidade de acumulação de capital por qualquer uma das cooperativas ou mesmo da federação. Assim, cumpre à Federação intermediar os contratos de trabalho com entidades públicas e privadas, assumindo responsabilidades civis entre as partes, e oferecer a sua capacidade laboral à sociedade, com base nas competências socioprodutivas e pessoas que gestiona.

Fotografia 29 – FECOOTRAUN: moradias e infraestrutura urbana construída por cooperativas de trabalho associadas. Florencio Varela / Argentina



Fonte: Sítio eletrônico da FECOOTRAUN. Disponível em: <<http://www.fecootraunfv.com.ar/galeria.php?rango=7>>. Acesso: ago. 2012.

Fotografia 30 – FECOOTRAUN: Parque Ezeiza Albergue 4. Edificação em construção por cooperativas de trabalho associadas. Florencio Varela / Argentina



Fonte: Sítio eletrônico da FECOOTRAUN. Disponível em: <<http://www.fecootraunfv.com.ar/galeria.php?rango=12>>. Acesso: ago. 2012.

A experiência construtiva adquirida na produção habitacional de interesse social conduziu os pioneiros da Fecootraun à abertura de novas frentes de trabalho, constituindo-se novas cooperativas com o apoio governamental e mantendo-se a continuidade do trabalho de produção de moradias, por meio da agregação de outras pessoas ao grupo inicial, e à conformação de novas cooperativas singulares de trabalho na construção civil. Em entrevista com os atuais dirigentes da Fecootraun, esse histórico foi relatado pelos próprios pioneiros, que se orgulham do potencial de crescimento da entidade e da inserção socioeconômica dos seus participantes cooperados.

Além disso, a entidade elabora também uma grande diversidade de atendimento às demandas socioconstrutivas e socioespaciais. Além da construção habitacional, a Fecootraun hoje possui ações de requalificação ambiental e urbana como: trabalhos de instalação e reparação de infraestrutura em vias públicas; ações de requalificação ambiental e manutenção de bosques; reconstrução de um hotel, patrimônio arquitetônico também gerido por cooperativismo; um mini polo produtivo têxtil de apoio às unidades cooperadas; e ações de educação cooperativista e uma cooperativa emissora de radiodifusão.

Esse crescimento geométrico em produção associada autogestionária levou à conformação da Federação como uma forma de organização do trabalho socioprodutivo em redes solidárias relacionadas à prestação de serviço em construção civil. Na experiência da Fecootraun, surge um novo modelo de produção cooperativista baseado no sistema federativo do cooperativismo de trabalho e relacionado à produção autogestionária na construção civil. A federação organiza o trabalho associado em um sistema socioprodutivo de redes autogestionárias de cooperativas de construção com múltiplas convergências socioeconômicas para habitação, infraestrutura e serviços especializados de construção, rompendo com o tradicional modelo do cooperativismo habitacional associativo de tipo mutualista, com ciclo produtivo único e “não econômico”, por vezes assistencialista e reduzido ao interesse social, para afirmar o cooperativismo de trabalho e anunciar formas de estabelecer o cooperativismo de produção na construção civil autogestionária.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o contexto sociopolítico argentino é determinante para essa mudança de perspectiva no contexto socioprodutivo do cooperativismo de trabalho e produção argentino, o qual passa a focar não apenas os trabalhadores associados, mas o trabalho sob a forma associada autogestionária no âmbito do sistema cooperativo e ainda organizar a produção associada autogestionária em um sistema socioeconômico de redes autogestionárias de cooperativas de construção civil.

7.5 Apontamentos críticos ao campo social investigado

Os contextos sociopolíticos uruguaio e argentino relacionados à economia social parecem conduzir os respectivos sistemas cooperativos rumo à saída do anterior modelo “conservador” e fragmentado do “cooperativismo de consumo” sul-americano, baseado na defesa socioeconômica do proletariado, para alinhar-se ao modelo “renovador” do cooperativismo de trabalho para todos, por meio da autonomia coletiva e da autogestão urbana, que, por sua vez, relaciona-se à afirmação social da classe que vive do trabalho, participante ativa do desenvolvimento socioeconômico geral, por meio de empresas autogestionárias, conforme os termos da problematização teórica proposta, no capítulo anterior, por Rios (2007) e Singer (2000a).

Esse direcionamento sociopolítico, que se posiciona como uma forma de “cooperativismo renovador”, com foco no trabalho cooperativo autogestionário, apresenta, de fato, avanços sociais no sistema cooperativo investigado em uma clara direção de fomento ao desenvolvimento da economia social, encaminando-se para alternativas reais à exploração e exclusão das pessoas do mundo do trabalho ordenado pelo capital. Entretanto, em vários aspectos da abordagem contemporânea da economia social como forma de desenvolvimento socioeconômico, há uma grande redução dos reais potenciais socioprodutivos para adequá-los a uma condição de interesse social aos excluídos da economia capitalista. Enfatizo que essa crítica não retira os méritos do alcance social e econômico da ampla reforma urbana e socioeconômica, a qual está requalificando os espaços urbanos analisados e, em certa medida, melhorando a qualidade de vida imediata da população uruguaia e argentina. A questão que coloco em discussão crítica é se esse encaminhamento sociopolítico de inclusão social, pelo trabalho socioconstrutivo, contribuirá para fazer justiça social no sentido amplo das possibilidades da autonomia socioprodutiva que autogestiona coletivamente no território e na vida cotidiana?

O que foi discutido sobre o cooperativismo habitacional e de trabalho se aplica a essa problematização teórico-prática. Assim, sem formular um modelo de produção em autogestão na economia social, o sistema cooperativo continuará produzindo suas qualidades socioeconômicas com restrições heterônomas do capital ou da tutela do Estado. Observo que o cooperativismo uruguaio e o argentino são inovadores, mas, enfatizo, ainda numa relação conciliadora entre capital e Estado. Essa condição pode ser uma fase de transição do cooperativismo de consumo para o de trabalho, e deste para o de produção para formular um sistema alternativo de produção associada autogestionária, que não

apenas regule a dominação sócio-econômico-espacial do capital, mas a supere no cotidiano da vida social.

Dessa forma, do ponto de vista da socioeconomia praticada pelo segmento habitacional do cooperativismo uruguaio e argentino, os aspectos não econômicos das cooperativas habitacionais são comparáveis ao contexto do cooperativismo habitacional brasileiro, conforme discutido anteriormente. Os empreendimentos imobiliários cooperativos estão isolados ou fragmentados em grupos fechados que praticam uma economia mutualista de tipo informal e doméstica, que não se articulam em cadeias ou redes de produção autogestionária, apesar de haver uma expressiva união social entre as pessoas e formas sociais já estabelecidas historicamente para a organização coletiva autogestionária.

Reforço ainda que o cooperativismo de trabalho e a sua amplitude em crescimento, como forma de desenvolvimento social às classes pobres pode tornar-se cada vez mais favorável à heteronomia capitalista ou dependência do Estado, o que o afasta de uma reordenação de fato autogestionária para o trabalho, produção e consumo solidários. Isso significa sair de arranjos produtivos em uma economia doméstica, informal e marginal à economia geral, para uma condição de submissão socioeconômica ao controle do Estado ou do capital, que organiza a inserção da economia social para os excluídos numa convivência pseudo-pacífica entre classes sociais, escalas socioprodutivas e interações socioeconômicas à disposição do capitalismo e sua reprodução sócio-econômico-espacial.

As ações cooperativistas que se formulam nos arranjos socioprodutivos autogestionários na construção civil, portanto, estão na atualidade subordinadas à lógica da produção heterônoma, típica na construção civil de base capitalista, conforme discutido anteriormente na crítica da produção capitalista na construção civil. Uma característica peculiar que perpassa os arranjos produtivos sociais de construção civil em discussão é que os trabalhadores cooperados são os que estão excluídos do sistema capitalista de produção, ou mesmo desligados temporariamente, pelo regime de rotatividade do emprego e desemprego, como também os que estão chegando ao mercado de trabalho oriundos das classes pobres.

Dessa forma, a presente análise crítica se direciona contundentemente às conformações atuais da economia social e do modo de produção capitalista que engendra no sistema cooperativo atividades de construção civil, reitero, não capitalistas e nem autogestionárias, com a finalidade de compreender sua real dinâmica e seus atuais limites socioprodutivos em

meio ao mercado concorrencial capitalista e de orientação estatal para o desenvolvimento sócio-econômico-espacial.

Apesar de toda essa crítica contundente ao modo de produção cooperativo que se processa na economia social contemporânea uruguaia e argentina, a presente pesquisa localizou nesses países um conjunto integrado de ações solidárias na construção civil, que, como pretendido teoricamente nesta tese acadêmica, já se formulam na realidade cotidiana desses países. A possibilidade de cooperativas de construção oferecendo produtos e serviços de construção no setor imobiliário e de infraestrutura é uma realidade socioeconômica factível, que já se inicia na atualidade da economia social sul-americana, porém ainda em estágios iniciais como forma alternativa de desenvolvimento socioespacial e, sobretudo, localizado nos setores socioeconômicos vulneráveis.

Em suma, tanto no Uruguai quanto na Argentina, formulam-se nas atividades de construção civil ações socioprodutivas autogestionárias em um sistema de economia social, conduzido à autonomia coletiva dos grupos associados autogeridos, que estão produzindo desde a moradia até o espaço urbano. Seguramente há, nesses países, elementos que poderiam ser conduzidos a uma liberação socioeconômica do trabalho e da produção no setor da construção de maneiras criativas e emancipatórias, engendrando pela autogestão uma outra cultura produtiva que articula outros laços culturais, sociais, políticos e econômicos, na produção do espaço.

Os contextos uruguaios e argentinos investigados apresentam importantes e sólidas experiências de autogestão na construção civil, que certamente estão um passo à frente do contexto brasileiro para promover uma articulação sistêmica da construção civil na economia social. No entanto, há ainda muito o que se fazer para atingir conjuntamente um “cooperativismo de produção” latino-americano, que seja uma alternativa socioprodutiva ao capitalismo e à produção autogestionária do espaço.

8. PROPOSIÇÕES À PRODUÇÃO ASSOCIADA AUTOGESTIONÁRIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Como demonstrado ao longo deste trabalho, a cultura produtiva da construção civil encontra-se, *grosso modo*, quase totalmente inserida na lógica heterogestionária da produção capitalista. Prova disso são os citados encaminhamentos sociopolíticos para o desenvolvimento produtivo do setor da construção civil, relacionados ao crescimento acelerado da economia brasileira.²⁴

Além disso, a cultura produtiva da construção civil encontra-se também quase totalmente excluída da lógica autogestionária da produção cooperativista, compreendida em sua maior parte na produção mutualista habitacional para fins de interesse social, e dispersa no sistema cooperativo brasileiro, sem uma clara conexão das atividades de construção com o conjunto geral da economia social brasileira.²⁵

Por conseguinte, há, de um lado, a cultura produtiva heterogestionária da construção civil atuando em um verdadeiro sistema sócio-econômico-espacial capaz de conduzir as atividades socioprodutivas ao mercado concorrencial capitalista, ativo e em expansão. De outro lado, há a cultura produtiva autogestionária desenvolvendo a produção associada em atividades autônomas, fragmentadas e desconectadas, as quais, pela condição de enorme dispersão dos grupos associados autogestionários, não formulam um autêntico sistema de produção autogestionário e não conduzem à formulação de um mercado autogestionário solidário de economia social amplamente inserido no cotidiano da vida social.

Assim, diante desse cenário, constato que a cultura produtiva autogestionária necessita configurar-se, autenticamente, em uma produção associada. Dessa forma, é necessário articularem-se as atividades socioprodutivas autogestionárias em um sistema de economia social e formular seu mercado autogestionário, não concorrencial e solidário, para que, a partir da conjugação trabalho-produção-consumo, seja possível estabelecer-se uma socioeconomia autogestionária territorializada, sustentável, responsável, justa e emancipada do capital ou da dependência do Estado.

²⁴ Rever discussão sobre este tema, neste trabalho, no Capítulo 5, “Cultura produtiva heterogestionária”, p.72.

²⁵ Rever discussão sobre este tema, neste trabalho, no Capítulo 6, “Cultura produtiva autogestionária”, p.107.

Entretanto, sem uma perspectiva de mudanças radicais na base socioprodutiva e socioeconômica, continua reproduzindo-se as atividades de economia social sob a lógica heterônoma da produção capitalista e, principalmente, mantendo-se a submissão ao mercado concorrencial capitalista e a dependência ao Estado. Conseqüentemente, os princípios autogestionários vão perdendo-se e, com isso, cristalizam-se falsas noções acerca das reais possibilidades emancipatórias da produção associada autogestionária na vida cotidiana.

Essa problemática pode ser sintetizada nas seguintes questões: poderiam as atividades socioprodutivas em autogestão constituírem-se em um sistema socioeconômico de produção associada autogestionária? Como estabelecer um mercado autogestionário, não concorrencial e solidário condizente com a lógica da autogestão organizada na produção associada autogestionária? E, ainda, qual seria o seu ponto de partida?

Não é possível garantir que venham respostas efetivas a todas essas questões por este ou aquele instrumento socioprodutivo ou tal solução socioeconômica. Entretanto, a devida problematização poderá contribuir para, ao menos, situar o problema com maior criticidade e, com isso, vislumbrar suas possíveis saídas, como também apontar para as transformações sócio-econômico-espaciais que possivelmente decorram daí.

Nesse sentido, primeiramente considero a construção civil o lugar teórico-prático dessa transformação socioeconômica orientada à superação do capitalismo no cotidiano da vida social e na produção do espaço. Para tanto, primeiramente, considero a necessidade de implementar mudanças nos processos de formação e capacitação profissional para a autogestão socioprodutiva e autogestão territorial. Portanto, proponho o conceito de canteiro-escola para autogestão, voltado ao desenvolvimento de uma perspectiva político-pedagógica para o trabalho associado na construção civil, de maneira que, pela produção associada autogestionária, possibilite-se a educação para a autogestão como um processo mais amplo de emancipação social e reprodução social da lógica autogestionária.

Além disso, considerando a organização socioprodutiva das atividades de produção associada autogestionária relacionadas à construção civil, e para uma atuação do conjunto dessas atividades num sistema socioeconômico de economia social, proponho o conceito de redes de construção autogestionária, referente ao próprio desenvolvimento do sistema produtivo autogestionário e da formulação do seu respectivo mercado de economia social pela produção associada da construção civil em autogestão territorial.

Ambos os conceitos implicariam, em última análise, transformações na própria cultura produtiva autogestionária e em suas formas de educar, trabalhar, produzir e consumir, organizadas, sincronicamente, na atuação da construção civil no sistema da economia social e na produção socioespacial. Dessa forma, a concepção teórico-prática desse sistema socioeconômico para a construção civil autogestionária é caracterizada, fundamentalmente, por cooperativas de trabalho, produção e consumo, atuando por meio da intercooperação de vários segmentos e níveis de cadeias produtivas de economia social, incluindo a concepção de educação para a autogestão, trabalho livre, produção emancipada e mercado solidário para um efetivo sistema de economia social na construção civil autogestionária.

A noção de uma economia social efetiva, a partir da construção civil, mediante a formação profissional para autogestão e a organização de um sistema de produção associada autogestionária em redes, surge, em amplo sentido, do objetivo de buscar alternativas concretas para a economia e a sociedade orientarem-se à emancipação social, em contraposição à submissão irrestrita ao capital, dominante no cotidiano da vida social e na produção socioespacial contemporânea. Com esse enfoque, a presente tese acadêmica defende uma proposição de viabilidade sócio-econômico-espacial para a constituição de uma outra cultura produtiva do trabalho na construção civil em geral e de um respectivo sistema socioprodutivo de construção autogestionária em redes de economia social, baseadas em autogestão no território e seus princípios essenciais, relativos à reciprocidade, cooperação e solidariedade.

Penso que essas proposições à cultura produtiva autogestionária poderiam constituir-se em oportunidades factíveis de efetivação da lógica autogestionária na vida cotidiana, por meio desse direcionamento da construção civil na economia social e na produção do espaço. Consequentemente, contribuiriam também para alterar-se o paradigma dominante heterogestionário da produção capitalista, a fim de estabelecer o paradigma autogestionário da economia social, promovendo-se o desenvolvimento socioeconômico aliado ao desenvolvimento socioprodutivo e socioespacial em autogestão territorial.

O contexto atual carece de ações sustentáveis e responsáveis autênticas, especialmente nos setores socioeconômicos de grande abrangência, como no caso da construção civil, para que, efetivamente, seja possível promover em ampla escala as transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e espaciais capazes de constituir condições factíveis para a sustentabilidade e a responsabilidade social e ambiental na produção social do espaço.

8.1 Canteiro-escola para autogestão: reprodução sociopolítica das práticas autogestionárias do trabalho associado na construção civil

Em uma perspectiva de educação para a autogestão integrada à produção associada autogestionária da construção civil, apresento a presente proposição teórico-prática do canteiro-escola para a autogestão. Conceito fundamentalmente dirigido à autonomia laboral autogestionária, no âmbito dos próprios processos socioprodutivos autogestionários, oportunizando-se a reprodução dos princípios e práticas de autogestão, para a constituição de uma base sociopolítica de reprodução ampliada do trabalho associado e promoção de desdobramentos das experiências autogestionárias, realimentando-se a produção associada autogestionária da construção civil no sistema da economia social.

Por sua vez, é importante enfatizar que a noção de produção associada autogestionária relaciona-se, formalmente, às sociedades cooperativas, em gestão socioprodutiva democrática e em constante aprendizado dos valores e princípios autogestionários. As noções conceituais de autogestão, delineadas anteriormente, compreendem a reciprocidade, cooperação e solidariedade como parte da organização da produção associada autogestionária, diferindo-se da heterogestão, sob a lógica da produção capitalista, que se estabelece hierarquizando, dividindo e alienando o trabalho. Nesse contexto, trabalhadores socialmente organizados, com participação e poder decisório em constante debate social acerca do trabalho e da produção, articulam conjuntamente a concepção e a execução das operações socioprodutivas autogestionárias. Além disso, todos os membros da organização, sem hierarquização de funções ou divisão social do trabalho, integram o exercício laboral dos trabalhos manuais e intelectuais, aprendendo a gestão democrática pelo seu próprio exercício autônomo coletivo.

Assim, a noção de um canteiro-escola para a produção associada autogestionária da construção civil compreende as atividades socioprodutivas de construção conduzidas ao constante aprendizado em autogestão nos próprios ambientes de trabalho da produção associada autogestionária, envolvendo o desenvolvimento das atividades produtivas paralelamente ao desenvolvimento das competências laborais para trabalhar e produzir em autogestão, por meio da reciprocidade, cooperação e solidariedade.

Dessa forma, primeiramente, o canteiro de obras de uma produção associada em construção civil deveria conformar-se sob a lógica da cultura produtiva autogestionária para poder elaborar as competências laborais relacionadas à autogestão. Posteriormente, a

vivência e o aprendizado do próprio trabalho associado autogestionário poderiam promover desdobramentos para ir além do aprendizado do trabalho socioprodutivo propriamente dito, reproduzindo as práticas sociais autogestionárias em outras frentes de trabalho associado, o que possibilitaria aos trabalhadores condições sociopolíticas para a reprodução do trabalho associado, por meio da organização de novas cooperativas de construção civil, bem como poderia favorecer o conjunto da economia social em sua integração socioeconômica articulada à autogestão territorial.

Por sua vez, o canteiro-escola aponta para o saber contido nas próprias relações sociais de produção, articulando a práxis socioprodutiva à práxis socioeducativa em uma dinâmica sociopolítica de “ação-reflexão-ação”. Conforme concebe Freire (2006, p.84): “aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um que fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade.”

A partir dessa perspectiva freiriana e marxiana, que considera o trabalho como princípio educativo para a emancipação social, Tiriba (2001) propõe a noção de uma “pedagogia da produção associada”. Conceito que repactua trabalho e educação, redimensionando tanto os processos socioeducativos quanto os processos socioprodutivos, orientando-se para uma perspectiva emancipatória das relações produtivas autogestionárias, na qual os trabalhadores associados pretendem constituir a própria produção associada autogestionária. Dessa forma, a educação para a autogestão implica uma construção social ampla, e sua perspectiva orienta-se para a emancipação social, colocando-se em contato direto com a própria dialética das práticas sociais o sujeito, o trabalho associado e a produção autogestionária.

A produção associada autogestionária, oportunizando a educação para a autogestão, conseqüentemente, alteraria o próprio exercício associativo do trabalho autogestionário, transformando trabalhadores, produção e estruturas sócio-político-econômicas envolvidas. Conforme propõe Tiriba,

Num horizonte transformador, a unidade entre trabalho e educação tem como objetivo a transformação tanto do trabalhador como da estrutura social na qual se situa, o que pressupõe a integração da vertente da economia popular com a da educação popular. Em outras palavras, o desafio é como articular os dois campos de conhecimento e de ação, por meio de um processo prático que redimensione, ao mesmo tempo, a questão da racionalidade econômica e da racionalidade educativa (TIRIBA, 2001, p.217).

Na cultura produtiva autogestionária, o mundo do trabalho corresponde ao meio socioeducativo para a formulação de novas práticas sociais emancipatórias. Nas palavras de Tiriba (2001, p.210-211), “uma de suas particularidades é que, diferentemente da escola, na produção associada não é necessário eleger o mundo do trabalho como princípio educativo; ele é princípio e, também, fim educativo, é fonte de produção de conhecimentos e de novas práticas sociais, é fonte de produção de bens materiais e espirituais.”

Portanto, a educação é compreendida como parte de um processo social de transformação do próprio processo de autonomia laboral autogestionária. Assim, segundo Tiriba (2001, p.225), “para os trabalhadores associados, tornam-se indispensáveis os espaços educativos que privilegiem a socialização e a produção teórica, tendo o saber prático como ponto de partida e os novos saberes e as novas práticas sociais como ponto de chegada”.

Nesse sentido, Tiriba (2001, p.191-192) considera a consciência da práxis autogestionária como um fundamento teórico-prático, em que “o processo de trabalho mostra-se como instância e como processo educativo, em que o trabalhador articula o que-fazer com o pensar, criando novas técnicas e buscando os fundamentos práticos e teóricos que podem dar sentido à sua atividade”. E como uma “cultura do trabalho de novo tipo”, na concepção de Tiriba (2007), a “pedagogia da produção associada” carrega as sementes para uma nova cultura do trabalho associado e da produção autogestionária.

Com esse enfoque, Tiriba (2007, p.92-93) aponta para três princípios teórico-práticos, que fundamentam essa noção de “pedagogia da produção associada”. O primeiro princípio refere-se à *ativação da cidadania* como premissa fundamental para ultrapassar a reivindicação de direitos sociais e promover a sua efetivação nas práticas sociais cotidianas. O segundo princípio é a *práxis social*, que afirma a conexão entre o aprendizado dos valores solidários e os comportamentos sociais necessários ao estabelecimento das novas relações de produção. E, por fim, o terceiro princípio refere-se à *construção cotidiana da solidariedade*, que deve ser incorporada e praticada na própria organização do trabalho e na gestão da produção associada.

Além disso, a autora formula a sua “pedagogia da produção associada”, tomando por base a perspectiva político-pedagógica de Gramsci, destacando o conceito de hegemonia, como forma política das relações sociais entre o trabalhador e seu grupo associado, em que o consenso move as práticas sociais autogeridas. Assim, afirma Tiriba (2001, p.195) que, “na perspectiva de Gramsci, a gestão da produção associada pressupunha a capacidade de cada trabalhador para administrar seu trabalho de acordo com os interesses coletivos”.

Portanto, para o processo autogestionário de emancipação social, é importante ressignificar os sujeitos na autonomia individual e coletiva de seu trabalho, como contribuição única do indivíduo na coletividade inscrita pelo grupo social de suas atividades produtivas associadas e autogestionárias.

Por sua vez, o próprio Gramsci (1991, p.137) afirma que “não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada ‘cidadão’ possa se tornar ‘governante’, e que a sociedade o coloque, ainda que ‘abstratamente’, nas condições gerais de poder fazê-lo”. Isso significa que a perspectiva de educação para a autogestão deve conduzir a produção associada à reflexão crítica da própria condição social e histórica dos indivíduos e do grupo social em sua aplicação cotidiana da democracia nas relações de trabalho e de produção.

Além disso, Gramsci (1991, p.117-121 e p.36) observa uma crise pedagógica relacionada à diferenciação entre grupos sociais, na qual há escolas destinadas às classes dominantes e intelectuais e há aquelas voltadas às classes instrumentais, as escolas profissionais. Cada tipo de escola está direcionado a conservar e reproduzir determinada função do educando dentro do seu respectivo grupo social. Como solução, Gramsci (1991, p.118) propõe a noção de uma “escola unitária” em uma concepção de “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa”, em que capacidades para o trabalho manual e o trabalho intelectual sejam formadas de maneira equilibrada.

Dessa forma, para Gramsci (1991, p.125), “o advento da escola unitária significa início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo”. Nesse sentido, com a finalidade de inserir os estudantes na vida social, a escola unitária se responsabiliza por conduzi-los à autonomia, além de orientá-los a habilidades criativas de ordem prática e intelectual.

Entretanto, Gramsci (1991, p.123-124) constata um problema no percurso escolar relativo a uma mudança brusca de direcionamento entre o liceu e a universidade, ou entre o liceu e as práticas produtivas. Para o autor, esse itinerário formativo representa a passagem entre a escola e a vida social, e, de forma repentina, o estudante passa de um ensino escolar autoritário a outra fase que requer autonomia moral, capacidade criativa e autodisciplina intelectual. De acordo com o autor, as orientações a esses valores não deveriam ter o seu lugar reservado somente às universidades, mas desenvolvidos ainda na escola, uma vez

que são necessários tanto para a continuidade dos estudos científicos como para as práticas produtivas desenvolvidas no trabalho produtivo, nas trocas econômicas ou em qualquer outra atividade da vida social.

Portanto, a crítica de Gramsci (1991) dirige-se essencialmente à autonomia e à separação entre teoria e prática, pela divisão social do trabalho, articulando-se os atores sociais em ocupações profissionais que cindem o fazer manual da concepção social do próprio trabalho, como se essas dimensões não fossem constantemente realimentadas e pertencentes ao mesmo sujeito social. Assim, nas palavras de Gramsci,

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1991, p.7-8).

A diferenciação que Gramsci (1991, p.7-8) relata existir entre intelectuais e não intelectuais ocorre somente para classificar-se aqueles cuja categoria profissional “incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso”. Dessa forma, afirma a capacidade intelectual de todos os homens. E essa distinção entre “intelectuais” e “não intelectuais” diz respeito somente às características das atividades profissionais, e não à sua função ou representação social. É importante observar que a educação de massa, que acompanha o desenvolvimento do capitalismo desde o século XIX, tem treinado as pessoas à submissão heterônoma dos ditames do mundo do trabalho parcelado e reduzido seu espectro social a uma educação para o trabalho parcelado. O ensino propedêutico ou a educação profissional, em seus contextos fragmentados e desconexos da dinâmica da vida social, servem à adestração do indivíduo ao cumprimento de ordens, imbuído de competências e habilidades para realizar tarefas especializadas, e para competir por qualquer coisa que seja posta em um mercado concorrencial.

Em posição contrária à perspectiva de Gramsci e afirmando a construção do conhecimento como parcelada, Taylor (1976), no capítulo sobre “a influência da idéia de tarefa sobre a eficiência do trabalhador”, afirma o papel adestrador da educação, sistematizando o aprendizado em tarefas, que, esvaziadas de sentido, treinam o estudante para o cumprimento de ordens e comandos de terceiros.

Talvez a mais importante lei, pertence a este tipo em relação com a administração científica, é o efeito que a idéia da tarefa exerce sobre a eficiência do trabalhador. Isto de fato, tornou-se elemento importante no

funcionamento da administração científica que este sistema vem sendo conhecido pelo nome de administração de tarefas. Não há, absolutamente, nada de novo na idéia da tarefa. Cada um de nós há de lembrar-se que pessoalmente esta idéia nos foi aplicada, com bom êxito, nos tempos de colégio. Nenhum professor eficiente pensa em dar à classe, para estudar, uma lição indefinida. Todos os dias uma tarefa limitada é entregue pelo professor ao aluno, na qual aquele determina o que deve ser estudado em cada tarefa e somente por este meio é que se pode obter progresso conveniente e sistemático por parte dos discípulos. O estudante médio iria muito devagar, se em vez de lhe dar uma tarefa, deixassem-no fazer o que pudesse ou que quisesse. Todos nós somos crianças grandes e é igualmente certo que o operário médio trabalha com maior satisfação para si e para seu patrão, quando lhe é dada, todos os dias, tarefa definida para ser realizada em tempo determinado e que representa um dia de serviço para um bom trabalhador. Isto proporciona ao operário uma medida precisa, pela qual pode, no curso do dia, apreciar seu próprio progresso, e este conhecimento traz-lhe grande satisfação (TAYLOR, 1976, p.110).

Para Taylor, a eficiência dita as regras de organização do mundo produtivo. Sob esse aspecto, educar o futuro trabalhador abstratamente, fragmentadamente e pelo tarefismo é uma boa estratégia de alienação e preparação autêntica para o trabalho idiotizado. As bases dessa racionalidade taylorista e fordista, como vistas anteriormente, perpetuam-se ainda hoje sob formas de alienação e fragmentação do trabalho, em concepções restritivas, exclusivamente voltadas ao aumento da produção e da eficiência do sistema produtivo. Contudo, cabe ressaltar que esse cenário vem mudando nas últimas décadas, não apenas no mundo do trabalho, mas também nos processos pedagógicos.

A educação não mais se mantém apenas nessas bases funcionalistas e tecnicistas, fundamentalmente passivadoras e adestradoras dos sujeitos treinados para o idiotismo e a cegueira científica. Na atualidade, muitos espaços educacionais não trabalham mais com essa concepção de “administração de tarefas”, de escolarização tradicional, adotando outros princípios educativos “modernos” e “criativos”, como a “pedagogia de projetos” no Brasil, que está baseada nas concepções experienciais de Dewey. Essa abordagem se relaciona, em especial, à experiência vivencial dos conhecimentos disciplinares pela aproximação aos contextos cotidianos, que são simulados no ato pedagógico pelo entrecruzamento da escolarização, eminentemente, abstrata. Pode-se perceber aí uma influência sintomática das mudanças toyotistas presentes na contemporaneidade.

Numa perspectiva de educação para o capitalismo contemporâneo, as pessoas hoje precisam ser educadas não só para realizar as tarefas e metas que os outros concebem, mas para serem perceptivas, criativas e inovadoras, em prol do desenvolvimento empresarial e do crescimento econômico. Tal condição não se aplicava estritamente nos contextos de desenvolvimento da racionalização produtiva fordista e taylorista,

historicamente situadas em um nível de alienação de menor abrangência social, e em um nível de maior amplitude da contestação das transformações do mundo do trabalho.

Nesse sentido, a própria base técnica predeterminada pelo cientificismo administrativo do trabalho e seus padrões produtivos altamente especializados e hierarquizados não estava apta a apropriar-se das proposições inovadoras dos trabalhadores. Mas, hoje, a flexibilização e a alienação já estão suficientemente adentradas na vida social e no mundo do trabalho para permitir a apropriação empresarial da criatividade mais livre e autônoma do trabalhador, por exemplo, por laços de “dedicação” à empresa. Na verdade, esses laços configuram formas de submissão e dependência a fim de garantir a manutenção do trabalho e do emprego.

Sob esse aspecto, educar as pessoas para o reconhecimento “interdisciplinar” das próprias “disciplinas”, sem um autêntico empirismo das conexões sociais implicadas à construção dos saberes, é uma forma complexificada da “administração de tarefas”, na contemporaneidade, que aprofunda a fragmentação e o esvaziamento de qualquer sentido em uma estratégia de “projetos”, que preparam as pessoas para o trabalho controlado e alienado, essencialmente “idiotizado”, mesmo que com ares de uma “espontaneidade” criativa, guiada pela “ilusão” de conhecer a realidade pela abstração “imaginária” da realidade escolarizada, simulada e hiperrealista. Nas palavras de Baudrillard (2001),

O pensamento torna-se novamente um pensamento-mundo, no qual nenhum território pode vangloriar-se de um domínio analítico das coisas. E se, como eu creio, o estado do mundo é paradoxal – ambíguo, incerto, aleatório ou reversível -, é necessário encontrar um pensamento que seja por sua vez, paradoxal. Se quiser fazer história no mundo, o pensamento deverá ser à sua imagem. Um pensamento objetivo era perfeitamente adequado à imagem de um mundo que se supunha determinado. Porém, já não o é mais, num mundo desestabilizado, incerto (BAUDRILLARD, 2001, p.80).

Justamente as “lições indefinidas”, que Taylor considera impossíveis ao professor, são as que desafiam o estudante e conduzem a educação para o saber desestabilizado e problematizado, o qual suprime a determinação positiva dos processos escolarizados. A aproximação das coisas mesmas é uma forma de “sedução”, no sentido de Baudrillard (2001, p.81), um percurso desviante, que desestrutura a ordem estabelecida da “ilusão”, inserindo o sujeito no decurso contraditório da realidade histórica e social da vida cotidiana. A dicotomia entre o concreto e o abstrato, afirmada pela escolarização dos saberes, corresponde a um modo de ver e atuar no mundo, que fragmenta o real, rejeitando tentativas experimentais, dividindo e especializando as funções sociais. Por fim, legitima a valorização desigual dos trabalhadores e sua participação desigual nos resultados do

trabalho como também inibe a autonomia e a autogestão em seu sentido societário mais amplo.

Em suma, sob o ponto de vista de uma educação para o trabalho que se pretenda crítica, plural e emancipatória, são essenciais a ruptura com o pragmatismo funcional para conduzir ao experimentalismo e ao encontro com a materialidade das coisas e das práticas sociais. Conhecer é algo que se constrói no devir do tempo, percorre espaços sociais, elabora-se no imaginário e se concretiza por práticas sociais emancipadas.

Por sua vez, desdobrando-se as experiências associadas na construção civil em outros processos produtivos de autogestão, o atual canteiro de obras de uma produção associada na construção civil, muitas vezes restrito à “assistência social” e compreendido como “não econômico”, poderia capacitar as pessoas consideradas “desqualificadas” para a produção capitalista. Sendo assim, o canteiro-escola qualificaria as pessoas para a autogestão, emancipando-as da exploração capitalista do trabalho, com a abertura de novos arranjos de trabalho associado e produção autogestionária, que se voltam para o conjunto da reprodução social das atividades da produção associada autogestionária na construção civil.

Nesse cenário prospectivo, o canteiro-escola conforma-se em uma verdadeira escola sociopolítica para a autogestão socioproductiva, possibilitando ao trabalhador o acesso ao trabalho autogerido e à capacidade do exercício da autonomia para atuar em autogestão territorial. Por essa perspectiva, a produção associada como exercício político-pedagógico de autogestão abre-se à multiplicação de suas esferas de inserção social, contribuindo para reproduzir os contextos socioproductivos autogestionários do trabalho associado na construção civil.

Com vistas à autonomia da produção autogestionária mais que do próprio trabalho associado, penso que o canteiro-escola é extremamente relevante para constituir qualificação profissional para a autogestão, possibilitando-se, dessa maneira, desdobramentos do estrito trabalho em atividades associadas para a formulação socioespacial de um sistema socioeconômico de economia social, pela produção associada autogestionária na construção civil.

Sistema para o qual proponho, no desdobramento do canteiro-escola para autogestão, o conceito de redes de construção autogestionária, conforme se segue.

8.2 Redes de construção autogestionária: reprodução socioeconômica do sistema da economia social em autogestão territorial

A presente proposição teórico-prática de constituição de um autêntico sistema de economia social articulado à autogestão territorial, pela integração sócio-econômico-espacial da produção associada autogestionária na construção civil, parte principalmente dos resultados da pesquisa social realizada para esta tese acadêmica. Conforme descrito no capítulo anterior, constato na atualidade uma grande fragmentação do conjunto de atividades da produção associada autogestionária na economia social, no Brasil e no Cone-Sul, além de sua subordinação ao capitalismo e forte dependência do Estado.

Dessa forma, as redes de construção autogestionária, sob a proposição teórica desta tese acadêmica, correspondem, fundamentalmente, à base socioeconômica de reprodução das relações de produção autogestionárias no desenvolvimento sócio-econômico-espacial, a partir da constituição de um autêntico sistema de economia social, por meio da produção associada autogestionária na construção civil brasileira, e, por extensão, sul-americana. Assim, esse sistema autogestionário de economia social é concebido para promover a integração das atividades socioprodutivas autogestionárias da construção civil que atuam nos segmentos de produção imobiliária, infraestrutura e serviços de construção em autogestão territorial. E, por conseguinte, esse sistema é aberto a um mercado autogestionário solidário essencialmente não concorrencial e não capitalista e que se integra ao sistema socioprodutivo da economia social pela autogestão no território.

Essa proposição teórico-prática volta-se especialmente para a necessidade de uma profunda mudança do paradigma socioeconômico da própria cultura produtiva autogestionária para desenvolver interações socioprodutivas em autogestão no território, integrando o trabalho associado, a produção autogestionária e o mercado solidário na produção autogestionária do espaço. Por sua vez, isso envolve desde as estratégias sociopolíticas do canteiro-escola para conformar a educação, individual e coletiva, para autogestão nos canteiros de obras até as estratégias socioeconômicas das redes de construção autogestionária para o desenvolvimento sócio-econômico-espacial, configurando ações socioprodutivas e interações socioeconômicas autogestionárias propriamente ditas entre trabalho, produção e consumo no conjunto da economia social brasileira.

Para subsidiar essa proposição das redes de construção autogestionária e ampliar o debate crítico da superação do capitalismo e da cultura produtiva heterogestionária na economia,

na sociedade e no desenvolvimento espacial, baseio-me no conceito de *redes de colaboração solidária*, elaborado por Mance (1999 e 2002). Para tanto, evidencio a seguir a dinâmica das redes autogestionárias como estratégia socioeconômica que fundamenta a viabilidade sócio-econômico-espacial no estabelecimento da cultura produtiva autogestionária da construção civil, sob o marco da autogestão, como modo de reprodução da economia social na produção autogestionária do espaço.

Primeiramente, para Mance (1999, p.24), a noção de rede compreende “uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável.” Por sua vez, essa ligação entre as unidades de uma rede autogestionária estabelece um vínculo reverberante, na medida em que cada ligação gera um fortalecimento de cada unidade entre si. Isso gera novas unidades, fortalecendo o conjunto. E, finalmente, o conjunto, fortalecido, dissemina-se em mais unidades ou se mantém em equilíbrio no sistema autogestionário de que participa.

Nesse sentido, Mance (1999 e 2002) define dez propriedades básicas no funcionamento socioeconômico de uma rede autogestionária. Para tanto, considera três propriedades revolucionárias: *autopoiesis*, *intensividade* e *extensividade*; três propriedades de crescimento: *diversidade*, *integralidade* e *realimentação*; e quatro propriedades operacionais: *fluxo de valor*; *fluxo de informação*, *fluxo de matérias* e *agregação*.

Com relação às propriedades da rede que a tornam *revolucionária*, *autopoiesis*, *intensividade* e *extensividade*, Mance (1999, p.24) propõe, primeiramente, que a rede é um *sistema autopoietico*, pois funciona como um sistema aberto que se autorreproduz. A ideia fundamental do funcionamento autopoietico das redes refere-se à ligação dos grupos associados a um determinado movimento social, por exemplo, a citada Federação de Cooperativas de Trabalho na Argentina (Fecootraun), que congrega várias cooperativas autogestionárias de construção civil em um novo movimento social do cooperativismo de trabalho na Argentina. Nesse exemplo, a articulação do sistema autopoietico ocorre entre a Federação e todas as cooperativas unitárias, fortalecendo cada cooperativa, em particular, pelos intercâmbios que passam a ocorrer entre elas, e tal fortalecimento contribui ao surgimento de novas cooperativas em outras localidades, a fim de ampliar a sua atuação no território, conquistar direitos, combater problemas sociais e suprir demandas em uma área muito maior do que a atingida pelo conjunto das cooperativas já organizadas inicialmente.

Para Mance (2002, p.27), as práticas contemporâneas das redes de colaboração solidária são realizadas, essencialmente, por meio de *redes autopoieticas*. Na segunda propriedade, a rede amplia a *intensividade* do envolvimento das pessoas e se desdobra em número de atividades correlatas. Assim, cada unidade da rede atinge e abrange um número maior de pessoas onde aquela unidade atua inicialmente, podendo, com isso, gerar outros pequenos nódulos naquela região, articulados entre si e conectados à rede em geral (Mance, 1999, p.24). Na terceira propriedade, a rede amplia a *extensividade* da base territorial. A rede se expande para outros territórios, influenciando o surgimento de novas unidades em outros contextos geográficos e o desenvolvimento destas, mantendo-se a conexão entre as unidades, fortalecendo-se a extensão do conjunto (Mance, 1999, p.25). Penso que essas três propriedades relacionadas por Mance como propriedades revolucionárias encerram-se, na verdade, no princípio da *autopoiesis*. As outras duas propriedades, *intensividade* e *extensividade*, compreendem componentes da própria dinâmica autopoietica em sua *internalidade* e na *externalidade* do sistema autopoietico das redes de colaboração solidária.

Em seguida, Mance define três *propriedades de crescimento* necessárias ao desenvolvimento das redes, a *diversidade*, a *integralidade* e a *realimentação* (Mance, 1999, p.206 - 208). A *diversidade* diz respeito à capacidade de produzir a maior variedade possível de bens para satisfazer as necessidades e os desejos de todos os consumidores solidários. Procura-se produzir tudo aquilo que é consumido por eles no mercado concorrencial capitalista. A *integralidade* quer dizer que cada unidade (nódulo ou célula), através da rede, está ligada a outras unidades. Cada célula é, dessa forma, afetada tanto pelo crescimento das demais quanto por seus problemas e dificuldades. Isso demonstra a necessidade de a rede crescer de forma organicamente sustentável, principalmente no que se refere à incorporação de tecnologia em sua relação com o trabalho humano. Já a *realimentação* relaciona-se ao fato de as unidades demandarem produtos e serviços entre si, permitindo o crescimento sustentável de todas elas, e, conseqüentemente, da rede. Quanto maior o número de células com mais intensividade, maior é a realimentação da rede.

Por fim, a rede apresenta mais quatro propriedades básicas, relacionadas ao seu funcionamento *operacional*: *fluxo de valor*; *fluxo de informação*; *fluxo de matérias* e *agregação*. (Mance, 1999, p.206-208). Pela noção de *fluxo de valor*, o valor de troca produzido em cada etapa da cadeia produtiva circula pela rede, podendo ficar nela ou sair. Isso quer dizer que quando a unidade produtiva compra insumos do mercado capitalista, um determinado valor sai da rede para manter o valor econômico na produção capitalista. Todavia, se um novo nódulo produzir aquele insumo, o valor permanece realimentando a

produção de outra unidade da rede. E se o que for produzido na rede for consumido por mais parcelas da sociedade, o valor resultante volta-se para realimentar a socioeconomia da rede autogestionária. O *fluxo de informação* tem a ver com a disponibilidade do conhecimento gerado na rede em qualquer unidade. Dessa forma, caso uma unidade seja criada por *extensionalidade* em um local longínquo, há a possibilidade de a comunidade ter a informação necessária para replicar qualquer unidade existente. Com isso, é aplicada a *intensividade*, pois incrementam-se as possibilidades de emprego e renda local. E isso aprimora o padrão de consumo de todos os envolvidos na *rede de colaboração solidária*. No *fluxo de matérias*, uma célula realimenta a outra. Aquilo que foi produzido por uma unidade pode ser consumido como insumo ou como produto por outras unidades. Assim, a rede, desenvolvendo-se, tende a formar cadeias produtivas completas ou semicompletas. Já a ideia de *agregação* refere-se à integração das redes. As redes locais se integram em redes regionais, que se integram em redes nacionais, que, por sua vez, integram-se em redes internacionais, compondo uma tal agregação que chega a integrar redes mundiais de colaboração solidária. Por isso, cada agrupamento fortalece a rede. A variedade de produtos ofertados é incrementada, aumentando a demanda por esses produtos. Isso gera um volume maior de excedente, podendo ser aplicado na criação de novas unidades, o que amplia sucessivamente a *extensividade* territorial da rede.

Portanto, segundo Mance (1999, p.208), as redes de colaboração solidária são capazes de aproximar organizações sociais, econômicas, políticas e culturais em laços de *realimentação*. A implantação das redes conecta unidades de produção, comércio e serviço e unidades de consumo em um movimento de realimentação contínuo. Isso permite a criação de postos de trabalho, o aumento da renda dos participantes, o fortalecimento da economia e do poder local e a transformação sociocultural das sociedades em que o sistema de redes autogestionárias é implantado, pois há uma elaboração de uma ética e visão de mundo solidárias, contrárias ao capitalismo. Uma rede que é capaz de lidar com a diversidade será capaz de agir com integralidade, o que favorece a realimentação das ações solidárias. Sendo assim, esses laços de realimentação ligam o local e o global de forma a constituir uma sociedade pós-capitalista, que poderá superar a ordem neoliberal imposta pela acumulação flexível do capital.

A conjugação de todas essas propriedades descritas acima é o que chamo de capacidade de *convergência* das redes autogestionárias em um determinado segmento socioeconômico e em uma determinada socioespacialidade, capaz de constituir, sistemicamente, conforme define Mance (1999, p.203), um verdadeiro “círculo virtuoso” entre trabalho, produção e

consumo, configurando uma nova forma de organização da economia e sociedade, pela autogestão, direcionada à superação do capitalismo pela reordenação socioprodutiva emancipada do capital.

Dessa forma, penso que a *realimentação* das relações autogestionárias solidárias entre trabalhadores, produtores, usuários e consumidores é a base socioeconômica fundamental que articularia esse movimento contínuo na economia social da construção civil pela conformação das redes de construção autogestionária. Assim, a satisfação das demandas construtivas e socioespaciais envolveria de um lado a geração de trabalho e renda que fortalece a economia social e de outro a autonomia coletiva na autogestão territorial, realimentando as atividades socioprodutivas e organizando a convergência no território, o que é formulado pela própria reprodução sociocultural da produção associada autogestionária na construção civil, no próprio estabelecimento das práticas socioeconômicas autogestionárias numa determinada socioespacialidade de atuação redes de construção autogestionária.

Por sua vez, para as redes de construção autogestionária funcionarem de forma efetiva, é preciso constituírem-se relações dinâmicas entre os diversos atores e segmentos da construção civil na economia social, em uma constante intercooperação, por meio do intercâmbio solidário de produtos e serviços integrados pela colaboração solidária em redes. Dessa forma, Coraggio (2000, p.122) ressalta que “é preciso que as redes canalizem intercâmbios substantivos de bens e serviços, desenvolvendo relações de complementariedade entre os distintos elementos da economia popular, gerando tensão para as microestruturas no jogo estimulante de ser necessário para outros e de ter necessidade dos outros, em relações dinâmicas.”

Nesse contexto, as funções sócio-econômico-espaciais das redes de construção autogestionária serviriam para reordenar relações entre economia, sociedade e produção socioespacial numa dimensão ampla da inserção socioeconômica da construção civil na dinâmica cotidiana da vida social, emancipada do capital. A produção associada autogestionária atuando na construção civil como um todo configuraria intervenções socioeconômicas mais significativas no desenvolvimento sócio-econômico-espacial, favorecendo e fortalecendo o próprio sistema da economia social e, conseqüentemente, incrementar-se-ia a autogestão territorial, conduzindo-se à justiça social pela via autogestionária na produção do espaço.

Nesse horizonte de atuação da construção civil autogestionária na economia social, adotar-se-ia a lógica da cultura produtiva autogestionária, diferentemente da lógica heterogestionária da produção capitalista, que é atualmente predominante. Enfatizo, a lógica heterogestionária, como visto anteriormente, reproduz-se na produção capitalista do espaço, por meio de ações socioeconômicas e socioespaciais que favorecem a valorização econômica privada e; conseqüentemente, impede o efetivo atendimento das demandas sociais que não favorecem a reprodução do capital.

Por outro lado, especialmente, as ações autogestionárias atendem o que é socialmente necessário, mesmo que pontual e dispersamente no território, mas que constitui relevância para as pessoas, sem representar a possibilidade de gerar lucro com a produção regida pela lógica da autogestão. Nesse contexto, seriam oferecidos à sociedade arranjos socioprodutivos na escala adequada ao atendimento das pessoas e das suas reais demandas construtivas e socioespaciais. Conforme propõe Schumacher (1983, p. 57), a pequena escala é de suma importância para a diversidade dos arranjos socioprodutivos autogestionários, assim como o uso de tecnologias apropriadas e apropriáveis para que a produção associada autogestionária se ajuste às necessidades humanas e potencialize o desenvolvimento social, e não apenas o crescimento econômico.

Dessa forma, por meio da autogestão no território, as redes de construção autogestionária, formada por grupos associados e sociedades cooperativas de construção, atuam diferentemente no desenvolvimento sócio-econômico-espacial, em múltiplas escalas socioprodutivas, constituindo-se ações importantes para reordenar as relações de produção e sua reprodução ampliada na vida social, conduzindo a outras formas de produção do espaço, seja espaço propriamente dito, como espaço arquitetônico e urbanístico, seja a totalidade da produção social do espaço como um todo.

A produção associada autogestionária na construção civil, ampliada à autogestão no território e envolvendo a ativação da cidadania, contribuiria para o desenvolvimento socioespacial atrelado ao cumprimento de suas funções sociais, com maior poder de decisão coletiva sobre o espaço público por parte dos cidadãos autogestionados. Isso implicaria melhorias gerais nas condições de vida e de uso dos espaços cotidianos, como também ampliariam e potencializariam reordenações territoriais locais e regionais, capazes de intervir na dinâmica de expansão urbana e nas excludentes práticas socioespacializadas do capitalismo contemporâneo.

Por sua vez, para estabelecerem-se ações efetivas de economia social na construção civil, considero pertinente que o ponto de partida ocorra pelo segmento da produção associada autogestionária mais presente e recorrente na atualidade socioconstrutiva, que é a produção imobiliária habitacional. Nesse ponto de partida, situam-se principalmente, as demandas por moradia, atendidas informalmente por iniciativas de autoprodução, de caráter individual ou em grupos associados, e pela produção formalmente organizada em associações e cooperativas habitacionais.

Dessa forma, as redes de construção autogestionária poderiam realizar inicialmente ações de integração desses atores socioeconômicos para constituir, a partir do canteiro-escola as redes de construção autogestionária e conjugar o trabalho associado à produção autogestionária, pela integração da própria produção da moradia e serviços especializados de construção, como produtos de economia social articulados a várias formas de consumo por aquisição coletiva e trocas solidárias, dentre outros elementos próprios à lógica de funcionamento socioeconômico da economia social.

Além disso, as ações socioconstrutivas integradas poderiam iniciar um processo de constituição de um sistema sócio-econômico-espacial de economia social, a partir do desenvolvimento das redes de construção autogestionária, como um sistema produtivo de construção em redes de colaboração solidária. Sobretudo, partindo da produção habitacional e dirigindo-se à infraestrutura urbana, haveria desdobramentos da produção associada autogestionária em redes de trabalho, produção e consumo solidário, que, por sua vez, consolidariam a perspectiva sistêmica da presente proposta para a constituição de redes de construção autogestionária na construção civil brasileira e, por extensão, sul-americana.

O provimento de moradia, por exemplo, não se findaria em sua função social e econômica mutualista de prover moradias a um determinado grupo, abrindo-se à expansão das atividades socioprodutivas cooperativistas, correlatas à produção autogestionária nos diversos ramos da construção civil, e direcionada ao sistema da economia social. Assim, essas práticas seriam integradas às atividades autogestionárias, diretas e indiretas, à produção habitacional, podendo, posteriormente, serem ampliadas ao segmento de infraestrutura da construção civil em uma atuação efetiva na produção propriamente dita das construções e do território e, em sentido amplo, da produção social do espaço em sua totalidade.

Nesse contexto, as redes de construção autogestionária constituiriam, no segmento imobiliário e infraestrutura da construção civil autogestionária, a capacidade de convergência sistêmica das atuais iniciativas de grupos associados e cooperativas relacionadas à produção associada autogestionária na construção civil, articulando-se as dimensões de educação, trabalho, produção e consumo, por meio de práticas sócio-econômico-espaciais autogestionárias.

Oportunamente, no processo produtivo da produção habitacional autogestionária, estariam os embriões de outras organizações cooperativas de trabalho, produção e consumo, tanto para a produção habitacional quanto para a produção da construção civil em geral. Ou seja, a produção associada autogestionária na construção civil não apenas convergiria os materiais, as tecnologias e os serviços laborais, que constituem os valores de uso para a produção da moradia, mas iniciaria concretamente um processo amplo de constituição de valores de uso sócio-econômico-espaciais no cotidiano do desenvolvimento territorial.

Dessa forma, as redes de construção autogestionária, além de produzir novas edificações e novas espacialidades urbanas ou rurais, requalificariam edificações insalubres e abandonadas, recuperariam áreas degradadas e dotariam de infraestrutura física, condições de acesso e mobilidade às pessoas no espaço. Isso significa ações socioeconômicas que cooperativas autogestionárias de construção poderiam realizar, inclusive para alavancar sua ação sistêmica e sua convergência no território, estabelecendo a autogestão como modo de produção social do espaço.

É sob essa noção de convergência da atuação da produção associada autogestionária da construção civil na economia social que proponho a presente proposição de redes de construção autogestionária, fundamentalmente redes de colaboração solidária, atuando sistemicamente na economia social brasileira e sul-americana. Dessa forma, atividades socioprodutivas de associações e cooperativas autogestionárias, em intercooperação solidária, acionariam cadeias produtivas autogestionárias, não concorrenciais, envolvendo relações autogestionárias de trabalho, produção e consumo no conjunto da construção civil, e em extensão a outros setores da economia social.

Como desdobramento desses pressupostos, as redes de construção autogestionária integrariam, por exemplo, vários grupos associados em cooperativas de construção, que também gerariam outras cooperativas de trabalho, produção e consumo, atuando no conjunto da produção associada autogestionária na construção civil, por exemplo, por meio

de prestação de serviços especializados de construção, produção de tecnologias e insumos e aquisição coletiva de materiais de consumo ou de equipamentos de uso coletivo.

Portanto, as ações socioeconômicas seriam organizadas sob a lógica socioproductiva da autogestão e intercambiadas em um mercado solidário entre os diversos atores socioeconômicos da produção associada autogestionária na construção civil e o conjunto da sociedade. Dessa forma, a produção associada autogestionária organizada em um sistema socioproductivo de economia social constituiria territorialmente redes de construção autogestionária, que, em sua intercooperação socioeconômica, conformar-se-iam, ao longo do tempo, em um sistema socioproductivo e socioeconômico, que integraria trabalho, produção e consumo autogestionário na economia social. Com isso, os atuais entraves à produção associada autogestionária e ao mercado autogestionário solidário reduziram-se à medida que a integração das cooperativas autogestionárias de construção civil ocorra no sistema socioeconômico da economia social brasileira e as demandas socioconstrutivas e socioespaciais passem a ser atendidas pelas próprias relações autogestionárias.

Em outras palavras, as redes autogestionárias de construção civil poderiam ativar uma outra dinâmica no desenvolvimento sócio-econômico-espacial pelo papel central das atividades da construção civil na economia, na sociedade e no desenvolvimento territorial, estabelecendo várias cadeias produtivas autogestionárias correlacionadas aos segmentos de produção imobiliária, infraestrutura e serviços de construção. Assim, cadeias produtivas autogestionárias solidárias de diversos produtos e serviços poderiam ser acionadas e vários empreendimentos autogeridos poderiam ser organizados em uma lógica sócio-econômica-espacial favorável ao desenvolvimento sustentável e responsável, sem ser propriamente de “assistência social” ou para o “crescimento econômico”.

Nessa prospecção teórico-prática, as ações autogestionárias coordenadas sistemicamente poderiam desenvolver cadeias produtivas de economia social, envolvendo trocas diretas, moedas sociais e comércio justo em redes integradas socioeconomicamente pela produção associada autogestionária da construção civil, gerando inúmeras oportunidades socioeconômicas para atender, sem fins lucrativos, a inúmeras demandas socioconstrutivas e socioespaciais, contribuindo para formas sustentáveis e responsáveis para o desenvolvimento sócio-econômico-espacial autogestionário.

8.3 Desenvolvimento sócio-econômico-espacial autogestionário

Nos presentes apontamentos teórico-práticos, conduzidos a uma reflexão mais ampla acerca do desenvolvimento sócio-econômico-espacial autogestionário para a superação do capitalismo, destaco a influência das atividades da produção associada autogestionária da construção civil para a reordenação socioprodutiva e socioeconômica do trabalho associado, da produção autogestionária e do mercado solidário na vida cotidiana, em direcionamentos factíveis à emancipação e justiça social na produção do espaço.

Nesse contexto, estratégias de desenvolvimento social, econômico e espacial seriam possibilitadas entre trabalho, produção e consumo, por meio de dinâmicas produtivas, que configurariam valores de uso no território, contrapondo-se à valorização econômica pela produção espacial. Assim, a própria estrutura socioprodutiva autogestionária, em um correspondente direcionamento da cultura produtiva à autogestão socioprodutiva e territorial, tornaria a produção associada autogestionária na construção civil em uma forma de economia sócio-econômico-espacial, por meio das presentes proposições teórico-práticas do canteiro-escola para autogestão e das redes de construção autogestionária.

Em suma, os canteiros-escolas integrados às redes de construção autogestionária organizariam educação, trabalho, produção e consumo em formas econômicas socialmente equilibradas, envolvendo nos canteiros-escolas a formação para autogestão e a constituição de uma base sociopolítica para a reprodução socioeconômica das redes autogestionárias de intercooperação entre sociedades cooperativas de construção civil articuladas em redes a vários outros segmentos socioprodutivos, diretos e indiretos, que integrariam cidadãos locais em um efetivo sistema sócio-econômico-espacial de autogestão, articulando-se cadeias produtivas de economia social em ações conjuntas para atender demandas socioconstrutivas e socioespaciais.

No Brasil, e em outros países latino-americanos do Cone Sul como Uruguai e Argentina, é possível identificar a possibilidade da aplicação prática do canteiro-escola e das redes de construção autogestionária, a partir de uma mudança de paradigma com relação às noções sociais e econômicas dos papéis desempenhados pelo trabalho, produção e consumo na construção civil no cotidiano da vida social e na produção social do espaço. Entretanto, a efetivação dessa proposição teórico-prática, possuindo sua exigência sistêmica sócio-econômico-espacial, demanda, pois, uma conjugação social ampla e generalizada, capaz de integrar esforços além dos próprios limites das ações socioeconômicas territorializadas da

produção associada autogestionária na construção civil. Essa condição convoca, num horizonte amplo, a própria rearticulação das representações políticas dos movimentos sociais, cooperativas, associações, ONGs, sindicatos, universidades, bem como as instâncias de governo relacionadas ao desenvolvimento da economia social local, regional e internacional.

Nesse sentido, espaços de representação e organização sociopolítica do cooperativismo e associativismo, como a Organização das Cooperativas Brasileiras no Brasil, o *Instituto nacional del Cooperativismo* no Uruguai e a *Confederación Nacional de Cooperativas de Trabajo* na Argentina, já exercem um papel importante em direção à consolidação das diversas redes de colaboração solidária. Além disso, poderiam aprofundar essa perspectiva sistêmica da intercooperação socioconstrutiva e socioespacial na economia social, especialmente pela convergência socioeconômica entre os grupos associados, cooperativas, federações e confederações. Por conseguinte, atingir-se-ia desde a escala local até a internacional pelas múltiplas conexões entre as entidades e as redes autogestionárias. Isso contribuiria para integrar diversos segmentos e promoveria transformações no atual contexto de fragmentação da produção associada autogestionária em direção à integração dos agentes socioeconômicos ao sistema da economia social.

Por outro lado, as universidades, em suas relações com a produção do conhecimento, poderiam contribuir para o desenvolvimento de modelos alternativos em autogestão para o trabalho, produção e consumo, sem fins lucrativos, especialmente pela incubação de empreendimentos autogestionários socioconstrutivos e socioespaciais, promovendo a educação para autogestão e, por meio da lógica das redes de colaboração solidária, contribuindo à consolidação do mercado de economia social, constituído pela relação não-concorrencial entre trabalho-produção-consumo solidários. Nesse conjunto de práticas sociais, destaco também as possíveis contribuições ao desenvolvimento tecnológico e a assessoria técnica apropriadas e apropriáveis aos usos e fins sociais, mediante conexões entre conhecimentos e demandas da produção associada autogestionária, para desenvolverem-se recursos teórico-práticos voltados para a realidade das redes sociais e que potencializem o desenvolvimento autogestionário sócio-econômico-espacial.

Por sua vez, espaços institucionais de governo voltados ao fomento da economia social, como a SENAES no Brasil, o INACOOOP no Uruguai e a INAES na Argentina, poderiam promover, em suas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da economia social, essa perspectiva sistêmica mais ampla e integrada da produção associada autogestionária na construção civil, com vistas a uma atuação efetiva da economia social no

desenvolvimento sócio-econômico-espacial nos respectivos contextos nacionais e sul-americanos.

Com efeito, a ordenação jurídica e as políticas públicas com relação à produção associada autogestionária necessitam de aprimoramentos para o estabelecimento amplo e irrestrito das redes de economia social, conectando vários setores e cadeias socioprodutivas autogestionárias. Mas, sobretudo, há que se lançar mão dos instrumentos legais já consolidados, sob o marco legal do associativismo e do cooperativismo, especialmente, com relação às prerrogativas legais da atuação autônoma das iniciativas de produção associada autogestionária.

Portanto, os diversos atores sociais, econômicos, políticos, práticos e intelectuais necessitam constituir-se como novos agentes socioeconômicos para reinventar suas relações socioespaciais na produção associada autogestionária na construção civil. E, com isso, resignificar o atual conjunto de atividades em um sistema socioprodutivo de economia social mais amplo e efetivo no cotidiano da vida social e na produção do espaço. Além disso, é preciso também incorporar outros atores, que, no momento, não estão presentes, de maneira a abranger as pessoas em suas múltiplas realidades e diferentes possibilidades de organização socioeconômica e socioespacial.

Em um autêntico sistema de produção associada autogestionário é preciso investigar continuamente os rumos das ações associadas autogestionárias, junto às próprias práticas sociais, instituições e políticas de fomento. Dessa forma, para haver um espaço concreto da economia social na construção civil, é preciso uma constante reflexão das ações solidárias e uma disseminação criteriosa de experiências e práticas socioeconômicas para a constante apropriação e resignificação das práticas socioconstrutivas e socioespaciais.

A prerrogativa da economia social na autogestão territorial requer espaços de avaliação crítica, discussão e questionamento, preparando constantemente as pessoas para serem gestoras do seu próprio trabalho e da produção em conexão socioeconômica com os espaços sociais e territoriais envolvidos, participando de um mercado autogestionário de economia social, envolvendo trabalho, produção e consumo não concorrenciais e solidários no cotidiano da produção social do espaço.

9. CONCLUSÃO

A discussão teórico-prática desenvolvida nesta tese acadêmica evidenciou ao longo do texto a premência de reorganizar-se a cultura produtiva da construção civil, sob o modo de produção autogestionário, que possibilitaria articular os princípios da reciprocidade, cooperação e solidariedade às estruturas sócio-econômico-espaciais de sua inserção produtiva e, conseqüentemente, seria capaz de reordenar o desenvolvimento sócio-econômico-espacial para valores de uso sustentáveis no território e valores de troca justos e responsáveis na vida social.

Diante da presente análise crítica, a cultura produtiva autogestionária é a que demonstra as melhores formas de atendimento às demandas socioconstrutivas e socioespaciais, possibilitando arranjos socioeconômicos favoráveis ao desenvolvimento sustentável e responsável. Entretanto, para a efetivação da cultura produtiva autogestionária da construção civil no desenvolvimento sócio-econômico-espacial, há uma exigência de mudanças estruturais nas próprias práticas socioprodutivas autogestionárias que necessitam superar o presente associativismo mutualista, em sua concepção socioeconômica defensiva, para encaminhar-se ao cooperativismo autogestionário de trabalho, produção e consumo integrados ao sistema da economia social.

Assim, essa reflexão teórico-prática supõe a constituição conjunta de atores sociais capazes de criar novos contextos políticos, econômicos, sociais, culturais e espaciais que permitam transformar as estruturas da cultura produtiva autogestionária no Brasil e, por extensão, no Cone Sul. Todavia, é preciso atentar-se para o desafio de ultrapassar as próprias práticas socioeconômicas da cultura produtiva autogestionária, subordinada ao capital ou dependente do Estado, para conseguir promover a convergência socioprodutiva autogestionária necessária à consolidação da autogestão produtiva articulada à autogestão territorial na vida cotidiana e na produção social do espaço.

Além disso, mesmo com um desafio desse porte, é importante ressaltar que as pequenas e singulares ações socioprodutivas autogestionárias em curso na atualidade brasileira e sul-americana já demarcam importantes contraposições à cultura produtiva heterogestionária e ao capitalismo, conforme demonstram as experiências e modelos autogestionários discutidos nesta tese acadêmica.

Por sua vez, reforço a premissa acerca do campo social da construção civil autogestionária tornar-se um ponto de partida concreto para as atividades autogestionárias configurarem um autêntico sistema socioeconômico de produção autogestionária e, em última análise, superar a dominação capitalista na produção do espaço, levando-se em conta, especialmente, a centralidade social, econômica e territorial das atividades da construção civil e a reprodução das relações de produção na vida social e na produção do espaço.

Para tanto, os princípios autogestionários da produção associada necessitam estar presentes efetivamente na dinâmica socioeconômica geral, participando ativamente da dinâmica socioespacial de uma outra economia, eminentemente social, e que se desenvolve sob a lógica da autogestão, integrando desenvolvimento social, econômico e espacial de maneira sustentável e responsável.

Em outras palavras, o conjunto das ações autogestionárias organizadas sistemicamente pelas atividades autogestionárias da construção civil estabeleceria formas sustentáveis e responsáveis para o desenvolvimento sócio-econômico-espacial. De fato, as práticas autogestionárias superariam as práticas capitalistas por meio de um sistema de economia social integrado às atividades socioconstrutivas (imobiliárias, infraestrutura e serviços de construção), promovendo a conexão socioespacial das práticas socioprodutivas autogestionárias à autogestão territorial. Isso significa relacionar a produção associada autogestionária na construção civil ao sistema da economia social, constituindo um modo de produção socioespacial autogestionária.

Em suma, as proposições críticas defendidas aqui nesta tese acadêmica visam constituir-se por meio de dois pressupostos teórico-práticos:

Canteiro-escola para autogestão: constante aprendizagem da autogestão nos próprios contextos da produção associada autogestionária na construção civil, ultrapassando-se a capacitação profissional para o atendimento de demandas socioconstrutivas e socioespaciais, para promoverem-se desdobramentos das experiências autogestionárias na formulação de em outras cooperativas de construção. Assim, encaminhar-se-ia para a constituição de uma base sociopolítica de reprodução ampliada do trabalho associado autogestionário.

Redes de construção autogestionária: reformulação das cadeias produtivas autogestionárias solidárias de construção civil, constituindo um sistema socioprodutivo autogestionário, por meio de redes de construção autogestionária em colaboração solidária entre trabalho,

produção e consumo, organizados pela lógica do cooperativismo de produção em uma participação ativa da construção civil autogestionária na economia social. Dessa forma, encaminhar-se-ia para a constituição de uma base socioeconômica de reprodução das relações de produção autogestionárias no desenvolvimento sócio-econômico-espacial.

Por sua vez, essas proposições teórico-práticas apóiam-se em três pressupostos:

Economia sustentável e responsável de recursos: aplicação de tecnologias e materiais alternativos, produção associada autogestionária em pequena escala e autogestão territorial no desenvolvimento sócio-econômico-espacial autogestionário. Especialmente, os usos da terra precisam ser reelaborados para possibilitar utilizações sustentáveis e responsáveis dos recursos naturais, produtivos e sociais, enfocando não apenas os aspectos tecnológicos ou de transformações materiais e territoriais, mas as próprias formas de propriedade privada e coletiva bem como os direitos de uso, exploração e ocupação territorial, em várias escalas e contextos socioeconômicos.

Apropriação social de saberes e tecnologias autogestionárias: conexão dos conhecimentos teórico-práticos da cultura produtiva autogestionária às demandas socioconstrutivas e socioespaciais, propiciando-se a conexão e o desenvolvimento de saberes e tecnologias apropriadas e apropriáveis para a produção associada autogestionária nas cadeias produtivas de economia social relacionadas à construção civil. Assim, saberes, valores e habilidades sociais autogestionárias devem ser promovidos no âmbito da economia social, justamente para que não se reproduza, direta ou indiretamente, as formas sociais e culturais heterogestionárias dominantes no capitalismo, fortalecendo-se os princípios da reciprocidade, cooperação e solidariedade na dinâmica socioprodutiva autogestionária.

Mercado autogestionário solidário: constituído pela circulação não concorrencial da produção associada autogestionária na construção civil, pela dinâmica das redes de construção autogestionária atuando no território. Esse mercado se baseia em trocas socioeconômicas de comércio justo, compra direta com produtores, contratação de serviços por permutas, compras públicas de interesse social e fomento às parcerias internas e externas nas redes autogestionárias. Portanto, constitui a esfera da circulação, após a produção no sistema autogestionário de economia social, em sua constante realimentação socioeconômica conjugada à produção associada autogestionária na construção civil e à autogestão territorial na dinâmica do desenvolvimento sócio-econômico-espacial autogestionário.

Dessa forma, as proposições teórico-práticas desta tese acadêmica consideram a premência do estabelecimento de uma economia social, sustentável e responsável de recursos, que contribuiria para a apropriação de saberes e tecnologias autogestionárias, como forma de emancipação social pelo trabalho associado e pela produção autogestionária. Nesse sentido, a economia social poderia ser reestruturada pela produção associada autogestionária na construção civil e no seu respectivo mercado solidário.

Essa premissa surge da centralidade das atividades de construção civil na economia e na sociedade para a resolução de demandas socioconstrutivas e socioespaciais na vida cotidiana e a reprodução das relações de produção na vida social e na produção do espaço. A estruturação do sistema da economia social se supõe factível, por meio de uma integração socioprodutiva autogestionária, que envolveria, de um lado, o canteiro-escola para autogestão e, de outro, formularia redes de construção autogestionária. Isso contribuiria para a constituição sistêmica da economia social no desenvolvimento sócio-econômico-espacial autogestionário brasileiro e, por extensão, sul-americano.

Nessa prospecção teórico-prática, enfatizo que se integrariam as iniciativas da produção associada autogestionária na construção civil em um sistema socioprodutivo de economia social, cujo ponto de partida são as atividades autogestionárias da construção civil. Essa condição seria formulada por meio de uma base sociopolítica de reprodução ampliada do trabalho associado, conformada pelo canteiro-escola para autogestão. Além disso, configuraria uma base socioeconômica de reprodução das relações de produção autogestionárias, por meio das redes de construção autogestionária no desenvolvimento sócio-econômico-espacial em autogestão.

Adotados esses pressupostos, conforme as proposições teórico-práticas deste trabalho, as cadeias socioprodutivas autogestionárias na construção civil articulariam, territorialmente, forças sociais, políticas, econômicas, culturais e espaciais. E, por meio das redes de construção autogestionária, seriam promotoras de outras formas de desenvolvimento sócio-econômico-espacial como formas socioprodutivas de autogestão territorial.

Nesse sentido, como uma nova socioeconomia da produção autogestionária do espaço, cooperativas autogestionárias de construção civil poderiam ser organizadas para atuarem na autogestão produtiva e territorial em diversidades localidades e regiões. De maneira integrada, essas ações autogestionárias relacionariam a educação para autogestão nos canteiros de obras com as redes de construção autogestionária, participando das próprias cadeias socioprodutivas autogestionárias que ativarem.

Assim, penso que as integrações solidárias entre esses empreendimentos autogestionários de construção civil poderiam atender demandas socioconstrutivas e socioespaciais por meio de práticas socioeconômicas relacionadas especificamente ao cooperativismo, especialmente, pela capacidade de convergência e articulação territorial das próprias demandas socioconstrutivas e socioespaciais na vida cotidiana. Ou seja, nessa presente proposição teórico-prática não cabe fechar-se em segmentos particulares das atividades de construção civil autogestionária ou de determinados grupos sociais, repetindo a fragmentária lógica associativa mutualista, dominante na atual configuração do associativismo e cooperativismo na economia social. Ao contrário, cabe a esse sistema autogestionário de economia social, a partir da construção civil, inovar e ousar alternativas de autogestão coletiva e de transformação socioespacial pela produção autogestionária no desenvolvimento sócio-econômico-espacial.

A partir do exposto, é possível pensar na real constituição de uma nova economia socioespacial, que, partindo da produção associada autogestionária na construção civil, constituiria cooperativas autogestionárias de construção civil atuando em redes de autogestão territorial, por meio dos canteiros-escolas para a educação para autogestão e de redes de construção autogestionária em colaboração solidária. Desse modo, poderiam superar os atuais limites mutualistas não econômicos de sua inserção, principalmente, na produção habitacional e de infraestrutura urbana, efetivando-se formas emancipadas de autonomia coletiva no atendimento socioeconômico autogestionário das demandas socioconstrutivas articuladas à autogestão socioespacial.

Para tanto, é preciso incubar as condições socioprodutivas para uma ampla transformação sócio-econômico-espacial da cultura produtiva autogestionária na construção civil, voltando-se para a atuação sistêmica dos atores da economia social nos próprios empreendimentos autogestionários de construção e em suas especificidades territoriais.

Por outro lado, é sabido que mudanças amplas na cultura produtiva são difíceis de serem realizadas na escala da sociedade e da economia em geral. Contudo, historicamente, são circunstâncias singulares que formulam as amplas mudanças societárias e econômicas quando contêm, em sua singularidade, a lógica sistêmica de um outro modo de produção, em formulação ainda marginal. Dessa forma, conforme afirma Bocayuva (2007, p.101), “está aberta a possibilidade do reexame histórico da trajetória de construção do novo paradigma emancipatório com base na economia solidária e popular”.

Por conseguinte, fortalecendo esse direcionamento sociopolítico e socioeconômico, respectivamente pelo trabalho associado e pela produção autogestionária na construção civil, constituiriam-se as bases de economia social para essa ampla reordenação sistêmica das relações sócio-econômico-espaciais entre educação, trabalho, produção e consumo numa dimensão ampla da vida cotidiana e da produção social do espaço.

Em última análise, o estabelecimento de uma cultura produtiva autogestionária na construção civil, baseada na economia social, poderia gerar muitos impactos positivos nas cidades pela configuração da autogestão na produção da construção civil em uma efetiva autogestão do território.

Por fim, penso que a chave da transformação social rumo à sociedade pós-capitalista, encontra-se nas possibilidades que se desdobram da produção associada autogestionária na construção civil, por meio do desenvolvimento sócio-econômico-espacial, de maneira sustentável e responsável. Nesse sentido, a reformulação da cultura produtiva autogestionária na construção civil é fundamental para conduzir as demandas socioconstrutivas à produção autogestionária do espaço.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenya.; COELHO, Leandro de Oliveira. O mutirão habitacional: procedimentos de gestão. *Recomendações Técnicas Habitaré*. Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. v. 2. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/sisnama/habitaré/capitulos_rt_2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). *Princípios e valores cooperativos*. [2011]. Disponível em: <<http://2012.coop/en/what-co-op/co-operative-identity-values-principles>>. Acesso em: 20 set. 2011.

ANDION, Carolina; SERVA, Maurício. Uma delimitação do campo da Economia Social no Brasil: história, correntes e atores. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30., 2006, Salvador. (Anais). Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-eora-0424.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Unicamp, 2002.

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. Pacote Habitacional de Lula é a privatização da política urbana. *Correio e Cidadania*, jul. 2009. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3560&Itemid=79>. Acesso em: 27 de set. 2011.

ARGENTINA. Ministerio de Desarrollo Social. Ingreso social con trabajo. [2012]. Disponível em: <<http://www.desarrollosocial.gov.ar/ingresosocialcontrabajo/114>>. Acesso em 25 ago. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Economia Bancária e Crédito*. [2010]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/depep/spread/rebc2010.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

BAUDRILLARD, Jean. *Senhas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. *A Economia Solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. *As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho*. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

BONELLI, Regis. Estado e Economia: Estado e Crescimento Econômico no Brasil. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Texto para discussão, Brasília, n. 1393, fev. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1393.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2011.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Organização de Sergio Miceli. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERÓN, Jean-Claude. *El oficio de sociólogo*. Presupuestos epistemológicos. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

BRASIL, Lei n.º 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 19 mai. 2011.

_____. Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 17 mai. 2011.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 mai. 2011.

_____. Lei 11.977 de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 05 mai. 2010.

_____. Ministério das Cidades. *Plano Nacional de Habitação*. [Brasília]: 2009. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/plano-nacional-de-habitacao>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Política de Desenvolvimento Produtivo do setor da construção civil*. [Brasília]: 2007. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/index.php/sitio/conteudo/setor/70>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): Atlas da Economia Solidária no Brasil*, [Brasília]: 2009. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. Ministério do Planejamento (MPOG). *Programa de Aceleração do Crescimento do Brasil*, [Brasília]: 2007. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Cooperativas de habitação no direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Notícias*: Caixa tem lucro de R\$ 5,2 BI: Crédito cresce 42% e impulsiona o resultado. [2012]. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/imprensa/noticias/asp/popup_box.asp?codigo=691>. Acesso em: 15 dez. 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELO, Dora. Cooperativas habitacionais (e algumas considerações sobre associações). *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, n. 46, 1999.

CAZÈRES, José Luis. La base jurídica. In: NAHOUM, Benjamin (Org.). *Una historia con quince mil protagonistas*. Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo, 2008, p. 34-43.

COOPERATIVA CONSTRÓI FÁCIL. *Objetivo da Constrói Fácil*. [2012]. Disponível em: <<http://coopconstroifacil.wordpress.com/>>. Acesso em 06 out. 2012.

COOPERATIVA DE MÃO DE OBRA ALTERNATIVA. *AHBC: A coletividade que forma a história*. [2012]. Disponível em: <<http://ahbc.com.br/institucional.html>>. Acesso em: 06 out. 2012.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORAGGIO, José Luis. La economía social como vía para otro desarrollo social. *Biblioteca Virtual TOP*, Buenos Aires, 2002. Disponível em: <<http://www.top.org.ar/ecgp/FullText/000000/CORAGGIO%20Jose%20Luis%20-%20la%20economia%20social.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2011.

CORAGGIO, José Luis. Una alternativa socioeconómica necesaria: la economía social. In: SEMINARIO EL ESTADO DE LAS RELACIONES LABORALES EN ARGENTINA, NUEVA REALIDAD EMERGENTE EN EL CONTEXTO DEL MERCOSUR, 2003, Buenos Aires. *Nuevas formas y figuras ocupacionales: informalidad y redes de la economía social*. Buenos Aires, 2003. Disponível em: <[http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/unaalternativa socio.pdf](http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/unaalternativa%20socio.pdf)>. Acesso em 03 jan. 2011.

COSTA, Geraldo Magela. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, X, 2003, Niterói. *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/Brasil/ppgeu-uff/20121204110856/lefebvre.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2012.

DEFOURNY, Jacques. Economía social. In: CATTANI, Antonio David; CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). *Diccionario de la otra economía*. Buenos Aires: Altamira, 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Estudo Setorial da Construção 2011 [ano de referência 2010]. *Estudos e Pesquisas*, n. 56, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/estPesq56ConstrucaoCivil.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2011.

ESPINGEN-ANDERSEN, Gosta. *After the golden age: the future of the welfare state in the new global order*. Genebra: United Nations Research Institute for Social Development, 1994.

FARAH, Marta Ferreira Santos. *Processo de Trabalho na Construção Habitacional: tradição e mudança*. São Paulo: Annablume, 1996.

FEDERACIÓN DE COOPERATIVAS DE TRABAJO UNIDAS DE FLORENCIO VARELA. *Nuestra federación crece*. [2012]. Disponível em: <<http://www.fecootraunfv.com.ar/noticia.php?id=13>>. Acesso em: 12 out. 2012.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Farejador da economia solidária*. [2012]. Disponível em: <<http://www.fbese.org.br>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). *Índice FipeZap de preços de imóveis anunciados: notas metodológicas*. [2011]. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/web/indices/fipezap/metodologia/%C3%8Dndice%20FipeZAP%20-%20Notas%20Metodol%C3%B3gicas%20v20110216.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORZ, André. *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GORZ, André. *Metamorfoses do Trabalho: Crítica da Razão Econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.

GOTTDIENER, Mark. *A produção Social do Espaço Urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *Revista de Administração de Empresas*, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://rae.fgv.br/rae-eletronica/v.6-n.1-2007/acao-economica-estrutura-social-problema-imer_sao>. Acesso em: 05 jul. 2010.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 1992.

_____. The right to the city. *New Left Review*, n. 53, set./out. 2008. Disponível em: <<http://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

IGLESIAS, Enrique. Organización social y gestión cooperativa. In: NAHOUM, Benjamin (Org.). *Una historia con quince mil protagonistas*. Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo, 2008, p.44-53.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL) 2005*. [2008]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

_____. *Atlas Nacional do Brasil Milton Santos: Densidade econômica 2006*. [2010a]. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/atlas/atlas_nacional_do_brasil_2010/3_sociedade_e_economia/atlas_nacional_do_brasil_2010_pagina_204_densidade_economica_2006.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012.

_____. *Censo*. [2010b]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2012.

_____. *Pesquisa anual da indústria da construção*. [2010c]. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Industria_da_ConstrucaoPesquisa_Anual_da_Industria_da_Construcao/2010/paic2010.pdf>. Acesso em 05 jul. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DEL COOPERATIVISMO. *¿Qué es el Instituto Nacional del Cooperativismo?* [2008a]. Disponível em: <http://www.inacoop.org.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=2>. Acesso em: 18 ago. 2012.

_____. *Censo*. [2008b]. Disponível em: http://www.inacoop.org.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=39. Acesso em: 18 ago. 2012.

KAPP, Silke. Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia. *V!RUS*, São Carlos, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=3&item=2&lang=pt>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

_____. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. *Cadernos Metrópole / Observatório das Metrópoles*, v. 14, n. 28, jul./dez. 2012a. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=444:dieito-ao-espaco-cotidiano-moradia-e-autonomia-na-metropole&Itemid=165&lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Quem tombará a favela? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DESLOCAMENTOS NA ARTE, 1., 2009. Ouro Preto. Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.

_____. Uma tipologia de espaços cotidianos. *Risco*. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, v. 15, n. 1, jun. 2012b. Disponível em: <http://iau.usp.br/revista_risco/Risco15-pdf/02_art01_risco15.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. Autonomia Heteronomia Arquitetura. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, dez. 2003.

KAPP, Silke; BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula; VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma investigação da Produção Habitacional. *Topos: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 4, n. 4, jan./jun. 2006.

KRUK, Walter. Ayuda Mutua y tecnologías. In: NAHOUM, Benjamin (Org.). *Una historia con quince mil protagonistas*. Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo, 2008, p.54-65.

LAFARGUE, Paul. *O capital: extratos*. 2. ed. São Paulo: Conrad, 2005.

LAGO, Luciana Corrêa do. Autogestão da moradia na superação da periferia urbana: conflitos e avanços. *E-metropolis*. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, Jun. 2011. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/dicoes/n05_jun2011/emetropolis_n05.pdf> Acesso em: 20 jul. 2011.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economía Solidaria. In: CATTANI, Antonio David; CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). *Diccionario de la otra economía*. Buenos Aires: Altamira, 2009.

LEFEBRE, Henri. *A Cidade do Capital*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. *A reprodução das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1973.

_____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. *O Direito à cidade*. 4. ed. São Paulo, Centauro, 2006.

_____. Theoretical Problems of Autogestion. In: LEFEBRE, Henri. *State, Space, World: selected essays*. Minneapolis: University of Minnesota, 2009.

LÉVESQUE, Benoît. Contribuição da Nova Sociologia Econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, v. 47, n. 2, abr./jun. 2007. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902007_000200006.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2010.

LUKÁCS, György. *Arte e Sociedade*. Escritos estéticos 1932-1967. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MANCE, Euclides André. *Redes de colaboração solidária*. Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *A Revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Louis Bonaparte*. Coimbra: Oficinas Gráficas, 1971.

_____. *O Capital*. Crítica da Economia Política: Livro primeiro. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. *O Capital*. Crítica da Economia Política: Livro terceiro. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Frederic. *A Ideologia Alemã*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAYER, André Luiz Monteiro. *Reificação e Barbárie*. Crítica às Relações Sociais Capitalistas. 2006. Tese (Doutorado) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MENDONÇA, Mário Jorge; SACHSIDA, Adolfo. Existe bolha no mercado imobiliário brasileiro? *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Texto para discussão, Brasília, n. 1762, ago. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1762.pdf>. Acesso em: 07 out. 2012.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTE-MÓR, Roberto Luis. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Org.). *Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes*. UFMG: Belo Horizonte, 2006.

MORENO, Diego. El nuevo régimen jurídico de las cooperativas en Uruguay. *Estudios Cooperativos*. Año 14, n. 1. Unidad de Estudios Cooperativos UDELAR, set. 2009. Disponível em: <www.extension.edu.uy/sites/extension.edu.uy/files/revista_3.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2012.

MOTHÉ, Daniel. Autogestión. In: CATTANI, Antonio David; CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). *Diccionario de la otra economía*. Buenos Aires: Altamira, 2009.

NAHOUM, Benjamin. De la autoconstrucción individual a las Cooperativas pioneras. In: _____. (Org.). *Una historia con quince mil protagonistas*. Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo, 2008, p. 24-31.

_____. Las Cooperativas de Vivienda, cuarenta años después. Asignaturas pendientes. *Estudios Cooperativos*. Año 14, n. 1. Unidad de Estudios Cooperativos UDELAR, set. 2009. Disponível em: <www.extension.edu.uy/sites/extension.edu.uy/files/revista_3.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2012.

NAPOLEONI, Claudio. *Lições Sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NICOLAÏ, André. *Comportamento econômico e estruturas sociais*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1973.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Apresentação Institucional: sistema cooperativista*. [2011]. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/140411_apresentacaoinstitucional2010_1.pdf>. Acesso em: 20 set.2012.

_____. *Habitacional*. [2012]. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/habitacional_contexto.asp>. Acesso em: 27 set. 2012.

_____. *Panorama do cooperativismo contemporâneo brasileiro*. [2009]. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/31_cooperativismocontemporaneo.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: _____. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-37.

REDE CENTRAIS DE SERVIÇOS. *Geração de trabalho e renda*. [2012]. Disponível em: <http://www.campo.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=67>. Acesso em 06 out. 2012.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.

SCHUMACHER, Ernst Friedrich. *O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUZA SANTOS, Boaventura (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Aprender Economia*. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2002b.

_____. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000a.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Org.). *A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000b.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002a.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. ed. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SWEDBERG, Richard. *Max Weber e a idéia de sociologia econômica*. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: Beca, 2005.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Unijuí, 2001.

_____. Educação Popular e Pedagogia(s) da Produção Associada. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 27, n. 71, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n71/a06v2771.pdf>>. Acesso em: 27 Set. 2012.

TORRADA, Darlene; PEDREIRA, Celso Luís da Silva; DIAS, Cláudio Renato Rodrigues. Da Fabricação de Tijolos Ecológicos à Construção da Cidadania Coletiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. (Anais). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrext/Tecno/Tecno4.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2012.

URUGUAI. Ley 18.407 de 24 de octubre de 2008. Sistema cooperativo. Regulación General de su Funcionamiento. *Diario Oficial del Uruguay*. Montevideo, n. 27612, 14 de noviembre de 2008. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18407&Anchor=>>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

_____. Ley 13.728 de 17 de diciembre de 1968. Plan Nacional de Viviendas. *Diario Oficial del Uruguay*, n. 17982, 27 de diciembre de 1968. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=13728&Anchor=>>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

USINA. Centro de trabalhos para o ambiente habitado. [2012]. Disponível em: <<http://www.usinactah.org.br/index.php?/apresentacao>>. Acesso em: 06 out. 2012.

VALLÉS, Raúl. Reciclajes. In: NAHOUM, Benjamin (Org.). *Una historia con quince mil protagonistas*. Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo, 2008, p.152-165.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. *Introdução à economia*. 10. ed. São Paulo: Frase, 2010.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 1. 4. ed. Brasília: UNB, 2009.